

**ELIZABETH JOHANSEN CAPRI**

**DE CATÓLICOS POLONESES A PONTA-GROSSENSES CATÓLICOS:  
A ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA – 1933-1945**

**CURITIBA**

**2003**

**ELIZABETH JOHANSEN CAPRI**

**DE CATÓLICOS POLONESES A PONTA-GROSSENSES CATÓLICOS:  
A ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA – 1933-1945**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi.**

**CURITIBA**

**2003**

C253 Capri, Elizabeth Johansen  
De Católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a Escola Sagrada Família – 1933-1945 / Elizabeth Johansen Capri. Curitiba, 2003.  
218f.; il.

Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

1. Educação romanizada. 2. Imigração polonesa. 3. Identidade.  
I. Marchi, Euclides. II. Universidade Federal do Paraná. Mestrado em História. III. T.

CDD: 371.07



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação da candidata Elizabeth Johansen Capri, sob o título "De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: A Escola Sagrada Família - 1933-1945" para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela *Aprova*.....sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Curitiba, 26 de setembro de 2003

Prof. Dr. *[Assinatura]*  
Presidente

Prof. Dr. *[Assinatura]*  
1º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*  
2º Examinador



Felipe e Vicente, por vocês tudo vale a pena.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que um dia plantaram a semente. Agora eu posso dizer: ela já está frutificando. Em especial à minha mãe, por me incentivar, me dar colo e cuidar dos meus meninos.

Ao Professor Euclides, por ter acreditado que eu conseguiria. Hoje eu olho para trás e sei que, no momento que precisei, o senhor esteve ali comigo. Muito o admiro por isso.

Às minhas mestres Carmencita e Rosângela, pelos livros, conselhos, puxões de orelha e por, acima de tudo, serem minhas amigas.

Às minhas “companheiras de viagens” Adriana, Andréa e Gisele, tantos quilômetros discutidos ou tantas discussões percorridas.

À Cida, por tanto cuidado com meus bens mais preciosos.

Ao Nilton, Roberto, Marco Aurélio e Cristiane por terem disponibilizado seus livros, o que muito auxiliou no andamento desta pesquisa.

Às professoras Etelvina Maria de Castro Trindade e Roseli T. Boschilia, pela leitura cuidadosa que realizaram no momento da qualificação deste texto e principalmente por todas as sugestões que me ofereceram.

Às irmãs do Colégio Sagrada Família, que permitiram o desenvolvimento deste trabalho, me autorizando a pesquisar em todos os documentos existentes sobre a escola. Agradeço a disponibilidade em me fornecerem informações, fotos e tempo.

Às ex-alunas entrevistadas, por terem permitido que eu entrasse em suas lembranças e dessa forma reconstruísse um outro lado da história da escola.

Aos estagiários da Casa da Memória Paraná: Adreane, Patrícia, Márcia, Daniele, Anselmo, Célia, Clisfari, Fabiana, Fábio, Ricardo e Franciele, por me incentivarem em diversos momentos, por terem paciência com a minha ansiedade e por desenvolverem de forma responsável as suas atividades durante minhas ausências.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhas, por terem vivenciado comigo os momentos de incerteza e terem me estimulado para a conclusão desta pesquisa.

À Sozângela, pelo cuidado na revisão e correção do texto

A amigos(as) de longa data e outros mais recentes, que com suas palavras, incentivos, conselhos também participaram na construção deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	ix
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	x
<b>RESUMO</b> .....	xii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. A ROMANIZAÇÃO DA ESCOLA CATÓLICA: UM CONTRAPONTO À LAICIZAÇÃO DO ESTADO</b> .....	17
1.1. A EDUCAÇÃO CATÓLICA ROMANIZADA NO BRASIL .....	17
1.2. A EDUCAÇÃO PARA O IMIGRANTE EUROPEU NO PARANÁ .....	44
<b>2. A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO E A DISPUTA PELO PODER ...</b>	57
2.1. O PODER DA IGREJA CATÓLICA IMPLEMENTADO POR UM DISCURSO .....	57
2.1.1. Cartas Pastorais de Dom Antônio Mazzarotto: um instrumento de normatização .....	60
2.1.2. Escola Católica: instituição formadora de hábitos .....	75
2.2. DOM ANTÔNIO MAZZAROTTO: UM VIGILANTE PASTOR .....	85
2.2.1. A Igreja Antigo Católica: sua gênese e seu estabelecimento em Ponta Grossa .....	94
<b>3. DO DISCURSO À PRÁTICA</b> .....	101
3.1. PRESENÇA POLONESA .....	101
3.2. A PROCURA DE UMA ESCOLARIZAÇÃO: DAS RELIGIOSAS ALEMÃS SERVAS DO ESPÍRITO SANTO ÀS IRMÃS POLONESAS DA SAGRADA FAMÍLIA .....	112
3.2.1. O convite às irmãs polonesas da Sagrada Família .....	118



3.2.2. Onde o céu é família: histórico da Congregação da Sagrada Família .....	124
3.3. A PARTIR DA DISSIDÊNCIA SURGE A ESCOLA .....	136
3.3.1. Características identitárias da escola .....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	179
<b>FONTES</b> .....	183
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	186
<b>ANEXOS</b> .....	195

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERCENTUAL DE ALUNOS DE ORIGEM POLONESA E DE OUTRAS ORIGENS MATRICULADOS NA ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA – 1943-1945 .....	13
TABELA 2 – ESTABELECIMENTOS FUNDADOS PELA CONGREGAÇÃO DA SAGRADA FAMÍLIA ATÉ 1938 .....	54

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DA IGREJA SÃO JOÃO E A COMUNIDADE POLONESA ESTABELECIDADA EM PONTA GROSSA .....	87
FIGURA 2 – FOTOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO DA IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS .....	88
MAPA 1 – REINO DA POLÔNIA DIVIDIDO ENTRE ÁUSTRIA, PRÚSSIA E RÚSSIA .....	101
FIGURA 3 – FOTOGRAFIA DA IRMÃ GERHARDINA, MISSIONÁRIA SERVA DO ESPÍRITO SANTO, LADEADA POR CRIANÇAS POLONESAS .....	114
FIGURA 4 – FOTOGRAFIA DA PRIMEIRA COMUNHÃO DE BRONILDES M. ZANGISKI .....	116
FIGURA 5 – FOTOGRAFIA DA CASA DE ESTUQUE, NA QUAL AS IRMÃS INSTALARAM AS SALAS DE AULA DA ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA, NA RUA VISCONDE DE TAUNAY ....	145
FIGURA 6 – FOTOGRAFIA DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO PADRE ROBERTO BONK .....	151
FIGURA 7 – FOTOGRAFIA DAS IRMÃS JOANINA, MELÂNIA E BOLESLAVA JUNTO AOS ALUNOS DA ESCOLA .....	153
FIGURA 8 – FOTOGRAFIA DA PRIMEIRA PARTE DE ALVENARIA CONSTRUÍDA NO NOVO TERRENO .....	156
FIGURA 9 – FOTOGRAFIA DOS ALUNOS DA ESCOLA EM FRENTE ÀS DUAS CASAS DE MADEIRA .....	159
FIGURA 10 – FOTOGRAFIA DA APRESENTAÇÃO TEATRAL DOS ALUNOS DA ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA NO FINAL DO ANO DE 1935 .....	166

FIGURA 11 – FOTOGRAFIA DAS ALUNAS DA ESCOLA BRINCANDO DE RODA E DOS ALUNOS JOGANDO BOLA DURANTE O RECREIO .....	169
FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DO ALUNO GABRIEL GODOI NA COMEMORAÇÃO DO DIA DE DUQUE DE CAXIAS, 25 DE SETEMBRO DE 1943 .....	175
FIGURA 13 – FOTOGRAFIA DOS ALUNOS INTERNOS DA ESCOLA COM O UNIFORME DE GALA .....	178

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a participação da Congregação Franciscana das Irmãs da Sagrada Família no processo de formação educacional de crianças descendentes de poloneses e de ponta-grossenses, no período correspondente aos primeiros anos de sua atuação na Escola Sagrada Família, em Ponta Grossa, Paraná (1933-1945). A atuação dessas religiosas veio ao encontro do discurso e das propostas romanizantes da Igreja Católica para o ensino primário daquele momento. Para tanto, analisaram-se as Cartas Pastorais escritas pelo bispo de Ponta Grossa, Dom Antônio Mazzarotto, entre os anos de 1930 e 1938; artigos publicados no jornal local “Diário dos Campos”; Crônicas escritas pelas religiosas alemãs da Congregação Servas do Espírito Santo; Crônicas produzidas pelas irmãs polonesas da Congregação da Sagrada Família; documentos escritos por membros da Igreja Católica; legislação federal sobre o assunto e entrevistas com ex-alunas. Ao trabalhar com o discurso católico sobre a educação, optou-se por seguir a linha teórica de Pierre Bourdieu, analisando o contexto a partir dos conceitos de campo, especialistas e *habitus*. Como o objeto central da pesquisa é uma escola para descendentes de imigrantes, criada num momento em que o Governo Federal propôs a nacionalização da população principalmente via o sistema de ensino, partiu-se do conceito de identidade defendido por Fredrik Barth para se compor o estudo das atividades desenvolvidas na escola, inicialmente voltada para a manutenção da identidade católica polonesa para, na seqüência, enquadrar-se à identidade defendida pela Era Vargas, sem deixar de ser católica.

Palavras-chave: Educação romanizada; Imigração polonesa; Identidade.

## ABSTRACT

This research analyzes the participation of the Franciscan Congregation of the Sisters of Sagrada Família in the education process of polish descendent children and of children from Ponta Grossa, in the period corresponding to the early years of the Sagrada Família School, in Ponta Grossa, Paraná (1933-1945). The actions of the sisters came to the encounter of the romanizing proposal of the Catholic Church at that moment, for primer education. The Pastoral Letters written by the bishop of Ponta Grossa, Don Antônio Mazzarotto, from the years of 1930 and 1938; articles published in the local journal “Diário dos Campos”; chronicles written by the German sisters of the Congregação Servas do Espírito Santo; chronicles produced by the polish Congregation of sisters of Sagrada Família; documents written by members of the Catholic Church; federal legislation regarding the matter were analyzed; and interviews with ex-students. Working with the discourse regarding education, it was opted to follow the line of theory from Pierre Bourdieu, analyzing the context for the field concepts, specialists and *habitus*. Since the central object of the research is a school for immigrant descendents, it comes to a moment where the Federal Government decides to nationalize the population especially via the educational system, parting from the concepts defended by Fredrik Barth to compose the study of school activities, initially turned to the maintenance of the polish catholic identity and in sequence the identity defended by the Vargas Era, still being catholic.

Keywords: Romanizing education, polish immigration, identity.

## INTRODUÇÃO

Ao ler a dissertação de Rosângela W. Zulian<sup>1</sup> sobre a educação católica durante a República Velha, em especial sobre o Colégio Sant'Ana em Ponta Grossa, despertou-se o interesse por um estabelecimento de ensino apresentado no texto, porém não estudado detalhadamente, a Escola Sagrada Família. Tomando contato com as primeiras fontes encontradas sobre esse educandário, a curiosidade transformou-se em interesse de historiadora por estudar, analisar e compreender as relações que nortearam a criação e o início das atividades dessa escola.

Esta dissertação analisa a participação da Congregação Franciscana das Irmãs da Sagrada Família no processo de formação educacional de crianças descendentes de poloneses e de ponta-grossenses, no período correspondente aos primeiros anos de sua atuação na Escola Sagrada Família, em Ponta Grossa (1933-1945).

A atuação dessas religiosas veio ao encontro do discurso e das propostas romanizantes da Igreja Católica para o ensino primário. No final do século XIX e início do XX, diversas congregações religiosas européias vieram para o Brasil a fim de desenvolver atividades sociais, ou seja, trabalhar em hospitais, missões ou então em estabelecimentos escolares. Sem contar aquelas que atuaram de forma concomitante em múltiplas frentes, como foi o caso da Congregação Franciscana das Irmãs da Sagrada Família.

Em 1933, atendendo ao convite do bispo diocesano D. Antônio Mazzarotto, três irmãs polonesas, pertencentes a uma congregação já estabelecida e atuante em Curitiba, vieram a Ponta Grossa para trabalhar com os filhos de imigrantes dessa origem fixados na cidade. O estudo dessa questão abre um leque de possibilidades. Que Igreja era essa, que se julgava no direito de evangelizar o seu rebanho através da escola? De acordo com o Papa Pio XI na sua encíclica *Divini Illius Magistri*, publicada

---

<sup>1</sup> ZULIAN, Rosângela W. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1930)**. Ponta Grossa, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

em 1929, "a Igreja tem o direito de, em qualquer lugar ou instituição, vigiar pela educação moral e religiosa de seus fiéis batizados".<sup>2</sup> Portanto, a instrução de crianças, sob o olhar da hierarquia católica, era mais uma forma de catequização, de reforçar os princípios católicos ensinados no lar e de propor uma normatização do grupo social a partir de seus parâmetros morais e religiosos.

Por que D. Antônio utilizou-se da atuação de irmãs polonesas na escola para reforçar o seu trabalho catequético? O pensamento do bispo, que acompanhou fielmente os passos do catolicismo romano na adesão incondicional ao papa, dentro de uma Igreja de caráter universal, mas sob a orientação da Sé romana, viu como aspecto positivo, na vinda dessa congregação, não apenas o fato de ser polonesa – tornando-se assim mais próxima dos imigrantes – mas também o fato de já ter sido fundada dentro dos parâmetros romanizantes\*, não precisando, portanto, ser reestruturada, conforme ocorria com muitas outras congregações religiosas.

Como era esse imigrante polonês estabelecido em Ponta Grossa, que assim como os outros fixados no Estado, enxergava o Paraná como uma terra escolhida por Nossa Senhora para abençoar aquele povo tão sofrido e sem pátria? Durante a época de maior imigração polonesa para o Brasil criou-se uma lenda afirmando que:

o Paraná até então estava encoberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era a terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e predestinou-lhe o Paraná. Tal decisão da Virgem Maria havia sido comunicada ao Papa, o qual sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa, convocou todos os reis e imperadores da terra, para sortear a posse de tal território. Por três vezes consecutivas foi tirada a sorte, e sempre o Papa era o contemplado. Então o Papa solicitou ao Imperador brasileiro que distribuísse essas terras aos poloneses, para que a tivessem à fartura e ali pudessem viver felizes, expandindo seu cristianismo.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Papa Pio XI. *Divini Illius Magistri*. apud: CURY, C. R. J. Igreja católica-educação: pressupostos e evolução no Brasil. in: PAIVA, V. (org.) **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 58.

\* O conceito de romanização será tratado em maiores detalhes no Capítulo I.

<sup>3</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981, p. 45.



A Igreja Católica organizou na Polônia a resistência diante de pressões estrangeiras que vieram enfraquecendo politicamente a nação desde a Idade Média e se consolidaram nas conquistas expansionistas dos Impérios Austríaco, Prussiano e Russo, nos fins do século XVIII.<sup>4</sup> Houve a identificação dessa instituição com os sofrimentos nacionais e como a grande depositária das tradições do povo polonês. O movimento de romanização da Igreja Católica, organizado a partir de Roma, propôs forjar uma identidade católica, independente de onde estivesse estabelecido o fiel ou de qual língua falasse, isto é, a instituição usou a religiosidade como um elemento identitário. Não importando se era polonês, brasileiro ou de qualquer outra origem, o católico se reconhecia enquanto tal, assim como era reconhecido pelos outros como participante da instituição.

No Paraná, especialmente quando se analisa o grupo polonês estabelecido no estado, as primeiras reflexões sobre a necessidade de se organizarem em um novo país, de se constituírem como comunidade, de recuperarem e reconstruírem a sua identidade ocorreram dentro do espaço religioso, tanto na igreja como na escola religiosa vinculada a alguma congregação. Em meio às adversidades de um mundo totalmente estranho, a união do grupo e a busca de identidade própria são questões de sobrevivência física: se era necessário aprender a língua da nova terra, era preciso, por outro lado, reafirmar a língua polonesa para que a comunidade sobrevivesse.

Como efetivar a manutenção dessa identidade em um novo país que possuía um governo com intenções de nacionalizar esse contingente estrangeiro? Durante as décadas finais do século XIX, mas principalmente nas iniciais do século XX, a intelectualidade brasileira preocupou-se consideravelmente com a discussão sobre a construção de uma identidade nacional. Encontram-se abordagens diversas, desde

---

<sup>4</sup> Desde o final do século XVIII, a Polônia deixou de existir como uma nação livre, independente, possuidora de um território e de um governo autônomo. Depois de muitos séculos de lutas, toda a sua extensão territorial ficou dividida entre a Áustria, a Prússia e a Rússia. Sua liberdade só foi readquirida após a Primeira Guerra Mundial. Maiores detalhes sobre a ocupação estrangeira serão apresentados no Capítulo I. *Ibid.*, pp. 9-12.

autores mais conservadores, como Sílvio Romero e Gilberto Freyre, ou modernistas, como Mário e Oswald de Andrade, até as posturas autoritárias dos intelectuais vinculados ao Estado Novo.<sup>5</sup>

A procura de parâmetros definidores da verdadeira essência da identidade nacional do brasileiro era uma questão cara ao pensamento intelectual no Brasil. No final do século XIX, o debate no campo intelectual tinha precisamente no tema identidade nacional um de seus veios de discussão, justamente porque “sua matriz originária está em processo de constituição”.<sup>6</sup> De acordo com Renato Ortiz<sup>7</sup>, todo o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação da sociedade que, no caso do Brasil, foi realizada por diversos intelectuais.

Um dos pensadores sobre o assunto foi Silvio Romero. Nos seus textos percebe-se a angústia da busca por uma identidade nacional, o desejo de deixar marcas individuais da nação na sociedade ocidental. Para o autor, “ser brasileiro é sê-lo no âmago do espírito, com todos os nossos defeitos e todas as nossas virtudes. É ter em si um que indefinível mas real, que é só nosso, que ninguém mais tem”.<sup>8</sup> Por mais que a sua análise de identidade nacional partisse da diferença, isto é, em oposição a algum outro grupo, o autor defendeu a proposta de que para *ser brasileiro* era necessário possuir características que tanto poderiam ser positivas como negativas, aceitas ou não pela própria sociedade brasileira.

Como um evolucionista, Silvio Romero defendeu a proposta de que a história de um país deveria “fornecer uma explicação completa da marcha evolutiva [do seu

---

<sup>5</sup> ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 13.

<sup>6</sup> ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1902, p. 20.

<sup>7</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 139.

<sup>8</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 156.

povo]. (...). Seu fim não é mostrar o que esse povo tem em comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros”.<sup>9</sup> No entanto, para ele o Brasil era uma nação ainda jovem, os elementos definidores de sua identidade estavam em vias de constituição, a partir de um mestiçamento físico e moral, portanto, o ideal nacional era uma utopia a se realizar no futuro.

Estudando populações regionais do norte e do sul do país apresentou a idéia de que a natureza do brasileiro existia como possibilidade. Porque para falar do povo brasileiro dever-se-ia levar em conta a diversidade do habitat, a sua ação durante os séculos, as variações regionais dos elementos étnicos, além da diferença das pressões históricas e sociais sobre a população nacional. Em seu livro *História da Literatura Brasileira*, Romero analisou a literatura como um caminho para mapear o caráter brasileiro que se encontrava em formação. Antes de ser apenas um objeto estético, uma obra literária, aos olhos do autor, era um documento capaz de revelar a alma do povo que a gerou, pois o escritor literário apenas se inspirava nos sentimentos comuns de seu povo, dando-lhe voz. Para Romero, sem a efetivação de sua identidade, o brasileiro estaria condenado impiedosamente ao desaparecimento, portanto, fazia-se mister a definição dos seus elementos constitutivos.

Outro membro da intelectualidade nacional que se preocupou com a questão da identidade brasileira foi Oliveira Vianna. Para ele a identidade de um povo estava relacionada à cultura construída por essa comunidade, “os usos, tradições, costumes (...) não tem apenas uma existência *fora* de nós – na *sociedade*, mas, também *dentro* de nós, na nossa consciência”.<sup>10</sup> Dessa maneira, a construção da identidade brasileira, para esse intelectual, partia de um reconhecimento do brasileiro enquanto tal, relacionado com o reconhecimento promovido pela sociedade ocidental.

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 21.

<sup>10</sup> VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: USP/UFF, 1987, p. 36.

Já para Fernando de Azevedo, a identidade de uma nação era constituída a partir de sua cultura, no entanto, não apenas vinculada a tradições e costumes, mas relacionada com as instituições nacionais. Sendo a expressão intelectual de um povo, a cultura refletia nas suas múltiplas manifestações as idéias dominantes de “cada uma das fases de sua evolução histórica”.<sup>11</sup>

Ora, cada povo tem o seu temperamento e o seu gênio próprio que, elaborados através de séculos, são o produto do meio físico, dos elementos raciais, e do progresso de sua evolução social, e se manifestam tanto na sua história e nas suas instituições, quanto na sua língua e na sua literatura, nas suas obras de arte e de pensamento. (...) Mas os seus ideais, o seu caráter coletivo e as suas tendências, a sociedade os exprime, melhor e mais profundamente (...) pela educação que não somente constitui um dos aspectos mais característicos, mas é o próprio veículo da cultura e da civilização.<sup>12</sup>

Azevedo insere na discussão sobre identidade nacional a importância da educação, pois percebe na escola o *veículo* capaz de disseminar na sociedade os elementos identitários vistos como dominantes, por mais que “os traços que o caracterizam, se apresentem com essa imprecisão natural dos povos jovens que, não tendo atingido a sua maturidade, ainda não chegaram a afirmar os seus aspectos distintivos e a realizar a fusão harmoniosa dos diversos elementos mentais que entraram na sua composição”.<sup>13</sup> Mesmo tendo consciência dessa imprecisão da identidade nacional brasileira, Azevedo constatou que os estabelecimentos de ensino tinham um papel fundamental nesse processo de construção identitária, pois via escolarização era possível trabalhar e inculcar nos escolares as características identitárias escolhidas pelos dominantes.

Num país com considerável população imigrante como o Brasil, a questão da construção da identidade nacional tornou-se marcante em diversos momentos do início do século XX, não apenas como uma discussão de intelectuais, mas como uma

---

<sup>11</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 35.

<sup>12</sup> Id.

<sup>13</sup> Ibid., p. 191.

preocupação de vários membros da sociedade com a formação de *guetos* de estrangeiros. Esse medo com a presença concentrada de imigrantes tanto na área rural, quanto na urbana foi apresentada em artigos publicados em jornais paranaenses, como no Diário da Tarde de 1911: “Existe um perigo polaco? (...) Colônias onde tem se estabelecido os imigrantes da antiga Polônia, acham-se (...) isoladas de toda e qualquer comunhão com os naturais do país, devido á sua situação. (...) E não há perigo em se aglomerar assim num determinado ponto do território colonização de nacionais de um só país?”.<sup>14</sup> Esse pequeno trecho de um artigo jornalístico demonstra que, por mais que ainda não existissem leis nas primeiras décadas do século XX para a nacionalização dos advenas, parte da população nacional percebia como necessário um cuidado maior do governo com a vinda e estabelecimento em terras paranaenses de grupos imigrantes.

Por outro lado, muito próxima da leitura de Fernando de Azevedo, desenvolveu-se na década de 1930, mais precisamente a partir do Estado Novo, uma legislação nacional que buscou a nacionalização impositiva de toda a população, principalmente por meio do sistema de ensino. Esse corpo de leis fechou muitas escolas que ensinavam apenas em idiomas estrangeiros e obrigou àquelas que trabalhavam com duas línguas, isto é, alfabetizavam em alemão, italiano ou polonês e também em português, a desenvolverem suas atividades somente na língua oficial, o português.<sup>15</sup>

O Estado, independente do momento, tem um papel fundamental no processo de construção nacional. Esse poder torna-se claro a partir da “unificação do mercado lingüístico”.<sup>16</sup> Para tanto, os dialetos ou outras línguas existentes em seu território

---

<sup>14</sup> BUENO, Wilma de Lara. Mulheres polonesas em Curitiba, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. In: LAMB, Roberto E. & LEANDRO, José A. **História e cultura**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1997, p.385.

<sup>15</sup> Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938 e decreto-lei nº 868 de 18 de novembro de 1938. LEX. **Coletânea de legislação**. São Paulo: Lex Ltda, pp. 119-120; 522-523.

<sup>16</sup> ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 99.

passam a ser reprimidas e censuradas por instituições totalizantes, como a escola e a administração pública, capazes de definir as normas sob as quais as variações idiomáticas devem se ajustar.<sup>17</sup> Com o Estado Novo na década de 1930, o governo brasileiro utilizou-se dos órgãos públicos, mas principalmente dos estabelecimentos de ensino para forjar de forma impositiva uma identidade nacional.

A identidade e as distinções étnicas são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores, organizando a interação entre as pessoas.<sup>18</sup> É nessa interação social que as fronteiras étnicas aparecem, pois, de acordo com Fredrik Barth, as diferenças de categorias não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas as pessoas (e até os grupos) desenvolvem processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais características discretas são mantidas, apesar do fluxo de pessoas que atravessam essas fronteiras. Não é a soma de diferenças objetivas que caracteriza uma identidade, mas práticas que os próprios atores considerem significativas.

Analisando essa postura de Barth, Giralda Seyferth afirma que mais importante que a origem étnica de um imigrante são as marcas diferenciadas de comportamento que definem a identidade de um grupo, possuidora de um caráter cultural e social. Dessa forma, ultrapassa questões puramente de sua origem e propõe a concepção de que a identidade é uma construção social.<sup>19</sup> Assim sendo, essas *marcas diferenciadas* variam muito conforme o grupo e nesse sentido o que interessa é saber a partir de qual(is) *marca(s)* o grupo se reconhece. O importante não é inventariar os traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. “Uma cultura particular não

---

<sup>17</sup> Id.

<sup>18</sup> POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade** - seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p.189.

<sup>19</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 155.

produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações”.<sup>20</sup> Esses *procedimentos de diferenciação* podem ser entendidos como os elementos definidores de sua identidade.

Os critérios de identificação podem ser raciais, lingüísticos, culturais, nacionais, religiosos ou outros, sempre entendidos como modelos de inclusão e/ou exclusão.<sup>21</sup> Portanto, o imigrante polonês que se estabeleceu no Paraná, por mais que não viesse de um país politicamente organizado, com fronteiras determinadas e reconhecido internacionalmente, possuía *marcas diferenciadas* capazes de se reconhecer como polonês e de ser reconhecido como tal. Ao mesmo tempo no Brasil, o brasileiro\* estava em um processo de busca e construção de sua própria identidade.

Ao se trabalhar com o conceito de identidade, utilizam-se categorias que incluem e/ou excluem pessoas e determinam a sua interação. Esse processo ocorre em um contexto geralmente interétnico e que, portanto, possibilita relações de oposição e reciprocidade, comuns tanto dentro do grupo étnico, como entre grupos, que podem ser entendidos como conjuntos de imigrantes de origem diversas, como também a relação de um determinado grupo imigrante com a sociedade local.

Stuart Hall ao trabalhar com identidade apresenta-a como “formada na interação entre o eu e a sociedade”.<sup>22</sup> Na presente pesquisa essa interação pode ser compreendida como a relação, conflituosa ou não, entre o grupo de poloneses e a sociedade ponta-grossense, assim como com outros grupos de estrangeiros. Nesse caso, “o sujeito tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é

---

<sup>20</sup> CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 182.

<sup>21</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Op.cit., p. 7.

\* Entendido nesse momento do final do século XIX e início do XX, como os membros da intelectualidade brasileira e participantes do governo federal que discutiam essa questão.

<sup>22</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 11.

formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”<sup>23</sup>, isto é, o imigrante polonês ao chegar a Ponta Grossa possuía sua identidade, mas ela não ficou estática, pois recebeu influências dos outros imigrantes de outras origens estabelecidos na cidade, da própria sociedade local, assim como teve que se modificar por imposição de uma legislação criada pelo governo federal. É, portanto, resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo.

Dessa forma, entende-se que a identidade é definida historicamente, já que é formada “ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”<sup>24</sup>. Portanto, não é imutável, mas pode ser adquirida ou perdida, “não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra”<sup>25</sup>.

Dentre essas características específicas (*marcas diferenciadas* como Seyferth apresentou) capazes de identificar o membro do grupo, a religiosidade, para o imigrante polonês, era muito importante. No entanto, no Paraná, mais especificamente em Ponta Grossa, encontraram-se dois grupos distintos de católicos poloneses: os católicos romanos e os católicos *antigos*<sup>\*</sup>, que de uma certa forma disputavam o mesmo rebanho de fiéis existente na cidade.

Nessa perspectiva, as propostas romanizantes da Igreja Católica, podem ser analisadas com a intenção de forjar uma identidade, o ser católico. Por outro lado, quando se pensa em *forjar uma identidade católica*, para esse momento em especial,

---

<sup>23</sup> Id.

<sup>24</sup> Ibid., p.38.

<sup>25</sup> CUCHE, Denis. Op. cit., p. 196.

\* Eram denominados dessa forma, pois não aceitavam se subordinar à Santa Sé, representada em Ponta Grossa pelo Bispo Diocesano, Dom Antônio Mazzarotto, que era romanizado. As propostas da Igreja Antigo Católica e os seus fiéis estabelecidos em Ponta Grossa serão estudadas em detalhes no Capítulo III.



não se deve esquecer que a população brasileira era essencialmente católica, mas não da forma como a Igreja assim o queria. Assim sendo, a romanização pretendia levar esse fiel já existente a frequentar a igreja e a receber os sacramentos com os quais ainda não estava acostumado, como era o caso da Primeira Comunhão, afastando-o dos perigos da modernidade.

Para estudar essa questão, o conceito de identidade defendido por F. Barth entrelaça-se com a idéia de campo proposta por Pierre Bourdieu, pois para ambos os membros de um grupo não são vistos como definitivamente vinculados à sua posição, mas passíveis de uma situação relacional, considerando que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais, assim como a posição de um ator/grupo dentro de um campo pode ser modificada conforme o acúmulo ou perda de capitais.<sup>26</sup>

Os agentes sociais não são totalmente livres para definirem sua identidade segundo interesses materiais e simbólicos do momento. Deve-se necessariamente levar em conta a situação social, a relação de força entre os grupos, as manobras dos outros, as disputas pelo poder, sem contar o próprio poder do Estado. Portanto, Bourdieu nega o caráter autônomo do sujeito individual, pois segundo ele cada ator social passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente herdada e construída.<sup>27</sup> Dessa maneira, pretende-se estudar a religião católica em Ponta Grossa, como um campo no qual os participantes (romanizados e antigos) se embatem, possuidores de capitais e de hierarquia diferentes. Os católicos romanos detentores de um capital simbólico e político maior utilizam-se da escola como um instrumento de reprodução de valores e manutenção de uma hierarquia social que lhes é interessante. Ao mesmo tempo em que o bispo, valendo-se da atuação das religiosas polonesas como especialistas no processo

---

<sup>26</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989.

<sup>27</sup> NOGUEIRA, Maria Alice & NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano XXIII, n. 78, abr. 2002, pp. 20-21.

educacional e de evangelização, tenta reconduzir o rebanho desviado, isto é, os católicos antigos, assim como evitar que outros fiéis abandonassem o seio da Igreja Católica e aderissem à igreja apresentada como cismática.

Essa discussão compõe a problemática da presente dissertação, em outras palavras, é a análise da relação e da influência da Igreja Católica Romana dentro de uma comunidade de imigrantes, que possuíam uma forte religiosidade; a criação de uma rede de controle, materializada na escola católica, que possuía um problema específico para resolver; e a atuação das religiosas que, de uma certa forma, deveriam trabalhar para que as crianças matriculadas na escola desenvolvessem um vínculo às doutrinas da Igreja Católica através de um *habitus religioso*<sup>28</sup> inculcado em casa e reforçado em sala de aula. Ao mesmo tempo, o educandário precisava se enquadrar a uma política de nacionalização do governo federal, deixando de ser identificado como um estabelecimento de ensino para filhos de imigrantes poloneses, passando a ser uma escola para crianças ponta-grossenses. O conceito de identidade perpassa a análise de todas essas questões.

Para tanto, a baliza temporal ficou definida entre os anos de 1933 e 1945. A data inicial justifica-se pela carta enviada pelo bispo D. Antônio Mazzarotto à Superiora da Congregação da Sagrada Família em Curitiba, em que apresentou o problema que ele havia percebido e solicitou a vinda das religiosas para Ponta Grossa, assim como a própria criação da escola que ocorreu logo em seguida. Já o ano de 1945 justifica-se pelo fato de se encontrar nas Atas de Exame\* da Escola a relação nominal dos alunos aprovados que concluíram o curso primário. Dentre esses alunos destacou-se a porcentagem considerável de escolares advindos de famílias que não eram de origem polonesa, assim como de bairros e regiões da cidade distantes do educandário.

---

<sup>28</sup> Entende-se *habitus religioso* por “uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir e de pensar conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência”. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1999, p.88.

\* As Atas de Exame da Escola Sagrada Família só possuem regularidade cronológica a partir de 1943, pois as anteriores foram seriamente danificadas.

O campo de atuação das religiosas polonesas não se restringiu mais a apenas uma determinada clientela delimitada pelo bispo e que morava próxima ao estabelecimento de ensino, mas a escola estava aberta à participação da sociedade ponta-grossense.

TABELA 1 – PERCENTUAL DE ALUNOS DE ORIGEM POLONESA E DE OUTRAS ORIGENS MATRICULADOS NA ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA – 1943-1945

Ano\Origem	Polonesa	Outras
1943	68,4 %	31,6 %
1944	49,5 %	50,5 %
1945	40,9 %	59,1 %

FONTE: Atas de Exames da Escola Sagrada Família de 1943 a 1945. (Anexo 1)

Para a construção desta dissertação foram selecionados diversos tipos de fontes, com a intenção de compor um quadro da conjuntura que precedeu a fundação da escola, assim como das vivências desenvolvidas em sala de aula. Dentre essas fontes, utilizaram-se as Cartas Pastorais escritas pelo bispo de Ponta Grossa para a comunidade diocesana entre os anos de 1930 e 1938. Nessas Cartas o prelado apresentou o discurso da Igreja Católica sobre quem eram os verdadeiros representantes de Jesus, sobre qual era o papel de um cristão, qual era o vínculo da Igreja Católica com a História do Brasil até chegar na questão da educação, isto é, qual a importância da escolarização para a formação moral do ser humano. Em todos esses assuntos o presbítero referendou as posturas vindas da Santa Sé em Roma, quer dizer, o discurso romanizante permeou não apenas os escritos, mas principalmente as ações de D. Antônio. Além das Cartas Pastorais, foram utilizados artigos publicados no jornal local “Diário dos Campos”, durante o período de 1932 e 1934.

Com o propósito de contextualizar, da melhor forma possível, a importância e alcance da educação desenvolvida por um estabelecimento de ensino religioso na cidade, lançou-se mão das Crônicas escritas pelas religiosas alemãs da Congregação Servas do Espírito Santo, que se estabeleceram em Ponta Grossa e que fundaram a primeira escola para imigrantes poloneses. Essas irmãs foram as antecessoras das

freiras polonesas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria, que chegaram em 1933. Assim como as alemãs, as religiosas da Sagrada Família escreveram Crônicas relatando suas impressões diárias sobre a cidade e suas atividades voltadas tanto para os filhos de poloneses, quanto, mais tarde, para toda a clientela ponta-grossense.

Além das fontes já citadas, também foram usadas diversas entrevistas com ex-alunas da Escola Sagrada Família. Para isso optou-se pelo uso da História Oral.<sup>29</sup> Nesse caso, em especial, justifica-se o uso das entrevistas, pois a maior parte dos documentos produzidos pela própria escola perdeu-se devido ao mau acondicionamento.

Aplicando a História Oral à pesquisa da fundação da Escola Sagrada Família foi possível dar vida, forma e personalidade àquele aluno que, em um estudo baseado somente nas poucas fontes escritas existentes, permaneceria apenas como um nome em uma lista. A análise dessas entrevistas, possibilitou um contraponto entre os ditos dos documentos escritos (Cartas Pastorais, crônicas das religiosas, artigos dos jornais entre outros) e a memória das ex-alunas povoada, de modo informal e inconsciente, por esses discursos.

A dissertação divide-se em três capítulos: o primeiro capítulo aborda o processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, em especial a questão da educação a partir da separação do Estado e Igreja. Com a proclamação da República o ensino tornou-se laico, com isso a hierarquia católica iniciou um procedimento para promover a reorganização das suas escolas, para que também através delas reocupasse o espaço perdido com a laicização. Um dos níveis desse processo era voltado para a

---

<sup>29</sup> Entende-se História Oral como “um termo amplo, que recobre tipos variados de relatos obtidos através de fontes orais, a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentos, de fatos cuja documentação se quer complementar, ou que se quer abordar por ângulo diverso. A história oral registra a experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade”. LANG, Alice B. da S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. in: MEIHY, José Carlos S. B. (org.) **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 34.

educação dos imigrantes estabelecidos no país, os quais chegaram da Europa com uma visão sobre a escolarização já estruturada. Dentre esses imigrantes que aportaram no Brasil, a presente pesquisa preocupa-se especialmente com os poloneses radicados em Ponta Grossa, que representam uma parcela do universo polonês estabelecido no Paraná.

No segundo capítulo é analisado o discurso do bispo diocesano Dom Antônio Mazzarotto a partir de suas Cartas Pastorais. Nesses documentos, ancorado no discurso institucional, o presbítero apresentou para o seu rebanho quais os caminhos que deveriam ser trilhados pelos católicos. Sendo um especialista da Igreja Católica, instituído e reconhecido por ela, D. Antônio tinha o poder de falar, de normatizar os seus fiéis, de fiscalizar a sociedade detectando a presença de usurpadores. Atuando como um atento guardião da comunidade, o prelado respaldado pelo seu poder instituído apresentou os riscos que a cidade corria seguindo as palavras de um falso pregador de Cristo, isto é, de um profeta. Portanto, para tentar barrar a evasão de católicos de suas hostes e promover a recondução dos desviados, buscou nas atividades educacionais de uma determinada congregação a saída alternativa para os seus problemas. Em outras palavras, seguindo os mesmos passos que outros bispos romanizados já haviam trilhado, procurou a partir do trabalho de um tipo de especialistas da Igreja Católica a solução para a crise vivenciada.

O terceiro capítulo é dedicado à conjuntura da criação da Escola Sagrada Família, isto é, à análise dos antecedentes que propiciaram o convite às irmãs polonesas estabelecidas em Curitiba. A Congregação escolhida pelo bispo D. Antônio tinha a história da sua fundação e desenvolvimento inicial intimamente ligada a uma fase muito importante para a história dos poloneses, quer dizer, os anos finais de dominação estrangeira. O fato de ter surgido a partir das atividades de um religioso que lutou pela independência da Polônia e que fez com que suas freiras trabalhassem junto aos grupos sociais mais necessitados, facilitou o reconhecimento e aceitação das irmãs por parte da comunidade imigrante polonesa estabelecida em Ponta Grossa. A

dissidência religiosa que surgiu entre católicos romanos e antigos católicos não é o objeto central dessa dissertação, mas pode ser entendida como o motivador para a criação do estabelecimento de ensino que desenvolveu práticas educacionais propiciadoras do reconhecimento de uma determinada identidade.

Ainda nesse capítulo é apresentado o trabalho educacional desenvolvido pelas irmãs da Congregação da Sagrada Família, tanto em sala de aula como nas atividades extraclasse. Muitas dessas práticas escolares tinham características identitárias, que inicialmente contribuíram para que a comunidade polonesa local reconhecesse o estabelecimento de ensino como direcionado aos seus interesses, ao mesmo tempo em que favoreceram o reconhecimento por parte da sociedade ponta-grossense dos alunos como advindos da Escola Sagrada Família. No transcurso dos anos a realidade nacional gradativamente transformou-se: por mais que o governo federal tivesse interesses na manutenção dos imigrantes e seus descendentes no Brasil, almejava que esses se tornassem brasileiros. Um dos caminhos escolhidos para isso foi através do sistema de ensino. As escolas para imigrantes tiveram que se adaptar a novas leis, e a Escola Sagrada Família não ficou fora dessa regra. Se nos seus anos iniciais teve que trabalhar com elementos identitários poloneses para atingir a clientela pretendida, gradativamente essas características passaram por um processo de mutação, e os valores defendidos agora são os cívicos, os da nacionalidade brasileira.

# A ROMANIZAÇÃO DA ESCOLA CATÓLICA: UM CONTRAPONTO À LAICIZAÇÃO DO ESTADO

## 1.1. A EDUCAÇÃO CATÓLICA ROMANIZADA NO BRASIL

Durante o período imperial o chefe titular da Igreja Católica no Brasil era o imperador, portanto, o clero era visto e tratado como composto por funcionários públicos, recebendo seus pagamentos e obedecendo a ordens advindas diretamente do governo.<sup>1</sup> Sob a proteção do Império a Igreja legitimou sua posição, pois era a religião oficial. Nessa época, as outras religiões existentes no país não possuíam o direito de professar publicamente seus princípios, já que de acordo com a Constituição, todos os funcionários públicos deveriam ser católicos. No entanto, a partir da República, a instituição católica passou a fazer parte da sociedade civil, porque, com a proclamação, a Igreja e o Estado se tornaram autônomos. Com a separação, ambos buscaram estabelecer suas identidades.

Nesta pesquisa, constatou-se que, independente do recorte (cronológico, econômico, filosófico, político, educacional, cultural ou outro) escolhido para se estudar a história do Brasil e, em especial, a atuação da Igreja Católica e de seus membros na sociedade brasileira, pode-se afirmar que essa instituição procurou

---

<sup>1</sup> De acordo com Miceli, durante o período imperial o clero brasileiro desenvolveu uma postura regalista, pois dependia dos proventos governamentais para se sustentar, a ponto de manter uma certa vassalagem com o imperador. O poder temporal conduziu os negócios eclesiásticos tornando letra morta a legitimidade das normas canônicas vindas de Roma, dessa forma breçou qualquer possibilidade de expansão da organização, pois impediu o recrutamento de quadros para as ordens religiosas. Esse regime de gerenciamento da Igreja Católica no Brasil pelo poder imperial ficou conhecido como padroado. Segundo Cury, o padroado era outorgado pela Igreja de Roma, dispondo um certo grau de controle sobre uma Igreja local ou nacional para um administrador civil, no caso do Brasil, o imperador. Como a religião católica era oficial do Império, o imperador era a primeira autoridade eclesiástica do país. Portanto, tinha autoridade para criar paróquias e circunscrições, realizar concursos para párocos, indicar bispos para as dioceses, exercer o controle sobre o conteúdo das disciplinas e livros usados nos seminários, isto é, manter uma tutela quase total sobre a Igreja. CURY, Carlos Roberto Jamil. Igreja católica-educação: pressupostos e evolução no Brasil. In PAIVA, Vanilda (org.) **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991, pp. 106-109. MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 16-26.

participar das decisões da política nacional, assim como manter uma forte influência na formação cultural brasileira. A Igreja Católica tornou-se presente e atuante na sociedade nacional por intermédio dos estabelecimentos de ensino confessionais, da imprensa e de todas as frentes sociais desenvolvidas pelas diversas congregações religiosas radicadas no Brasil. Para tanto, faz-se necessária a construção de um panorama sobre a situação da Igreja Católica no Brasil, suas práticas e posturas, e os caminhos escolhidos para fortalecer e manter sua presença e poder.

Não somente durante o período imperial brasileiro, mas também na fase colonial, a Igreja Católica, como instituição religiosa, passou por mudanças, pois, a partir de todas as transformações ocorridas no mundo ocidental, no qual o Brasil se inseria, ela perdeu gradativamente o monopólio de questões que até então eram de sua competência. Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, Roma criou mecanismos para adquirir maior controle sobre as Igrejas nacionais. No Brasil, parte da hierarquia católica, tentando imprimir um novo rumo à Igreja, iniciou um processo de reforma tanto do clero como das práticas religiosas difundidas pelos seus próprios membros e seguidas pelos leigos, conhecido como romanização.<sup>2</sup>

Esse processo solidificou a sua base na defesa dos seguintes princípios: do ponto de vista institucional preconizou uma maior autonomia da Igreja em relação ao Estado, uma fidelidade absoluta ao papa e aos bispos, vistos como os *verdadeiros*

---

<sup>2</sup> Entende-se romanização, que foi efetivada tanto na hierarquia eclesiástica como na sociedade brasileiras, como um processo de reeuropeização do catolicismo, que teve seu início em meados do século XIX, principalmente nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais, e atingiu a sua afirmação social e política entre as décadas de 1920-1940, levada adiante com a atuação de D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Foi um movimento de inspiração eminentemente hierárquica e clerical, capaz de uniformizar a liturgia e o catecismo no mundo, isto é, em Roma, na África, na Ásia e na América Latina o modelo de catolicismo era o mesmo. Para saber mais sobre romanização pode-se ler: ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 22-24. AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930) I e II. **Síntese**. 10, 1977, p.p. 61-89; 11, 1977, p.p. 73-101. \_\_\_\_\_ & BEOZZO, José Oscar (orgs). **Os religiosos no Brasil – enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986. MARCHI, Euclides. Religião e igreja: a consolidação do poder institucional. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n26/27, p.p. 172-195, 1997. WERNET, Augustin. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. **Revista da SBPH**. Curitiba, n. 6, p.p. 43-52, 1991. \_\_\_\_\_. **A igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.



representantes de Cristo. Além disso, defendia o controle das irmandades leigas, a implantação da solene primeira comunhão, novas devoções, a fundação de novas associações religiosas leigas, o estímulo à freqüente confissão e comunhão, a criação de seminários para a formação de um novo clero romanizado brasileiro<sup>3</sup> e de escolas católicas para o seu rebanho.

O início do processo de romanização no Brasil, em meados do século XIX, preocupou-se primeiramente com a reestruturação dentro das suas hostes, quer dizer, a reorganização partiu de uma nova formação do corpo eclesiástico para então se voltar para os fiéis, remodelando as práticas religiosas já existentes e apresentando outras novas. O movimento brasileiro de renovação da hierarquia eclesiástica estava vinculado ao processo de centralização encabeçado por Roma, compondo apenas uma das frentes da instauração de um novo modelo de Igreja Católica em âmbito mundial. Para tanto, a criação de novas ordens e congregações, especialmente voltadas para o trabalho missionário, era fundamental, pois a partir do momento que um candidato entrava em um seminário para iniciar a sua formação sacerdotal, passava a receber um corpo de conhecimentos que o iria instrumentalizar dentro das propostas romanizadas e colocá-las em prática quando de sua atuação junto à comunidade de fiéis católicos. A formação dos seminários foi anterior à reformulação dessas práticas religiosas: primeiro formou-se o padre que a partir de então atuou em novas frentes, como as escolas, hospitais, imprensa, asilos, além das paróquias.

Essas mudanças da Igreja Católica no Brasil foram baseadas no Concílio Vaticano I (1869-1870), que se posicionou contra diversos movimentos que se

---

<sup>3</sup> De acordo com Miceli, durante a primeira metade do século XIX a maioria dos seminários fundados ficou ao encargo dos lazaristas, que haviam chegado ao país a partir de 1819. Gradativamente essa congregação assumiu o lugar que anteriormente era ocupado pelos jesuítas. Já no final da década de 1920, devido à preocupação que o Vaticano teve com a falta de pessoal eclesiástico especializado para atuar junto à comunidade de fiéis e o incentivo que deu para a vinda de lazaristas e o retorno dos jesuítas (expulsos do país em meados do século XVIII), a situação numérica precária das casas de formação havia se alterado positivamente, havendo 15 seminários maiores e cerca de 30 menores funcionando em todo o país. MICELI, Sérgio. Op. cit., pp. 24-25.

desenvolveram no mundo moderno<sup>4</sup>. Assim a Igreja tentou manter-se como interlocutora privilegiada e única do mundo medieval que gradativamente foi desaparecendo. Julgava que a salvação da sociedade em geral e do homem em particular dependia de uma recristianização do mundo e que essa tarefa era de sua competência exclusiva. Por outro lado, pode-se pensar que o catolicismo era apenas uma das formas de religiosidade da sociedade ocidental e que, portanto, o mundo não se des cristianizou, mas sim se desclericalizou.

De acordo com Hobsbawm<sup>5</sup>, a partir do final do século XVIII e início do XIX, a religiosidade, materializada nas diversas igrejas existentes, era muito presente na vida dos europeus e dos povos americanos, mas não era mais dominante. Uma prova dessa vitória da vida secular sobre a religiosa encontra-se nas revoluções americana e francesa, em que as principais transformações políticas e sociais foram secularizadas, o que pode ser entendido como uma forma de desclericalização da sociedade. Portanto, na tentativa de reverter essa situação e propor um novo envolvimento dos homens com a Igreja Católica, o Concílio Vaticano I propôs combater o pensamento moderno em todos os momentos e lugares, tentando recuperar para a instituição o controle sobre a produção do saber nos mesmos moldes medievais, preservando “uma velha sociedade viva e orgânica contra a corrosão da razão e do liberalismo”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Esses movimentos, aos quais o Concílio Vaticano I era contrário, podem ser identificados com o ateísmo, liberalismo, positivismo, maçonaria, feminismo, racionalismo, com a autonomia sócio-política-cultural do homem perante a religião, e com o comunismo. A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno para a salvação da alma porque corroía a fé devota e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder, desvalorizava - aos olhos da Igreja - a família tradicional, os valores relacionados com a religião e o respeito pela autoridade, pois se fundamentava na liberdade de pensamento e de consciência, na liberdade social e na liberdade política. Portanto, esses movimentos possuíam a intenção explícita de diminuir o poder material, político e cultural de qualquer instituição que representasse uma ordem dominadora.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 242.

<sup>6</sup> Ibid., p. 252.

O mundo medieval que em muitos aspectos não existia mais, mas que ainda era desejado pela Igreja Católica caracterizava-se por uma economia baseada na subsistência e não no capital. Em tal sociedade, grande parte da população estava ligada à terra, da qual partiam as relações de poder e de trabalho, com o apoio de máquinas e tecnologias próprias para sua época. A dependência marcava o relacionamento entre os homens, no qual a tradição, como fonte de verdade, assumia importância decisiva. A hierarquização da sociedade, reproduzindo na terra a ordenação do cosmos, tinha a Igreja como legitimadora, na medida em que pregava a harmonia e a ordem social. A unidade e a variedade da vida eram respeitadas, debaixo de um espírito hierárquico que afugentava as tensões sociais. O centro de todas as coisas não era o homem, tampouco o mundo criado e muito menos a terra, mas Deus.<sup>7</sup> Numa sociedade assim constituída, a preocupação com as ciências, particularmente com a educação, também estava inclusa no projeto social da hierarquia eclesiástica, desde que essas atendessem aos interesses da Igreja Católica e fossem por ela discutidas, adaptadas e ensinadas.

Toda busca humana pelo conhecimento deveria seguir um único caminho: o de obedecer às instruções da doutrina católica já que esta era uma revelação divina, e, assim, o único meio capaz de levar a inteligência humana ao verdadeiro conhecimento. Essa postura esteve presente durante muitos anos no discurso católico, como exemplificou Balduino Rambo\*, quando analisou esse período: “Ciência verdadeira começa apenas ali onde ela se tornou culto pessoal a Deus para o próprio pesquisador.

---

<sup>7</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988, p. 30.

\* Balduino Rambo foi “professor de Botânica do Colégio Anchieta, catedrático de Antropologia e Etnografia da UFRGS, pioneiro de Geologia do Rio Grande do Sul, fundador do Museu de História Natural, do Horto Florestal e do Instituto Anchietano de Pesquisas, poeta, orador, escritor de livros para a juventude, líder popular dos colonos alemães” e sacerdote. SCHMITZ, Pedro Ignácio. S.J. Igreja, educação e ciência. In PAIVA, Vanilda (org.) Op.cit., p. 318.

(...) Ciência vem a ser o decifrar dos vestígios de Deus e o respeitoso reescrever imitativo do mundo, portanto um estudo artístico de primeira ordem e grandeza”.<sup>8</sup>

Nesse contexto, a Constituição imperial brasileira estabelecia que o ensino deveria ser católico. Dessa forma, os funcionários públicos - entre eles os professores - também deveriam ser. A educação religiosa ministrada na escola era considerada *matéria de aula* e, como tal, da competência do Governo<sup>9</sup>, quer dizer, na escola pública, mantida pelo Estado, o professorado e o currículo eram moldados dentro dos preceitos católicos. Enquanto que no lar a tônica da instrução religiosa era o ensino de *rezas*, na escola predominava o ensino da religião transformada em uma *disciplina*. Essa proposta de instrução estava dentro de uma esquematização de verdades doutrinárias, isto é, no formato de catecismo.

Um exemplo dessa realidade foi a lei de 1870 que caracterizou o curso normal como um curso secundário, com dois anos de duração, e estabeleceu a obrigatoriedade das seguintes disciplinas para a formação de um professor: “caligrafia, gramática, **doutrina da religião cristã** [grifo nosso], aritmética, sistema métrico, desenho linear, noções de geografia, especialmente do Brasil, e noções de história do Brasil”.<sup>10</sup> É interessante notar que a lei refere-se à “doutrina da religião cristã” e não a preceitos católicos. No entanto, nessa época sendo a religião oficial do Estado a católica e não as advindas da reforma, era mister que para se tornar professor no Brasil Império fosse mais do que necessário estudar e professar os princípios católicos. Outro exemplo foi a da Cartilha Leitura Universal<sup>11</sup> de 1889, elaborada segundo o método do Barão de

---

<sup>8</sup> Retiro espiritual, 30-06-1951. Ibid. p. 319.

<sup>9</sup> HAUCK, João Fagundes et al. **História da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 205-206.

<sup>10</sup> WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor-estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984, p. 318.

<sup>11</sup> HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone P.; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro - 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 158.

Macaúbas<sup>12</sup> e que trazia em seus primeiros exercícios de leitura corrente as lições “Sinal da Cruz, Ave-Maria e Padre-Nosso”, e entre as poesias “As obras de Deus”.

Manuais de catecismo da doutrina cristã eram muito usados neste período. Vinham acompanhados de um resumo da história sagrada e da história da Igreja para ser ensinado para as crianças nas escolas públicas. Diversos bispos brasileiros<sup>13</sup> mandaram publicar esses livros de alfabetização e catecismo traduzidos, muitas vezes, do alemão ou do francês. Nesses volumes Jesus Cristo era colocado como centro e alma da grande história do mundo.

Mesmo com uma efetiva participação na sociedade da época, o movimento de romanização da Igreja Católica não foi implantado de forma uniforme e pacífica, pois ainda no final do Império era comum encontrar sacerdotes desvinculados das propostas da Santa Sé. Esse posicionamento pode ser percebido a partir dos escritos do Presidente da Província do Paraná, Dr. José Pedrosa, em seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 16 de fevereiro de 1881, no qual comentou a situação que passava o culto público em Curitiba e, de certa forma, em toda a Província:

Muito descuidado, senhores, vai o culto público. Uns atribuem o mal, faltas as devidas e raras exceções, ao pouco zelo dos párocos pelo interesse da Igreja; outros explicam com o indiferentismo do povo pela causa da religião. Sou levado a crer, pelo que vejo e sei, que a primeira causa tem bastante contribuído para gerar a segunda e que ambas unidas dão-nos o triste resultado que presenciamos.

Nunca houve, é verdade, fanatismo entre nós, pois que o nosso povo mostra-se sempre tolerante e hospitaleiro para com todos, pouco cabedal fazendo dos sentimentos religiosos

---

<sup>12</sup> Abílio César Borges – Barão de Macaúbas, nasceu em Rio das Contas (BA) em 09/09/1824 e morreu no Rio de Janeiro em 17/01/1891. Em 1856 foi diretor da Instrução Pública da Bahia. Fundou o Ginásio Baiano em 1858 e o Colégio Abílio, no Rio de Janeiro. Criou o método de ensino conhecido como “Leitura Universal”. Entre outras obras publicou: Plano e estudos do Colégio Abílio (1827); Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (1876); Vinte e dois anos de propaganda em prol da elevação dos Estudos no Brasil (1880); A Lei nova no ensino infantil (1883). Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e recebeu o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa. Departamento Editorial das Edições Melhoramentos. **Novo dicionário de história do Brasil**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1971, p. 399.

<sup>13</sup> Dentre esses bispos podemos citar: D. Luís Antônio dos Santos, bispo do Ceará; D. Macedo Costa, bispo do Pará; Pe. Vicente Zeferino Dias Lopes, governador do bispado do Rio Grande do Sul; D. Viçoso bispo de Mariana. HAUCK, João Fagundes et al. Op. cit., p. 207.

alheios. Os templos outrora enchiam-se de fiéis, aos domingos, para ouvirem a missa conventual. Hoje, rareiam os assíduos e, nesta Capital, são os estrangeiros que se mostram mais devotos.<sup>14</sup>

Por isso, o momento da separação entre Igreja e Estado<sup>15</sup> foi um trunfo para que a romanização aqui também se firmasse. Esse movimento intencionava de universalizar as práticas romanizadoras da Igreja, e a recém adquirida liberdade religiosa permitiu que no Brasil também ela tivesse seu lugar. Dessa forma, teve a possibilidade de iniciar um trabalho para forjar uma nova identidade católica, vinculada às posturas romanizantes.

Na Pastoral Coletiva, de 19 de março de 1890, o episcopado brasileiro expôs o seu juízo sobre a queda da Monarquia e o advento da República. Esse posicionamento pode ser visto de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que a hierarquia católica temia o fim do período monárquico, que protegia a Igreja, mas a abafava, o clero ansiava pela independência que o regime republicano lhe acenava: “o decreto assegura à Igreja Católica no Brasil uma certa soma de liberdade que ela jamais logrou no tempo da monarquia”.<sup>16</sup> No entanto, essa autonomia religiosa só poderia ser referendada como positiva pelos bispos se na Constituição da República não fosse inserida “uma só palavra que possa ofender a liberdade da consciência religiosa do país, que é, na sua grande maioria, católica, apostólica, romana”.<sup>17</sup>

Aceitando de forma pacífica ao invés de lutar contra a separação legal entre Igreja e Estado, os líderes religiosos brasileiros conseguiram parcialmente evitar o

---

<sup>14</sup> FEDALTO, Pedro. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba, 1958, p. 189.

<sup>15</sup> A separação entre Igreja e Estado foi oficializada por decreto em janeiro de 1890 e confirmada pela Constituição republicana de 1891. HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 93.

<sup>16</sup> MARIA, Júlio. **A igreja e a república**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 103.

<sup>17</sup> Ibid, p. 104.

anticlericalismo rancoroso\*, o que possibilitou promover uma presença mais marcante na sociedade, antecipando o modelo da neocristandade.<sup>18</sup> Esse modelo propunha que a própria Igreja se reorganizasse como instituição para ter condições de reordenar os caminhos da Nação dentro do seu projeto religioso.<sup>19</sup>

Por mais que o governo republicano não fosse católico, é interessante observar que a partir da instauração desse regime a instituição católica prosperou, adquiriu uma liberdade para atuar na sociedade brasileira que até então nunca havia gozado. A partir

---

\* O Paraná, do final do século XIX e início do XX, pode ser apresentado como um pólo de nacionalidades, crenças e opiniões diversas. Nele encontravam-se os republicanos idealistas, os católicos conservadores, os neopitagóricos, os maçons e os espíritas, entre outros, todos disputando o predomínio do pensamento e do discurso. Nesse momento de consolidação da República recém criada, o combate ao clericalismo, entendido como um obstáculo à liberdade de consciência e de culto, foi defendido por muitos intelectuais, levando-se essa discussão não apenas para o campo moral e político, mas inclusive para o âmbito escolar. A educação era defendida por todas as vertentes como capaz de mudar a feição da sociedade, portanto, nesse âmbito ocorreram os mais sérios debates. Os anticlericais não aceitavam que os representantes da Igreja desenvolvessem práticas impositivas, isto é, posturas que ultrapassassem a evangelização. “Daí provêm as denúncias agressivas de corrupção, hipocrisia, ganância, prepotência e intolerância da ordem sacerdotal, acusada de trair os princípios evangélicos”. Contrapondo a educação laica àquela proposta pela Igreja Católica, o anticlericalismo pleiteou um ensino fincado na moral, mas não a moral católica, que era vista como indesejável para a jovem sociedade republicana, mas defendiam uma moral ligada à defesa de uma pátria livre e laica, apregoando a liberdade de consciência e culto. Diante dessa realidade, os membros da hierarquia católica necessitaram reorganizar-se para pleitear um retorno ao poder político e o caminho escolhido foi essencialmente o da educação. A consolidação da República trouxe no seu bojo uma proposta pragmática de governo, em que correntes de pensamento foram gradativamente enfraquecendo até perderem a importância – caso do republicanismo radical, incluído nestes os anticlericais – e o regime fincou-se em base oligárquica e paternalista. TRINDADE, Etelvina M. <sup>a</sup> de Castro. **Clotildes ou Marias**, mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba: Fundação Cultural, 1996, pp. 105-108; 132-139; 156-157; 191-195.

<sup>18</sup> O surgimento do modelo da neocristandade pode ser datado a partir de 1916 com a publicação da carta pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo de Recife e Olinda e, posteriormente, arcebispo do Rio de Janeiro e eminente líder da Igreja Católica no Brasil. Com esse projeto de sociedade a Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, pregando a hierarquia e a ordem, se imiscuindo nas principais instituições e governos. Com isso conseguiu conquistar espaços e manter seus interesses indispensáveis, isto é, a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo, dessa forma revitalizou a sua presença dentro da sociedade. MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil – 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 41-43.

<sup>19</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Igreja católica-educação: pressupostos e evolução no Brasil. Op. cit., p. 112.

de então aumentou o número de dioceses<sup>20</sup>; os bispos mais facilmente realizaram viagens para Roma para tratarem de assuntos religiosos, sem necessitarem de licença do poder executivo, isto é, tiveram a oportunidade de estreitar suas ligações com Roma; ordens e congregações estrangeiras chegaram e iniciaram seus trabalhos nas dioceses, escolas, hospitais, asilos ou em qualquer outra obra de alcance assistencial e social; e, como apontou o pe. Júlio Maria em 1900, “o sentimento católico tem se desenvolvido no Brasil”.<sup>21</sup> Uma liberdade que praticamente não existia durante o Império, pois de acordo com Desiderio Deschand:

si de um lado, o Império favoreceu a causa da Religião, não o fez quanto devia; cerceou frequentemente sua acção moralisadora; matou a vida religiosa seccando a fonte das vocações claustraes; manteve sempre, ainda que mais ou menos energicamente segundo as circumstancias, as abusivas incursões da coroa em materia religiosa, com grave damno da disciplina ecclesiastica e da pureza da fé; finalmente, e aqui chego ao ponto mais grave, a protecção dada á Igreja por um Governo que professava o Catholicismo, sim, mas um catholicismo todo eivado de gallicanismo, esterilizado por desbragado Liberalismo, essa protecção teve um tristissimo effeito: (...) á deschristianisação lenta, mas segura, da nação.<sup>22</sup>

Em outras palavras, com a República a alforria havia sido decretada. Após uma convivência centenária, o Estado e a Igreja Católica partiram para uma (re)construção como instituições autônomas, independentes e livres. Para a hierarquia católica, o momento da separação pode ser visto como a possibilidade de definição dos “espaços de poder, no qual o episcopado brasileiro dedicou-se à elaboração de um discurso uniforme e coletivo, garantindo assim, a unidade dos procedimentos e das

---

<sup>20</sup> Desde o período colonial até 1889, isto é, em quatro séculos de história, o Brasil chegou a possuir apenas doze dioceses, porém “entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos”. Nessa conjuntura todas as capitais estaduais foram convertidas em sedes episcopais. MICELI, Sérgio. Op.cit., pp. 59-60.

<sup>21</sup> MARIA, Júlio. **A igreja e a república**. Op.cit, p. 115.

<sup>22</sup> Para análise dos textos de época optou-se por manter a grafia original. DESCHAND, Desiderio. **A situação actual da religião no Brazil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1910, p. 167.



ações em todas as dioceses e paróquias do Brasil”.<sup>23</sup> Dessa forma buscou manter viva a fé da comunidade católica, atuando em obras de piedade e através de práticas religiosas romanizadas.

No Brasil, como Desiderio Deschand apresentou, o império promoveu esse processo de desclericalização, e assim, com o advento da República, toda a hierarquia eclesiástica voltou-se para a construção de um discurso que buscou a recristianização do seu rebanho e ao mesmo tempo uma reclericalização da sociedade. Por meio de uma (re)organização, ou pode-se pensar, uma (re)construção interna da instituição, é que a igreja pôde voltar-se para ações católicas, quer dizer, planejar em que campos e como atuaria para levar ao seu rebanho o novo discurso e novas práticas religiosas advindas dessa proposta de reestruturação.

Com a separação entre Igreja e Estado, este se declarou laico e passou a defender uma educação também laica. Posteriormente, com a liberdade de culto (07/01/1890) concretizada com a República, as ordens e congregações religiosas<sup>24</sup> e a atenção do episcopado em geral voltaram-se para o setor educacional, que passou a ser o principal elemento de evangelização. A Constituição de 1891 determinou o fim da subvenção oficial para as escolas confessionais e o estabelecimento do ensino leigo nas escolas públicas. Com essa legislação, os membros da Igreja percebiam que se corria o risco de se perder a criança e por conseqüência a família, pois já não era mais permitido o ensino em sala de aula dos postulados católicos como na época do Império.

---

<sup>23</sup> MARCHI, Euclides. Religião e igreja: a consolidação do poder institucional. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 14, nº 26/27, p.187, jan/dez 1997.

<sup>24</sup> “Ainda no período imperial, duas congregações religiosas haviam já iniciado aqui suas atividades: as Filhas da Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vinda de ordens e congregações estrangeiras. Enquanto em 1880, apenas 11 haviam se instalado em território brasileiro, e, de 1881 a 1890 ingressaram 6 delas no país, de 1891 a 1900, esse número aumenta para 16, crescendo para 76, entre 1901 e 1930. Outras 19 congregações são fundadas no Brasil, por essa época”. NUNES, M. José F. Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando & BEOZZO, José Oscar (orgs.). Op. cit., p. 195.

Um dos problemas que a hierarquia eclesiástica católica julgou como sério na época da separação entre Igreja e Estado foi a relação entre o clero e a grande massa de fiéis, pois para os religiosos romanizados o que ocorria era um distanciamento entre a profissão de fé do povo brasileiro e a doutrina da instituição. O brasileiro era um católico diferente daquele pretendido pelo movimento de romanização, muito mais ligado a práticas e devoções religiosas diferentes das introduzidas pelos sacerdotes a partir da segunda metade do século XIX. Esse afastamento já existia na época imperial, mas aos olhos dos membros da Igreja, tornou-se mais evidente com a proclamação da República. Os discursos dos principais líderes eclesiásticos da época colocaram em evidência o tema da ignorância religiosa do povo, que deveria ser combatida pelo aparelho religioso. Uma das formas encontradas para participar desse embate foi o processo educacional. Para garantir o ensino religioso, já que não se poderia mais ensinar a doutrina católica nas escolas públicas<sup>25</sup>, a Igreja Católica Romana no Brasil optou pela criação das suas próprias escolas.

Por mais que o art. 5º do decreto de 7/01/1890<sup>26</sup> tivesse garantido a todas as Igrejas e comunhões religiosas o domínio de seus bens – todas as confissões religiosas passaram a ter o direito ao exercício de seu culto, sem obstáculos aos seus atos particulares ou públicos – a Igreja Católica perdeu um dos principais espaços de penetração popular que era a escola pública.<sup>27</sup> Essa situação era conflitante, pois a hierarquia católica julgava ser a educação um dever e um direito exclusivo seu e que não poderia ser retirado de sua competência, sob pena de se colocar em risco todo o conjunto social que se mantinha unido, através da fé e da educação católica. Segundo a

---

<sup>25</sup> A constituição de 1891, artigo 72, parágrafo 6, diz que: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. O ensino leigo foi introduzido na legislação como consequência da separação entre a Igreja Católica e o Estado Republicano. DESCHAND, Desiderio. **A situação actual da religião no Brazil**. Op. cit., p. 51.

<sup>26</sup> MARIA, Júlio. Op. cit, p.103.

<sup>27</sup> MARCHI, Euclides. Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a república. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano X, n. 18/19, pp. 227-231, jun.-dez. 1989.

intelectualidade vinculada à Igreja, os políticos brasileiros, ao pretenderem a laicização do ensino, imaginaram que estariam promovendo o crescimento da nação, no entanto, estariam na realidade minando os alicerces da sociedade, afastando a única instituição que poderia garantir a continuidade do progresso do país.

Dom José de Camargo Barros, o primeiro bispo paranaense, assim que assumiu, em 1894, fundou escolas paroquiais para que as crianças de alguns municípios fossem instruídas. Em 1900 ele escreveu: “Já estão fundadas e funcionando mui regularmente escolas paroquiais, nas seguintes localidades: Corytiba, São José dos Pinhais, Castro. Em tôdas elas há, diariamente, aulas de catecismo ou história bíblica”.<sup>28</sup> Dessa forma promoveu a escolarização sem abrir mão da evangelização, já que um bom sacerdote, a partir dos olhos da instituição, deveria ser um educador, um formador e acima de tudo um moralizador do povo. Essas escolas católicas passaram a se constituir um contraponto oferecido pela Igreja à educação leiga promovida pelo Estado.

Durante as primeiras décadas da época republicana, Igreja e Estado atuaram separadamente, ignorando-se parcialmente no exercício de suas atividades. Este posicionamento devia-se ao fato de que alguns políticos da capital da República, de fins do século XIX e início do século XX, imbuídos de idéias liberais e positivistas, não tinham muito interesse em ter a colaboração e nem em manter aliança com a Igreja. No entanto, essa postura só pode ser levada a efeito quando se analisa o clima de relacionamento de governo a governo, ou seja, entre o regime republicano e o Vaticano, pois no que concerne ao padrão característico das relações que as autoridades eclesiásticas mantinham com os presidentes e lideranças estaduais brasileiros, percebia-se um clima de cordialidade. O Estado era declarado laico, enquanto que a sociedade continuou católica. Um exemplo dessa situação foi a

---

<sup>28</sup> FEDALTO, Pedro. Op. cit., p. 286.

proibição de subvenção às escolas religiosas presente na Constituição, entretanto, muitas unidades da Federação continuaram a subvencioná-las sistematicamente.<sup>29</sup>

Essas ligações entre o catolicismo e segmentos republicanos estaduais só foram possíveis porque muitos membros dessas oligarquias não pretendiam de fato uma modernização da sociedade. Desejavam apenas uma modernização que significasse aumento de produtividade. Em outras palavras, apoiavam as transformações advindas das máquinas, ferrovias, bancos, trabalho assalariado, e se posicionavam frontalmente contra as modificações sociais que defendiam novas idéias de liberdade, igualdade, extensão de direitos civis para todos e principalmente a profissionalização feminina. O aliado, para essa oligarquia conservadora, só poderia ser o catolicismo conservador, porque ambos não pretendiam alterações profundas nos quadros sociais, muito pelo contrário, defendiam um ponto em comum: a política de manutenção da ordem. Independentemente se era católica ou não, a oligarquia republicana sabia que a educação desenvolvida nos estabelecimentos mantidos pela Igreja e o seu conceito de ordem, respeito ao poder constituído e aceitação passiva das condições de vida jamais colocaria em perigo a sociedade de classes no Brasil.

O conservadorismo das práticas católicas, após a Proclamação da República, foi referendado pela elite eclesiástica, em 1915, na Pastoral Coletiva dos Bispos. Esses afirmaram que era obrigação dos presbíteros e dos sacerdotes em geral ensinar:

a todos o respeito devido aos poderes constituídos, como depositários que são da autoridade de Deus, pois que dele dimana todo o poder; inculquem o dever de obediência e submissão aos que governam, como representantes de Deus, tanto na sociedade civil, como na religiosa e doméstica; de modo que todos os católicos, vendo no poder público uma certa imagem e aparência da majestade divina, o venerem e obedeçam fielmente, não levados pelo medo ou temor do castigo, mas em consciência, em todas as coisas que não se opõem claramente à eterna lei de Deus, à religião e aos direitos da Igreja.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina** (1859-1919) uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 18.

<sup>30</sup> Pastoral colectiva dos senhores arcebispos e bispos das províncias eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre; Rio de Janeiro, Typ. Martins de Araújo, 1915, art. 23 et. 28.

O interessante dessa Pastoral é que ela tentou assumir a responsabilidade de defender uma instituição que não era a sua, mas a republicana. No entanto, essa defesa estava condicionada ao fato de que os seus direitos não fossem usurpados. Analisando o discurso e práxis católicas na Primeira República, Euclides Marchi demonstrou que para viabilizar as prioridades da instituição, que eram salvar almas e pregar a sua versão do Evangelho, muitas alianças com partidos e poderes locais mantiveram-se inabaladas e que a Igreja adaptou-se rapidamente às mudanças ocorridas na sociedade brasileira. A intenção da instituição era garantir e defender seus interesses, pois dessa forma teria condições de aumentar o número de seguidores e se preservar como Igreja.<sup>31</sup>

Dentro dessa situação, a Igreja atendeu a todos os estratos sociais. Destacam-se o ensino secundário e normal, nos quais a concepção que presidia a prática educativa era a da necessidade de formar cristãmente a juventude que exerceria, no futuro, o poder político. A prestação de serviços educacionais para as elites passou, então, a constituir a diretriz-mor da política expansionista seguida pela organização eclesiástica romanizada, tornando-se a alavanca mais dinâmica e rentável dos empreendimentos católicos daquele momento. De acordo com essa visão elitista – excludente dos setores majoritários da população brasileira – as futuras classes dirigentes, saídas inicialmente da burguesia agrária e mais tarde da burguesia industrial, deveriam ser educadas segundo os princípios católicos para que, uma vez no poder, pudessem melhorar as condições de vida das classes baixas e atender às aspirações políticas da Igreja. Muitos desses jovens tornaram-se os intelectuais da Primeira República.

Essa atitude começou a frutificar principalmente a partir da década de 1920, quando líderes católicos se envolveram na política tentando promover a restituição, de maneira informal, da relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e

---

<sup>31</sup> MARCHI, Euclides. *Religião e igreja: a consolidação do poder institucional*. Op. cit., p. 187.

Estado havia realizado. Prova disso é que em 1928 foi abolida a proibição de se ministrar ensino religioso nas escolas públicas de Minas Gerais, medida adotada em 1906.<sup>32</sup> No entanto, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e oficiais só foi legalmente reintroduzido com o decreto n.º 19.941 de 30/04/1931.<sup>33</sup>

Analisando a conjuntura da República Velha, percebe-se, por parte da instituição católica, uma opção preferencial pelas elites. Porém não se desvinculou dos negros, caboclos e migrantes, como afirmou o padre Júlio Maria, em 1910: “o povo pobre é que deve ser o pólo da Igreja, já que a seiva católica está dormindo junto aos pequenos, em especial os camponeses”.<sup>34</sup> Esse camponês a que o padre Júlio Maria faz referência não era o imigrante europeu, o qual trouxe consigo a prática de construir a escola assim que tivesse condições e, em muitos casos, entregá-la a alguma congregação religiosa, mas refere-se ao caboclo que não ia à escola ou não participava de nenhuma instituição porque essas praticamente não existiam pelo interior do Brasil.

De acordo com Sérgio Miceli, a República Velha foi o período de maior expansão dos colégios religiosos. Em praticamente todas as cidades-sedes dos novos episcopados foram criados ginásios diocesanos cuja direção era de responsabilidade de freiras, para atender a clientela feminina, e de padres, quando voltados para o público masculino. Além desses estabelecimentos de ensino criados para a elite, surgiram inúmeros outros destinados a acolher crianças e jovens dos grupos subalternos, como as escolas agrícolas, os educandários para filhos de operários, as escolas-asilos e as escolas profissionais.<sup>35</sup> A existência desses estabelecimentos voltados para um público específico, referenda o não desvinculamento da Igreja Católica com os interesses de

---

<sup>32</sup> BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930, o estado novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 286

<sup>33</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Op. cit., p. 107.

<sup>34</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Igreja católica-educação: pressupostos e evolução no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.) Op. cit., p. 113.

<sup>35</sup> MICELI, Sérgio. Op.cit., p. 145-149.

parte do governo, pois com a proclamação da República seus ideólogos “olham com esperança o sistema escolar enquanto veículo de disseminação da instrução e regulador da oferta de mão-de-obra no mercado nacional. Daí a necessidade de multiplicação (...) das escolas profissionais, de orientação utilitária”.<sup>36</sup> A hierarquia católica percebendo a existência desse *mercado* investiu na criação de educandários que suprissem essa carência e que estivessem vinculados com a proposta educacional defendida pela instituição.

Tal situação fez com que a organização eclesiástica se convertesse no maior e mais importante empresário da rede de ensino privado do país, exercendo o controle sobre 70% das instituições em funcionamento no final da década de 1920. Isso foi possível porque os representantes da Igreja Católica aproveitaram um espaço ainda não totalmente ocupado pelos estabelecimentos laicos para desenvolver um trabalho, visto pelos católicos como saneador. Essa lacuna no ensino público existia pela simples questão de falta de corpo técnico nos quadros do governo, isto é, professores. O resultado final da empreitada católica deveria ser a substituição tanto das idéias modernas quanto do ensino leigo, considerado maléfico e corruptor pelas propostas educacionais católicas. O ensino católico, defendido pela instituição, era a solução para a crise despertada pelos princípios errôneos da filosofia racionalista e da política liberal, isto é, os pressupostos norteadores do mundo moderno.

Por mais que a hierarquia católica e membros da oligarquia conservadora tenham se manifestado resistentes ao ímpeto modernizador – que o mundo de então clamava – tornou-se necessário mudar a noção e as práticas pedagógicas nas escolas. Essa mudança nos estabelecimentos de ensino público ocorreu a partir do abandono da cartilha do Barão de Macaúbas, da realização das ginásticas nos pátios e espaços livres, dos filmes instrutivos aos quais os alunos passaram a assistir e dos livros ilustrados, como “Histórias da Nossa Terra”, de Júlia

---

<sup>36</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 74.

Lopes de Almeida<sup>37</sup>, no qual os leitores perceberam as diferenças e as vantagens da República com relação à Monarquia. Já, em algumas escolas católicas, ocorreu o aparelhamento de laboratórios para o ensino das ciências: “sob a proteção do Cristo crucificado foram equipados, em alguns colégios jesuítas, como o de Salvador, os melhores laboratórios de ciências físicas e naturais no país”.<sup>38</sup>

Nesse momento, décadas iniciais do século XX, o discurso de alguns representantes do Estado Republicano defendia a instalação de um sistema escolar sob inspiração liberal\*. Essa fala não foi encontrada apenas nos escritos dos envolvidos com o ensino público, mas tornou-se presente em diversas instâncias do poder instituído, assim como não ficou restrita à esfera da capital federal, mas circulou pelos diversos estados brasileiros. Pode-se afirmar isso quando se analisa o fragmento do relatório do Secretário Luiz Antonio Xavier, em 1909: “Efetivamente é preciso não esquecer que o objetivo social da difusão do ensino por todas as classes, de acordo com o espírito do regime republicano que adotamos, é preparar cidadãos que possam concorrer com igualdade de circunstâncias, para o serviço do engrandecimento da nossa pátria”.<sup>39</sup>

Sob essa ótica, as instituições escolares conduziram a uma popularização do ensino, o que, para seus defensores, era determinante para o desenvolvimento da nação. Pois “a criança tendo em embrião todas as suas faculdades, inclinações e tendências recebe na escola o cunho indelével que mais tarde se revela em todos os atos de sua vida (...) [já que o] ambiente intelectual e moral da escola, [é capaz de]

---

<sup>37</sup> ALMEIDA, Julia Lopes. **Histórias da nossa terra**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

<sup>38</sup> HERSCHMANN, Micael. Op. cit., p. 159.

\* Entendido como desvinculado da influência da Igreja Católica e capaz de possibilitar o acesso à escola a todos os cidadãos brasileiros, mesmo que isso fosse apenas no plano do discurso.

<sup>39</sup> PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antonio Xavier, ao Presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, em 02/01/1909, p. 14. Curitiba, 1909.



formar o homem para a família, o indivíduo para a sociedade e o cidadão para a pátria”.<sup>40</sup> A escola pública republicana pretendia tanto o desenvolvimento do civismo como a manutenção da ordem e principalmente da moral, sem, no entanto, ser a moral religiosa.

A partir dessa perspectiva, a fonte da igualdade propagada foi a República, regime que concedeu a todos a sensação ilusória da igualdade política e o direito de fato de ser brasileiro. Direito esse que, até então, cabia a uma pequena parcela da população privilegiada. Lilian Anna Wachowicz afirmou que a educação na primeira República, do ponto de vista da instrução pública, apresentou-se “em um contexto ético-moral, de um civismo que procura substituir a religião, na sua força disciplinadora”.<sup>41</sup>

Com a instauração da República, gradativamente o ensino passou a ser visto como um campo privilegiado no qual o professor, como sacerdote do saber, conduziria os alunos e, por conseqüência, o país à *redenção cultural* – forma pela qual muitos políticos dirigiam-se à questão do ensino. A precariedade da educação de então era vista como uma das causas dos problemas sociais existentes na sociedade brasileira. Muitos educadores do ensino público passaram a engajar-se ativamente no que acreditaram ser a construção de um novo saber sobre a nação e esperavam ser responsáveis por encaminhar a sociedade nos rumos de uma *evolução* regeneradora, preparando-a para um novo mundo urbano-industrial. A educação teria o papel de reforçar o civismo como força aglutinadora da nação. Percebe-se, com esse discurso, a utilização da escolarização como uma possibilidade de construção da identidade brasileira via o civismo. Como Azevedo afirmou, os educandários eram “veículos”<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> WANDERLEY, Julia. Relatórios. A ESCOLA. Curitiba, fevereiro de 1906, p. 18. In: TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., pp. 30-31.

<sup>41</sup> WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor-estado no Paraná tradicional.** Op.cit., p. 75.

<sup>42</sup> AZEVEDO, Fernando de. Op. cit., p. 35.

dos elementos identitários dominantes de uma nação. Sem esquecer que nesses estabelecimentos públicos, um dos componentes mais importantes era a “neutralidade religiosa do ensino”<sup>43</sup> defendida na época.

Membros do governo republicano começaram, então, a administrar a instituição escolar e a perceber o trabalho do professor como o de um funcionário que deveria ser leal ao governo e à causa de levar os valores definidos como corretos para toda a sociedade. Por isso a educação, nesse contexto, adquiriu o significado de ser formadora de cidadãos, isto é, daquele homem apto a viver em sociedade sob a tutela da Constituição, respeitando os direitos alheios e os seus próprios. Idéia contrária à defendida pelos padres e leigos intelectuais católicos, que buscavam a fidelidade absoluta ao papa e a seus representantes, e não a uma Constituição. Tanto a Igreja como o Estado apresentavam os seus valores como os únicos verdadeiros, portanto seus discursos defendiam a construção de elementos identitários próprios.

A partir dessas posturas sobre educação, pode-se perceber que as décadas iniciais do século XX foram verdadeiros campos de luta. De um lado as posturas educacionais sustentadas pelos intelectuais católicos, que conseguiram o apoio de muitos líderes políticos locais, de outro as propostas modernizantes para a escola pública pleiteadas por alguns membros do governo republicano, tanto em nível federal como estadual.\* Assim, a educação no Brasil da República Velha deve ser entendida

---

<sup>43</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 22.

\* A busca por uma regulamentação da situação da educação no Brasil, tanto pública quanto particular, foi uma discussão que permeou todo o período da República Velha, já que os assuntos relativos à educação eram de competência dos titulares do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, desde 1892 a 1930. Somente a partir do decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930, é que foi criada uma secretaria de Estado com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, tendo a seu encargo os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Seu primeiro ministro foi Francisco Luís da Silva Campos. A criação do Ministério da Educação demonstrou uma preocupação diferenciada sobre a questão, além disso, a escolarização estava adquirindo o caráter de construtora da identidade brasileira. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, p. 7738.

como um campo, a partir da ótica de Bourdieu, onde agentes sociais, detentores de capitais distintos, lutam em defesa de seus pressupostos.

Durante esse período, diversos intelectuais ligados à educação iniciaram discussões e construíram uma nova possibilidade de ensino para o Brasil. Esse movimento ficou conhecido como Escola Nova\*. Defendiam a necessidade de apagar as marcas anteriores da pedagogia católica, propondo ao Brasil uma educação nova e modernizadora. De acordo com Maria Elisabeth Miguel as propostas do movimento da Escola Nova, implementadas a partir de reformas estaduais, “não traduziam uma política educacional orgânica em nível nacional, mas tendências pessoais de intelectuais que buscavam, com idéias novas, propagar um movimento cultural e educacional”.<sup>44</sup> Já para Carlos R. J. Cury, a Escola Nova era “nova não só pela sua função social, pelos seus processos científicos, pelo método experimental e pela disciplina consentida e responsável. É nova sobretudo porque em seus fins reconhece ao educando o direito de adquirir a plenitude de suas aptidões, por uma exercitação adequada aos seus interesses e necessidades”.<sup>45</sup>

Essa *função* da educação foi encontrada em diversos documentos produzidos por membros do governo, não apenas na capital federal, mas também no estado do Paraná. Isto quer dizer que esse discurso educacional circulou em diversos níveis, como se pode perceber no seguinte fragmento do relatório de 1920 de César Prieto Martinez: “O ideal das democracias é levar a instrução a todas as camadas sociais. De pobres que ainda somos chegaremos a ricos, porque cada cidadão alfabetizado

---

\* O movimento da Escola Nova priorizou o desenvolvimento do aluno enquanto sujeito do processo ensino-aprendizagem; a fundamentação da educação nos avanços da ciência; a aplicação da metodologia científica e a racionalização do sistema educacional. Defendeu a escola pública, gratuita, leiga e obrigatória, tornando-se assim, inevitável o confronto entre os escolanovistas e os educadores católicos. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997, p. 16.

<sup>44</sup> Id.

<sup>45</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Op. cit., p. 86.

produzirá muito mais, e os tesouros de que dispomos serão realmente nossos. A escola pública primária e gratuita, será o instrumento”.<sup>46</sup>

A pedagogia católica posicionou-se contra algumas idéias defendidas pela Escola Nova, como a desclerização do ensino e técnicas didáticas não hierárquicas. Essas posturas pedagógicas diferentes pareciam anarquizantes, como a prática de juntar meninos e meninas sem o *devido cuidado*, visto que essa separação era considerada como fundamental para a garantia da estabilidade moral da sociedade.

O papa Pio XI na sua Carta Encíclica de 1929, “Acerca da educação cristã da juventude”, criticou essas novas propostas educacionais que começaram a surgir em diversos países a partir das primeiras décadas do século XX. Eram idéias gerais e não específicas de apenas um país. Aos olhos do pontífice era “falso portanto todo o naturalismo pedagógico que, na educação da juventude, exclui ou menospreza por todos os meios a formação sobrenatural cristã”.<sup>47</sup> Portanto, esses novos sistemas de ensino eram perniciosos e deformadores da moral e do bom cidadão desejado por qualquer governo, pois “apelam para uma pretendida autonomia e ilimitada liberdade da criança, e que diminuem ou suprimem até, a autoridade e a acção do educador, atribuindo ao educando um primado exclusivo de iniciativa e uma actividade independente de toda a lei superior natural e divina, na obra de sua educação”.<sup>48</sup> Dessa forma, o papa criticou todas as novas propostas de educação que estavam surgindo por todo o mundo. No Brasil essa tendência pode ser associada ao movimento da Escola Nova.

Todo esse potencial inovador do escolanovismo foi contra a tradição educacional católica que, principalmente a partir do movimento de romanização,

---

<sup>46</sup> PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em 15/01/1921. (Referente ao ano de 1920). Curitiba, Tipografia da Penitenciária do Estado, 1921, p. 4.

<sup>47</sup> PIO XI. **Acerca da educação cristã da juventude**. Roma: Tipografia Poliglota Vaticana. 1929, p. 21.

<sup>48</sup> Ibid., pp. 21-22.

educou os brasileiros apresentando-lhes valores eternos e verdades absolutas como faróis norteadores da educação. O conservadorismo pedagógico católico pretendia conduzir o homem a Deus, enquanto a Escola Nova, além de não cogitar Deus, fazia restrições aos idealismos religiosos.

Não falando apenas para o Brasil, mas para toda a comunidade católica do mundo, o papa Pio XI, baseando-se nos preceitos defendidos pelo Concílio Vaticano I, apresentou a ligação existente entre fé e razão, que era tão cara para a Igreja naquele momento, pois “não só não podem contradizer-se nunca, mas auxiliam-se mutuamente, visto que a recta razão demonstra os fundamentos da Fé, e iluminada pela sua luz, cultiva a sciencia das cousas divinas, ao passo que a Fé livra e protege dos erros a razão e enriquece-a com vários conhecimentos”.<sup>49</sup> Nesse contexto de embate com os pressupostos da Escola Nova, os estabelecimentos de ensino católicos deveriam ter por responsabilidade mesclar os preceitos bíblicos com a leitura que o clero fazia das ciências, pois era mister que “a juventude confiada às escolas católicas, seja, sem duvida, plenamente instruida nas letras e sciencias, segundo as exigencias dos nossos tempos, mas ao mesmo tempo sólida e profundamente, em especial na sã filosofia (...) tudo conforme à fé católica”.<sup>50</sup> Em outras palavras, os jovens estudantes das escolas pertencentes à Igreja necessitavam tomar conhecimento das novidades científicas, para que não se sentissem distantes ou alijados do mundo, no entanto, primeiramente essas *novidades* deveriam receber a aprovação eclesiástica, para evitar a corrupção dos valores defendidos pela instituição. Ou, como o próprio papa escreveu em um outro trecho de sua Carta Encíclica: “nós não somos alheios à vida. Recordamo-nos bem do dever de gratidão para com Deus, Nosso Senhor e Creador; não repudiamos nenhum fructo das suas obras; sòmente nos moderamos para não usar

---

<sup>49</sup> Ibid., p. 20.

<sup>50</sup> Ibid., p. 29.

deles mal ou descomedidamente”.<sup>51</sup> Isto é, a ciência é obra dos homens, mas inspirada por Deus, portanto é útil desde que administrada com sabedoria, sem afrontar a moral defendida pela Igreja, pois somente assim auxiliaria na formação do verdadeiro e completo homem de caráter.

Nessa mesma linha de raciocínio, o padre Helder Câmara, em 1933, criticou publicamente os escritos de alguns escolanovistas, já que eles defendiam “estudos evitados duma filosofia errônea e sedutora, capazes de fazer um mal imenso, em nossa terra, onde a ausência de princípios seguros e norteadores, mesmo entre os nossos intelectuais, deixa muitos deles à mercê do primeiro vento de doutrina moderna surgido entre nós”.<sup>52</sup> Com esse posicionamento o intelectual católico reiterou, como verdadeiras e ideais para o Brasil, as propostas educacionais defendidas e postas em prática nos estabelecimentos católicos, pois, conforme o que alegou, os pedagogos da Escola Nova estavam na realidade cegos “pelos progressos modernos”<sup>53</sup>, que nem sempre eram vistos como positivos pelos membros da Igreja.

Enquanto os teóricos da Escola Nova pretendiam uma escolarização difundida por toda a sociedade, pois só assim se atingiria o pleno desenvolvimento do Brasil, os intelectuais católicos justificavam os programas mais superficiais no ensino das *ciências*, pela preocupação que possuíam com a instrução global dos seus alunos e não apenas com a formação profissional, principalmente a feminina. Com relação à mulher, as ciências físicas e naturais eram ensinadas como complemento da instrução, já que para essas jovens o ideal não era o caminho da profissionalização, mas o do lar, educando de forma *integral* – para os padrões femininos – a futura esposa e a primeira educadora dos filhos que Deus pudesse lhe confiar. Nesse contexto, o ensino da

---

<sup>51</sup> Ibid., p. 32.

<sup>52</sup> CÂMARA, Pe. Helder. Educação Progressiva: a ordem. Vol. X, abr. 1933, p. 544. apud: HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 40.

<sup>53</sup> Id.

história adquiria importância fundamental, em particular a História Sagrada e a História Antiga, uma vez que seu ensino facilitava a explanação da doutrina católica. Esse conservadorismo educacional era desejado por alguns membros da sociedade patriarcal, pois eram nessas escolas que as elites colocaram as suas filhas para se tornarem polidas, sociáveis e, sobretudo, católicas.<sup>54</sup>

Diante desse contexto, as autoridades governamentais paranaenses, sentindo a necessidade de modernizar a educação pública, procuraram reformular a escola buscando em São Paulo novos métodos pedagógicos para o ensino primário e profissional. A transformação da sociedade aconteceria a partir da modificação e ampliação da educação, que vinculava a apreensão do saber científico a uma superação da fase mítica da sociedade. Os argumentos que sustentavam essa modificação não eram apenas pedagógicos, mas também políticos. A proposta continha elementos de formação cívica, traduzidos na disciplinarização dos alunos. A questão da alfabetização precisava amparar-se na formação de atitudes morais, na disciplina transmitida pelo hábito da leitura e pelo trabalho manual, sem esquecer que tudo isso se inseria num projeto de construção de uma identidade nacional, já que o Paraná vivia um momento de intensa europeização de sua população.\*

No entanto, a escola no Paraná condensou as contradições do mundo moderno, pois, ao mesmo tempo em que propôs transformações no currículo e nas práticas pedagógicas, manteve nas mãos dos(as) educadores(as) católicos(as) o *sagrado* direito da educação. Assim, até o final da década de 1920, a maior parte dos estabelecimentos de ensino estava nas mãos de congregações religiosas católicas, tanto masculinas como femininas.

---

<sup>54</sup> MANOEL, Ivan A. Op. cit, pp. 83-85.

\* A questão da Escola Nova no Paraná não é o objeto central dessa pesquisa, mas a criação da Escola Sagrada Família ocorreu nessa fase de conflito entre as propostas escolanovistas e católicas, por isso justifica-se a necessidade dessa análise.

Exemplo dessa contradição é que no estado, somente a partir da metade da década de 1920, foram criadas outras escolas habilitadas para o curso normal para a formação de professores da rede pública com estrutura própria separados dos cursos ginasiais, já que a Escola Normal de Curitiba, que surgiu em 1922, não dava conta de atender a demanda de professores necessários para atuar nas escolas primárias existentes em todo o Estado.

Para solucionar esse problema foram criadas, em 1924, as Escolas Normais de Ponta Grossa e Paranaguá para atender respectivamente o interior e o litoral do Estado<sup>55</sup>. Dessa forma tentou-se diminuir as subvenções às escolas particulares, muitas delas católicas, pois, com mais professores *formados* trabalhando nas escolas públicas, o ideário escolanovista republicano seria levado a um número maior de alunos. Com isso se reduziria a dependência do governo estadual com relação aos estabelecimentos de ensino particulares espalhados por todas as cidades e colônias de imigrantes.

De acordo com Saviani<sup>56</sup>, a escola pública surgiu com o intuito de livrar o homem da ignorância e da opressão, mas revelou-se incapaz de atingir tal objetivo, pois se constatou que essa tarefa era demasiado grande para as possibilidades da escola da época. Não esquecendo que o espírito das reformas estaduais, cujo significado era a ruptura com o *velho* – associada principalmente com a educação católica – traduziram o tradicionalismo das oligarquias. Essas preferiam o *bom professor*, aquele funcionário obediente que trabalhava por patriotismo sem, em muitos casos, aprofundar seus conhecimentos em curso superior. Portanto, no momento histórico em que reuniu condições políticas e financeiras para organizar um sistema educacional compatível com seus interesses, as oligarquias escolheram não seguir as tendências da modernidade, mas preferiram adotar as conhecidas trilhas do

---

<sup>55</sup> MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Op. cit., p. 10.

<sup>56</sup> SAVIANI, Demerval. A filosofia da Educação e o problema da inovação em Educação. In: **Inovação educacional no Brasil**. São Paulo, Cortez Editores. Autores Associados, 1980, p. 21.



conservadorismo. Nesse caminho seguido por grande parte das elites estaduais, não apenas paranaenses, o tradicionalismo católico foi o escolhido como o responsável pela tarefa de educar as filhas oriundas dessa oligarquia.

Isso demonstra que, na prática, os princípios laicizantes da República demoraram a se efetivar, uma vez que parte da população brasileira continuou a reproduzir e analisar o mundo dentro dos parâmetros católicos, pois eram advindas dos estabelecimentos de ensino católicos. O regime republicano pretendeu limitar a atuação da Igreja ao campo restrito da ação religiosa. No entanto, o divórcio entre Governo e a instituição católica ocorreu apenas no nível federal, pois nos municípios e na maior parte dos estados manteve-se a aproximação entre o poder político e o religioso, que já existia na época da monarquia. Essas alianças entre bispos, padres e elites locais possibilitaram à Igreja Católica garantir os espaços necessários à penetração em praticamente todos os níveis da sociedade local, independentemente da cidade ou estado.

O governo republicano tirou da Igreja o papel de organizadora da vida coletiva, sem entretanto substituí-la por alguém capaz de desempenhar o mesmo papel. Foi neste vácuo que a Igreja articulou as suas forças, organizou um amplo sistema de ensino, montou uma rede de escolas, construiu hospitais, trouxe da Europa várias congregações e ordens religiosas que contribuíram para redefinir sua ação pastoral com o intuito de garantir sua presença paralela ao Estado, no meio de todas as categorias sociais, perpassando pelos governantes e governados, elite e povo.<sup>57</sup>

Nesse contexto, a educação católica foi vista como a ordenadora das faculdades humanas, já que a educação pública, ligada à Escola Nova, não atendeu às necessidades do momento. Assim sendo, “a educação religiosa, (...), é a chave de toda a philosophia, a sciencia e a arte pedagógica...”.<sup>58</sup> Em outras palavras, foi através dos estabelecimentos dirigidos pelos representantes da Igreja Católica que grande parte da população brasileira foi educada.

---

<sup>57</sup> MARCHI, Euclides. Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a república. Op. cit., p. 231.

<sup>58</sup> LIMA, A. A. Debates pedagógicos, Rio de Janeiro, 1931, p. XII. In CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia da educação brasileira**. Op. cit., p. 55.

A idéia do fracasso de uma educação, ou até mesmo de um país desvinculado da religião, foi discutida em diversas Cartas Pastorais individuais e coletivas de muitos bispos brasileiros romanizados e prevista com clareza pelo pe. Júlio Maria em 1900, em sua obra “A Igreja e a República”. O erro estava em que:

acreditam alguns deles [intelectuais republicanos], (...) que a religião católica no Brasil não passava de uma criação artificial da lei; que facilmente se podia eliminá-la da vida da nação; que facilmente se podiam promulgar códigos e leis, fundar escolas e formar educação sem atenção às crenças religiosas. Tal política sobe ser altamente absurda no regime democrático, é crassamente ignorante das nossas tradições, de nossa história, de nossa formação e evolução nacional.<sup>59</sup>

## 1.2. A EDUCAÇÃO PARA O IMIGRANTE EUROPEU NO PARANÁ

Durante o século XIX, a história do Brasil foi marcada por grandes transformações. A partir de 1850, com a lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, a ocupação das terras devolutas dependeria do título de compra, impedindo assim o acesso à propriedade de qualquer terreno mediante a posse pura e simples. Com isso, universalizou-se juridicamente a propriedade privada da terra.<sup>60</sup>

Também a partir de 1850, proibiu-se a importação de novos escravos africanos (Lei Eusébio de Queirós), fato que já ocorria internacionalmente. Ainda que permanecesse no Brasil o comércio de escravos no contexto interprovincial, a necessidade de braços para a lavoura já se fazia emergente. Nos latifúndios cafeeiros de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro “a exigência de mais mão-de-obra e a constante renovação do estoque de escravos eram uma imposição do momento”.<sup>61</sup> De acordo com Balhana, a solução do problema foi enunciada na época com

---

<sup>59</sup> MARIA, Júlio. Op. cit., p.66.

<sup>60</sup> MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 14.

<sup>61</sup> BALHANA, Altiva P. & MACHADO, Brasil P. & WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, p. 347, 1969.

simplicidade, isto é, “o braço escravo deveria ser substituído pelo braço livre do imigrante”.<sup>62</sup> No entanto, as experiências negativas do sistema de parcerias desenvolvidas em São Paulo demonstraram que “em lugar do sistema de plantação em fazendas, deve-se pouco a pouco adotar o da pequena lavoura; em vez do fazendeiro, o lavrador, em vez do trabalho escravo, o do braço livre”.<sup>63</sup>

Com o fim da escravidão houve a substituição completa do trabalho do cativo pelo do homem livre (marco jurídico – Lei Áurea – 1888). Nesse contexto, os dirigentes políticos praticando a política do *governar é povoar*, com o objetivo de habitar os imensos territórios, levaram vida aos sertões desabitados\*, pois incentivaram milhares de imigrantes a se estabelecerem em regime de pequena propriedade no sul do país. Esses estrangeiros criaram colônias agrícolas para a produção de gêneros de primeira necessidade. Outros, por sua conta, se fixaram nas cidades. Dessa forma, transformaram o perfil urbano e rural da população brasileira.

A chegada e estabelecimento dessa população de imigrantes estrangeiros em terras paranaenses passou por fases distintas. Num primeiro momento, principalmente nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, o governo provincial desenvolveu uma política de criar colônias em zonas não habitadas. Na tentativa de levar “o progresso e a civilização”<sup>64</sup>, que eram características defendidas como pertencentes aos europeus, para outras regiões paranaenses, foram criadas colônias como a de Assungui, localizada a “16 léguas de Curitiba e 14 léguas de Castro”.<sup>65</sup> Devido a distância dos centros urbanos consumidores, a falta de estradas e de infra-

---

<sup>62</sup> Ibid., p. 348.

<sup>63</sup> Id.

\* Os sertões nacionais eram entendidos como desabitados pelos governos federal e estadual, pois não se considerava como civilizada a população que o ocupava, isto é, os indígenas e o caboclo.

<sup>64</sup> LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1867 a 1882**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997, p. 59.

<sup>65</sup> Ibid., p. 51.

estrutura, outras colônias, como a mencionada, não atingiram o progresso pretendido pelo governo, recebendo muitas críticas e promovendo a mudança da política imigratória desenvolvida no Paraná.

A partir da administração de Adolfo Lamenha Lins (1875-1877)<sup>66</sup> ocorreu uma alteração da política imigratória vigente. A preocupação com as condições oferecidas aos imigrantes recém-chegados adquiriu prioridade. No entanto, o fator decisivo para alterar o rumo das imigrações em terras paranaenses foi “a concessão de lotes em colônias próximas aos mercados e providas de estradas para o transporte dos produtos agrícolas, liberando o colono da tutela do governo”.<sup>67</sup> Dessa forma, criaram-se núcleos produtores de gêneros alimentícios próximos aos centros consumidores capazes de promover o desenvolvimento tanto das colônias de imigrantes como das cidades adjacentes.

Mesmo com o relativo bom desenvolvimento desse tipo de política imigratória promovido pelo governo da província, a partir da década de 1880 a administração provincial diminuiu sua participação financeira, criando para substituí-la sociedades de imigração centralizadas na capital.<sup>68</sup> Essas instituições faziam propaganda das terras paranaenses em solo europeu, incentivando a vinda do imigrante e a colonização do território. A partir dessa política estendeu-se o programa colonizador para o litoral e para os Campos Gerais.<sup>69</sup> Além de ser vista como positiva a questão do abastecimento, que foi promovida com a fixação do estrangeiro, tem que se levar em consideração que o Paraná havia sido emancipado há pouco tempo e que

---

<sup>66</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Edições Guaíra. 3.ed., p. 374.

<sup>67</sup> LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora**. Op. cit., p. 60.

<sup>68</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, nº 11, p. 65, 1994.

<sup>69</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias**; um estudo da imigração ucraniana. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 46.

seus líderes viam “na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político”.<sup>70</sup>

Entre as décadas de 1880 e 1900, foram criados no Paraná mais de quarenta núcleos coloniais, “ora com o apoio do Governo central, ora por iniciativas particulares ou estaduais, conforme mudavam as diretrizes da oscilante política imigratória da época”.<sup>71</sup> Nessas colônias, embora se tenha mantido a variedade étnica, houve acentuada predominância de poloneses e ucranianos.

Com a proclamação da República, prosseguiram os esforços governamentais de se povoarem os espaços vazios e o desejo de que a imigração prosperasse, dando continuidade ao “crescimento do estado”.<sup>72</sup>

Essas mudanças tiveram um significativo impacto na composição social, econômica, cultural, política e religiosa no Brasil, pois, de acordo com Beozzo<sup>73</sup>, entre os anos de 1870 e 1930, chegaram ao Brasil aproximadamente 3,5 milhões de europeus. Tal mudança demográfica alterou profundamente a face religiosa do país, porque se diversificou o aspecto religioso e as idéias em geral. Além do catolicismo de raízes alemãs, italianas, polonesas entre outros, chegaram o cristianismo reformado, o islamismo, o budismo, o xintoísmo e outros.

---

<sup>70</sup> Ibid. p. 68.

<sup>71</sup> BALHANA, Altiva P. & MACHADO, Brasil P. & WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 183.

<sup>72</sup> BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem amanhecida**; vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 30.

<sup>73</sup> BEOZZO, José Oscar (org.) **História da igreja católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, ano III, 1989, p. 150. Analisando essa questão, Giralda Seyferth afirma que os dados sobre a entrada de imigrantes europeus no Brasil são precários. Em seus estudos ela utilizou as estatísticas de J. Fernando Carneiro, que apresentou entre o período de 1819 e 1947 o ingresso de 4.903.991 imigrantes no país. Nesta pesquisa optou-se pelas informações apresentadas por Beozzo, pois compreendem o período de chegada em maior escala dos poloneses e a proximidade da fundação da Escola Sagrada Família em Ponta Grossa. SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 11.

Num período de elevado crescimento demográfico da população brasileira, o número de congregações e de religiosos(as) era insuficiente para atender às necessidades pastorais e educacionais da sociedade. Este fato contribuiu para a percepção sobre a necessidade da vinda de novos institutos, sem a ajuda dos quais a romanização do catolicismo brasileiro não teria êxito.

Um reflexo dessa situação transparece no documento que Dom Macedo Costa, bispo do Pará, submeteu aos bispos do Brasil, em agosto de 1890, para servir de base às discussões e resoluções da conferência realizada em São Paulo. Esse texto, que propôs alguns pontos de reforma na Igreja brasileira, continha um capítulo inteiro dedicado aos imigrantes. Nele foram mencionadas as necessidades espirituais dos colonos e os meios para remediá-las. Além da reestruturação no quadro de sacerdotes, D. Macedo propôs que “se tal projeto bem executado prosperasse, se poderiam chamar da Europa congregações religiosas de mulheres, que na mesma cidade fundassem um internato e externato para as filhas dos colonos”.<sup>74</sup>

Desse modo, as congregações religiosas puderam ocupar dois campos de atividades: o social\* – com creches, orfanatos e hospitais – e o da educação, “com abertura de escolas de primeiras letras nas colônias de imigrantes e colégios nas cidades”<sup>75</sup>, que poderiam atender tanto os filhos de estrangeiros quanto a população local. A vinda dessas congregações não pode ser vista como evento isolado, fruto da ação individual de algum bispo preocupado com as necessidades de sua diocese, mas se constituiu em uma etapa de um planejamento bem elaborado e em escala mundial. Deve ser analisada como um processo desenvolvido pelos membros da Igreja Católica para recuperar à instituição um lugar central na sociedade.

---

<sup>74</sup> BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin (org.) **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 1993, p. 54.

\* Por mais que a educação possa ser vista como um segmento do social, nesse contexto entende-se *social* como as práticas do assistencialismo realizado por membros da Igreja Católica.

<sup>75</sup> BEOZZO, José Oscar. **História da igreja católica no Brasil**. Op. cit., p. 152.

As escolas surgiram da necessidade elementar de o colono alfabetizar a sua descendência, constituindo-se, assim, numa importante etapa no processo de trocas culturais dos imigrantes no Brasil, tanto entre si, como com a sociedade local. Além desse aspecto, o europeu trouxe consigo uma nova mentalidade a respeito da instituição escolar, pois em sua terra natal estava acostumado a providenciá-la, tornando-se de certa forma independente do poder municipal ou estadual.

Durante o processo imigratório no Brasil, a escola, para o estrangeiro, era vista como uma possibilidade de manter nas gerações futuras a noção da nacionalidade de origem, os costumes, a língua e a religião, isto é, sua identidade. No entanto, entre muitos grupos de imigrantes, acima da escola estava a necessidade da manutenção da fé, concretizada através da construção da capela ou Igreja, como fica claro no fragmento a seguir em que o autor, um padre missionário polonês no Brasil (desconhecido, pois não assinou a carta), escreveu em 1903 na Colônia de Thomas Coelho:

Espalhou-se a notícia pela colônia de que os padres vieram e que haverá santa Missa. Pelas 10 horas reuniu-se uma multidão de colonos diante da igreja, esqueci que me encontrava no Brasil. Tive a impressão de me encontrar pregando missões na Galícia. Tudo como se fôsse na Polônia. São os mesmos honestos e piedosos poloneses, os mesmos costumes, as mesmas vestes, os mesmos ofícios religiosos, os mesmos cânticos na igreja.<sup>76</sup>

Tanto na área rural como nas cidades, é raro encontrar a Igreja apenas como entidade do culto católico, um templo para celebrações. Em muitos casos, essa comunidade religiosa existe num plano espacial, isto é, construções que incluem a escola (primária e/ou secundária), uma área para o lazer (salão paroquial) e diversas entidades assistenciais (asilos, orfanatos e hospitais).<sup>77</sup>

Junto à Igreja estava a escola, particularmente nas comunidades de imigrantes poloneses, que representaram o contingente mais numeroso no Paraná e escolhiam o

---

<sup>76</sup> **ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA.** Curitiba: Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. v. V., 1971, p. 95.

<sup>77</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Op. cit., pp. 52-53.

educador não apenas pelas suas condições intelectuais, mas principalmente por ser capaz de dar orientação religiosa às crianças. Nesse momento, entendia-se que a identidade de um grupo não se restringia apenas a questões de língua e costumes, mas era intimamente relacionada à religiosidade. Sendo assim, os próprios colonos, eles mesmos em parte analfabetos, esforçaram-se e tomaram a iniciativa de proporcionar a seus filhos ao menos o conhecimento das primeiras letras e das quatro operações aritméticas. No início, devido à falta de recursos dos colonos, as escolas não passaram de simples paíóis de madeira onde se improvisava, na maioria das vezes, uma única sala de aula; mais tarde foram sendo construídos prédios próprios, já com várias salas. Esse tipo de escola é chamado por Lilian A. Wachowicz de comunitário<sup>78</sup>, pois se tratava de uma instituição criada pelas próprias comunidades de colonos. No trabalho “Fraternidade do homem com a terra – memórias de Koscianski”, Romão Wachowicz escreveu sobre esta relação igreja-escola para o imigrante polonês:

Começou a construção da igreja. A colônia impôs-se como orgulho e ambição levantar um santuário. O material do velho templo foi destinado à construção da Sociedade Ajuda Fraterna, bem como para levantar o prédio da escola das Irmãs. Estes eram deveres dos quais ninguém poderia esquivar-se. Os colonos, como a minha família, igualmente, não nadavam em dinheiro. (...) Mesmo assim contribuíram com trabalho e recursos.<sup>79</sup>

O governo paranaense apoiou as iniciativas particulares dos imigrantes quando eles se preocuparam com a instrução de seus filhos. Em diversos núcleos de europeus surgiram escolas subvencionadas, que eram instituições particulares abertas por iniciativa da comunidade, geralmente em localidades onde não havia escola pública, impondo o governo a condição de que se ensinasse e se falasse a língua portuguesa nas aulas, caso contrário a subvenção seria cancelada. Muitos desses estabelecimentos eram administrados por congregações religiosas e ressaltados com admiração pelos

---

<sup>78</sup> WACHOWICZ, Lilian A. Op. cit., p. 208.

<sup>79</sup> WACHOWICZ, Romão. **Memórias de Koscianski**. Anais da comunidade brasileiro-polonesa. op. cit., v. III., 1971, p. 75.



próprios funcionários do governo estadual, responsáveis pela instrução pública, como transparece nesse trecho do relatório do inspetor de ensino:

Relativamente às escolas polaca e alemã, acham-se elas instaladas em prédios próprios mandados construir especialmente para esse fim. Acham-se dotadas de mobiliário escolar, aparelhos para ginástica, aparelhos para lições de Física e Química, Desenho, enfim, nada lhes falta e as escolas públicas acham-se contrastando com as particulares, o que deveras nos contraria.<sup>80</sup>

Essa situação não pode ser vista como contraditória, já que a República se proclamava laica, pois no âmbito regional praticamente não houve grandes rupturas entre o Estado republicano e a Igreja Católica, como já foi visto.

A união desses dois pontos - congregações religiosas, que tanto poderiam ser femininas como masculinas, e educação - demonstrou a necessidade vigente no Paraná: conseguir professores para as crianças estrangeiras. Como realizar isso se era muito difícil conseguir escola para as próprias crianças brasileiras? Os colonos poloneses, em muitos casos, não conseguiam sustentar um professor particular em suas colônias. Nesse período, chegaram ao Brasil diversas congregações religiosas.

A tarefa de implantação da reforma católica no Brasil exigiu o concurso de muitas forças. Alguns bispos empenhados nesse movimento restaurador buscaram a colaboração de congregações européias, que na mesma época estavam vivendo um momento de expansão de suas atividades para outros continentes. A educação da juventude apresentou-se como o campo de trabalho privilegiado para grande parte desses(as) religiosos(as), seguindo a própria estratégia eclesial de atuação social na época.

No Paraná em especial, chegaram em 1904 as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e, em 1906, as Irmãs da Congregação Franciscana da Sagrada

---

<sup>80</sup> PARANÁ. Relatório do inspetor escolar de São Mateus, Maurício Távora, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, em 07/02/1910. DAMI, Offícios 1910, vol. 23, doc. manuscrito.

Família (ambas polonesas)<sup>81</sup>, além de diversas congregações de outras nacionalidades.<sup>82</sup>

Em 1905, o padre João Mietus, da comissão da paróquia da Colônia de Orleans, o cônsul austríaco – Sr. Bertoni – e o seu secretário Sr. Wlodzimierz Krasinski pediram à Superiora Geral da Congregação “Rodzina Maryi” – Irmãs da Sagrada Família de Maria – com sede em Lwów, Polônia, irmãs professoras e catequistas para a escola polonesa da paróquia da Colônia de Orleans. Justificaram o pedido afirmando que, no sul do Brasil, onde havia muitos imigrantes poloneses, o ensino era muito precário, pois não havia escolas, nem dinheiro para construí-las, assim como também não havia professores.<sup>83</sup>

Após estudar a questão, a Superiora Geral da Congregação enviou três religiosas que deveriam ocupar-se com as aulas das meninas, ensinar trabalhos manuais e lecionar catequese, procurando sempre renovar e cultivar o espírito patriótico e a fé católica. As religiosas franciscanas iniciaram seus trabalhos imediatamente após a chegada na Colônia de Orleans fundando uma escola e atuando junto ao povo da paróquia com medicina caseira – visitavam as casas dos colonos, levando-lhes um pouco de alívio.<sup>84</sup> Esse foi o discurso identitário defendido pelas representantes da Igreja Católica para a época, isto é, manter as características pelas

---

<sup>81</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Anais da comunidade brasileiro polonesa. Op. cit., v. II, 1970, p. 27.

<sup>82</sup> Dentre as congregações femininas, a primeira a chegar ao Paraná foi a dos Santos Anjos em 1895. Seguiram-na as Irmãs da São José (francesas, 1896), as Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (italianas, 1900), as Irmãs da Divina Providência (alemãs, 1903), as Irmãs de Nossa Senhora de Sion (francesas, 1906), além das congregações polonesas já citadas. TRINDADE, Etelvina M. <sup>a</sup> de Castro. **Clotildes ou Marias**. Op. cit., p.26.

<sup>83</sup> Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família, texto xerocado.

<sup>84</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Orleans - um século de subsistência**. Curitiba: Edições Paiol, 1976, p. 47.

quais os poloneses eram reconhecidos ao mesmo tempo em que se reconheciam. Uma dessas características era a manutenção da religiosidade.

Dentre as atividades desenvolvidas pelas primeiras irmãs estabelecidas em Curitiba, destacou-se a organização de teatros e apresentações com os alunos para animar e aprimorar o desenvolvimento dos educandos, além de proporcionar alguma lição de moral à juventude e ao povo.<sup>85</sup> Essas atividades podem ser analisadas a partir de uma outra ótica, pois como representantes da Igreja deveriam utilizar-se de todos os instrumentos possíveis para levar aos fiéis a versão romanizada da Sagrada Escritura.

Durante boa parte da República Velha, isto é, na fase de chegada e estabelecimento de congregações como a da Sagrada Família, a discussão sobre a nacionalização das escolas era muito presente. Desde 1909, encontram-se registros da necessidade de “acabar com a separação entre brasileiros do tipo primitivo e brasileiros descendentes de diversos ramos europeus.”<sup>86</sup> Em 1917, um decreto do governo federal mandou fechar as escolas de estrangeiros que não ensinassem o português, pois elas desnacionalizavam a infância. O debate sobre a construção da identidade brasileira, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do XX, conviveu com a busca pela manutenção das identidades dos diversos grupos de imigrantes que se estabeleceram no país e, em especial, dos poloneses no Paraná.

Em 1938, quando as escolas para imigrantes foram nacionalizadas<sup>87</sup>, devido às intenções do Estado Novo, as Irmãs da Sagrada Família possuíam diversos

---

<sup>85</sup> Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família, texto xerocado.

<sup>86</sup> OFÍCIO do diretor geral da Instrução pública, Jayme Reis, ao Secretário Luiz Antonio Xavier, em 1909. Curitiba, DAMI, Offícios 1909, vol. 14.

<sup>87</sup> Em 18 de novembro de 1938 entrou em vigor o Decreto-lei n.º 868. No seu artigo 2º, alínea b, ficou definido que os governos federal e estaduais deveriam estabelecer ações “com o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira”. A discussão sobre a nacionalização já ocorria desde o início do mesmo ano, pois no Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril, foram estabelecidas sanções para as escolas e outros estabelecimentos educativos, voltados para a clientela imigrante, que tivessem algum vínculo com partidos políticos ou fossem

estabelecimentos de ensino, internatos e asilos espalhados pelo Paraná, inclusive em Ponta Grossa.

TABELA 2 – ESTABELECIMENTOS FUNDADOS PELA CONGREGAÇÃO DA SAGRADA FAMÍLIA ATÉ 1938

Estabelecimento	Ano	Local
Escola Santo Antônio	01/03/1906	Colônia Orleans – Curitiba
Internato Sagrada Família	07/08/1906	Curitiba
Escola São José	17/01/1907	Colônia Murici – Curitiba
Escola Dom Pedro	26/07/1908	Colônia Dom Pedro
Escola São José	22/05/1909	Água Branca – Curitiba
Escola Santa Cândida	01/07/1912	Santa Cândida – Curitiba
Escola e internato paroquial de Cruz Machado	11/02/1924	Cruz Machado
Escola Sagrada Família	15/01/1925	Campo Largo
Asilo São Vicente de Paulo	26/09/1926	Ponta Grossa*
Internato Menino Jesus	11/01/1927	Curitiba
Casa Escolar Santa Teresinha	07/05/1928	Rio Azul
Internato Nossa Senhora Aparecida	01/06/1931	Curitiba
Escola Santa Teresinha	15/02/1932	São João do Triunfo
Escola Sagrada Família	11/02/1933	Ponta Grossa
Escola e internato paroquial de Jaguariaíva	03/01/1935	Jaguariaíva
Escola Paroquial São José	11/02/1935	Ponta Grossa

FONTE: Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família. **DIOCESE DE PONTA GROSSA – Cinquentenário (1926-1976)**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976. p.p. 302-340. FEDALTO, Pedro. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba, 1958. p.p. 266-267.

Nesse momento, muitas escolas leigas polonesas que trabalhavam de forma ilegal, isto é, sem ensinar o português para seus alunos, tiveram suas portas fechadas. O mesmo não aconteceu com as escolas religiosas que trabalhavam em dois turnos, tendo o período da manhã destinada à parte polonesa do programa e o da tarde à parte

---

mantidos com verbas advindas do exterior. LEX. **Coletânea de legislação**. São Paulo: Lex Ltda, pp. 119-120; 522-523.

\* No livro comemorativo ao cinquentenário da criação da Diocese de Ponta Grossa consta o ano de 1926 como início das atividades do Asilo São Vicente de Paulo e remete às irmãs da Congregação da Sagrada Família a sua administração. No entanto, ao se pesquisar nos Livros de Atas da Comissão do Asilo São Vicente de Paulo, constatou-se que essas religiosas somente passaram a trabalhar na instituição a partir do mês de dezembro de 1936, sem especificação da data exata. Até esse momento as responsáveis pela casa de assistência eram as Damas de Caridade da cidade e a Associação Vicentina.

brasileira.<sup>88</sup> De acordo com a Crônica Geral da Congregação da Sagrada Família, fora dos horários obrigatórios poderia haver aula em outros idiomas, no caso, em polonês.<sup>89</sup> Os professores estrangeiros eram submetidos a exames periódicos de português para poderem lecionar. Para não correr o risco de ter suas religiosas impedidas de lecionarem legalmente, a Madre Provincial, Bronislava Burlaga, desde 1923, buscou cursos para prepará-las, evitando dessa forma o fechamento dos seus estabelecimentos escolares.<sup>90</sup>

Além da preocupação que o imigrante polonês possuía com a educação, pois essa salvaria sua descendência da escuridão do analfabetismo, a própria Igreja via na educação a manutenção da fé católica. Se a Igreja foi a instituição da sobrevivência inicial do imigrante, a escola passou a ser considerada como a instituição que permitiria o progresso do grupo. Assim, a educação forneceria os meios pelos quais os indivíduos desenvolveriam suas aptidões. Uns para o trabalho manual, outros para a produção intelectual e, para todos, a possibilidade da mobilidade e ascensão social, como desejava todo imigrante, independente de sua nacionalidade.

A imigração provocou fortes mudanças raciais, ideológicas, culturais nas relações de trabalho e na economia. No entanto as conseqüências mais significativas foram as promovidas no campo religioso, através da vinda do catolicismo de imigração praticado principalmente pelos colonos italianos, alemães e poloneses aqui estabelecidos e por seus descendentes. O processo de imigração coincidiu com o

---

<sup>88</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Op. cit., p. 77.

<sup>89</sup> As duas línguas eram ensinadas tanto em respeito a Dom Duarte Leopoldo e Silva, que foi bispo do Paraná entre 1904 e 1906, como para evitar problemas com a sociedade e com o governo. O líder eclesiástico insistiu que nas escolas organizadas pelos institutos religiosos a serviço dos imigrantes se ministrasse a língua mãe e principalmente, a língua da nova pátria que haviam escolhido para si e para seus filhos. O conselho do presbítero foi seguido até o momento da nacionalização do ensino. AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin (org.) Op. cit., p. 90.

<sup>90</sup> Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família, texto xerocado.

projeto de mudança do catolicismo e da Igreja do Brasil, ou seja, o projeto de romanização.

## **A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO E A DISPUTA PELO PODER**

### **2.1. O PODER DA IGREJA CATÓLICA IMPLEMENTADO POR UM DISCURSO**

O poder exercido pela Igreja Católica frente à comunidade de fiéis atuantes e de possíveis fiéis, isto é, aqueles que desconheciam a doutrina católica ou então eram adeptos de outras religiões e que, portanto, poderiam ser convertidos, não é material, mas simbólico. Isto ocorre porque a comunicação entre a instituição e o grupo que professa a religião se dá na forma de uma interação socialmente estruturada. A Igreja ocupa um lugar objetivamente estruturado no campo religioso, assim como os fiéis ocupam um outro lugar nesse mesmo campo. Ambos detêm poderes desiguais que existem somente a partir do momento em que o outro o reconhece. Dessa maneira, a Igreja exerce um poder sobre o seu rebanho quando esse reconhece e valida essa força. Da mesma forma que o grupo de fiéis possui um poder quando esse o é reconhecido pela instituição.

A Igreja Católica no decurso de sua história acumulou um capital simbólico de reconhecimento e fidelidade. A hierarquia participante da instituição, a partir do processo de romanização, adotou medidas para socializar esse capital com a intenção de mobilizar os fiéis, atrair os simpatizantes e reconduzir os desviados.

Ao mesmo tempo em que a Igreja Católica no Brasil durante o século XIX e os anos iniciais do XX intensificou sua reorganização interna para adaptar-se às propostas romanizadoras da Santa Sé, também passou a edificar um discurso comum a toda sua hierarquia. Por meio desse instrumento, que partia de Roma, chegava aos bispos e destes adequavam-se às suas realidades, a comunidade católica brasileira tomou conhecimento das diretrizes e dos caminhos que, segundo ela, um bom fiel deveria seguir. Esse discurso serviu de base filosófica e teológica para os procedimentos que qualquer membro da organização poderia tomar. Com esse método,

a intenção era institucionalizar práticas e significados, com o objetivo de se tornar dominante e única. “No centro de sua produção estavam explícitos um jogo de poder e uma relação dinâmica e pedagógica entre os interlocutores. Era, portanto, um discurso datado e direcionado, com fins político-institucionais, com características sociais e ideológicas, com autores e ouvintes qualificados”.<sup>1</sup> O que era escrito e divulgado pelos membros do clero romanizado no Brasil objetivava embasar a fala e as ações de todo o grupo.

D. José de Camargo Barros escreveu em 1894 sobre essa autoridade que a Igreja Católica detinha sobre a sociedade, assim como seus membros diante de seus fiéis: “A Igreja romana, que é escola fundada pelo Divino Mestre é portanto a columna e firmamento da verdade (...) com a firmeza de uma certeza absoluta, explica as verdades de ordem natural e sobrenatural absolutamente necessárias para a eterna salvação”.<sup>2</sup> Sendo *coluna*, serviria de base para o grupo social e, como *verdade*, era uma instituição capaz de impor suas normas e valores.

Esse discurso, implementado pelos sacerdotes romanizados, buscava uma legitimidade, ao mesmo tempo que propunha uma unicidade na fala e também nas práticas, pois “a Igreja catholica é uma sociedade perfeita e independente, formada de fieis que estão subordinados a seus legitimos pastores em união com o Papa, Vigário de Jesus Christo na terra, que professam a mesma fé e que participam dos mesmos sacramentos”.<sup>3</sup>

O espírito novo de reorganização institucional formou bispos conscientes de sua missão apostólica, posta em prática de diversas maneiras. Para isso o episcopado romanizado utilizou-se de muitos instrumentos de comunicação, como as cartas

---

<sup>1</sup> MARCHI, Euclides. Religião e igreja: a consolidação do poder institucional. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 14, nº 26/27, p. 186, jan/dez 1997.

<sup>2</sup> BARROS, José de Camargo. **Saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração**. Roma, 1894, pp. 23-24. Essa é a primeira Carta Pastoral escrita pelo bispo e dirigida aos fiéis paranaenses.

<sup>3</sup> Ibid. p. 21.



pastorais e as visitas às diversas paróquias da diocese, percebendo suas necessidades e falhas. "A Igreja, imersa em uma sociedade em movimento, adaptou suas metas institucionais de modo a assegurar a continuidade ou a expansão de seu espaço social em termos de influência e, eventualmente, de poder".<sup>4</sup>

Entre os anos de 1890 e 1930, Sérgio Miceli<sup>5</sup> afirmou que o número de dioceses no Brasil aumentou consideravelmente. Nesse período, foi criada pelo menos uma diocese em cada estado brasileiro, confirmando de forma gradativa e definitiva o domínio da Santa Sé sobre o catolicismo local. Dentro desse processo, foi instituída em 1892, com a assinatura da bula pontifícia *Ad Universas Orbi Ecclesias* de Leão XIII, a Diocese de Curitiba, abrangendo os territórios do Paraná e Santa Catarina.

Já em sua primeira Carta Pastoral, D. José da Camargo Barros exortou os fiéis da necessidade de serem participantes do processo de evangelização, porque: "para que o nosso ministério não seja esterilizado no meio de vós, para que o oceano de graças que vamos levar-vos não seja repellido com prejuízo vosso, recommendamos muita docilidade a nós e a nossos Cooperadores, que compartilham a nossa auctoridade e os nossos deveres".<sup>6</sup> Com essas palavras o presbítero buscou a vinculação da comunidade católica com as propostas que, a partir de então, seriam postas em prática por ele, ao mesmo tempo em que demonstrou ter consciência da sua realidade de trabalho. "Mesmo assim, os bispos entendiam que o povo, embora não participando diretamente dessas novas orientações da Santa Sé, deveria responder de maneira mais devota à voz e à presença de seus pastores, adequando-se ao espírito de romanização da Igreja".<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> ZULIAN, Rosângela W. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n.º 2, p. 56, 1998.

<sup>5</sup> MICELI, Sérgio. Op. cit. p.p. 59-79.

<sup>6</sup> BARROS, José de Camargo. Op. cit. p. 30.

<sup>7</sup> ZULIAN, Rosângela W. Op. cit. p. 66.

A situação de descaso de parte da população paranaense em muitos ofícios católicos, mesmo após a criação da Diocese de Curitiba, também era percebida em Ponta Grossa no início do século XX. Por mais que a distância entre o município e a sede do episcopado pudesse ser considerada como reduzida, notava-se uma carência na participação popular, "embora apresentando um perfil urbano rústico e acanhado [a cidade] é vista por alguns intelectuais da época como uma urbe acolhedora, progressista e destinada a ser a capital do centro do Paraná. Do ponto de vista do episcopado, o Paraná, e nele Ponta Grossa, são vistos como terra de missão, lugar onde a civilização cristã ainda não chegou".<sup>8</sup> Este fragmento reitera a idéia, já apresentada, de que a romanização não foi um processo uniforme e pacífico, mas precisou constantemente de reforços e de ser realimentado com novos instrumentos e atores reconhecidos institucionalmente.

A proposta da Igreja também se encontra nas cartas pastorais escritas por D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo de Ponta Grossa. Elas servirão a partir de agora para contextualizar a composição e características da sociedade ponta-grossense católica, além de apresentar o que a instituição católica pretendia para essa comunidade na década de 1930.

### **2.1.1. CARTAS PASTORAIS DE D. ANTÔNIO MAZZAROTTO: UM INSTRUMENTO DE NORMATIZAÇÃO**

Aos bispos e a todos os pastores de almas confiou Jesus a alta e nobilissima missão de dilatar na terra o reino de Deus. É este o sublime ideal que elles, em todos os seus trabalhos e empresas, devem trazer sempre diante dos olhos e para traduzil-o em obras hão de empenhar todas as suas diligencias e esforços...

A obrigação principal nossa de ministros de Deus, é procurar com todo empenho que as almas pelas quaes deu Jesus a vida e derramou todo o seu sangue, se deixem governar pelos seus preceitos e santificar pela sua graça e por este meio, que é o único, reine nellas tão clemente Senhor...

O homem é, pois, o soberano e o representante da criação e como tal incumbe-lhe o dever de, em nome das creaturas que o cercam e servem, proclamar com suas vozes e actos a

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 37.

soberania de Deus. Este preito deve também a Deus em seu proprio nome, porque se de Deus são os Céos e a terra, a Deus deve o homem o que é e quanto tem...

Estae, pois, sempre firmes, irmãos e filhos carissimos, na esperança christã que se apoia em granitico fundamento, a infallivel promessa de Jesus, nosso Rei. Conservae sempre diante dos olhos a verdade de que este mundo é a arena do nosso combate, o deserto de nossa peregrinação, e o oceano de nossa navegação. O Céu será a gloriosa palma dos que pelejam o bom combate, a meta suprema dos que jornadeam sem se afastar do bom caminho, o porto feliz dos que navegam pela rota segura da virtude...

É mister que animosamente se dêem vozes e altos brados contra os que ameaçam subverter a fé e a moral. É necessário estar de sobre aviso, porque o homem inimigo, no dizer de Jesus, vem sorrateiramente de noite para semear o joio...<sup>9</sup>

Com essa Carta Pastoral, intitulada "O Reino de Christo", de 1930, D. Antônio Mazzarotto iniciou o seu trabalho como bispo do rebanho católico na recém criada diocese de Ponta Grossa.<sup>10</sup> Sua formação sacerdotal<sup>11</sup> voltou-se para o interesse da Igreja Católica naquele momento, isto é, a proposta de efetivação do processo de romanização, que tinha a intenção de formar um clero com espírito novo, orientado pela figura do pastor apóstolo e santo.

Uma das funções desses religiosos era perceber que em situações de crise no campo religioso, que pode ser entendido como os momentos de conflitos religiosos ou

---

<sup>9</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **O reino de Christo**. Roma: Tip. Consorzio Nazionale de Emigrazione e Lavoro, 1930, p.p. 03-25. Carta Pastoral escrita pelo bispo, dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa.

<sup>10</sup> A Diocese de Ponta Grossa foi criada em 10 de maio de 1926, através da Bula "Quun in dies numerus", do papa Pio XI. Compreendia uma área de 56.550 km<sup>2</sup>, com 209.000 habitantes, 38 sacerdotes e nenhum seminário. Era formada por doze paróquias nos respectivos municípios: Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmas, Prudentópolis, Rio Claro, Tibagi e União da Vitória. Também a compunha as seguintes capelas filiais: da Paróquia de Sant'Ana (sede do episcopado), Itaiacoca, Irati, Teixeira Soares, Uvaia e Entre Rios, além da região paranaense da Prelazia de Palmas. Portanto, à Diocese de Ponta Grossa cabia uma vasta região central e grande parte do sudoeste do Estado. **DIOCESE DE PONTA GROSSA**. Op. cit., p. 24 e 68. FEDALTO, Pedro. Op. cit., p. 203.

<sup>11</sup> D. Antônio Mazzarotto nasceu em 1º de setembro de 1890, em Santa Felicidade, Curitiba. Coursou o Seminário Episcopal de Curitiba, no qual fez os estudos eclesiásticos. Foi ordenado sacerdote por D. João Francisco Braga, bispo do Paraná, em 23 de novembro de 1914. Atuou como professor no Seminário Episcopal e no Ginásio Paranaense, foi coadjutor da Catedral de Curitiba, um dos fundadores da revista Cruzada, atuou na direção da Congregação Mariana e no Grêmio Literário São Luiz, até que em 16 de dezembro de 1929 foi escolhido para assumir a diocese de Ponta Grossa. Em fevereiro de 1930 foi sagrado bispo em Roma e tomou posse do bispado a 3 de maio do mesmo ano. FEDALTO, Pedro. Op. cit., p.p. 202-203.

as ocasiões de disputa por fiéis\*, fosse comum ao sacerdócio - formado por especialistas da Igreja - produzir instrumentos adequados à transmissão e à inculcação de sua doutrina, como manuais, livros canônicos, dogmas, viagens pastorais e, no caso específico de Ponta Grossa, a partir da criação da diocese, Cartas Pastorais. Pois nesses momentos tornou-se necessário enfrentar as doutrinas concorrentes que questionavam a tradição dominante. Dessa forma, as Cartas e viagens Pastorais de D. Antônio Mazzarotto, a partir do olhar da própria Igreja Católica, teriam a função de procurar "atingir a todos os seus filhos espirituais a fim de conhecer de 'visu' as necessidades da Diocese, fazer chegar sua palavra evangelizadora, [para] sanar os erros, coibir os abusos, enfim, implantar o Reino de Cristo na Diocese que lhe foi confiada por Deus".<sup>12</sup> Com as visitas pastorais o bispo passou a ser conhecido e reconhecido pela comunidade de fiéis como o porta voz do discurso católico e o representante *legítimo* das verdades da religião de Cristo.

Para tanto, as Cartas Pastorais possuíam um poder de normatização do grupo católico ponta-grossense, podendo ser vistas como instrumentos estruturados pela hierarquia católica, assim como estruturantes da comunidade. Dessa forma, contribuíram para assegurar a dominação efetivada pela Igreja Católica, a partir do trabalho do bispo, buscando uma ordem estabelecida como natural.<sup>13</sup> Utilizando-se de uma imposição mascarada, portanto ignorada pelo grupo social, pois não era clara e aparente, D. Antônio apresentou para a comunidade a religião como sagrada e única, passível de ditar preceitos: "Obrigação principal nossa de ministros de Deus, é procurar com todo empenho que as almas pelas quaes deu Jesus a vida e derramou

---

\* A partir de 1890, quando o Estado separou-se oficialmente da Igreja Católica, a República concedeu a liberdade de entrada de representantes e de culto a qualquer confissão religiosa. Com isso a disputa por fiéis passou a ser efetiva, necessitando, por parte da hierarquia eclesiástica católica, a tomada de posições diferenciadas para não perder terreno no campo religioso.

<sup>12</sup> **DIOCESE DE PONTA GROSSA - cinquentenário (1926-1976)**. Op.cit, p. 94.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Op.cit., p.p. 11-14.

todo o seu sangue, **se deixem governar** pelos seus **preceitos** e santificar pela sua graça e por este meio, que é o **único** [grifo nosso], reine nellas tão clemente Senhor”.<sup>14</sup>

A transmissão desse discurso almejava aumentar o número de ouvintes-leitores e dessa forma garantir a divulgação da palavra, dita, sagrada. Como as Cartas Pastorais foram utilizadas tanto para fundamentar a prática (homilia) dos outros sacerdotes existentes na diocese, como leitura dos próprios leigos católicos, pretendia abarcar a totalidade da comunidade diocesana ponta-grossense, assim atuando como um veículo de instrução de uma determinada visão religiosa.

A misericórdia divina estaria relacionada com a permissão que o grupo católico concederia em se deixar governar de acordo com os ditames religiosos. A Igreja era a depositária de um "capital sacramental"<sup>15</sup>, com o qual negociou com os leigos e o utilizou como instrumento de poder sobre a comunidade. Essa estratégia discursiva utilizada pelo bispo visou produzir uma naturalidade no processo de imposição, demonstrando sua força, pois não era qualquer pessoa ou agente social que detinha essa força, mas aquele que era reconhecido socialmente como o detentor. "O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras".<sup>16</sup>

*A crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia tornou-se evidente nas seguintes palavras de D. José de Camargo Barros, quando explicou o sentido da autoridade do bispo diante de sua comunidade: “o que sanciona o poder do Bispo perante os povos é a sua enviatura divina. (...) Quanto a nós, ficae tranquillos, temos recebido essa divina missão e para proval-a, se não basta a nossa nomeação, se não basta o decreto pontifício de nossa confirmação, temos ainda o facto solemmissimo*

---

<sup>14</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **O reino de Christo**. Op. cit., p. 10.

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. cit., p. 58.

<sup>16</sup> Ibid., p.14.

e publico de nossa sacração”.<sup>17</sup> O reconhecimento por parte de toda a sociedade de seu poder como prelado efetivava-se na somatória de todos estes fatores.

A partir dessa explicação, para ser um bispo era necessário ser escolhido como “Apostolo por vontade de Deus, por ordem de Deus, não pelos homens, mas por Jesus Christo. A primeira credencial pois a reclamar d’aquelle que vem vos annunciar a palavra divina é que elle comprove a legitimidade de sua missão, que mostre que foi enviado por Deus”.<sup>18</sup> Em outras palavras, o presbítero disse que para ser legitimamente reconhecido como representante das verdades de Cristo era necessário ser escolhido por Deus e instituído publicamente pela Igreja Católica. Todo aquele que não se enquadrasse nesses ditames não *deveria ser aceito* pela população como representante de Deus, o que demonstra um autoritarismo, negando ao leigo a sua liberdade na opção religiosa.

Na luta pelo poder que ocorria nos conflitos cotidianos, que nesse caso específico pode ser analisado como os confrontos entre os representantes da *santa religião católica* (como era entendida pela sua hierarquia) e os membros de outras religiões e/ou seitas pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo e da fé dos fiéis, fez-se necessário o trabalho dos especialistas como produtores de um conhecimento legítimo, capaz de impor e inculcar como natural a sua versão da verdade. Ao mesmo tempo, a instituição Igreja validou as práticas, as ações e os discursos dessas pessoas com a intenção de assegurar a fidelidade dos praticantes.

Os especialistas, como profissionais da religião, só possuiriam uma probabilidade de sucesso na luta pelo monopólio dos bens sagrados se detivessem uma competência específica, uma preparação especial, dominando os saberes produzidos e acumulados no seu campo. Conhecendo a linguagem e a retórica, indispensáveis para defender ou debater com os outros profissionais concorrentes os seus posicionamentos, os especialistas católicos tornaram-se capazes de produzir bens que possibilitaram

---

<sup>17</sup> BARROS, José de Camargo. Op. cit. p. 20.

<sup>18</sup> Id.

eternizar e consagrar a ordem vigente, que lhes era favorável. Em outra Carta Pastoral, D. Antônio assumiu o papel do especialista formado e instruído nos verdadeiros conhecimentos da fé, que aos seus olhos era a católica, para alertar quão nefasto era o trabalho dos falsos pregadores:

Se em todos os tempos, tanto para conservar a fé e os bons costumes, como para dilatal-os, foi mister ensinar o Evangelho, muito mais o é nos nossos e em nossas regiões em que pompeia a mais triste ignorancia religiosa, escasseiam os **pregadores da verdade** e formigam os hereges, os medios, os feiticeiros e os bruxos de toda casta, os quaes dissimnam a superstição e o erro.

Como é possível que em terra assim sáfara e inculta não penetre o inimigo para semear o joio! Em campo assim abandonado e aberto é impossivel que não o infestem inimigos numerosos e não semeiem nelle toda sorte de superstições e heresias. Em ambiente tão ignaro das **verdades mais elementares da Religião** ganham facilmente adeptos os **falsos prophetas** [grifo nosso] de todo jaez, nomeadamente os emissarios do protestantismo e do espiritismo, os representantes de todas as seitas e bruxedos.<sup>19</sup>

Esse discurso de alerta à população para os perigos que corria quando ouvia os falsos pregadores e não seguia os ditames católicos, já permeava a sociedade brasileira desde 1916. Nesse ano, Dom Sebastião Leme, recém-nomeado arcebispo de Recife e de Olinda, publicou uma carta pastoral que ficou famosa, pois marcou a identidade da Igreja Católica brasileira naquele momento. Tal documento conseguiu traçar um panorama da instituição: chamou a atenção para a fragilidade da Igreja, para a carência de padres e de intelectuais engajados, para o estado precário da educação religiosa e para a depauperada situação financeira. Dom Sebastião argumentou que o Brasil era uma nação católica, e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade.<sup>20</sup> O discurso presente nessa Carta Pastoral influenciou profundamente a hierarquia eclesiástica por um longo período, tanto aquela que estava em processo de formação, como a recém formada – caso de D. Antônio – e até mesmo a que já estava atuando, por isso os aspectos de falta de

---

<sup>19</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **A doutrina cristã**. Curitiba: Oficinas Graphics da "A Cruzada", 1931, p.p. 7-8. Carta Pastoral escrita pelo bispo e dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa.

<sup>20</sup> **A carta pastoral de sua eminencia o senhor cardeal dom Leme** – quando arcebispo de Olinda saudando os seus diocesanos. Petrópolis: Vozes, pp. 13-20.

sacerdotes e a situação da educação religiosa, destacados nesse documento, eram tão presentes nos escritos do bispo de Ponta Grossa.

As palavras de D. Leme, escritas em 1916, retratando a realidade da Igreja Católica no Brasil em diversos aspectos, permaneciam reais na década de 1930 não só em Ponta Grossa, mas em toda a região pertencente à diocese e de uma certa maneira em todo o sertão do Paraná. Se no momento em que escreveu a carta o bispo de Olinda levantou como uma das causas da situação problemática que vivia a fé católica a falta de sacerdotes, essa carência ainda era presente e percebida pelo bispo de Ponta Grossa em 1931, quando redigiu as seguintes palavras: “em nossas regiões (...) pompeia a mais triste ignorância religiosa...”.<sup>21</sup>

Na tentativa de reverter esse estado de descaso com a religião, D. Antônio utilizou-se das Cartas Pastorais como um instrumento para divulgar o discurso pelo qual pretendia impor a definição do mundo social conforme os interesses da Igreja. Para tanto, apontou a atuação imprescindível “dos pregadores (...) das verdades mais elementares”<sup>22</sup>, em contraposição aos “falsos profetas [que] (...) dissimulam a superstição e o erro, [além das] heresias”.<sup>23</sup> Com o discurso veiculado pelas Cartas, o bispo difundiu a outros especialistas (os sacerdotes paroquianos) a versão da verdade católica para, dessa forma, instrumentalizá-los à tarefa de atingir a todos os fiéis espalhados pelos diversos municípios da diocese.

Para o bispo de Ponta Grossa, todos aqueles que professavam e representavam outra religião que não a católica eram entendidos como falsos profetas, portanto, perigosos. Pierre Bourdieu quando estudou o campo religioso defendeu que os profetas eram portadores de uma nova visão do mundo e que eles a apresentavam aos leigos como uma revelação, como um mandato divino. Eram os intermediários e

---

<sup>21</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **A doutrina cristã**. Op. cit., p. 7.

<sup>22</sup> Ibid., pp. 7-8.

<sup>23</sup> Ibid., p. 8.



anunciadores de mudanças sociais que entravam em conflito com os interesses da religião dominante. Pretendiam produzir e distribuir novos bens de salvação desvalorizando os antigos, promovendo um processo de dessacralização da ordem natural institucionalizada. Também eram agentes de sistematização e racionalização da ética religiosa, no entanto ocupavam espaços opostos aos dos sacerdotes da Igreja Católica no campo religioso, por isso eram concorrentes.<sup>24</sup>

A partir dessa ótica, os concorrentes no campo religioso eram apresentados pelos representantes católicos como um grave perigo para a sociedade, dignos de serem vistos como “aquelles que espalham contradicções e escandalos contra a doutrina que tendes aprendido; apartae-vos delles; porque esses taes não servem a Christo, mas ao proprio ventre e com doces palavras vão enganando os corações dos simples”.<sup>25</sup>

Muitas vezes o discurso profético, segundo Bourdieu, não trazia quase nada de novo ou que já não estivesse contido na tradição anterior, no entanto não se deve desconsiderar o fato de que era capaz de produzir a ilusão da novidade radical. Com o intuito de desvelar as atitudes desses profetas, D. Antônio, em sua carta de 1933, descreveu os falsos posicionamentos de um concorrente, que estava atuando junto aos imigrantes católicos poloneses e seus descendentes, residentes na cidade, deixando claro que era a *verdadeira* Igreja de Cristo que estava sendo arremedada nos seus ritos:

Digam muito embora que são pregadores do evangelho, que pertencem a Igreja de Jesus; na realidade não passam de impostores e rebeldes\* que se alistaram sob a bandeira de Lucifer. Com o iníquo intento de dispersar o rebanho do bom Pastor e privar-o da guia do seu Vigário Supremo, volvem as armas mais envenenadas da calúnia e do insulto contra Roma, centro, coração e baluarte do christianismo.

E para mais facilmente executar seus planos contra a Igreja, unica arca de salvação, a propaganda sectaria, abusando da ignorancia do povo, hypocritamente se mascara com a capa da instrução, do altruismo, da philantropia e do patriotismo...

---

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. cit., p.p. LVI-LIX.

<sup>25</sup> BARROS, José de Camargo. Op. cit. p.20.

\* Os *impostores e rebeldes* a quem o bispo se refere são os líderes e participantes da Igreja Antigo Católica que se estabeleceu em Ponta Grossa em 1932 e será analisada nesse mesmo capítulo.

Outros ha que, envergando com refinada hypocrisia uma batina de sacerdote, **imitam servilmente e contrafazem as nossas festas, nossos ritos, e todas as nossas cerimoniaes da administração dos sacramentos e da celebração da missa** [grifo nosso] para depois, sob a capa de um falso nacionalismo, vomitar os mais horrendos vituperios contra a Igreja de Jesus e a augusta pessoa do successor de São Pedro.<sup>26</sup>

Na mesma carta o bispo alerta não apenas o católico polonês, mas todos os católicos, que mesmo sendo imitada a sagrada religião era perfidamente caluniada e injustiçada, e que, portanto, era imprescindível reafirmar a sua versão da expressão legítima da verdade:

São os semeadores do joio da heresia e do scisma, especialmente entre o bom e catholico povo polonez. Denominam-se velhos catholicos e não são velhos, nem catholicos. Não são velhos, porque appareceram dezenove seculos depois de Christo e não são catholicos, porque figadaes inimigos do catholicismo e de seu chefe visivel. Verdadeiros Judas redivivos esses **macaqueadores do sacerdote catholico** [grifo nosso], os quaes disseminam o odio contra Igreja e, com o pretexto de pregar a Jesus, O matam nas almas.<sup>27</sup>

Essa estratégia utilizada pelo bispo não era comum somente à sua prática, mas a uma instituição da qual ele era um dos representantes autorizados. Tal discurso de reprodução da ordem vigente - como natural - reforçava dentro da classe religiosa e fora dela, na comunidade leiga, a crença na legitimidade da dominação da sua versão da verdade. Para fazer reconhecer o seu monopólio e perpetuar-se como instituição dominadora, a Igreja tenta impedir a entrada, no mercado de bens sagrados, de novas empresas de salvação. No entanto, também pode ser interpretado como uma forma impositiva de evangelização, isto é, pelo seu discurso impôs à população como única e possível a sua visão do Evangelho. Isso ficou claro em 1933, quando D. Antônio voltou a alertar o seu rebanho católico da necessidade em estar sempre reafirmando os valores e os conhecimentos da *verdadeira fé*:

Entre o homem e Jesus está, portanto, o organismo da Igreja e ordinariamente só por meio desse organismo é que se une o homem com Deus pela fé e pela graça. Não se vae a Deus senão por Jesus Christo; não se vae a Jesus Christo senão pela Igreja...

---

<sup>26</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **Arca de salvação**. Curitiba: Oficina Gráfica "A Cruzada", 1933, p.p. 12-13. Carta Pastoral escrita pelo bispo e dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa.

<sup>27</sup> Id.

Como qualquer sociedade, a Igreja que é de todas a mais perfeita, devia ter um chefe supremo. Para esse cargo Jesus elege a Pedro. Reveste-o da plenitude de sua divina autoridade, confere-lhe poderes especiais acima dos outros Apóstolos e dos que lhes sucedem, que são os Bispos. Somente a Pedro e a seus legítimos sucessores o poder de governar e apascentar os cordeiros e as ovelhas, todos os fiéis e todos os pastores.

Daqui se infere que somente aquela Igreja que tem como chefe o sucessor de São Pedro é a verdadeira Igreja de Jesus Cristo. É ella a unica depositaria infallível das verdades reveladas, a unica investida da missão de ensinar a todos os povos. Por isso, quem quer que, atravessando o deserto desta vida, queira chegar á terra das eternas promessas, deve entrar em seu seio e ouvir-a com docilidade...<sup>28</sup>

No trecho acima e no seguinte, o bispo tornou claro o poder da hierarquia católica. Assim como Jesus conferiu poderes a Pedro e aos apóstolos, o papa concedeu autoridade aos bispos e estes aos sacerdotes de sua diocese, para que somente essas pessoas instituídas da permissão eclesiástica proferissem as *verdadeiras* palavras de Cristo.

Erram, pois, os que julgam pertencer á Igreja de Jesus sem ouvirem a voz de seus Pastores que Jesus constituiu mestres da verdade. Não podem possuir a verdadeira fé esses que a não recebem daquelles a quem a Igreja confiou a missão de pregar o Evangelho.

Erram os que ousam arrogar-se o direito de se apresentarem como ministros de Deus e apóstolos de Jesus Cristo, sem que para isso tenham recebido da autoridade da Igreja a legitima missão. Não podem estar unidos a Jesus Cristo os que se attribuem a si mesmos uma missão que não receberam da Igreja e que é necessario receber della. Erram os que ouvem e seguem esses falsos mestres.<sup>29</sup>

Portanto, nessa perspectiva, D. Antônio possuindo o poder instituído e reconhecido pela Igreja, a grande detentora dos bens sagrados, tinha a autoridade de reconhecer-se como legítimo representante de Cristo e jogar na clandestinidade todos aqueles que não fizessem parte dessa hierarquia. Assim, possuía o direito de apresentar-se como porta voz, apto a construir/reconstruir e difundir o discurso católico com o intuito de atingir a todos os fiéis. A partir dessa forma autoritária de evangelização, negou a todos os habitantes da Diocese a liberdade na escolha religiosa.

Classificando de forma natural a Igreja Católica como a única e fiel depositária das verdades de Cristo, construiu-se um discurso que funcionou como

---

<sup>28</sup> Ibid., p.p. 5-6.

<sup>29</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **Arca de salvação**. Op.cit., p. 11.

produto de uma imposição arbitrária; no entanto tais idéias encontravam-se inscritas nas relações sociais de todo tipo, portanto deixaram de ser uma evidência impositiva e adquiriram uma aparência despercebida, porque eram perfeitamente *legítimas e/ou naturais*. "Só há diferença socialmente conhecida e reconhecida para um sujeito capaz não só de perceber as diferenças, mas também de as reconhecer como significantes, interessantes".<sup>30</sup> Para o público-alvo o discurso do bispo não era impositivo, pois suas palavras não estavam apenas gravadas no papel, mas também nas suas práticas. O bispo não questionou se o posicionamento da Igreja era autoritário ou não, mas levou os católicos a pensarem e a fiscalizarem as suas próprias ações com relação ao outro, isto é, às outras religiões e outras possíveis leituras das palavras de Jesus.

D. Antônio reafirmou que os valores verdadeiros, procurados pela comunidade católica, só eram encontrados junto àqueles escolhidos por Cristo, isto é, os sucessores de S. Pedro. No entanto, para garantir a existência duradoura da Igreja, não se sentiu constrangido em elaborar um discurso capaz de obter a adesão do maior número possível de fiéis, levando a crer que a missão da instituição era espalhar a sua graça por todos, sejam eles justos ou injustos, dando a possibilidade dos pecadores de se sujeitarem à disciplina do mandamento divino, que era o único. Ou como escreveu D. Antônio Joaquim de Melo, primeiro bispo com formação romanizada de São Paulo, servir "ao sábio, ao ignorante, ao rico e ao pobre sem distinção de nascimento, nem de pensamento".<sup>31</sup> Dessa forma, criou-se a ilusão de que o discurso católico da época não impunha determinados valores e normas sociais, mas os disponibilizava para que as pessoas tivessem *liberdade* para escolhê-los.

Non potest haberi qui non videat, fratres et filii dilectissimi, quod ecclesia, praeterquam quod custodit infallibiliter veritates fidei, est mater extremammodo dedicata in transmittendo ad omnes homines thesaurus veritatis et gratiae quae accepit a suo divino Fundatore...

Veritatem ecclesia est illa mystica arca Noe quae canit in aquis iniquitatis huius mundi praesentis, procurans salvare ad omnes et **salvando os que accipiunt navigare in illa** [grifo]

---

<sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Op. cit. p. 144.

<sup>31</sup> Trecho retirado da primeira Carta Pastoral de D. Antônio Joaquim de Melo de 06-03-1852. WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX**. Op. cit., p.100.

nosso], enquanto que a sociedade cega e corrupta do mundo padecerá horrendo naufrágio, e será devorada pelas negras ondas revoltas do erro e do vício. Quem conhece a não da Igreja e não entra nela ou quem já está nela e a abandona, tem gravado na fronte o ferrete fatal da rebelião e está destinado a não alcançar o porto da vida gloriosa.<sup>32</sup>

Novamente D. Antônio teve a intenção de associar a misericórdia divina com a permissão que o católico (e nesse contexto pode representar tanto aquele que ainda não conhecia a religião, quanto aquele que a havia abandonado e retornou) concedeu em se deixar governar pelos "tesouros da verdade e da graça"<sup>33</sup>, que foram transmitidos por seus representantes. Então pode-se pensar na docilidade da aceitação das normas da Igreja como um dever de todo católico, como uma virtude que não humilha, ao contrário, revela a grandeza das almas dos fiéis ou, como uma proposta impositiva inculcada na prática dos fiéis, de forma que se tornou inconsciente.

Bourdieu frisou que “a verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade”.<sup>34</sup> Na concorrência pelo monopólio da expressão da verdade, isto é, pelo direito de falar e de agir em nome de parte ou da totalidade da comunidade, D. Antônio assumiu o papel de porta-voz e como tal apropriou-se não só das idéias, mas também da força do grupo que ele representava, contribuindo, dessa forma, para que essa comunidade possuísse uma palavra e uma prática reconhecidas como legítimas pelos componentes do campo religioso - fiéis ou concorrentes. Essa postura se tornou clara quando referencia o campo religioso como um terreno de lutas entre diferentes empresas de bens de salvação, cada uma com seus especialistas e suas versões da verdade, numa batalha de idéias e discursos, buscando o processo prevalecente de dominação, propiciando a dinâmica do próprio campo e as possíveis transformações da religião.

---

<sup>32</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **Arca de salvação**. Op. cit. p.p.8-10.

<sup>33</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **Arca de salvação**. Op. cit. p. 8.

<sup>34</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Op. cit. p. 186.

Analisando as freqüentes modificações do campo religioso, entendendo que *modificações* aos olhos do bispo eram rupturas da ordem ou abandono dos valores católicos, D. Antônio mesmo assim propôs uma igreja sempre a postos para se reencontrar com seus filhos rebelados. Tal postura tornou-se evidente no seguinte trecho:

Ao considerarmos as medonhas perseguições de que é alvo a Igreja Catholica na Russia, no Mexico e mesmo na Hespanha, mas tambem ao vermos com grande magoa que alguns filhos nossos vivem separados da verdadeira Igreja de Jesus Christo pela heresia ou pelo scisma e, o que é ainda peor, que outros, deixando-se enganar e seduzir por lobos roubadores, se rebellaram contra a Igreja, sua e nossa extremosa Mãe, e se tornaram apostatas da verdadeira Religião de seus antepassados.

... toda mãe chora amargurada a perda de seus filhos. A Igreja, essa boa e grande mãe, deplora inconsolavel a morte espiritual de seus filhos separados, hereticos ou scismaticos, dos que a desconhecem ou, conhecendo-a, a desprezam e particularmente dos ingratos filhos apostatas que perfidamente se levantam contra ella para combatel-a. Embora esses filhos se tornem monstros pela sua attitude horrivelmente criminosa, todavia a Igreja faz tudo o que está em si, para que voltem ao seu gremio e voltando os recebe satisfeita e jubilosa.<sup>35</sup>

A força material e simbólica que os bispos romanizados mobilizaram perante a comunidade católica em todo o Brasil residiu no monopólio do exercício legítimo do poder, com o interesse de manter em bases duradouras e profundas a visão de mundo e prática dos leigos dentro das verdades da religião católica. Dessa maneira, podemos identificar na prática dessa elite eclesiástica a intenção de impor e inculcar um "*habitus religioso* particular, isto é, uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir e de pensar conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência".<sup>36</sup>

Se analisarmos as Cartas Pastorais como um instrumento de veiculação de um discurso com o intuito de normatizar a sociedade, com uma legitimidade religiosa capaz de determinar as armas materiais e/ou simbólicas que os agentes em competição pelo monopólio do exercício da religião poderiam utilizar, podemos perceber na atuação de D. Antônio a intenção de inculcar disposições duráveis, capazes de gerar e

---

<sup>35</sup> MAZZAROTTO, Pierre. **Arca de salvação**. Op. cit., p.p. 4-10.

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. cit., p.88.

estruturar as práticas dos leigos, para que esses reconhecessem nas suas ações não regras impostas, mas princípios coletivamente organizados. O *habitus* possui uma dimensão inconsciente para o ator, tanto o católico que incorpora as disposições, como o próprio bispo, que pode ser visto como um instrumento da instituição à qual está vinculado. Provavelmente, o bispo não reconhecia as suas atitudes como autoritárias e impositivas, mas como um dever que como católico deveria cumprir.

Para inculcar o *habitus* pretendido, a Igreja utilizou-se de agentes instituídos e reconhecidos pela comunidade: sacerdotes e/ou religiosos(as). Uma das armas ou instrumentos de divulgação do discurso e das disposições duráveis da prática católica foi a escola.

Da mesma forma que o presbítero de Ponta Grossa ambicionou a conversão de um número considerável de pessoas para a manutenção da Igreja Católica, o papa Pio XI levantou a idéia da criação e atuação de estabelecimentos escolares a todas as classes e culturas sem restrições, como uma possibilidade de evangelização.\* Agindo como evangelizadores, estariam seguindo “o preceito de Cristo: ‘Ensinai todas as gentes’; nem ha poder terreno que a possa legitimamente contrastar ou impedir. E estende-se primeiramente sobre todos os fieis, pelos quaes – como mãe carinhosissima – tem solícito cuidado”.<sup>37</sup> Para esse tipo de discurso, a missão educativa da Igreja era estender o seu trabalho inclusive para os infieis, pois dessa forma estaria propondo a esses homens o Reino de Deus, em outras palavras, a oportunidade da salvação eterna, ao mesmo tempo em que se contrapunha ao ensino leigo oficial.

---

\* “A ‘questão escolar’ começou a ser colocada com acuidade já no pontificado de Gregório XVI (1831-1846); no entanto, à medida que a instrução se generalizava, mais o clero julgava que a educação dentro de um espírito positivamente católico constituía uma necessidade que justificava todos os sacrifícios. (...) A orientação cada vez menos cristã nas escolas oficiais em vários países latinos, levou as autoridades eclesiásticas a constituir, com o apoio explícito da Santa Sé, paralelamente ao ensino oficial e quase sempre em nítida concorrência com este, toda uma rede de estabelecimentos católicos livres, a qual às vezes incluía até universidades”. Nesses estabelecimentos o ensino era visto essencialmente como uma forma alternativa de evangelização. AUBERT, Roger. **A igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 131.

<sup>37</sup> PIO XI. Op. cit., p. 9.

As Cartas não foram utilizadas somente pelos bispos no Brasil, mas inclusive pelo papa para auxiliar o seu rebanho a trilhar o caminho da salvação. Portanto, valendo-se de uma Carta Encíclica do papa Pio XI, escrita em 1929\*, percebe-se uma linha de raciocínio comum nos discursos dos representantes eclesiásticos quando analisavam a importância da escola para a Igreja. “É pois com pleno direito que a Igreja promove as letras, as ciencias e as artes, enquanto necessárias ou uteis à educação cristã, e a toda a sua obra para a salvação das almas, fundando e mantendo até escolas e instituições próprias em todo o gênero de disciplina e em todo o grau de cultura”.<sup>38</sup>

O discurso católico sobre o sistema educacional reconheceu novamente o monopólio da expressão legítima e, por consequência, natural, da ordem vigente. Através do *habitus* religioso, inicialmente inculcado na própria família e na seqüência reestruturado pelas experiências escolares, que o sistema de valores era interiorizado, possibilitando estruturas e reestruturções de todas as atividades posteriores dos agentes. A colocação em prática não ocorria apenas nos ritos e ambientes religiosos, mas em todas as ocupações do agente, porque o *habitus* produz atores sociais dotados de um sistema de disposições que os conduz a estratégias propensas a reproduzirem o sistema de relações que se pretende fazer vigorar de forma duradoura. Em outras palavras, os valores inculcados pelo sistema educacional não são exteriorizados somente nos ambientes escolares, mas em todas as situações em que haja a sua utilização pelo agente programado.

---

\* Por mais que a questão da educação seja um tema presente desde o pontificado de Gregório XVI, optou-se por utilizar as Cartas Encíclicas de Pio XI devido à proximidade cronológica com o início das atividades pastorais de D. Antônio Mazzarotto e a criação da Escola Sagrada Família, na década de 1930.

<sup>38</sup> PIO XI. Op.cit, p.8.



### 2.1.2. ESCOLA CATÓLICA: INSTITUIÇÃO FORMADORA DE HÁBITOS

Durante o processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, a criação de escolas dirigidas por congregações religiosas e o ensino de religião em instituições públicas adquiriram uma importância considerável, porque de acordo com o Papa Pio XI "é direito inalienável da Igreja, e simultaneamente seu dever indispensável vigiar por toda a educação de seus filhos, os fieis, em qualquer instituição, quer pública quer particular, não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição, enquanto estão relacionadas com a religião e a moral".<sup>39</sup> Para o pensamento católico da época, essa missão não provinha de uma concessão humana, antes era um direito divino e natural, além de também ser vista como uma obrigação para com Cristo, pois a educação não poderia ser abstraída da religião.

A este magistério foi conferida por Cristo a infalibilidade juntamente com o preceito de ensinar a sua doutrina; assim a Igreja "foi constituída pelo seu Divino Autor coluna e fundamento de verdade, a fim de que ensine aos homens a fé divina cujo deposito lhe foi confiado para que o guarde íntegro e inviolável, e dirija e prepare os homens, as suas associações e acções em ordem à honestidade de costumes, integridade de vida, segundo a norma da doutrina revelada."<sup>40</sup>

Portanto, a educação era uma das atividades mais importantes que a hierarquia eclesiástica deveria realizar, porque a ela caberia a formação integral do homem. Entendia-se que o processo educacional iniciava-se na família, pois o que se aprendia no colo materno jamais se esqueceria. Essa atividade, aos olhos da Igreja, não envolveu apenas a educação escolarizada, mas o conjunto de atividades relacionadas a todos os aspectos e práticas da vida humana. Dessa forma, o homem havia sido criado para a vida, a qual não se restringia apenas ao mundo físico; muito pelo contrário, a

---

<sup>39</sup> PIO XI. Op.cit., p. 9.

<sup>40</sup> Ibid, p.p.6-7.

passagem pelo mundo material se constituiria num período transitório, em que o homem estaria se preparando para a eternidade, esta sim a verdadeira vida.

“É, portanto da máxima importancia não errar na educação, como não errar na direção para o fim ultimo com o qual está conexas, íntima e necessariamente, toda a obra da educação. Na verdade, (...) não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã”.<sup>41</sup> Com essas palavras o papa Pio XI associou o processo educacional com a vida eterna, pois para o homem somente seria possível alcançar a eternidade a partir de uma formação ideal que só era obtida nas escolas católicas, isto é, aquelas possuidoras das regras seguras que conduziriam o homem para a educação completa. Pode-se analisar que, com esse posicionamento, a Igreja Católica estaria desconsiderando que outras igrejas de confissões religiosas diferentes e governos civis também tivessem condições de, através de seus estabelecimentos escolares, inculcar um padrão moral desejado para a sociedade. Porque, “não é só instrução, é educação também que a escola deve dar. (...) Ora, a educação moral, a formação do carácter e do coração é impossível sem a Religião. Só esta apresenta doutrinas claras, firmes, inabaláveis sobre as quaes devem assentar todas as normas Moraes, as regras do dever, sob pena de não serem influencia para cohibir as tendências funestas das paixões”.<sup>42</sup>

Reiterando o posicionamento do papa, D. Antônio descreveu como uma das obrigações dos verdadeiros servos de Deus a participação no processo educacional: "A ultima recommendação que antes de subir ao Céu fez aos Apostolos o Rei e Mestre Divino, foi que pregassem o Evangelho a toda a creatura e ensinassem a todos os povos (...). Destas e de outras palavras de Jesus conclue S. Thomaz que o primeiro e principal dever nosso é o de ensinar”.<sup>43</sup> A postura do bispo contida nesse fragmento demonstra que o seu discurso não estava apenas de acordo com as idéias de Jesus, mas

---

<sup>41</sup> Ibid., p.p. 4-5.

<sup>42</sup> DESCHAND, Desiderio. Op. cit., p. 71.

<sup>43</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **A doutrina christã**. Op. cit., p. 5.

também com a concepção de um especialista reconhecido pelo campo religioso, que, independente da época em que escrevera defendia o exercício legítimo do poder pela Igreja de Cristo.

Caracterizava-se, dessa forma, o canal para divulgar o discurso religioso com o intuito de tornar natural o condicionamento proposta pela Igreja, seja na catequese, em casa ou na escola, instituições que, segundo as Cartas Pastorais, deveriam priorizar os interesses católicos. Assim, o estabelecimento de ensino pode ser visto como um instrumento de divulgação dos valores e verdades propostos, pois a educação propõe uma prática. Bourdieu nomina essa atitude de *habitus* cultivado, porque "enquanto 'força formadora de hábitos', a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes de pensamento e da ação".<sup>44</sup>

Além de relacionar a escola católica com essa citação, podemos fazer a analogia também com o catecismo da Igreja e com a educação recebida em casa, porque as atuações de todas essas instituições não ficaram restritas somente ao seu local de aprendizado, mas foram postas em prática em qualquer campo. D. Antônio, em um pequeno trecho de uma de suas cartas, tratou dessa íntima relação entre a educação familiar e a escolar: "Urge, nos tempos que correm, instruir e educar christãmente a infancia e a mocidade, primeiro no lar domestico e depois na escola official, para que não assoberbem os povos infortúnios de todo genero e se não percam eternamente tantas almas".<sup>45</sup> O interessante nesse fragmento é que por mais que o bispo criticasse o ensino leigo,

---

<sup>44</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. cit., p. 211.

<sup>45</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **O matrimonio christão**. Curitiba: Oficinas Graficas da "A Cruzada", 1934, p. 4. Carta Pastoral escrita pelo bispo e dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa.

nesse momento\* era mais importante defender o ensino religioso, pois dessa forma alcançaria os filhos de pais que freqüentavam e conheciam a Igreja, como também aqueles que pertenciam a outras religiões ou desconheciam por completo qualquer proposta religiosa.

A preocupação do prelado também estava ancorada no Código de Direito Canônico, em especial no can. 1113, exposto pelo papa Pio XI\* na sua Carta Encíclica “Acêrca da educação cristã da juventude”: “os pais são gravemente obrigados a cuidar por todos os meios possíveis da educação, quer religiosa e moral quer física e civil, da prole, e também a prover ao bem temporal da mesma”.<sup>46</sup> O bem-estar da criança e da juventude foi nesse momento associado a uma harmonia de fatores, dentre os quais a religião e a moral são imprescindíveis para uma plena estruturação do católico; no entanto, o equilíbrio dos aspectos físico e civil não foi relegado, pois também eram fundamentais para completar o desenvolvimento humano. Euclides Marchi, analisando a posição da Igreja sobre a responsabilidade dos pais perante a educação dos filhos no início do século XX, afirmou: “Uma boa educação, austera e cristã era o melhor dos tesouros que os pais deixariam para seus filhos. Aos pais caberia ensinar os conhecimentos celestes, os deveres da vida cristã, infundir ódio aos vícios e amor às virtudes e, finalmente, dar o bom exemplo”.<sup>47</sup>

---

\* O discurso do bispo defendendo o ensino religioso nas escolas oficiais vinha em decorrência da oficialização, como facultativo, da possibilidade de se ministrar essa disciplina a partir do decreto nº 19.941 de 30/04/1931, isto é, não se poderia perder tempo. CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Op. cit., p. 107.

\* Antes de Pio XI, o papa Leão XIII, em 1890, expôs uma síntese dos direitos e deveres dos pais: “É, portanto, rigorosa obrigação dos pais trabalhar e lutar para repelir toda usurpação nesta matéria e reivindicar para si exclusivamente o direito de educarem seus filhos com espírito cristão, como deve ser”. Demonstrando como a discussão sobre a educação foi uma preocupação presente desde parte do século XIX, dentro das hostes da Igreja. LEÃO XIII. **Encíclica Sapientiae Christianae**. 10 de janeiro de 1890. São Paulo: Edições Paulinas, 1965, p. 34.

<sup>46</sup> PIO XI. Op.cit, p.12.

<sup>47</sup> MARCHI, Euclides. O mito do Brasil católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 15, nº 28, p. 70, jan/jul 1998.

Conforme a doutrina católica, o homem deveria ter como preocupação principal a ânsia pelo verdadeiro saber e conseguir, por meio deste, a salvação da alma. Qualquer conhecimento que não tivesse por base a crença incondicional em Deus e por resultado a demonstração de sua existência era visto como um falso saber, portanto considerado como um perigo para a fé e para a alma humanas. O professor católico necessitava ter por fundamento esses posicionamentos em sua prática educacional, pois só assim teria as condições necessárias para atuar como um verdadeiro educador católico.

Mas o que era ser um bom professor católico, atuando junto à comunidade que lhe foi entregue em confiança? Pio XI apresentou com clareza o significado, para a Igreja, da atuação dos bons professores nas verdadeiras escolas, buscando a valorização da família e o engrandecimento da nação:

As boas escolas são fructo, não tanto dos bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que, egrègiamente preparados e instruidos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das qualidades intelectuais e morais exigidas pelo seu importantissimo officio, se abraçam dum amor puro e divino para com os jovens que lhes foram confiados, precisamente porque amam Jesus Cristo e a sua Igreja de quem eles são filhos predilectos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito (sic) o bem das famílias e da sua Pátria.<sup>48</sup>

O professor como funcionário de uma instituição estava investido de uma autoridade pedagógica e, dessa maneira, possuía um poder sobre a comunidade com a qual trabalhava. Essa o procurava para ouvi-lo, assim como o sacerdote que possuía uma autoridade religiosa, e ambos, por meio de seus discursos e de suas práticas, impunham uma influência que se pretendia contínua e duradoura, porque eram conservadores da cultura legítima, reprodutores de uma mensagem consagrada, normatizada, capaz de produzir um *habitus* cultivado e, dessa forma, garantir a homogeneização e duração, nesse caso, da cultura católica. Percebendo a importância do papel do professor D. Antônio escreveu:

Sempre existiram essas almas escolhidas e hoje, mais que em outros tempos, se deveriam tanto mais multiplicar, quanto os paes os que lhes continuam a missão, isto é, os mestres,

---

<sup>48</sup> PIO XI. Op.cit, p. 30.

(...), esse gravíssimo dever, de cuja fiel observância depende, não só o bem espiritual e eterno de cada cristão, mas também a felicidade temporal das famílias e a prosperidade da pátria....

Se formar os filhos na escola de Jesus é obrigação grave dos pais, não o é menos dos mestres que lhes continuam e completam a missão, pois a escola é a succursal da família.<sup>49</sup>

Assim como o sacerdote tem o dever de levar a palavra de Cristo a toda e qualquer comunidade, isto é, evangelizar, o professor católico, investido também de um sacerdócio, tem a obrigação de educar os seus alunos cristãmente. D. Antônio deixou evidente esse posicionamento no seguinte fragmento de uma das cartas: "Pedimos outrossim com encarecimento aos pais, mestres, educadores, pastores de almas ensinem a doutrina de Jesus aos seus inferiores, porque a transgressão deste dever lhes pode ser causa de eterna perdição. (...) É este o meio de prestar ao próximo a mais incomparável obra de misericórdia e a Deus o mais primoroso tributo de amor".<sup>50</sup> Junto ao pedido veio a advertência de que educar cristãmente não era somente uma graça, uma bênção divina concedida, mas uma incumbência da qual o instituído não devia abrir mão, caso contrário, a educação e, por consequência, o trabalho do professor, tornar-se-ia causa de juízo e condenação, como em outra carta o bispo exemplificou:

A escola, como bem asseverou alguém, é um templo ou um covil. Ou um templo, onde o espírito se alimenta da ciência de Deus e o coração se educa na prática do bem. Ou um covil, onde, com o ateísmo e a immoralidade, se criam as futuras feras humanas, os truculentos inimigos de Deus e da pátria. ...

E antes, professores eivados do mais sordido materialismo procuram, com a irreligião e a desonestidade, deschristianizar e paganizar os alumnos, manchando-lhes as consciências e deturpando-lhes os corações.<sup>51</sup>

Na seqüência, o trabalho dos professores foi posto como indissociável das ações dos pais, porque a escola e seu exercício educacional deveriam ser vistos como uma continuação dos ensinamentos religiosos recebidos inicialmente no lar. Por mais

---

<sup>49</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **A doutrina cristã**. Op. cit., p.p. 3-4, 15.

<sup>50</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **O reino de Cristo**. Op. cit., p. 14.

<sup>51</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **Vida essencialmente activa**. Op. cit., p. 10.

que o bispo tenha defendido o ensino oficial, desde que voltado para os valores católicos, quando um pai não encontrava essa postura na sala de aula, deveria por uma questão de princípios retirar seu filho desse *antro*, para que não *maculasse sua inocência*. Caso contrário estaria incorrendo em um “pecado grave”<sup>52</sup>, pois “é gravíssima obrigação dos pais colocar os filhos em colégios católicos quando os houver”<sup>53</sup>.

Nesses e em casos semelhantes, seriam criminosos o silêncio e a tolerância dos pais.

Paes, que ainda quereis o bem e a felicidade de vossos filhos, proclamae bem alto os vossos sagrados direitos sobre a educação e a moralidade de vossa prole. Reclamae-os sem transigir e fazei-os valer com firmeza.

E se não fôrdes attendidos, assiste-vos a grave obrigação de retirar os filhos dessas, que não são escolas, mas covis, onde se formam monstros de dissolução e de impiedade.

E enquanto a má escola, a escola irreligiosa é por vós corajosamente combatida, defendei e promovei a escola catholica, a escola onde, complementando-se a educação recebida no lar, se formam cidadãos prestantes e christãos probos.<sup>54</sup>

Dessa forma a escola seria o verdadeiro templo preconizado por D. Antônio, pois possibilitaria aos seus alunos um conhecimento que lhes seria valoroso no decorrer de suas vidas. A proposta de educação vincularia os anseios dos pais, que colocaram a criança ou jovem nesse ambiente, e estaria totalmente de acordo com a leitura legítima que a Igreja Católica fazia do ensino. Aos seus olhos, a escolarização era uma possibilidade de evangelização e, portanto, passível de impor o monopólio do seu poder sobre os bens sagrados. De acordo com Desiderio Deschandt, “a escola, sendo o prolongamento da família, deve dar a instrução e a educação conforme a vontade dos pais”<sup>55</sup>.

Era na escola que os alunos tinham a possibilidade de absorver as normas e preceitos educativos formando um verdadeiro alicerce religioso sobre o qual seria

---

<sup>52</sup> MARCHI, Euclides. O mito do Brasil católico... Op. cit., p. 71.

<sup>53</sup> Id.

<sup>54</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **Vida essencialmente activa**. Op. cit., p. 11.

<sup>55</sup> DESCHAND, Desiderio. Op. cit., p. 82.

possível a reconstrução da sociedade segundo critérios e propostas da Igreja conservadora, isto é, uma sociedade católica, hierarquizada, moralizada, antimoderna, antiliberal e antifeminista.

D. Antônio em outra carta retomou idéias investidas de valor pela comunidade para reestruturá-las inserindo-as no discurso religioso. Assim relaciona a importância da fé católica com a grandeza e progresso do Brasil, pois somente com o amparo de fiéis cristãos o país teria plenas condições de desenvolvimento. A escola onde preponderavam os valores católicos, nesse contexto, atuaria como o elemento que cimentava a sociedade, evitando a sua desagregação porque possibilitaria o crescimento do país.

Procede, portanto, a pergunta: o que era um homem preparado para a vida? Era antes de tudo um homem íntegro, bom pai, bom trabalhador, bom cidadão. Ou, invertendo a pergunta: quem era o bom cidadão? Era o católico. O papa Pio XI apresentou como necessário para qualquer Estado compreender que o bom cidadão era sinônimo de bom cristão: “grave é o erro daqueles que separam cousas tão unidas e pensam poder conseguir bons cidadãos por outras normas e por meios diversos daqueles que contribuem para formar o bom cristão”.<sup>56</sup> A vinculação cidadania-catolicidade foi posta como mais uma dentre as tarefas que a Igreja chamou para sua responsabilidade. Em 1931, essa era uma das preocupações do bispo de Ponta Grossa ao escrever:

ainda bem que ha em nossa querida patria quem comprehenda que a Religião reforma e reconstroe a sociedade e torna as nações laboriosas e morigeradas, prosperas e felizes...

Um Brasil physicamente gigantesco e que moralmente nasceu e cresceu á sombra da Cruz e sob as doces e salutaes influencias da Religião catholica, só poderá ser verdadeiramente grande, se formar os seus cidadãos na divina escola de Jesus e sob o calor de sua graça. Ensine-se a Religião em todas as escolas e uma geração nova, honesta e forte dignificará a patria com seus serviços e lhe formara com suas virtudes a futura grandeza, porquanto a temperança, a justiça, o trabalho, a abnegação, o sacrificio, a paciencia, todas as virtudes moraes e civicas, sem as quais não houve, nem haverá paiz grande e prospero, só se podem

---

<sup>56</sup> PIO XI. Op.cit, p. 19.



praticar, como é mister, com a seiva da graça que circula em todos os membros dos que são o corpo mystico de Jesus.<sup>57</sup>

Para a Igreja, esse cidadão brasileiro desejado era acima de tudo um homem católico pautado por um princípio moral derivado da verdade revelada por Deus à Igreja e por ela ensinada à humanidade. O magistério católico se considerava ancorado nesses pressupostos morais, portanto não estava sujeito a modismos e interpretações enganosas e passageiras, como aquelas defendidas pela Escola Nova. O cidadão católico, formado por essa escola, estaria apto a prestar obediência a qualquer poder constituído, desde que se respeitasse a sua catolicidade. Por esse motivo a Igreja condenou a educação leiga, proposta pelos liberais e concretizada pela República, pois não derivando de preceitos religiosos, não estaria alicerçada na moral imutável e correta que era a ensinada nos estabelecimentos escolares católicos. Por meio do sistema de ensino, a Igreja Católica tinha a oportunidade de trabalhar com a sociedade seus elementos identitários, ao mesmo tempo em que defendia a utilização da escola para desenvolver o civismo, que pode ser entendido como um dos componentes da identidade brasileira. As escolas católicas foram instrumentos da instituição, não apenas para desenvolverem um *habitus* religioso na sua clientela, mas para trabalhar com a religiosidade e o civismo como elementos identitários, o que era visto como muito interessante pelos membros do governo, tanto durante a República Velha, mas principalmente no período de Getúlio Vargas.

Os estabelecimentos de ensino católicos atuaram como diques, evitando que a sociedade fosse inundada pelos valores nefastos do ateísmo, além de serem uma continuação do lar católico, reestruturando o *habitus* religioso inculcado pelos pais. Dessa forma propiciariam “esquemas de pensamento (...) capazes de serem aplicados em campos diferentes”.<sup>58</sup> Sendo uma instituição formadora de hábitos, o estabelecimento escolar é apto a demonstrar claramente o seu poder e o da força maior

---

<sup>57</sup> MAZZAROTTO, Antônio. **A doutrina cristã**. Op. cit., p.p. 15-16.

<sup>58</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. cit., p. 211.

que a norteava, a Igreja Católica. Para Pio XI o real significado da educação cristã era “cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão, isto é, formar o mesmo Cristo nos regenerados pelo Baptismo, (...) pois que o verdadeiro cristão deve viver a vida sobrenatural em Cristo: ‘Cristo que é a vossa vida’, e manifestá-la em todas as suas acções: ‘a fim que também a vida de Jesus se manifeste na vossa carne mortal’”.<sup>59</sup> Em outras palavras, o católico pretendido pela Igreja era aquele capaz de apreender os ensinamentos propostos pela escola e exprimi-los em suas práticas, os quais, dessa maneira, estariam gravados em sua “carne mortal”.

O estabelecimento escolar católico nesse momento estava ligado intimamente ao catecismo, principalmente nas escolas primárias, que trabalhavam com uma “multidão de crianças”.<sup>60</sup> Pelo catecismo, com suas palavras fáceis e em forma de diálogo, seriam ensinadas todas as noções que o cristão deveria saber e praticar. Essa metodologia era mantida desde o final do século XIX. De acordo com D. José de Camargo Barros, os sacerdotes de sua diocese deveriam atender da educação infantil, portanto chamou-lhes a atenção para o seguinte:

não vos esqueçaes outrossim dessas ternas ovelhinhas do rebanho christão, volvei continuamente os vossos olhos, os vossos affectos, todo o vosso cuidado para a instrucção das creanças, ensinae-lhes as verdades eternas, a moral christã, mostrae-lhes com mão paternal o caminho do céu. Dae-lhes, como fazia o Apostolo, a beber o leite dulcíssimo do ensino rudimentar, ensinae-lhes o catechismo, porque não são ainda capazes de alimentos mais fortes.<sup>61</sup>

Os ensinamentos recebidos nesses estabelecimentos não ficariam restritos à sua aplicação apenas nos locais e momentos vinculados à religião, mas circulariam pela vida do educando sendo utilizados nos mais diversos ambientes e fases de sua vida. Comporiam o *habitus* cultivado que lhe acompanharia por toda sua existência terrena e lhe abriria as portas para a vida eterna, pois dessa forma se reconheceria

---

<sup>59</sup> PIO XI. Op.cit, p. 31-32.

<sup>60</sup> MARCHI, Euclides. O mito do Brasil católico... Op. cit., p. 72.

<sup>61</sup> BARROS, José de Camargo. Op. cit. p.31.

como católico ao mesmo tempo em que seria reconhecido como tal. “Precisamente por isso a educação cristã abraça toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social, não para diminuí-la de qualquer maneira, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo”.<sup>62</sup>

No início da década de 1930, descendentes de imigrantes poloneses estabelecidos em Ponta Grossa passaram a questionar a autoridade e a autenticidade das palavras proferidas pelo bispo. Na tentativa de se impor como especialista da Igreja Católica e atuando como guardião do seu rebanho, D. Antônio, sintonizado com o discurso romanizado, buscou no estabelecimento de uma escola católica o caminho para a recondução de seu redil desviado.

## 2.2. DOM ANTÔNIO MAZZAROTTO: UM VIGILANTE PASTOR

Guardai-vos dos falsos profetas. Vêm a vós disfarçados com peles de ovelhas mas por dentro são lobos vorazes.

Mateus 7, 15

D. Antônio Mazzarotto, quando assumiu a diocese de Ponta Grossa em maio de 1930, tentou conhecer pessoalmente toda a extensão do seu episcopado, e para tanto “visitou paróquia por paróquia, (...), sem exceção”.<sup>63</sup> Essa prática estava ancorada no posicionamento assumido pelos diversos bispos romanizados do Brasil, que era “pregar o Evangelho, ensinar o catecismo e a doutrina da Igreja”.<sup>64</sup>

Para atingir os objetivos propostos pelo movimento reformista da Igreja Católica no Brasil, as visitas pastorais – que podem ser entendidas como as viagens a todos os municípios pertencentes a uma diocese, como também a todas as igrejas e

---

<sup>62</sup> PIO XI. Op.cit., p. 32.

<sup>63</sup> **DIOCESE DE PONTA GROSSA.** Op. cit., p. 94.

<sup>64</sup> MARCHI, Euclides. O mito do Brasil católico... Op. cit., p. 73.

capelas existentes na sede da mitra – tornaram-se imprescindíveis, pois permitiram o conhecimento dos problemas e necessidades da comunidade, como escreveu D. Antônio de Melo, bispo de São Paulo em 1855: “nenhum preceito, amados diocesanos, carrega mais sobre os ombros do episcopado que o conhecer suas ovelhas, para como vigilante pastor acudir a todas as necessidades espirituais”.<sup>65</sup> Da mesma forma, as viagens e visitas propiciaram o conhecimento, por parte da população, do representante do papa; em outras palavras, foi um recurso utilizado para confirmar o poder instituído pela Igreja Católica na figura do presbítero reconhecido pelo seu rebanho de fiéis.

Atuando justamente como um vigilante pastor, D. Antônio Mazzarotto detectou, em 1932, uma dissidência dentro da comunidade de poloneses católicos estabelecidos na cidade. Esse movimento passou a questionar a autoridade do bispo e a subordinação do grupo ao prelado, reconhecido como o legítimo representante da Igreja Católica Romana na cidade. Por conseqüência, as pessoas pertencentes a esse cisma discutiam a legitimidade da autoridade do papa como o verdadeiro representante de Deus. Além de questionarem a infalibilidade papal, estabelecida no Concílio Vaticano I, no seio da comunidade polonesa desenvolveu-se uma cisão no tocante à posse do templo existente na Praça Barão de Guaraúna, a Igreja de São João, e a construção do novo santuário.

Com a separação da Igreja e o Estado no advento da República, uma das preocupações práticas do corpo eclesiástico foi com a questão imobiliária, isto é, a posse de igrejas, colégios, seminários, para a formação de um patrimônio que toda diocese deveria possuir. Esse *problema* também foi vivenciado na década de 1930 por D. Antônio Mazzarotto quando do início do seu trabalho pastoral.\*

---

<sup>65</sup> AZZI, Riolando. Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851-1861), e o movimento de reforma católica no século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 35, fasc. 140, dez. 1975, p. 11.

\* A questão da formação do patrimônio imobiliário para as dioceses gerou diversos problemas antes mesmo da década de 1930. Em 1925, no Paraná, ocorreu um rumoroso processo

Em Ponta Grossa, a comunidade católica polonesa possuía um templo na Praça Barão de Guaraúna, conhecido como Igreja São João, ou Igreja dos Polacos.



Figura 1 – Fotografia da Igreja São João e a comunidade polonesa estabelecida em Ponta Grossa. Data ignorada. Acervo: Casa da Memória Paraná.

“Era Igreja dos Polacos, eles diziam, todos os polonês vinham de carroça, tudo aqui na Igreja. (...) Vinha tudo de carrocinha, tinha uma, um prédio velho ali atrás, ali

---

quando se confrontaram a Federação Espírita do Paraná, na figura de seu presidente Arthur Lins de Vasconcelos Lopes, o pastor Luiz Leuns de Araújo César, representando as igrejas Presbiterianas e Júlio Hauer, pela loja Teosófica NOVA CROTONA. O processo originou-se quando foram criadas as Dioceses de Ponta Grossa e de Jacarezinho, enviando o então presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, mensagem à Assembléia para a doação de cento e sessenta contos de réis a cada Diocese, para a formação do seu patrimônio. Os opositores do subsídio solicitaram a intervenção federal, enviando telegrama ao presidente da República, Arthur Bernardes, gerando um processo que correu na justiça. Para maiores informações sobre essa questão indica-se: LOBO, Ney. **Lins de Vasconcelos**. O diplomata da unificação e o paladino do estado leigo. Curitiba: Federação Espírita do Paraná.

eles deixavam as carrocinhas e iam tudo na Igreja”. \* Esse santuário, desde meados da década de 1920, já não conseguia mais comportar toda a comunidade polonesa estabelecida na cidade, portanto iniciou-se a construção de uma igreja maior que, até a chegada do bispo, pertencia a esse grupo.

O Rev. Padre Roberto, cura da Igreja Poloneza, vem a quatro anos envidando esforços gigantescos para doptar a cidade do templo em construcção; 150 famílias polonezas o apóiam contribuindo não só para que os polono-brasileiros tenham um templo condigno, como para que Ponta Grossa tenha uma nova Igreja que ateste da índole religiosa do seu povo.<sup>66</sup>



Figura 2 – Fotografia da construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus, à direita o padre Roberto Bonk. Data indeterminada. Acervo Casa da Memória Paraná.

---

\* Sofia Migdalski foi entrevistada em 22 de maio de 1999. Nasceu em 19/11/1931 e estudou na Escola Sagrada Família de 1939 a 1944, quando concluiu o 5º ano.

<sup>66</sup> A questão entre a Colonia Poloneza local. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 14 jul. 1932.

Quando o prelado principiou suas atividades na diocese, teve início uma proposta de entrega da construção para a cúria, o que provocou a revolta de alguns católicos poloneses, gerando uma polêmica que se tornou pública, pois as discussões foram parar no jornal local:

O sr. Albino Orłowski veio nos pedir em nome de diversos membros da laboriosa colônia polonesa local expliquemos ao público certos pontos obscuros da questão que está surgindo entre os polono-brasileiros da cidade. Diz o sr. Orłowski que ha um mal entendido facilmente explicavel. Os adeptos de sua corrente (...) desejam é que a igreja continue como patrimonio da colônia (...), a igreja de S. João deve continuar como patrimonio da colônia como tem sido desde a cessão do terreno e a construção do templo. Os seus contrários desejam fazer cessão do templo ao bispado. Dahi a divergencia.<sup>67</sup>

Para o editor do jornal, toda essa questão só teve início a partir da chegada de um sacerdote polonês, apresentado para a população ponta-grossense da seguinte forma: “eis que surge um padre polaco scismatico, que estando portando em dissidio com a maxima autoridade da Igreja, Exmo. Bispo diocesano D. Antônio Mazzarotto, pretende assumir a direção espiritual da colônia polonesa, preterindo o Rev. Padre Robert, legítimo representante do catholicismo apostolico romano junto á colônia polonesa!”<sup>68</sup> É interessante como a legitimidade construída pelos especialistas da Igreja Católica foi reconhecida por um especialista de uma outra área – do campo jornalístico.<sup>69</sup> De tal forma que, no seu artigo, jogou na clandestinidade o sacerdote polonês recém-chegado, desqualificando-o de ser capaz de ficar como responsável pela vida espiritual da comunidade polonesa.

---

<sup>67</sup> A questão entre a colônia polonesa. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 15 jul. 1932.

<sup>68</sup> A questão entre a Colônia Polonesa local. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 14 jul. 1932.

<sup>69</sup> De acordo com Lahire, ao estudar os campos a partir da ótica de Bourdieu, percebe-se que se trabalha com atores que exercem atividades profissionais as mais diversas e com alcance social variado, embora eles se inscrevam em muitos outros quadros sociais. Em outras palavras, no caso acima o jornalista é um especialista de seu campo, mas suas práticas não se desvencilharam do *habitus* religioso provavelmente recebido em casa, portanto, se justifica o reconhecimento como verídica das palavras advindas do bispo e não as do sacerdote polonês. LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? Educação & Sociedade. Campinas, ano XXIII, n. 78, p. 51, abr. 2002.

Até no discurso jornalístico tornou-se perceptível a adoção das verdades concebidas pela Igreja Católica como inquestionáveis, pois “ou os catholicos polonezes obedecem o chefe da Igreja que é o Santo Padre o Papa, ou deixam de ser catholicos, para se tornarem heréticos e scismaticos”.<sup>70</sup> Nesse fragmento ficou evidente como a fala da instituição católica foi assumida pelo jornalista, isto é, pode ser entendida como a imposição da visão de verdade da Igreja, apresentada para a comunidade ponta-grossense através do artigo no jornal *Diário dos Campos*.<sup>\*</sup> O texto é uma construção social, um apelo de um membro da sociedade, reconhecido enquanto tal e não uma evidência imposta pelo bispo. No entanto, o discurso autoritário católico foi interiorizado pelo jornalista.

Assim como dentro da hierarquia eclesiástica ocorreu um processo de luta para a definitiva efetivação do processo de romanização no Brasil, percebe-se que ainda na década de 1930 essa ação religiosa também não era homogênea para todo o rebanho que se dizia ou que era, na prática, católico. Caso contrário, a presença de um religioso dissidente não seria suficiente para provocar uma cisão dentro da comunidade católica polonesa.

Toda essa crise descrita acima se iniciou devido ao trabalho do padre Theophilo Bartnicki que, como “falso padre que descaradamente veste distintivos prelaticios, attribuindo-se dignidades que ninguem lhe outorgou”, converteu “pseudo-polonezes que cegos se deixaram por elle engazopar, adherindo aos gritos de revolta contra aquela Religião que foi, é e será sempre da grande nação poloneza”.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Id.

<sup>\*</sup> O periódico princesino apresentava-se para seus leitores como um jornal isento de opções políticas e/ou religiosas, portanto não pode ser conhecido como uma folha católica. No entanto, ao que tudo indica, o jornalista era católico, pois incorporou ao seu discurso elementos que o identificavam como pertencente a essa religião.

<sup>71</sup> GRABOWSKI, Tadeu Sf. Como é facil ser desmascarado. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 13 set. 1932.



Enxergando possíveis problemas com seus fiéis poloneses e antecipando-se a esse debate apresentado no jornal local acerca da posse do novo templo em construção, D. Antônio publicou, em 5 de julho de 1932, um artigo no qual alertou a população da sede episcopal da existência de “um Senhor polonez que anda de batina e que, dizendo-se sacerdote não é sacerdote catholico e sim scismatico e heretico, o qual pretende como se affirma fundar uma nova igreja nacional polaca, como se a Igreja de Jesus Christo não devesse ser, como sempre foi, de todos os povos”.<sup>72</sup> Atuando como um prelado atento, D. Antônio preocupou-se com todos os ponta-grossenses, já que uma de suas funções como presbítero era agir como “pae dos fieis, que são filhos caríssimos de Deus, coherdeiros de Jesus Christo e templos vivos do Espirito Santo”.<sup>73</sup> Portanto, estaria sob sua responsabilidade a manutenção da fé e dos princípios instituídos pela Igreja Católica.

O bispo, utilizando-se de seu múnus pastoral, arrogou-se ao direito de chamar a atenção de toda a população princesina para a chegada e início das atividades de um novo representante de uma outra igreja, não da *verdadeira* igreja de Jesus, como ele afirmou, mas de um falso profeta. Por mais que tivesse dito que “a Igreja de Jesus Christo [era] de todos os povos”<sup>74</sup>, D. Antônio tomou para si o domínio do uso das palavras de Cristo, não permitindo, dessa forma, que outros a interpretassem e nem que os ponta-grossenses tivessem a liberdade de opção religiosa.

Bourdieu afirmou que nas disputas pelo poder no campo religioso a figura do profeta significava a presença de uma nova versão para as verdades religiosas, um novo elemento que também lutava pelo monopólio dos bens de salvação. Percebendo nesse sacerdote um rival no domínio da comunidade católica, o bispo continuou seu

---

<sup>72</sup> MAZZAROTTO, Antônio. Precavenham-se os christãos. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 05 jul. 1932.

<sup>73</sup> BARROS, José de Camargo. Op. cit. p. 22.

<sup>74</sup> MAZZAROTTO, Antônio. Precavenham-se os christãos. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 05 jul. 1932.

artigo conclamando para “que todos os nossos queridos filhos fiquem de sobreaviso, para que não se deixem enganar por lobos vestidos com pelles de ovelha”.<sup>75</sup> Isto é, toda e qualquer proposta apresentada pelo sacerdote polonês foi vista pelo bispo como inverídica e infundada, porque a única verdade não poderia estar nas mãos de alguém que não era reconhecido como membro do clero católico, mas estava centrada na Igreja Católica Apostólica Romana, representada na cidade por ele.

Como um especialista no discurso da instituição, utilizou-se de idéias carregadas de valores para referendar seu poder, pois aos seus olhos “o povo polonez é catholico, tradicionalmente catholico e sempre viu na augusta pessoa do santo Padre o legitimo successor de São Pedro, a quem Jesus constituiu chefe supremo da sua Igreja”.<sup>76</sup>

Na seqüência do artigo, o bispo advertiu a toda comunidade católica pontagrossense que a atitude conveniente para um correto fiel era repelir as propostas do semeador de heresias, além disso, negar qualquer tipo de apoio, fosse material ou moral, para que a figura do falso profeta não tivesse condições de se estabelecer na cidade nem tampouco edificar um templo a essa inventiva fé.

Com relação ao grupo polonês estabelecido na cidade, a preocupação do presbítero foi mais específica porque “o polonez digno deste nome não pode, pois, e não deve aderir a qualquer pregador de uma qualquer religião nova nacional e por isso falsa, sob pena de se tornar um traidor da patria de seus gloriosos antepassados e um apostata da verdadeira Religião, pelo que incorrera na gravissima pena de excomunhão”.<sup>77</sup> D. Antônio retomou palavras investidas de significado para a história dos imigrantes relacionando-as com a íntima ligação do povo polonês com a Igreja Católica, já que, na época da grande emigração para o Brasil, a Polônia não existia

---

<sup>75</sup> Id.

<sup>76</sup> Id.

<sup>77</sup> Id.

como nação, pois estava dividida entre três potências imperialistas, e diversos membros da hierarquia eclesiástica atuaram de forma perseverante pela manutenção da cultura do país e pela busca da liberdade religiosa e política. Como Riolando Azzi escreveu, “até 1918, quando a Polônia ressurgia no mapa das nações, os poloneses não tinham representantes consulares que pudessem estimular o esforço de preservação cultural. Assim sendo, essa missão ficou sendo exercida prioritariamente pelos clérigos”.<sup>78</sup> Novamente, a religiosidade aparece como um elemento identitário, associada, nesse caso, com a identificação do imigrante polonês.

Respondendo as acusações proferidas pelo bispo, o padre Bartnicki também recorreu ao jornal citadino para tornar suas palavras públicas e tentar atingir o maior número possível de pessoas, divulgando dessa forma a sua versão da verdade religiosa, assim como lutar por um lugar de respeito e prestígio no campo religioso. Para tanto, não temeu em enfrentar o bispo e lançar o posicionamento do prelado no espaço da ignorância, já que “não é verdade que a nossa Igreja seja Nacional Polonesa conforme denominou D. Antônio Mazzarotto, pois ella é a Igreja Antigo-Catholica e não Nacional Polonesa. (...) Somos obrigados a chamar á atenção do Bispo de Ponta Grossa, e tambem proporcionar-lhe alguns ensinamentos, porque evidencia-se que s. revma. não tem completa noção de Historia”.<sup>79</sup>

Na luta por um lugar de deferência no campo religioso, o padre Bartnicki construiu no jornal um discurso representativo da Igreja Antigo-Católica, para que essa tivesse condições de disputar junto à Igreja Católica Romana o monopólio dos bens de salvação postos à disposição da comunidade de fiéis em Ponta Grossa. Para tanto, apresentou a sua igreja como surgida há:

mais ou menos, no anno 500 depois de Christo, e é legalmente reconhecida na Holanda, na Suíssa, na França, na Allemanha, na Áustria, na Inglaterra, na Polônia, nos Estados Unidos e em todos os outros paizes em geral. (...) Portanto a Igreja Antigo Catholica não é uma Igreja

---

<sup>78</sup> AZZI, Rioldando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin (org.). Op. cit. p. 88.

<sup>79</sup> BARTNICKI, Theophilo. Precavenham-se os christãos! Rectificação. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 09 jul. 1932.

heretica, nem tampouco scismatica; não constitue uma seita: é sim, a poderosa Igreja Antigo Catholica official, e o padre Teophilo Bartnicki é seu representante official no Brasil.<sup>80</sup>

Em outras palavras, o padre apresentou a sua igreja como uma instituição hierarquicamente organizada e espalhada por diversos países. Poderia não ser universal como a católica, mas era legal e representativa, isto é, não deveria ser vista como uma facção cismática da Igreja Católica, mas como um estabelecimento religioso que merecia o devido respeito por parte de qualquer instituto religioso. Finalizando, o padre chamou a atenção do bispo diocesano para que este atendesse “para estas poucas palavras, não lançando confusão onde ella não pode imperar, porque a Verdade dimana do proprio Deus”<sup>81</sup>, e não estava monopolizada nas mãos dos representantes da Igreja Católica Romana que se auto-intitulava a verdadeira e única igreja de Cristo.

### **2.2.1. A IGREJA ANTIGO CATÓLICA: SUA GÊNESE E SEU ESTABELECIMENTO EM PONTA GROSSA**

Para o nome de Igreja Velho Católica ou Antigo Católica, se entendia um certo número de igrejas livres que se derivaram da Igreja Católica, em distintos países europeus e nos Estados Unidos. Surgiram a partir de 1870, quando contestaram o Concílio Vaticano I<sup>82</sup>. Nesse documento ficou definida a infalibilidade papal e a sua primazia. Essas igrejas livres negaram esses conceitos, mas se diziam iguais na fé, no culto e no regime.

A respeito da sua doutrina, o velho-catolicismo manteve as verdades cristãs fundamentais acerca de Deus, da Santíssima Trindade, da criação do mundo, da

---

<sup>80</sup> Id.

<sup>81</sup> Id.

<sup>82</sup> ALGERMISSEN, Konrad. **Iglesia catolica y confesiones cristianas** – confesionologia. Madrid: Ediciones Rialp S. A., 1964, p. 1081.

crisologia e da soteriologia. Acreditavam na salvação trazida por Jesus, no ministério dos bispos e dos padres, nos sacramentos, no purgatório e na oração pelos mortos. Na pastoral, os Velhos Católicos assumiram posições semelhantes às dos protestantes, pois aboliram a obrigação da confissão, o preceito do jejum e rejeitaram o dogma da Imaculada Conceição de Maria.<sup>83</sup>

Contrários ao posicionamento da Igreja Católica, em seu primeiro congresso em setembro de 1871, os católicos velhos declararam: “Baseados na profissão de fé, tal como está contida no chamado Sínodo Tridentino, rejeitamos os dogmas criados sob o pontificado de Pio IX em contradição com a doutrina da Igreja”.<sup>84</sup> Nesse sentido o cânon 47, do código de direito dessa Igreja, reforçou a rejeição ao primado e à infalibilidade do Papa, a quem passou a reconhecer somente como cabeça da Igreja Católica Italiana. Para os membros dessa cisão da Igreja Católica, a legitimidade e veracidade não estavam mais nas mãos do corpo eclesiástico romano e nos reconhecidos por Roma, mas os verdadeiros discípulos de São Pedro passariam a ser os participantes das Igrejas Antigo Católicas, espalhadas por todo o mundo.

Em 1904 o sacerdote polonês Francis Hodur fundou em Scranton (Pensilvânia – EUA) a Igreja Nacional Polaca, que atendia preponderantemente aos imigrantes poloneses estabelecidos naquele país. Essa nova igreja estava vinculada aos princípios dos estabelecimentos religiosos surgidos a partir do Concílio Vaticano I. Logo após a Primeira Guerra Mundial foi criada uma sucursal da Igreja Nacional na Polônia, que se subdividiu em diversos grupos desde 1926, espalhando-se pelos países onde imigrantes poloneses se fixaram.<sup>85</sup>

Sob a inspiração de Hodur, a Igreja Nacional Polaca impôs os elementos básicos anticatólicos da época moderna: o racionalismo e o nacionalismo eclesiástico,

---

<sup>83</sup> CECHINATO, Luiz. **Os vinte séculos de caminhada da igreja**: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 360.

<sup>84</sup> ALGERMISSEN, Konrad. Op.cit., p. 1092.

<sup>85</sup> Ibid., p. 1091.

chegando a instituir a língua polonesa como a oficial nos cultos. Isso, no entanto, não impediu que fossem também utilizadas as línguas nacionais dos países onde se estabeleceu, tanto no serviço eucarístico como na administração dos sacramentos e nas bênçãos eclesiais.

Com relação ao racionalismo, tanto a Igreja Nacional Polaca quanto as outras Antigo Católicas defendiam que “se o conhecimento progressivo chegar a demonstrar que é errôneo o que antes se havia mantido. A Igreja velho-católica poderá adaptar-se sempre ao novo conhecimento”.<sup>86</sup> Com essa postura, questionaram a validade dos dogmas em função do tempo, isto é, o modo como a Igreja Católica apresentava as suas verdades de fé não cogitava de forma alguma a possibilidade de amoldar-se às mudanças do conhecimento construído pelo homem no decorrer dos anos, pois o que era instituído como dogma representava os preceitos encaminhados por Deus através da atuação do seu imediato representante – o papa.

No quarto sínodo da Igreja Nacional Polaca dos Estados Unidos em 1921<sup>87</sup>, sob a direção do seu criador, aboliu-se a obrigação do celibato sacerdotal, prática que também era adotada pelas outras Igrejas Antigo Católicas nos diversos países em que atuavam. As mesmas influências protestantes levaram o velho-catolicismo a refutar as indulgências e o poder da Igreja de concedê-las. No entanto, a forma e a matéria do batismo e da confirmação eram os mesmos da Igreja Católica, assim como a decoração dos templos conservou elementos católicos, pois também veneravam a memória dos santos – como modelos e testemunhas da virtude divina – e da bem-aventurada Maria.<sup>88</sup> Reverenciavam a memória, mas não admitiam as peregrinações, nem as procissões ou o culto a relíquias e imagens.

---

<sup>86</sup> Ibid., p. 1093.

<sup>87</sup> Ibid., p. 1091.

<sup>88</sup> Ibid., p. 1096.

As passagens da Sagrada Escritura alusivas à instituição de uma suprema cabeça na Igreja de Cristo são interpretadas de forma contrária à proposta de Roma, isto é, enquanto o papa se auto-reconhecia como o legítimo representante dessa igreja e os seus instituídos seriam os únicos a enquadrarem-se nessa categoria, os católicos-velhos não admitiam a existência de *uma* única cabeça visível da Igreja, constituindo dessa forma a base teórica para a formação e justificativa da existência das igrejas nacionais.

Segundo a doutrina velho-católica, “os bispados são igrejas autônomas de base nacional e regime episcopal”.<sup>89</sup> Os bispos eram eleitos por todos os eclesiásticos e por representantes laicos do respectivo episcopado.

A partir dessa panorâmica é possível compreender o porquê do estabelecimento e do discurso contrário do padre Bartnicki à atuação de D. Antônio Mazzarotto, já que o bispo de Ponta Grossa personificava a centralização e a infalibilidade de todo o poder da Igreja Católica. No entanto, a forma como o sacerdote polonês apresentou a gênese da Igreja Antigo Católica, remontando ao século V, não confere com as informações encontradas sobre sua origem. Na tentativa de se impor na disputa pelos fiéis e pelo monopólio da distribuição dos bens de salvação construiu um discurso que buscava legitimidade.

A presença do padre Bartnicki em Ponta Grossa e a questão da posse do novo templo fizeram com que viessem à cidade o Cônsul Geral da Polônia no Paraná, Romain Adam Staniewicz e o Conselheiro de Emigração Polonesa para a América do Sul, Michel Pankiewicz<sup>90</sup>. A intenção era conhecer a situação e a partir de então tomar partido. Como representantes do poder político instituído, não é de se estranhar que não tenham validado a atuação do sacerdote velho-católico como autêntica e apoiada pelo governo polonês. Preferiram defender os propósitos da Igreja Católica Romana,

---

<sup>89</sup> Ibid., p. 1098.

<sup>90</sup> Para solucionar a questão da Colonia Poloneza local. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 01 ago. 1932.

intimamente ligada às altas esferas políticas, tanto no Brasil como na Polônia. Para isso fizeram publicar em Ponta Grossa um artigo sobre o padre que já havia sido publicado no jornal polonês *Odrodzenie*, de Porto Alegre. Esse texto foi organizado pela Embaixada Polonesa no Rio de Janeiro, que se sentiu lesada, pois foi envolvida pelo sacerdote como referendando a sua atuação aqui no Brasil. Para o Embaixador, “o padre Bartnicki chegou ao Rio de Janeiro no dia 3 de maio antes do meio dia, apresentando-se á Embaixada nesse mesmo dia (...). Esta foi a única vez em que elle se apresentou à Embaixada, o que não impediu ao p. Bartnicki de espalhar no Paraná a notícia de que a Embaixada preparou um banquete em sua honra, dando deste modo a entender que a sua acção é auxiliada pela alta Representação Poloneza do Brasil”.<sup>91</sup>

Já que a ligação do representante máximo da Polônia no Brasil, o Embaixador Tadeu Sf. Grabowski, com a Igreja Católica Romana era não só diplomática, mas de fato, isto é, ele era católico, a Embaixada Polonesa assumiu publicamente que em nenhum momento apoiou qualquer pretensão do padre Bartnicki em ficar no país:

pelo contrario foi-lhe por muitos motivos desaconselhado partir para interior do Brasil, attendendo aos seus proprios documentos assignados pelo Conse-Synodal da velha igreja catholica da Polonia e indicando se encaminhasse para a Argentina, como se ali existissem colonias com adeptos dessa igreja. Alem disso a Embaixada lhe deu a entender que poderia ser expulso pelas autoridades brasileiras, se começasse a sua propaganda anti catholica entre os polonezes (...). No entanto o p. Bartnicki não se conformou com os avisos da Embaixada, nunca mais voltou a ella e partiu para Curitiba onde começou a sua acção, espalhando noticias falsas, como a de ser a missão officialmente apoiada pelas autoridades polonezas e desacreditando-se deste modo aos olhos dos homens de bom senso.<sup>92</sup>

Assim como oficialmente o governo polonês era católico, através desse discurso o embaixador tornou claro que os administradores brasileiros também o eram e que não era interessante e seguro, para o sacerdote velho-católico, ficar no país, já que seus superiores o haviam enviado para a Argentina e não para o Paraná. Aos olhos do representante da Polônia, os homens de bom senso jamais levariam a sério o

---

<sup>91</sup> GRABOWSKI, Tadeu Sf. Como é fácil ser desmascarado. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 13 set. 1932.

<sup>92</sup> Idem.



discurso desse padre, pois como um especialista diplomático reconhecia e validava as palavras advindas da Igreja Católica como as detentoras da verdade instituída.

Após tornar pública essa discussão por meio de artigos publicados na imprensa ponta-grossense, a questão da disputa de posse do novo templo da comunidade polonesa na Praça Barão de Guaraúna que estava em construção cessou, pois não foi encontrado mais nenhum registro no jornal local. A presença do sacerdote velho-católico, Theophilo Bartnicki, só voltou a ser registrada no periódico em junho de 1933, quando o “parrocho daquela igreja, [procurou a redação, pois] dentro de poucos dias commemorará o primeiro anno de profícua existencia”.<sup>93</sup>

Em 18 de junho de 1933, realizou-se uma festa para comemorar o primeiro aniversário de fundação da Igreja Antigo Católica em Ponta Grossa. Para tornar pública a celebração, o padre Bartnicki recorreu novamente à força da imprensa, pois dessa forma não apenas “convidamos o povo de Boa Vontade”<sup>94</sup> para a festa, como se fazia presente no campo religioso, demonstrando que também estava atuante na distribuição dos bens de salvação, assim como disputando a fidelidade e o reconhecimento dos fiéis.

Nessa luta pelo poder religioso utilizou em seu discurso da ligação existente entre a história do Brasil e a religiosidade, porque uma das atividades previstas para o dia era a realização de “uma missa em homenagem á Terra de Santa Cruz na lingua do paiz, como tambem uma pratica em portuguez. Este dia é para paróquia de Santa Cruz da Igreja Antigo Catholica em Ponta Grossa um dos maiores dias da epoca. É este o dia em que o povo de Deus sahiu da escravidão espiritual”.<sup>95</sup> Aproveitou a oportunidade para alfinetar a religião católica e seu representante, o bispo D. Antônio, pois associou o primeiro aniversário de sua igreja com a possibilidade de que os

---

<sup>93</sup> Swieka. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 10 jun. 1933.

<sup>94</sup> BARTNICKI, Teófilo. Grande festa da Igreja Antigo-Catolica. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 16 jun. 1933.

<sup>95</sup> Idem.

habitantes princesinos passaram a ter de ouvir outras interpretações para a palavra de Cristo. Já que a verdade apresentada pelo prelado como única e legítima, aos olhos do outro sacerdote não passava de uma escravidão espiritual.

Na seqüência das comemorações estava prevista a realização de confissões para os fiéis, missas tanto em polonês, como em português, a distribuição de comunhão, procissão com culto divino, churrascada e para encerrar as festividades “às 8 horas da noite haverá uma conferencia sob o thema ‘Necessidade da liberdade espiritual’”.<sup>96</sup>

Seguindo diversas características defendidas pelas igrejas protestantes, a Igreja Antigo Católica defendia a possibilidade de outras interpretações para as sagradas escrituras. Não reconhecia como legítima e única a análise feita pelos especialistas da hierarquia católica para as palavras de Jesus e tudo o mais que estava escrito na Bíblia.

Enquanto o representante da Igreja Antigo Católica em Ponta Grossa se organizou, construiu um templo\*, converteu para suas hostes parte da comunidade de imigrantes poloneses estabelecidos na cidade, o bispo D. Antônio Mazzarotto não ficou de braços cruzados esperando perder todos os poloneses e os ponta-grossenses católicos. Percebeu que a solução para a crise não era procurar aumentar os locais de culto e o número de párocos, mas sim descobrir e colocar em prática novos métodos de apostolado que permitissem restabelecer o contato entre a Igreja e a comunidade que havia abandonado ou que se havia organizado fora de seu âmbito.

---

<sup>96</sup> Idem.

\* No próprio ano de 1932, o pe. Bartnick e sua comunidade de fiéis construíram um templo de madeira. No andar inferior ocorriam os cultos e no superior era a morada do religioso. Na madrugada de 06 de janeiro de 1934, a construção foi destruída por um incêndio, o padre feriu-se, mas sobreviveu. No dia seguinte, membros da comunidade religiosa foram à Delegacia de Polícia solicitando a abertura de um inquérito, pois acreditavam que o incêndio era criminoso, já que o imóvel era novo. Após vinte dias de investigações o inquérito foi arquivado por falta de provas que levassem ao(s) autor(es). Não se pretende aprofundar esse assunto na presente pesquisa, já que foge do objeto central.

## DO DISCURSO À PRÁTICA

### 3.1. PRESENÇA POLONESA

Para compreender a importância da religião católica, da escolarização de seus filhos e de diversos valores para o imigrante polonês que se estabeleceu no Paraná, a partir de 1871, faz-se necessário uma contextualização da Polônia no período em que um grande contingente de pessoas resolveu emigrar para o Brasil. É imperativo compreender os motivos que os levaram a deixar sua pátria e lançarem-se para um país com costumes e língua desconhecidos, além de uma religião que se dizia católica, mas era diferente da sua. Por outro lado, é imprescindível compor o quadro da relação entre o camponês polonês e a Igreja Católica na Polônia, pois essa vinculação também foi transferida para o Brasil quando da vinda desse imigrante para o Paraná.

De acordo com Ruy Wachowicz<sup>1</sup>, a Polônia desde o período medieval compôs, junto com outras monarquias, um quadro de nações periféricas. Dentro dos papéis político-administrativo-militar representados por diversas monarquias da Europa de então, o reino polonês constituiu a chamada periferia oriental dos grandes centros decisórios, auferindo-lhe uma situação geopolítica de marginalização. Essa conjuntura tornou-se mais evidente principalmente quando a Polônia perdeu sua autonomia política, desaparecendo, nos fins do século XVIII, como nação livre e soberana. O último rei polonês, Estanislau Augusto Poniatowski, não conseguiu fazer as reformas econômicas, sociais e políticas que se faziam necessárias e eram desejadas pelo povo. Os Impérios vizinhos, Áustria, Prússia e Rússia, aproveitaram a ocasião e repartiram a Polônia entre si, o que ocorreu em três momentos: 1772, 1793 e 1795.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> WACHOWICZ, Ruy C. **O camponês polonês no Brasil**. Op. cit., pp. 09-10.

<sup>2</sup> ZYLINSKA, Regina. **Vida heróica do arcebispo de Varsóvia**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda. 1973, p. 32.

MAPA 1 – REINO DA POLÔNIA DIVIDIDO ENTRE ÁUSTRIA, PRÚSSIA E RÚSSIA



FONTE: ATLAS HISTÓRICO DO MUNDO. New York: Barnes & Noble Books, 1972, p.62.

Nessa Europa centro-oriental, onde se situava a Polônia, encontravam-se reinos com populações fundamentalmente camponesas. Situação completamente diferente de monarquias como a Inglaterra e França, que possuíam habitantes vinculados ao processo industrial, pelo qual essas nações estavam passando. No Reino polonês ocupado pela Rússia, Áustria e Prússia, desde o final do século XVIII, a população manteve-se conservadora ao extremo e resistente às mudanças advindas da industrialização, mesmo porque tal processo alcançou pequena parcela dos habitantes

poloneses, pois a sua maioria esmagadora estava vinculada ao campo e às suas tradições. Desta forma, os imigrantes poloneses que chegaram ao Paraná provinham de uma Polônia agrária, com costumes e mentalidade ligados a valores, vistos por Wachowicz, como obsoletos.

Analisando a conjuntura que propiciou a emigração de um número considerável de europeus desde a segunda metade do século XIX para o Brasil, em especial poloneses, Wachowicz escreve:

o excesso de mão-de-obra proletária nas aldeias e vilas européias; o elevado índice de crescimento demográfico; a falta de terras para as novas gerações; a ausência de adequada legislação agrária; o êxodo rural para os centros industriais, os quais por sua vez já começavam a sentir os efeitos da mecanização e a conseqüente dispensa de mão-de-obra; e ainda perseguições políticas e religiosas, induziam o europeu a emigrar e estabelecer-se nos países recém emancipados e quase despovoados da América, os quais por sua vez procuravam atrair populações descontentes para povoar seus imensos vazios demográficos.<sup>3</sup>

A partir dessa ótica pode-se pensar que “as motivações americanas e européias que alavancaram as migrações do século XIX faziam parte de um mesmo processo, (...) que, de forma generalizada, tomam o nome de *transição demográfica*”.<sup>4</sup> No entanto, essa mudança demográfica mundial pode também ser analisada a partir de questões econômicas, pois “as grandes migrações do século passado podem ser situadas nas acomodações necessárias para o pleno desenvolvimento do capitalismo, desempenhando, inclusive, papel decisivo para seu fortalecimento numa escala mundial”.<sup>5</sup>

Assim sendo, a opressão sofrida pelos poloneses em territórios dominados, principalmente pela Prússia e Rússia, fez com que, a partir da década de 1840, faltassem as condições materiais para uma sobrevivência humana, enquanto que

---

<sup>3</sup> WACHOWICZ, Ruy C. **Conjuntura emigratória polonesa no século XIX**. Op. cit. p. 118.

<sup>4</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil meridional e a família imigrante. Op. cit., p. 63.

<sup>5</sup> Id.

subjetivamente enfrentavam as discriminações políticas, religiosas, sociais e de língua. Com isso milhares de pequenos agricultores e operários não encontravam o ganho suficiente nas propriedades agrícolas ou nas indústrias. Massas campesinas e artesãos, embora oficialmente cidadãos dos impérios a que pertenciam, eram tratadas pelas autoridades locais como inferiores, não tendo seus direitos respeitados. Com a década de 1860, além desses fatores incentivarem uma parcela da população polonesa a emigrar, um outro motivo contribuiu para que se buscasse fora da Polônia uma condição de vida digna: o recrutamento de soldados para o exército prussiano, que nesse período estava envolvido em diversas guerras.

O processo de emigração desenvolvido na Polônia não envolveu apenas camponeses, mas indivíduos das cidades, que, em muitos casos, possuíam formação profissional e preferiram dirigir-se para os Estados Unidos. A emigração grupal manifestou-se mais nas comunidades rurais isoladas e conservadoras, com menor contato com o mundo exterior, as quais forneceram a maior parte dos emigrantes que vieram para o Brasil; no entanto, também chegaram ao Paraná simples artesãos, como carpinteiros, marceneiros, ferreiros, alfaiates, segeiros entre outros, só que em menor quantidade<sup>6</sup>. As primeiras levas de poloneses que resolveram procurar uma nova vida em um outro país partiram dos territórios da Silésia e Pomerânia, ambos sob domínio do Império Prussiano, e da Galícia, possessão da Áustria.<sup>7</sup>

Os primeiros poloneses que chegaram ao Brasil eram provenientes da Silésia e se fixaram inicialmente em Brusque, Santa Catarina (1869), junto às famílias alemãs lá instaladas. No total eram 16 famílias. Mais tarde, essas famílias foram transferidas, por intermédio do trabalho de Edmundo Saporski, para Curitiba e, juntamente com

---

<sup>6</sup> WACHOWICZ, Ruy C. **Conjuntura emigratória polonesa no século XIX**. Op. cit. p 64.

<sup>7</sup> DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **Imigração polonesa: raízes históricas de um preconceito**. Curitiba, 1990, Dissertação (mestrado em História), UFPR, pp. 78-81.

outros poloneses que também chegaram em 1871, foram instaladas nas proximidades da capital, fundando a Colônia Pilarzinho.<sup>8</sup>

Conforme Riolando Azzi, “por volta de 1876 e 1877, houve uma importante migração de poloneses para o Paraná. (...) Entre 1890 e 1894, desencadeou-se a chamada ‘febre migratória’ de poloneses para o Brasil”<sup>9</sup>, atraídos pelas promessas e perspectivas de uma vida com liberdade política e religiosa, além de fácil enriquecimento. A vinda de grande número de imigrantes chegou a surpreender os administradores brasileiros, pois de 1890 a 1896 entraram 27.636 poloneses, de 1907 a 1914 vieram 27.406 (essas duas fases são vistas como os momentos de apogeu do processo imigratório) e de 1914 a 1934 foram 6.604 imigrantes.<sup>10</sup>

Por volta de 1890 os imigrantes poloneses representaram 4% da população paranaense, já em 1910 chegaram a 20% da população do Estado<sup>11</sup>, demonstrando o grande interesse desses colonos em estabelecer-se em terras paranaenses.

Romário Martins, em “Quantos somos e quem somos”, forneceu um quadro geral da imigração no Paraná de 1829 a 1934, em que se evidenciou o predomínio da corrente imigratória polonesa sobre as demais:

- Poloneses: 47.731.
- Ucrainos: 19.272.
- Alemães: 13.319.
- Italianos: 8.798

---

<sup>8</sup> Desde as primeiras décadas do século XIX, já ocorria a entrada de imigrantes no Paraná. Os primeiros que se fixaram nessa província foram os alemães, em 1829. Depois desses vieram muitos outros de diversas nacionalidades, no entanto, o maior contingente foi o de poloneses. BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem amanhecida**; vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p.18-21.

<sup>9</sup> AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. Op. cit. p. 87.

<sup>10</sup> BUENO, Wilma de Lara. Op. cit., p. 22.

<sup>11</sup> ELFES, Alberto. **Campos gerais** – estudo da colonização. Curitiba: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Coordenadoria Regional no Paraná, 1973, p.25.

- Outros: 9.826<sup>12</sup>

De acordo com Ruy Wachowicz, o imigrante polonês escolheu o Brasil “pelo fato de oferecer terra para agricultura em abundância e, a partir de 1890, inclusive transporte marítimo gratuito”.<sup>13</sup> Assim, o camponês teve a possibilidade de continuar aqui no Paraná com a sua atividade econômica além de tornar-se proprietário de terras, algo que na sua pátria-mãe estava se tornando praticamente impossível, devido à pressão sofrida pelos donos de terras em venderem suas pequenas propriedades para os latifundiários prussianos, ou pela constante subdivisão dos minifúndios.

Observando os dados levantados por Wachowicz, constatou-se que a maioria esmagadora dos imigrantes poloneses que se estabeleceram no Paraná, desde 1871, era formada por camponeses:

- Agricultores..... 95,0%
- Operários e artífices..... 3,5%
- Comerciantes e industriais..... 1,0%
- Intelectuais..... 0,5%<sup>14</sup>

Mesmo sendo maioria absoluta dentro do processo imigratório, muitos desses agricultores se deslocaram para os centros urbanos, como Curitiba e Ponta Grossa, contribuindo para o desenvolvimento do processo econômico e demográfico dessas cidades. Prova disso é que em 1878 vinte e oito famílias de imigrantes poloneses estabeleceram-se na Colônia Moema, no município ponta-grossense<sup>15</sup>, totalizando 84 pessoas.<sup>16</sup> De acordo com Romário Martins, em 1892 chegaram 613 poloneses, que se

---

<sup>12</sup> MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos** – dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense. 1941, p. 52.

<sup>13</sup> WACHOWICZ, Ruy C. **O camponês polonês no Brasil**. Op.cit. p. 39.

<sup>14</sup> Idem. p. 92.

<sup>15</sup> **DIOCESE DE PONTA GROSSA**. Cinquentenário (1926-1976). Op. cit., p. 94.

<sup>16</sup> VIEIRA, Marcia Zan. **Ecos da colonização polonesa: estudo histórico-social e lingüístico das colônias Moema, Taquari e Dourado**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1998, p. 41.



fixaram nas colônias próximas à sede do município campesino, como: Eurídice, Tacuarí, Rio Verde, Botuquara, Itaiacoca, Guarauna, Adelaide e Floresta.<sup>17</sup>

Essa presença do camponês no núcleo urbano também pode ser comprovada analisando a tabela sobre distribuição dos imigrantes por atividades produtivas, entre 1889 e 1920, do livro “Ponta Grossa – um século de vida”, em que se verifica que a maior parte dos imigrantes poloneses fixados na cidade era de lavradores (47%), apesar de outros se declararem profissionais de diversas áreas, como do comércio (10%), da marcenaria (3%), da carpintaria (2%) entre outras.<sup>18</sup>

Essa re-migração da colônia rural para a urbe foi demonstrada no artigo “Aspectos da fixação dos poloneses nos Campos Gerais”, do jornal *Gazeta Polska*, de 9 de julho de 1893, no qual o redator nos noticiou que “as terras, outrora ocupadas pelos alemães russos, foram ocupadas por poloneses, que cultivam e criam gado. Estão conseguindo um bem estar relativo, fazendo com que as cidades de Ponta Grossa e Castro prosperem no setor comercial e industrial.”<sup>19</sup> Nesse mesmo artigo consta que na região dos Campos Gerais existiam 15 colônias habitadas por imigrantes poloneses, chegando a somar cerca de 200 famílias. Esse dado é interessante, principalmente se comparado ao número de 8.733 habitantes da cidade de acordo com o segundo recenseamento realizado na República, em 1900<sup>20</sup>, chegando a representar aproximadamente 7% da população local.

A preponderância desse homem rural na composição da imigração polonesa para o Brasil trouxe no seu bojo diversos elementos da religiosidade cristã, que se expressam na constituição moral do camponês polonês. No país de origem, essa

---

<sup>17</sup> MARTINS, Romário. Op. cit., p.64.

<sup>18</sup> GONÇALVES, M. <sup>a</sup> Aparecida C. & PINTO, Elisabete A. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983, p. 118.

<sup>19</sup> **ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA**. Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. v. I, 1970, p. 118.

<sup>20</sup> MARTINS, Romário. Op. cit., p.97.

característica manifestou-se na atividade paroquial e isso foi transplantado para o Brasil. A Igreja, a paróquia e o padre constituíram-se, em muitas colônias formadas no território paranaense, durante muito tempo, o elo inseparável da sua cultura e religiosidade, pois o “sistema de fé estava associado a sua identidade nacional, não podendo, na sua visão de mundo preservar um sem preservar o outro. A Igreja não só era o centro espiritual da colônia, como também o lugar onde o camponês satisfazia a sua necessidade de comunicação”.<sup>21</sup>

No território polonês a participação política do camponês era limitada somente à comuna, última representante do Estado no seu diminuto mundo. Mesmo assim, medidas restritivas do governo exterior, que tanto poderia ser austríaco, prussiano como russo, fizeram com que sua participação na administração comunal fosse mais de expectador passivo do que participante ativo, quer dizer, seu direito de voto era consultivo e não decisivo. Dessa forma, a única instituição configurada com algum tipo de poder que o aceitava e com a qual estava mais familiarizado era a paróquia. Dentro dela sentia-se um de seus partícipes, pois tinha a oportunidade de atuar. Era solicitado pelo pároco, que o conhecia pelo nome, para ocupar cargos nesta organização, podendo ser desde festeiro a coordenador das finanças; em outras palavras, era uma das poucas oportunidades que esse camponês tinha na vida, dentro do território polonês, de ocupar algum cargo que lhe conferisse uma posição diferenciada. Negada a possibilidade de participação política, restava-lhe a fé.

Verificou-se que ao integrar o homem rural a sua comunidade, conferindo-lhe um poder que ele não possuía em nenhuma outra instituição, a igreja polonesa atraiu para o seu centro uma devoção relacionada ao contexto social da época. Resultando daí uma supervalorização da paróquia e da hierarquia eclesiástica, pois esta lutou contra as tentativas de imposição do luteranismo e do catolicismo ortodoxo nos territórios dominados respectivamente pela Prússia e Rússia. Com isso, os interesses do povo polonês identificaram-se cada vez mais com os das autoridades católicas.

---

<sup>21</sup> DOUSTDAR, Neda Mohtadi. Op. cit. p. 118.

Como as nações imperialistas que dominaram a Polônia não possuíam interesse no progresso intelectual da população polonesa ofertando escolas<sup>22</sup>, esse espaço passou a ser ocupado também pela Igreja Católica, pois as criou e responsabilizou-se pelo ensino, enfim, conseguiu construir um domínio espiritual e de idéias. Por meio das escolas que fundou, adquiriu um predomínio na vida da nação, pois estava presente, chegando até mesmo a influir, nas manifestações domésticas, sociais, econômicas e político-administrativas do país.

Assim como a vida em torno da paróquia caracterizava a existência camponesa na Polônia, essa simbiose também se acentuou no Brasil, devido, principalmente, ao isolamento em que se encontraram os primeiros colonos. Com isso, a igreja, a paróquia e o padre foram, em muitas colônias fundadas próximas a Curitiba ou pelo interior do Estado, por muito tempo o único cimento que uniu os imigrantes poloneses. Portanto, nesse momento, a religiosidade foi o instrumento que organizou logicamente o universo desse imigrante, mantendo sua identidade.

Apesar de no seio da comunidade polonesa existirem tensões e rivalidades regionais, comuns a qualquer grupo social, a fé católica constituiu um forte elemento de unidade cultural. “Até 1918, quando a Polônia ressurgia no mapa das nações, os poloneses não tinham representantes consulares que pudessem estimular o esforço de preservação cultural. Assim sendo, essa missão ficou sendo exercida prioritariamente pelos clérigos”<sup>23</sup> e, também, por aqueles designados ou escolhidos pelo bispo responsável pela região em que essas comunidades de poloneses se localizaram. Como foi o caso das congregações de origem polonesa<sup>24</sup> que foram convidadas a se fixarem

---

<sup>22</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Conjuntura emigratória polonesa no século XIX**. Anais da comunidade brasileiro-polonesa. Op. cit., v. I, 1970, p.20.

<sup>23</sup> AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin (org.). Op. cit. p. 88.

<sup>24</sup> A partir de 1894, com a chegada de D. José de Camargo Barros, primeiro bispo de Curitiba, a hierarquia eclesiástica local passou a preocupar-se com a vinda de membros de um clero regular polônês. Dessa forma, atendia-se à necessidade dos colonos em terem um amparo espiritual e não se correria o risco de um cisma religioso ou o trabalho de padres seculares avessos à autoridade do

em território paranaense para atuarem junto às diversas colônias de imigrantes que estavam se fixando nos arredores da capital, assim como espalhadas pelo interior do Estado. Dessa forma teriam a oportunidade de lhes dar o apoio religioso de que necessitavam, assim como servir como um elo de ligação entre a comunidade recém chegada e a sociedade local.

No Paraná, logo após o estabelecimento em seus lotes, era comum a reunião de colonos para deliberarem sobre a construção da igreja ou capela, conforme as condições do grupo. Em meio às dificuldades, buscaram desde cedo manter suas tradições mediante a prática religiosa e a celebração de festas e rituais. De acordo com Wachowicz, “o preceito da assistência à missa dominical ou outros ofícios religiosos adquiriu no Brasil uma conotação mais ampla: havia a satisfação de poder comunicar-se com os companheiros, de confraternizar, de conhecer as novidades, de saber como iam os outros na sua respectiva propriedade. A freqüência dos ofícios religiosos tornou-se uma fuga do cotidiano. Tudo isto ocorria à sombra da igreja, antes e depois da missa”.<sup>25</sup> Esse momento do domingo pode ser visto como um espaço de sociabilidade para a comunidade, ao mesmo tempo em que para a Igreja era uma oportunidade para oficializar sua proposta sacramental da religião. Para o imigrante ser reconhecido como polonês e o reconhecer-se enquanto tal estava intimamente relacionado com a manutenção de sua religiosidade.

Era na missa ou nas conversas após a celebração que o imigrante satisfazia a sua necessidade de comunicação e integração. Pelo isolamento em que viviam, os colonos aproveitaram as reuniões religiosas para efetivarem a “troca de conhecimentos acerca das propriedades, do cultivo e de outros meios necessários à sobrevivência num

---

bispo local. Portanto, “em 1903, a pedido do bispo de Curitiba, chegavam de Cracóvia os padres poloneses da Congregação de São Vicente de Paulo, mais conhecidos por missionários. Ao mesmo tempo, (1904), surgiam em Curitiba os padres da Sociedade do Verbo Divino, os *verbistas*. (...) A vinda de Congregações religiosas polonesas femininas como as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e as Irmãs da Sagrada Família, veio reforçar a atuação do clero regular polonês nas colônias”. WACHOWICZ, Ruy C. **O camponês polonês no Brasil**. Op.cit. pp. 104-105.

<sup>25</sup> Ibid. p. 93.

país desconhecido. Por outro lado, a confraternização religiosa e a frequência com que se davam diversos outros ofícios religiosos deviam-se, também, à necessidade de uma fuga do cotidiano em que se encontravam, distante de seu país e nas adversidades de um outro mundo que precisavam construir”.<sup>26</sup>

Se a Igreja foi a instituição da sobrevivência inicial do imigrante, a escola passou a ser considerada como o estabelecimento que permitiu o progresso do grupo. Já que o governo estadual não tinha as condições mínimas para oferecer o ensino gratuito a toda comunidade escolar, junto à paróquia, em diversas colônias, foi construída pela própria comunidade a escola para atender aos filhos dos imigrantes. Dessa forma, as crianças teriam a oportunidade de conhecer pelo menos os rudimentos das primeiras letras e das quatro operações de aritmética.

A fundação da escola pelo grupo emigrado tinha a finalidade de comemorar datas importantes – que tanto poderiam ser religiosas como da história da Polônia. Além dessa função cívica, deveria organizar diversões para a juventude, recepcionar alguma autoridade que visitasse a colônia, além de manter viva a língua polonesa junto aos pequenos<sup>27</sup>, isto é, possuía um caráter de manutenção da identidade polonesa. Essas escolas eram mantidas com o dinheiro arrecadado em festas organizadas pela colônia. O professor, em muitos casos, era escolhido entre um dos imigrantes que possuísse um conhecimento suficiente para ensinar, no entanto, o salário por ser muito baixo desmotivava a manutenção do professor nesta atividade, ocorrendo com muita frequência a interrupção das atividades escolares.

Tentando atender às necessidades educacionais das colônias, preocupando-se com a proposta de romanização do seu rebanho e com a manutenção da fé católica trazida pelos imigrantes, o primeiro bispo de Curitiba, D. José de Camargo Barros, a partir de 1894, convidou diversas congregações religiosas polonesas para se estabelecerem em território paranaense e atuarem tanto na atividade educacional como

---

<sup>26</sup> DOUSTDAR, Neda Mohtadi. Op. cit. p.118.

<sup>27</sup> WACHOWICZ, Ruy C. **O camponês polonês no Brasil**. Op. cit. p.108.

na assistencial. Esse pedido, como já foi visto, foi atendido pelas Congregações das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e das Irmãs da Sagrada Família. Ambas iniciaram seus trabalhos nas colônias próximas a Curitiba, mas com o passar dos anos, a aceitação de seus serviços e o aumento do número de freiras, espalharam-se por diversas cidades interioranas, como foi o caso das religiosas da Sagrada Família que vieram a Ponta Grossa fundar uma escola para atenderem aos filhos da comunidade polonesa aqui estabelecida.

### **3.2. A PROCURA DE UMA ESCOLARIZAÇÃO: DAS RELIGIOSAS ALEMÃS SERVAS DO ESPÍRITO SANTO ÀS IRMÃS POLONESAS DA SAGRADA FAMÍLIA**

Ponta Grossa desde o final do século XIX passou a receber levas de imigrantes de origem polonesa que se estabeleceram nas suas proximidades, assim como em sua área urbana. Alguns se mantiveram na atividade agrícola, outros migraram para a sede do município e passaram a ocupar-se do comércio ou da prestação de serviços<sup>28</sup>. O polonês depois de estabelecido em uma cidade ou colônia no Paraná preocupou-se com a construção da igreja ou capela, conforme suas condições financeiras, e, na seqüência, com o estabelecimento de uma escola para ensinar pelo menos os rudimentos da matemática, da escrita e da leitura para seus descendentes. Ponta Grossa não ficou fora dessa regra, pois desde 1907 encontram-se registros do funcionamento de uma escola para atender especificamente aos filhos de poloneses católicos.\*

---

<sup>28</sup> De acordo com GONÇALVES & PINTO, entre 1889 e 1920 os imigrantes poloneses fixados em Ponta Grossa apresentavam a seguinte distribuição: 1 açougueiro; 1 barriqueiro; 2 carpinteiros; 2 carroceiros; 11 comerciantes; 2 curtidores; 1 eletricitista; 1 encanador; 6 ferreiros; 5 ferroviários; 4 marceneiros; 1 mecânico; 1 oleiro; 13 operários; 3 pedreiros; 1 professor; 2 pintores e 1 sapateiro. GONÇALVES, M. <sup>a</sup> Aparecida C. & PINTO, Elisabete A. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Op. cit., p. 118.

\* A partir da segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, Ponta Grossa possuiu diversos estabelecimentos escolares, vários com vida efêmera. Muitas destas salas de

Em 1905 religiosas alemãs da Congregação Missionárias Servas do Espírito Santo chegaram a Ponta Grossa com o intuito de fundar um estabelecimento escolar direcionado à clientela católica. Atingiram o seu intento atuando na escola paroquial que já existia e que anteriormente era dirigida pelos padres da Congregação do Verbo Divino.<sup>29</sup> Com o aumento do número de alunos matriculados e contando com uma religiosa que conhecia a língua polonesa – Irmã Gerhardina – optaram em abrir uma sala de aula para as crianças imigrantes dessa etnia, assim “a Escola polonesa, depois de muitas dificuldades chega a se concretizar”.<sup>30</sup>

No entanto, mesmo sendo uma aspiração do grupo emigrado, a *Escola polonesa* já de início enfrentou sérios problemas para de fato começar a funcionar, pois essa congregação, por mais que fosse católica, era de origem alemã e nessa época a Polônia era subjugada pela Alemanha. Por conseqüência, muitos imigrantes não viam com bons olhos os seus filhos serem educados por “irmãs polonesas falando a língua alemã”.<sup>31</sup>

Como especialistas da Igreja Católica, instituídas para atuarem como representantes da instituição, as religiosas analisaram essa situação como desígnio de

---

aula foram dirigidas por professores particulares leigos, enquanto que outras foram administradas por educadores de várias confissões religiosas, isto é encontram-se registros de escolas evangélica luterana, católica, presbiteriana e espírita. A maior parte destes estabelecimentos escolares ocuparam a área que atualmente pode ser vista como a região central da cidade, embora também existissem escolas isoladas mantidas em condições precárias pelo governo do Estado. Somente com a Lei nº 1.201 de 28 de março de 1912, é que foi criada a primeira escola pública em Ponta Grossa, o chamado Grupo nº 2 (Escola Pública Promíscua), nasceu da fusão de duas escolas isoladas, uma delas conhecida como Escola Pública de Ponta Grossa. Mais tarde, o Grupo nº 2 passou a se chamar Casa Escolar Senador Correia. LUPORINI, Teresa Jussara. **Escola estadual senador Correia**: pioneira na instrução pública em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Planeta, 1987, p. 21. OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses – 1850-1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002, pp. 20-65. Dessa maneira, pode-se chegar à conclusão de que, antes de 1907, os filhos de imigrantes ou de descendentes de poloneses estabelecidos na cidade não possuíam escolas específicas nem tampouco escolas públicas próximas à região em que habitavam.

<sup>29</sup> Crônicas das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. (manuscrito)

<sup>30</sup> Id.

<sup>31</sup> Id.

Deus e não sob o aspecto político, isto é, a sua atuação não foi vista, por elas próprias, como simbolizando o governo opressor (alemão), mas com a intenção de difundir o discurso católico. Para as freiras “o homem propõe e Deus dispõe. Se for da santa vontade de Deus, isto se realizará, não devemos perder a coragem. Nossa confiança em Deus não será diminuída pelas dificuldades e sofrimento”.<sup>32</sup>

Antes das irmãs [da Sagrada Família] chegarem, tanto as minhas tias, tudo elas estudavam no Colégio Sant’Ana, porque as irmãs do Colégio Sant’Ana vieram muito antes, né. (...) o Sant’Ana era só de origem alemã, mas só que tinha uma irmã que era de origem polonesa e dava aula de polonês para os poloneses e português também, nas duas línguas. \*



Figura 3 – Fotografia da irmã Gerhardina, missionária Serva do Espírito Santo, que está ao centro ladeada por crianças polonesas. Posteriormente esses alunos passaram para a Escola Sagrada Família. Data indeterminada, mas anterior a 1933. Acervo do Colégio Sagrada Família.

---

<sup>32</sup> Id.

\* Zophia Vuytk foi entrevistada em 24 de maio de 1999. Nasceu em 30/05/1930 e estudou na Escola Sagrada Família de 1937 a 1943, quando concluiu o 5º ano. Continuou morando na escola e auxiliando as religiosas nos anos seguintes até ter condições financeiras para entrar no noviciado da Congregação em Curitiba. Atualmente é uma religiosa da Congregação da Sagrada Família, chama-se Irmã Emanuela e trabalha no Colégio Sagrada Família.



Já em 1908, com um número de alunos oscilando entre 50 e 55 crianças, a escola dos poloneses conseguiu um imóvel próprio para desenvolver suas atividades pedagógicas. Essa casa, inicialmente alugada e posteriormente adquirida, recebeu o nome de Escola São José. Nela, a irmã Gerhardina começou a pôr em prática a proposta da romanização, introduzindo novas devoções religiosas, pois fundou “entre as crianças, uma Pia União de Filhas de Maria. Para esse fim, convida as meninas maiores para virem a escola em horas fora das aulas. Esta boa Irmã também dirige o coro”.<sup>33</sup>

Além das Filhas de Maria encontrou-se o registro, nas Crônicas da Congregação Missionárias Servas do Espírito Santo, da atuação dessa freira no trabalho de catequese, isto é, na preparação das crianças para o cerimonial da solene Primeira Comunhão. “Sabe aonde foi o começo de aulas pra nós de catecismo? Naquela (...) escolinha antiga, que tinha também a irmã Geraldina, que tinha antes de virem essas irmãs [da Sagrada Família]. Então lá, nós ia mesmo, mas pra estudar catecismo. (...) Era tudo com a irmã Geraldina, até quem nos dava catecismo”.<sup>\*</sup> Esse fragmento revela que a preocupação com a evangelização não estava apenas vinculada ao desempenho pedagógico do estabelecimento escolar, mas englobava todas as ações, pois, como diz Bourdieu, o *habitus* religioso, inculcado primeiramente em casa e posteriormente reforçado na escola, é posto em prática em todos os ambientes pelos quais aquele ator social vier a circular.

O processo de romanização trouxe para toda a sociedade uma sucessão de festas, celebrações e devoções religiosas que inovaram a religiosidade brasileira. Ou seja, essa nova prática religiosa levada para o rebanho católico, através da atuação das religiosas alemãs, não ficou circunscrita apenas à escola ou à igreja, locais onde

---

<sup>33</sup> Crônicas das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. (manuscrito)

<sup>\*</sup> Bronildes Marks Zangiski foi entrevistada em 31 de maio de 1999. Estudou na Escola Sagrada Família desde sua fundação (1933) até 1936, não chegando a concluir o 5º ano, pois teve que sair para auxiliar sua mãe nos serviços domésticos.

ocorriam o ensino e as cerimônias, mas foi levada às ruas e às festas familiares, por meio das procissões e comemorações após a Primeira Comunhão.



Figura 4 – Fotografia da Primeira Comunhão de Bronildes M. Zangiski. Ao centro está o padre Roberto Bonk. Data: 1929. Acervo: Bronildes M. Zangiski.

Mesmo desenvolvendo um trabalho em que as atividades pedagógicas junto às crianças polonesas estavam intimamente relacionadas às práticas religiosas romanizadas, encontrou-se registrada nas crônicas uma oscilação no número de educandos matriculados entre os anos de 1909 e 1911. Provavelmente este fato ocorreu por questões financeiras, pois não foi encontrado nenhum outro indício que justificasse os pais de alunos poloneses retirarem seus filhos da escola.

Prova da aceitação da escola pela comunidade polonesa local ocorreu nos anos subsequentes, já que a partir de 1913, tornou-se necessária a construção de uma nova sala de aula, pois nos registros encontrou-se a presença de 80 a 90 alunas. “No primeiro dia de aula chegaram muitas alunas e principalmente as polonesas as quais se

apresentaram em tão grande número que nem a maior sala as poderia abrigá-las. (...) Depois de 3 semanas a obra estava terminada e a Escola polonesa foi dividida em classes”.<sup>34</sup>

Em 1920 a Escola Polonesa dirigida pela Congregação alemã sofreu um revés quando:

poloneses incrédulos e maus abriram uma escola e trabalharam contra as escolas católicas. Para suprimir esta escola perversa os católicos poloneses também abriram uma escola.\* Muitos alunos da escola polonesa da Ir. Geraldina passaram para as novas escolas. Algumas alunas, porém ficaram fiéis à sua antiga professora e estas poucas foram para a Escola paroquial.<sup>35</sup>

Quem seriam esses *poloneses incrédulos e maus*? Ruy Wachowicz<sup>36</sup> afirma que no início do século XX, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aportou um determinado número de intelectuais poloneses, após o fracasso da revolução de 1905, ocorrida em território polonês dominado pela Rússia. Entre esses intelectuais refugiados predominavam indivíduos de formação anticlerical e socialista. Constituíram no Paraná, com o correr do tempo, um grupo de intelectuais de esquerda, conhecido como *progressistas*. Da iniciativa de um dos líderes da corrente progressista, Casemiro Warchalowski, surgiu, em 1905, a “Sociedade das Escolas do Povo”.

A 15 de agosto de 1908, realizou-se em Curitiba uma assembléia de sociedades polonesas, com representantes de várias localidades do Paraná e Santa Catarina, entre elas as de Ponta Grossa. Pouco antes, em 1903, chegaram ao Brasil os

---

<sup>34</sup> Crônicas das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. (manuscrito)

\* Somente nesse fragmento das crônicas foi encontrada a referência a uma outra escola de católicos poloneses. Como esse assunto não foi novamente abordado em nenhum outro momento, nem tampouco nos jornais da época, provavelmente o estabelecimento teve vida efêmera e sua clientela foi reincorporada à Escola São José, administrada pelas Servas do Espírito Santo.

<sup>35</sup> Id.

<sup>36</sup> **ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA**. Curitiba: Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. v. I, 1970, p. 27.

padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, os lazaristas poloneses, que dentro em pouco lideravam um grupo oposto aos *progressistas* e que se denominou *clerical*. Ao que parece, essas duas correntes filosófico-religiosas, estenderam para o Brasil o conflito político-nacional e ideológico presente na Polônia desde a segunda metade do século XIX e concretizado no Paraná, principalmente, pela atividade educacional exercida por ambas.

O trabalho concomitante das escolas confessional e leiga deve ter se prolongado por muitos anos, porque em janeiro de 1933, um pouco antes da fundação da Escola Sagrada Família, foi publicado no jornal local uma matéria comentando a vinda de dois intelectuais poloneses para “participarem de um congresso de educadores polonezes, que se realizou em um dos salões do Hotel Franze”.<sup>37</sup>

### **3.2.1. O CONVITE ÀS IRMÃS POLONESAS DA SAGRADA FAMÍLIA**

Diante dessa oferta múltipla e concorrente de estabelecimentos educacionais de formação católica e laica, e agravado pela atuação do padre cismático – Teophilo Bartnicki – o bispo Dom Antônio Mazzarotto, tomou a decisão de convidar religiosas polonesas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria para fundarem em Ponta Grossa uma escola que deveria atuar diretamente com os filhos de descendentes poloneses católicos estabelecidos na cidade. Para tanto, escreveu para a Madre Provincial da Congregação estabelecida em Curitiba, irmã Bronislava Burlaga, solicitando a vinda de pelo menos três freiras para se abrir o novo educandário.

---

<sup>37</sup> Visitas. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 08 jan. 1933. A matéria jornalística não apresentou o nome do estabelecimento escolar, no entanto, no acervo fotográfico da Casa da Memória Paraná, em Ponta Grossa, existem fotos de professores poloneses leigos e seus alunos. Essas fotografias foram doadas à instituição sem serem especificados os nomes dos professores e a data exata. Como a escola mantida pela igreja do padre Theophilo Bartnicki era dirigida por ele, pode-se concluir que durante os anos iniciais da década de 1930 existiram pelo menos três educandários distintos direcionados aos descendentes de poloneses, isto é, o católico, o antigo católico e o leigo.

No pedido, o prelado justificou a necessidade do estabelecimento escolar argumentando que “os maos prophetas e más escolas por toda parte trabalham para a perdição das almas e aqui talvez mais que alhures. Os alvejados são neste momento os polonezes mais que outros”.<sup>38</sup> A sua preocupação tinha fundamento porque, segundo ele, grande parte da população da diocese era de origem polonesa, portanto, não poderia ficar abandonada pelos representantes da Igreja Católica, correndo o risco de perder-se dos valores e padrões morais estabelecidos pela instituição.

Nesse caso, “as nossas escolas são um grande dique que se pode e deve appôr a inundaçõ do mal”.<sup>39</sup> Ancorado nos pressupostos definidos pelo Papa Pio XI, de que “é direito inalienavel da Igreja, e simultaneamente seu dever indispensavel vigiar por toda a educaçõ de seus filhos”<sup>40</sup>, o bispo afiançou o seu trabalho a essa proposta da Igreja: estar presente e atuante na manutenção da uma ordem estabelecida que lhe fosse conveniente, para justificar como extremamente útil e necessária a vinda e estabelecimento de uma congregaçõ polonesa na cidade.

Para reforçar o interesse de D. Antônio na criação da escola para os poloneses, deve-se pensar também que a sua postura estava de acordo com as ambições da Igreja Católica, que, no início do século XX, concentrava em suas mãos grande parte dos estabelecimentos de ensino secundário, no entanto, tinha uma presença ínfima no ensino primário. Voltando-se, a partir de meados da década de 1920, para essas escolas que atendiam a primeira infância, objetivava garantir a sua influência sobre as classes populares urbanas, já que esta “açõ era tão crucial para a conduta moral e intelectual da sociedade. Sem isto a Igreja corria o risco daquela fratura fatal entre uma religiõ

---

<sup>38</sup> Carta enviada pelo bispo Dom Antônio Mazzarotto para a Madre Provincial da Congregaçõ da Sagrada Família, Madre Bronislava Burlaga, em 06 de janeiro de 1933, estabelecida em Curitiba. Anexo II.

<sup>39</sup> Id.

<sup>40</sup> PIO XI, Papa. Op. cit., p. 9.

de intelectuais e uma outra para o povo. A educação das massas era tão importante quanto a conquista espiritual e cultural das elites”.<sup>41</sup>

A escola, instituição capaz de reforçar um *habitus* religioso já inculcado pela família, serviria nesse momento, a partir dos olhos do prelado, não apenas para tentar reconduzir ao seio da Igreja parte do rebanho desviado, mas também como um elemento atuante na sociedade, um *dique* que evitaria que novos *prophetas* agissem livremente na comunidade, corrompendo-a e infestando-a com falsas verdades. Com a presença e a atuação pedagógica/evangelizadora dessas religiosas na cidade, a possibilidade de chegada de novos concorrentes no campo religioso capazes de disputar e roubar os fiéis poloneses tenderia a diminuir, pois a lacuna anteriormente existente seria completada por uma congregação que teria elementos identitários comuns ao grupo pleiteado. Isto é, as irmãs não se identificavam com o grupo polonês apenas por serem católicas, mas também por falarem a mesma língua, por terem vindo do mesmo país e, principalmente, por ter como fundador da congregação um religioso atuante no movimento que lutou pela independência da Polônia.

Com a possível vinda das irmãs polonesas, o bispo não dava como solucionada a crise existente na comunidade polonesa, mas a partir de então existiria mais um elemento católico na luta pela manutenção do monopólio da distribuição dos bens sagrados, aumentando consideravelmente a sua possibilidade de sucesso frente à igreja cismática.

Na seqüência da carta, o prelado informou que o trabalho já havia sido iniciado por outra congregação, isto é, que as religiosas polonesas não partiriam do zero. Esclareceu que “até agora trabalham pelos polonezes a Irmã Geraldina S. do D. E. Santo e com muita dedicação, mas agora e com o perigo que corre o povo é

---

<sup>41</sup> HORTA. José Silvério Baía. Op. cit., p. 99.

insuficiente”.<sup>42</sup> Como porta-voz da Igreja Católica, D. Antônio percebeu que para tentar uma reversão da crise não era suficiente apenas o trabalho de outros especialistas da instituição – as religiosas do Colégio Sant’Ana – mas de um tipo específico de especialista que deveria suprir uma lacuna percebida. Em outras palavras, a comunidade imigrante poderia se identificar mais facilmente com as freiras polonesas, pois elas trariam no bojo do seu trabalho o elemento étnico ainda muito forte para o polonês emigrado, assim como para seus descendentes.

Por mais que buscasse a aceitação do grupo católico e do cismático para a abertura de uma nova escola, o bispo tentou demonstrar como conciliatória a sua decisão de convidar uma outra congregação para atuar na cidade. Pelo menos em sua carta, deixou claro que havia conseguido a aprovação da Irmã Provincial das Servas do Espírito Santo para a vinda das religiosas polonesas. Para tanto, o trabalho deveria ser muito bem direcionado, já que:

urge o Collegio polonez em Ponta Grossa. Digo polonez, embora accidentalmente e por excepção, se possa nelle aceitar alumnos que não sejam filhos de polonezes. Alguma dificuldade cautelosa e prudente se deve fazer na acceitação de alumnos não polonezes, para não prejudicar muito este collegio existente que luctou e lucta com difficuldades múltiplas. (com grifo no original)<sup>43</sup>

Por outro lado, pode-se pensar que diante de um poder instituído, como o do bispo, a Madre Provincial da congregação alemã não teria outra alternativa a não ser se submeter às decisões de um superior hierárquico e aceitar a vinda de outra congregação, mesmo que esta se tornasse concorrente num futuro próximo.

Para encerrar a solicitação, o prelado voltou a lembrar que o serviço apostólico de qualquer membro da Igreja Católica deveria sempre estar voltado para o engrandecimento dos interesses de toda a instituição e difusão das Sagradas Escrituras,

---

<sup>42</sup> Carta enviada pelo bispo Dom Antônio Mazzarotto para a Madre Provincial da Congregação da Sagrada Família, Madre Bronislava Burlaga, em 06 de janeiro de 1933, estabelecida em Curitiba.

<sup>43</sup> Id.

e não para os seus próprios anseios. Dessa forma, deixou claro que “tratando se do bem das almas, **penso que** a Irmã Prov. deve fazer tudo para **nos servir**. Se para esta obra de imediata e inadiável necessidade, fosse mister diminuir as Irmãs de outras casas, **julgo que** [grifo nosso] isto deveria fazer a Irmã Prov.”.<sup>44</sup>

Pela análise das Crônicas do Ginásio Sagrada Família, descobriu-se que, ao mesmo tempo em que Dom Antônio convidava religiosas polonesas para se estabelecerem na cidade e **fundarem** uma escola, diversas freiras dessa Congregação, que moravam em Curitiba, já estavam pedindo à sua superiora para possuírem um pequeno imóvel na cidade, pois “as Irmãs precisavam passar [por Ponta Grossa] quando iam às nossas outras casas. Aqui precisavam às vezes esperar por outro trem na estação durante algumas horas. (...) Por isso todas as Irmãs sonhavam em conseguir aqui pelo menos uma pequena casa onde pudessem descansar algumas horas”<sup>45</sup> No entanto, a Madre Provincial via como muito improvável conseguir a aprovação do estabelecimento de sua congregação na cidade porque “lá estavam as Irmãs do Verbo Divino”, isto é, as Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, que tinham o mesmo fundador que os padres da Congregação do Verbo Divino.<sup>46</sup>

Ao receber a carta do bispo D. Antônio, foram de imediato iniciados os preparativos para a vinda das religiosas que iriam fundar a nova escola. “Foram escolhidas três: Irmã Janina Knaut para Superiora, Irmã Melânia Gwizdala e Irmã Boleslawa Gazdzicka”.<sup>47</sup> O posicionamento da madre provincial, selecionando

---

<sup>44</sup> Id.

<sup>45</sup> “musiały siostry przejeżdżać jadac do innych naszych domów. Tu musiały czekać nieraz na stacji na drugi po pare godzin. (...) Dlatego wszystkie siostry marzyły by się postarać tu chociaż o mały domek w którym by mogły parę godzin odpocząć”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak. Na presente pesquisa optou-se por colocar no corpo do texto a tradução em português e deixar o fragmento original em polonês para as notas de rodapé.

<sup>46</sup> “ponieważ tam są Siostry Verbo Divino”. Id.

<sup>47</sup> “Wybrano trzy: S. Janine Knaut na Przełożone, S. Melanię Gwizdałę i S. Bolesławę Gaździecką”. Id.



prontamente as religiosas que deveriam se dirigir para Ponta Grossa reafirmou a postura que os membros da Igreja Católica deveriam ter, isto é, como parte integrante de uma instituição universalizante colocar-se como serva da *necessidade da Igreja*, e isso era exatamente o que o prelado precisava naquele momento. Os objetivos da instituição passam a ser superiores às aspirações e necessidades da congregação e os individuais.

Antes mesmo da chegada dessas religiosas na cidade, a *Escola Polonesa* mantida pelas freiras alemãs Servas do Espírito Santo não voltou a funcionar porque “as Irmãs polonesas da Sagrada Família eram polonesas e quiseram fundar uma escola aqui. Alguns padres forçaram, mais ou menos a vinda das Irmãs polonesas para cá, porque achavam que as mencionadas Irmãs tinham mais liberdade que nós e estariam em melhores condições de entender a situação dos poloneses”.<sup>48</sup> Percebe-se um tom de disputa pelo domínio na exclusividade do ensino católico na cidade, no entanto, esse tom desaparece quando a religiosa alemã, que escreveu as crônicas, lembrou que o fundamental não era a rixa entre institutos pertencentes a uma única instituição, mas “que o principal entre nós, é estarmos pelas circunstâncias, facilitadas em poder preencher nossos deveres comunitários de acordo com as nossas constituições, assim como reza a Santa Regra”.<sup>49</sup>

Acima de qualquer questão étnica ou de comando do ensino em Ponta Grossa estava a obediência à autoridade episcopal e à difusão das Sagradas Escrituras, assim como das regras da Igreja Católica. Hobsbawm quando analisa as religiões mundiais, caso da católica, apresenta-as como universais por definição e, portanto, organizadas para escamotear as diferenças étnicas, lingüísticas, políticas e quaisquer outras diversidades que possam existir.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Crônicas das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. (manuscrito)

<sup>49</sup> Id.

<sup>50</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1870**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 83.

### 3.2.2. ONDE O CÉU É FAMÍLIA: HISTÓRICO DA CONGREGAÇÃO DA SAGRADA FAMÍLIA

A partir de meados do século XIX, grande parte da Igreja Católica, tanto na Europa como em outros países, passou por uma reestruturação para atender ao mundo e ao homem contemporâneo. A sociedade como um todo sofreu mudanças, passou por transformações políticas, econômicas, sociais, como já foram apresentadas anteriormente.

Devido ao fortalecimento e expansão da atividade industrial no mundo europeu, adquiriu-se cada vez mais uma consciência de que, diante das novas e complexas situações a que os homens eram chamados a viver, e também diante das novas correntes de pensamento contrastantes com o Evangelho, fazia-se necessário procurar novos caminhos para comunicar a salvação e demonstrar a credibilidade na missão da Igreja. Portanto, a instituição necessitava de uma nova identidade, já que se sentia rejeitada pelo mundo moderno. Na realidade esse *mundo* não chegou a rejeitá-la completamente, mas criou outras necessidades que chegaram a confrontar posicionamentos entre a Igreja e o mundo laico.

Essa postura renovada que se desenvolveu na Igreja Católica foi uma mundanização, pois as ordens que surgiram nesse momento e as que passaram por um processo de reestruturação dedicaram-se aos trabalhos da educação, da beneficência, ao serviço dos doentes, à pobreza, às missões populares, ao atendimento espiritual dos prisioneiros e imprensa. Ou como escreveu pe. Júlio Maria, conservando “a ordem social, combatendo, sob todas as suas diferentes formas, a miséria, a enfermidade, a ignorância, a corrupção”.<sup>51</sup>

Sob a ótica de Pierre Bourdieu, o corpo de especialistas da religião detinha uma capacidade específica, isto é, a produção, reprodução e organização de um conhecimento: idéias e normas, capazes de garantir o monopólio da gestão dos bens

---

<sup>51</sup> MARIA. Júlio. Op. cit., p.73.

de salvação.<sup>52</sup> Nesse momento em especial, esses especialistas da religião podem ser entendidos como os membros dessas congregações religiosas recém constituídas e das que se reorganizaram.

Qualquer instituição religiosa que esteja presente na disputa pelo monopólio da administração e distribuição dos bens de salvação, quer dizer, em constante confronto com outras instituições religiosas disputando a legalidade e o público, tem a possibilidade de utilizar-se de seu poder para modificar as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes outras que melhor se ajustem aos interesses do momento. Essa capacidade de *mudança* dentro da Igreja Católica pode ser compreendida como o processo de romanização pelo qual passou a estrutura hierárquica eclesiástica nos séculos XIX e XX.

Com essa nova proposta para a instituição Igreja, vista na época como *nova cristandade*, as obras materiais e sociais passaram a ser concebidas dentro do projeto global de restauração neste mundo do “Reino de Cristo”. Para que isso se efetivasse era necessário constituir associações ou ordens de sacerdotes, religiosos(as) ou leigos(as) com objetivos específicos e capazes de construir um campo de interesses religiosos relativamente autônomos em relação às estruturas sociais, políticas e econômicas.

A rede de obras temporais católicas compôs os alicerces e os primeiros elementos desse edifício da nova cristandade. Os religiosos(as) passaram a ter uma vida cada vez mais integrada ao mundo temporal. A busca pela santidade ocorreu através da participação nas obras de desenvolvimento da sociedade.<sup>53</sup> As congregações religiosas que surgiram nessa fase não ficaram mais restritas a uma atuação *dentro de muros*, isto é, fechadas para o mundo e voltadas para a oração e contemplação; foram criadas para atuarem em institutos, formarem novos cristãos através da educação e

---

<sup>52</sup> MARCHI, Euclides. Religião e igreja: a consolidação do poder institucional. Op. cit., pp. 174-175.

<sup>53</sup> COMBLIN, José. Os “movimentos” e a pastoral latino-americana. Op.cit., pp. 227-262.

evangelizarem a sociedade. Para o clero já existente a proposta era de que “não pode, nem deve presentemente encastelar-se nos santuários, contemplando de longe o povo e pensando que fará obra de Deus só com as nossas devoções, as nossas festas e os nossos panegíricos.”<sup>54</sup> Para as religiosas rompeu-se a clausura estrita e apareceu a imagem da *irmã de caridade*, boa, solícita, atuante, mas *irmã*, isto é, alguém que mantinha com o sagrado certos laços que a diferenciavam das outras mulheres.

Todo esse movimento de reação, ou até mesmo de transformação da imagem e estrutura da Igreja Católica, desembocou numa série de iniciativas que, com o passar dos anos, significaram o fortalecimento da instituição. Tais mudanças objetivaram adquirir condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa do mundo moderno europeu, sem excluir as outras regiões em que o catolicismo também estava presente.

A Polônia, como nação católica, participou ativamente desse processo. Um dos exemplos foi o desenvolvido por Dom Zigmunt Felix Felinski, a partir da segunda metade do século XIX. Esse religioso foi o fundador da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, ligada à história da nação polonesa que, naquele momento, estava principalmente sob o domínio russo e prussiano.\* Tanto a Rússia como a Prússia não eram nações católicas romanas: a primeira era essencialmente ortodoxa enquanto que a segunda era preponderantemente luterana.

A ocupação militar não favoreceu a expansão da religião e o florescimento de institutos religiosos. Eram comuns as proibições de procissões e peregrinações, que desempenhavam um papel importante na piedade popular. Leis rigorosas limitaram a atividade da Igreja, pois se reforçou a vigilância pela polícia dos sermões e, por vezes, das confissões. Nesse clima de opressão e de restrição à liberdade é que Zigmunt F. Felinski nasceu e vivenciou toda a sua fé.

---

<sup>54</sup> MARIA, Júlio. Op.cit., p. 120.

\* Como já foi visto em maiores detalhes no início deste Capítulo.

Pertencentes a uma família de classe média na Polônia, Zigmunt e seus irmãos, ainda muito jovens, ficaram órfãos de pai. Apesar dessa situação ele freqüentou a escola e da mãe aprendeu noções iniciais de fé e patriotismo, assim como da avó que lhe ensinou, na ausência da mãe, a recitar orações e entender os fundamentos da fé.<sup>55</sup> Como Ruy Wachowicz apresentou, a opressão “defrontou-se com a teimosia e o patriotismo do lavrador polonês, com a grande resistência da mulher (...) e a desmedida dedicação da mãe polonesa”.<sup>56</sup> A catequese começava no lar, sobretudo pelo ensino de *rezas* e, além dessa prática, as famílias costumavam ensinar às crianças os mandamentos e os sacramentos.

Era a mãe ou a avó quem incutia nos pequenos o amor à terra e à pátria subjugada. A identificação entre religião e polonidade se estendia a todos os aspectos da vida. Essa situação também se repetiu com Felinski, pois logo após ficar viúva, Eva Felinski, engajou-se no movimento para a libertação da Polônia. Desenvolvia atividades na secretaria da organização clandestina orientada por Simão Konarski.<sup>57</sup> Esse movimento tentava, através de greves, protestos ou pequenas revoltas, minar a força do dominador. Anos mais tarde o Pe. Felinski escreveu: “até as crianças sugam com o leite materno o espírito da libertação da pátria. Ter pátria e ser escravo de outro país, é inaceitável pela própria natureza”.<sup>58</sup> Por participar desse movimento clandestino, Eva foi presa em julho de 1838 e por oito anos manteve-se separada de sua pátria e de seus filhos.

---

<sup>55</sup> ZYLINSKA, Regina. Op.cit, p.9.

<sup>56</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Op. cit., p. 15.

<sup>57</sup> ZYLINSKA, Regina. Op. cit., p. 13.

<sup>58</sup> CRUZ, Afonso de Santa. **Onde o céu é família**. Curitiba: Edições Rosário, p. 23.

Durante esse tempo, Zigmunt continuou seus estudos em Moscou, sob a proteção do sr. Zenon Brzozowski<sup>59</sup>, um grande proprietário de terras, que pretendia tornar seu protegido um patriota culto e bem formado. Em Moscou freqüentou a biblioteca conspiratória, orientada por estudantes poloneses e mantida por eles, dessa forma o conhecimento das obras literárias e do passado histórico polonês contribuiu para a ampliação da visão dos problemas nacionais e dos deveres para com a Pátria, além de aprofundar o amor pela Polônia. Após se formar (1844) conseguiu uma bolsa de estudos na Universidade de Sorbonne, em Paris. Retornou à Rússia (1851), em Petersburgo, onde estudou teologia e foi ordenado padre (1855) um ano antes do tempo habitual.

Uma das razões de sua ordenação antecipada tinha por objetivo a organização de uma Congregação religiosa de sacerdotes com a finalidade de elevar a disciplina e reviver o espírito apostólico entre o clero católico russo. O soerguimento da vida religiosa no Oriente também era tomado como uma das pretensões da romanização. A falta de pessoal eclesiástico especializado na Rússia era percebida como um entrave para a Santa Sé, já que o clero russo era formado essencialmente por sacerdotes ortodoxos.

Trabalhando como sacerdote, teve a oportunidade de perceber os problemas enfrentados pela Igreja Católica e pelos poloneses disseminados pela Rússia dos Czares. Em 1857, fundou um abrigo para crianças órfãs, pois a miséria reinante fez com que o número de crianças abandonadas aumentasse. Para trabalhar com os órfãos nos abrigos, com os velhos nos asilos, com os enfermos nos hospitais e também na educação, Pe. Zigmunt fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria e entregou aos seus cuidados o amparo das crianças e dos velhos, que se encontravam no Albergue Católico.<sup>60</sup> Modelada no espírito da *família de Nazaré*, deveria viver na unidade e igualdade, na recusa de qualquer privilégio e

---

<sup>59</sup> ZYLINSKA, Regina. Op. cit., p. 14.

<sup>60</sup> Ibid., p.28.

sustentar-se com o próprio trabalho. A formação em família seria a imitação clássica do espírito trinitário de Deus, ou seja, o espírito de comunidade.

Pe. Felinski criou a Congregação da Sagrada Família voltada para uma nova leitura do mundo, isto é, restaurar o Reino de Cristo por meio da atuação das religiosas nos diversos segmentos da sociedade e não apenas dentro de um convento orando. Tal idéia fica clara nas seguintes palavras da Irmã Teresa Komar:

Esforcemo-nos em cada dia viver o espírito do Pai Fundador o qual desejava que a simplicidade de coração e costumes seja a nossa especial marca de caráter. Considerava isto necessário para as Irmãs que tinham o dever de **executar as boas obras no meio do povo** [grifo nosso] e como indispensável necessidade de entrar em contacto com o mundo, para que evitassem a todo custo, quaisquer sinais de mortificação exterior, piedade, etc., o que poderia dar motivo para as pessoas do mundo, de zombar delas e com isso destruir o seu benéfico trabalho na sociedade.<sup>61</sup>

Dois anos mais tarde, graças ao interesse do Pe. Felinski, a Congregação obteve a aprovação dos Estatutos do Albergue pelo próprio Czar. Com o auxílio das Irmãs da Sagrada Família, o Pe. Felinski organizou a assistência aos pobres e velhos, promoveu a catequese, fundou um pequeno hospital para os doentes e uma pequena oficina de corte e costura.

Em 1862, o Papa Pio IX nomeou Pe. Zigmunt arcebispo de Varsóvia, pois o julgava capaz de introduzir a ordem, acalmar os ânimos e os corações do povo agitado por longos anos de desgoverno e desmando russos. No entanto, o novo arcebispo era visto como um enviado do governo de Petersburgo, um assalariado do czar e não como um representante da Igreja Católica, um religioso polonês que poderia auxiliar o seu povo. Para reverter essa situação, D. Felinski procurou comprovar com palavras e convencer o seu novo rebanho de seu amor para com a Polônia. Entre outras, externou a seguinte posição: “O amor para com a minha nação é um sentimento sagrado, que aprendi, como vós, no colo materno e jamais renegarei. Sou polonês, desejo morrer como tal, pois assim o querem a Lei Divina e Humana. Nossa língua, nossa história,

---

<sup>61</sup> Ibid., p. 127.

nossas tradições nacionais, considero-as herança preciosa”.<sup>62</sup> A influência materna é presente não apenas nessas palavras, mas na sua visão de Igreja:

Para Arcebispo Felinski, a Igreja era qual mediadora visível da possível união com Cristo. Chamava-a de mãe extremosíssima que do berço à sepultura cumula a todos com seus cuidados maternos. Eis a exclamação viva que atesta o seu amor vibrante para com a Igreja: “Sim, Senhor! Igreja, eis o meu tesouro mais precioso, eis a finalidade de minha vida, eis o único amor nesta terra, pois Tu és a sua alma e ela o Teu Corpo Místico!”<sup>63</sup>

A influência materna, a família e o sentimento de polonidade são os elementos fundantes da sua atuação como religioso e o que ele procurou deixar evidente na congregação que havia fundado, já que esta deveria atuar, assim como a instituição igreja, como o *Corpo Místico* nessa nova proposta de restauração do *Reino de Cristo*. Para auxiliar nesse trabalho trouxe para a Polônia a Congregação da Sagrada Família, confiando-lhe a fundação de um orfanato e uma escola na rua Zelazna, que se tornou o local sede da congregação.<sup>64</sup>

Em 1863, ocorreu um levante contra a dominação russa\*, e é nesse contexto que a Igreja Católica passou a ser perseguida oficialmente por ter participado também do movimento revolucionário. Como ativista político, D. Zigmunt tinha plena consciência dos sérios problemas pelos quais a Polônia passava e escreveu para o czar Alexandre II implorando a independência, justificando que apenas a autonomia administrativa era insuficiente, pois o país precisava de uma vida política. Na sua opinião: “a Polônia é visceralmente católica e a religião circula com a mesma

---

<sup>62</sup> Ibid., p. 35.

<sup>63</sup> Ibid., p. 36.

<sup>64</sup> Ibid., p. 37.

\* Desde o final do século XVIII, quando a Rússia conquistou gradativamente territórios poloneses, a população desse país não desistiu de reconquistar sua independência, promovendo diversos levantes contra a dominação russa ou participando de organizações clandestinas. Muitas dessas revoltas principiaram a partir de greves e protestos. No entanto, nenhuma foi tão séria como a que iniciou na noite de 22 de janeiro de 1863. Na tentativa de enfraquecer o conquistador, uma onda de incêndios assolou o país, porém o governo czarista dominou a sublevação nos dias seguintes usando a força e promovendo o derramamento de sangue de muitos participantes. Ibid., pp. 39-40.



intensidade pelas veias como o próprio espírito de patriotismo”.<sup>65</sup> E assim como não se tinha liberdade de *ser polonês*, também se vivia sob uma repressão da religião. Na mentalidade do povo polonês, a fé religiosa era inseparável do seu sentimento de patriotismo, da sua polonidade, a marca da preservação de sua identidade.

Como o arcebispo apoiou as intenções libertárias dos revoltosos pagou com o exílio na Sibéria, no qual ficou preso por vinte anos. “A atividade sócio-religiosa na Polônia configurou-se em grandes manifestações de massa, politizando a fé e reduzindo a política às dimensões morais e às suas matrizes da fé”.<sup>66</sup> D. Zigmunt tornou-se então um líder religioso respeitado e um exemplo de liderança política. Mesmo condenado ao exílio chamou a atenção do czar afirmando: “a sorte do povo está nas mãos de Deus e se já chegou a hora marcada pela Providência para a libertação da Polônia, a teimosia do Tzar não prejudicará a realização do plano de Deus”.<sup>67</sup>

Nessa época a situação da Congregação era a seguinte: “tinha já três casas: em Petersburgo, em Varsóvia e em Inflantes e contava com dezenas de Irmãs na maioria cultas e sob a direção de uma (...) Superiora, assim que sempre se expandia e fundava novas casas em Odessa, Riga, Jalta etc.”.<sup>68</sup>

Após o fracasso da revolução de 1863, o governo russo iniciou uma campanha que pretendia atingir desde a Igreja até as classes mais humildes da população, campanha essa que se restringiu aos seguintes tópicos:

- 1 – O idioma polonês foi proibido nos atos oficiais.
- 2 – A Igreja Católica Romana foi perseguida em benefício da Ortodoxa russa, levando à prisão e ao exílio bispos e padres.
- 3 – Proibição do uso do idioma polonês nas escolas primárias.
- 4 – Destituição dos poloneses dos cargos importantes.

---

<sup>65</sup> CRUZ, Afonso de Santa. Op.cit., p. 62.

<sup>66</sup> DOUSTDAR, Neda Mohtadi. Op. cit., p. 88.

<sup>67</sup> ZYLINSKA, Regina. Op. cit., p. 105.

<sup>68</sup> Ibid., p. 73

5 – Os sermões e o catecismo foram proibidos na língua polonesa.

6 – Conventos católicos foram fechados.<sup>69</sup>

A luta da hierarquia eclesiástica polonesa contra as tentativas de imposição do luteranismo e do catolicismo ortodoxo, respectivamente na parte prussiana e russa, fez o clero ser mais amado e respeitado, aprofundando a adesão polonesa ao catolicismo. Dessa forma, os interesses do povo identificaram-se profundamente com os da hierarquia católica.

Apesar dos perigos e das medidas repressivas que emanaram das autoridades dominantes, em toda parte funcionaram as escolas clandestinas. Nelas e nos lares cultivou-se a língua nacional e os costumes tradicionais. A memória dos grandes vultos cívicos e religiosos e os feitos históricos da nação foram lembrados com muita ênfase e veneração.

Na Polônia, a Igreja construiu as muralhas do cristianismo ocidental, promovendo a identificação dessa instituição com os sofrimentos nacionais e como a grande depositária das tradições do povo polonês. Isso ocorreu de um modo que o catolicismo amalgamou-se com os ideais da nação polonesa, a ponto de Ruy Wachowicz afirmar: “Fundiram-se de tal maneira que a noção de catolicismo e polonidade tornaram-se sinônimos (...) a religião católica tornou-se o amparo geral do patriotismo, dirige o sentimento nacional, ensina o verdadeiro amor a pátria”.<sup>70</sup> A ligação demonstrada entre a religião e a polonidade representou um vínculo entre fé e patriotismo. O habitante da Polônia reconhecia-se ao mesmo tempo como polonês e católico, portanto, esses elementos compunham sua identidade.

O patriotismo não esteve presente somente na Polônia, mas também nos poloneses já radicados no Brasil, como colocou o padre visitador das Missões em São Mateus, no ano de 1904: “temos em nós aquilo que os demais não possuem – ninguém

---

<sup>69</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Conjuntura emigratória polonesa no século XIX.** Anais da comunidade brasileiro-polonesa. Op. cit., v. I, 1970, p.20.

<sup>70</sup> DOUSTDAR, Neda Mohtadi. Op. cit., p. 91.

nos supera em patriotismo, e ninguém arrancará dos nossos corações o apêgo e amor ao país”.<sup>71</sup>

As irmãs da Congregação da Sagrada Família, aos olhos do seu fundador, deveriam agir como *mães espirituais* e, assim como as mães polonesas, conduzirem os pequenos nas primeiras lições de catecismo e patriotismo, mantendo a fé e o amor pela Polônia. “A mãe ‘nova’ que desenvolve e fortifica, primeiro no coração dos filhos, depois no dos homens, as virtudes sociais e individuais”.<sup>72</sup> Em outras palavras, as religiosas atuando junto às crianças, alfabetizando-as e ensinando-lhes o catecismo estariam sedimentando uma base católica, inculcando-lhes uma formação que não se restringiria à sua vida infantil, mas seria utilizada por toda a existência, independentemente do momento, do local e da atividade desenvolvida por esta pessoa.

Fazia-se urgente essa opção e doação de que a Polônia necessitava. No entanto, além dessa nação, a Igreja reconhecia na alma feminina – diferente e complementar da masculina – uma reserva de recursos civilizadores e de possibilidades de conversão, não só na Europa, mas no mundo. Pio XII quando analisou a participação das congregações femininas no processo de romanização afirmou que a essência social do feminino resulta numa relação privilegiada das mulheres com Deus, porque estas materializam a máxima existencial: “ser o outro, pelo outro, através do outro”.<sup>73</sup> Além desses aspectos as congregações femininas eram verdadeiros canais de transmissão e de divulgação das práticas devocionais romanizadas que, na realidade, era a grande meta a ser atingida pela Igreja Católica no Brasil e no mundo.

Para o cristão, optar por uma *vida religiosa* era assumir uma vida comunitária, materializando sua comunhão com a Santíssima Trindade. No entanto, além dessa

---

<sup>71</sup> ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Op. cit., v. V, 1971, p. 95.

<sup>72</sup> GIORGIO, Michela de. O modelo católico. in: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.) **História das mulheres no ocidente – o século XIX**. Porto: Afrontamento, 1991, p. 199.

<sup>73</sup> Ibid., p. 234.

comunhão, a vida religiosa possuía também a dimensão de missão, de serviço aos irmãos, de doação, como uma exigência evangélica fundamental. Em uma carta, D. Zigmunt escreveu sobre essa missão que ele e as religiosas deveriam assumir: “assim como eu entendo a exigência divina em relação à Congregação, cuja direção o Senhor Jesus achou por bem confiar-me, necessita Ele das pessoas que nela ingressam o despojamento de si mesmas, isto é, em nada procurar a si mesmo, simplicidade e verdade”.<sup>74</sup> A renúncia de si mesmo em prol do outro era o sinal do amor à vontade divina, ao mesmo tempo em que se sujeitaria, de forma consciente ou não, às determinações da hierarquia.

Em dezembro de 1882, o sucessor do trono russo, o czar Alexandre III, após negociações com o Vaticano, assinou um documento que libertou o Arcebispo Felinski, permitindo-lhe deixar o território da Rússia, mas proibindo-o de voltar à Arquidiocese de Varsóvia. Nesse momento o Papa Leão XIII dispensou D. Zigmunt das obrigações do cargo e lhe conferiu o título de Bispo de Tarso.

Fixou-se então numa pequena aldeia na Galícia – região polonesa, mas sob domínio austríaco – e passou a se dedicar com maior afinco à Congregação que havia fundado, publicando em 1888 as Constituições e obtendo em 1891 a aprovação diocesana das mesmas<sup>75</sup>. Com isso pretendia fundamentá-la e auxiliar na formação de seus membros para a vida religiosa, ao mesmo tempo em que realizava viagens pelo interior da Polônia levando a proposta da Sagrada Família para novas paragens e tentando abrir novos locais de trabalho.

Mantendo as preocupações com a Polônia e seu povo, fez com que D. Zigmunt mantivesse como objetivo da Congregação a formação de religiosas para atuarem como professoras, organizando o ensino elementar nas escolas e orfanatos e dirigindo a catequese. Tal proposta transparece em um fragmento de uma

---

<sup>74</sup> **PENSAMENTOS E PALAVRAS DO SERVO DE DEUS ARCEBISPO ZYGMUNT S. FELINSKI.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1996, p.30.

<sup>75</sup> ZYLINSKA, Regina. Op. cit., p. 53.

das cartas do fundador: “Seu fim era a instrução tanto mental como prática das meninas pobres; a escola por isso não veio depois, mas era prevista desde o começo”.<sup>76</sup> O trabalho com educação não se restringiu somente às crianças, mas também era voltado aos pais, pois os conduzindo nos caminhos da religião lhes ensinaria a educar os próprios filhos.

Nessa fase da história da Congregação, D. Zigmunt trabalhou com irmãs polonesas e russas, por isso se preocupou com a formação intelectual dessas religiosas, que deveriam ensinar tanto em polonês como em russo.<sup>77</sup> Esse tipo de trabalho educacional também foi encontrado nos diversos países onde a Congregação se estabeleceu, isto é, manter a fé católica e a tradição polonesa através da escolarização, no entanto, sem se esquecer dos costumes e língua do país em que se estabeleceram. O elemento identificador da congregação era a religiosidade, mas outras características também eram utilizadas por seus membros para atuar junto à população: o ensino da língua, da história, dos hinos, enfim, da cultura polonesa.

Para o discurso católico da época, a experiência fundante da Congregação da Sagrada Família foi a doação para o irmão. De acordo com essa leitura, a *família de Maria* foi chamada para trabalhar na expansão do Reino de Deus, através das obras de misericórdia espirituais e materiais, que tanto poderiam ser com os necessitados da Polônia como com seus filhos emigrados para o Brasil.

No Paraná, as *mães espirituais* alcançaram uma importância considerável, pois serviram como um elo de ligação entre a religião e as comunidades. A religião, além de agregar comunidades isoladas, preservou a identidade étnica. A mulher, por sua vez, constituiu o esteio da tradição, sintetizando os “quatro elementos de manutenção da etnicidade: escola, religião, língua e lar”.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 73.

<sup>77</sup> PENSAMENTOS E PALAVRAS DO SERVO DE DEUS ARCEBISPO ZYGMUNT S. FELINSKI. Op. cit., p. 18.

<sup>78</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op.cit, p. 123.

O lar e a escola conservaram e retransmitiram a religião e a língua. No lar não estava presente somente a mãe cristã, mas também a *mãe espiritual* que atuou nos orfanatos e internatos, onde transmitia os preceitos religiosos e étnicos, contribuindo dessa forma para a educação das novas gerações dentro da proposta romanizada da Igreja Católica.

Nunca esquecendo que para D. Zigmunt Felinski o trabalho da congregação é uma consagração, uma entrega, uma disponibilidade a Deus, porque “a Igreja é família (...) e o espírito de família é indispensável para que haja o céu na terra e o próprio céu no céu...”<sup>79</sup>

### 3.3. A PARTIR DA DISSIDÊNCIA SURGE A ESCOLA

Em 11 de fevereiro de 1933, as três irmãs escolhidas para criarem a Escola Sagrada Família partiram de Curitiba rumo a Ponta Grossa:

Na estação ferroviária aguardavam pelas Irmãs muitos poloneses. (...) eles vieram para conhecer as Irmãs o quanto antes e saudá-las. (...) acomodaram as Irmãs em um carro e os pertences em outro, levando-as à casa destinada (...) Paramos diante de uma casinha de madeira, numa rua secundária, quase fora da cidade, no alto. Na casa havia duas salas de aula com algumas carteiras velhas, uma salinha de visitas, refeitório para as Irmãs, um dormitório, uma pequena cozinha e três quartinhos. (...) Depois que todos foram embora, as Irmãs mais uma vez foram verificar todas as peças da casa e a Irmã Bolesława caiu em prantos. Ela pensou que ia morar numa bela casa de um andar e no entanto encontrou Nazaré. E nesta casinha humilde, se estiver limpo e houver harmonia, será muito bom. É preciso saber que isto é o início de uma grande obra. De imediato não se chega a coisas grandiosas, é preciso labutar para consegui-las imitando a Sagrada Família no trabalho. Deus estará abençoando e das pequenas coisas fará grandes, mas para isso é preciso tempo.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> CRUZ, Afonso de Santa. Op. cit., p. 90.

<sup>80</sup> Na stacji kolejowej czekało Siostr bardzo duży polskich. (...) I oni przyszli a by swoje Siostry jak najprędzej zobaczyć i powitać. (...) ludzie Siostr na jedno auto a rzeczy Sióstr na drugie i powieśli do domn do Sióstr przeznaczonego. (...) Stajemy przed małym drewniannym domkiem na bocznej ulicy prawie za miastem na gorze. Dom miescił dwie klasy z paru starymi ławkami, pokoik gościnny refektarz dla Sióstr, sypialnia, kuchenka i trzy małe pokoiki. (...) Po oddalenin się ludzi, Siostry jeszcze raz ogladnęły coszystkie zakowarki i S. Bolesława lo płacz. Myślala zé będzie mieslkała w pięknym domu piętrowym a tymczasem znalazła Mazoret. I w tym domku ubogim, gdy będzie czysto i zgoda to będzie bardzo dabrze. Trzeba wiedzieć zé to poczatek wieckiego dzieła. Od

Nesse fragmento compreende-se a importância dada à chegada das religiosas por parte da comunidade católica polonesa moradora na cidade. Provavelmente, elas eram tidas como mais próximas e capazes de entender com maior facilidade suas necessidades educacionais e espirituais do que a irmã Gerhardina, religiosa polonesa, mas que pertencia à congregação alemã das Servas do Espírito Santo. Para facilitar ainda mais a aceitação das freiras polonesas pelo grupo polonês estabelecido em Ponta Grossa a questão da identificação do imigrante com a origem da congregação teve um peso muito forte, já que ambos vieram da Polônia.

No entanto, o que é mais marcante nesse trecho é a análise feita sobre o local designado para o início das atividades escolares. A imagem construída é quase de desolação: *casinha de madeira, rua secundária, fora da cidade, carteiras velhas*, isso sem contar a decepção materializada no choro de uma delas. Tudo contribuiu para *glorificar* mais ainda o trabalho que elas iriam iniciar, pois o verdadeiro reconhecimento não partiria do homem, mas Daquele que o criou. Essa era a leitura a partir de ótica institucional, porém, deve-se pensar que, além de serem religiosas, elas eram também pessoas, inclusive com o direito de terem aspirações, de desejarem conforto e não apenas uma *casinha de madeira*.

As concepções vigentes da Igreja Católica sobre o papel da mulher cristã nesse momento são muito claras. Não apenas a mulher leiga, mas principalmente aquela que fez a opção pela vida religiosa, possuía um dever que a acompanhava por toda vida. Buscando o aprimoramento espiritual e a salvação eterna, deveria despir-se das aspirações de conforto individual voltando-se para tarefas em prol do outro, nem que para isso fosse necessário o sacrifício pessoal.<sup>81</sup> Por esse prisma, a privação das irmãs polonesas serviria tanto para o próprio engrandecimento espiritual, quanto para

---

razn do wielkich rzeczy się nie dochodzi, trzeba na nie zapracować naśladować Św Rodzine w pracy. Pan Bóg będzie błogosławił i z małych rzeczy czyni wielkie ale na to trzeba czasu. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

<sup>81</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op.cit., pp. 144-145.

mostrar para a comunidade leiga o papel social da mulher católica, a aceitação pacífica dos desígnios de Deus e a submissão à organização hierarquizada institucional.

Quando D. Antônio convidou as irmãs, mencionou que elas não partiriam do nada, isto é, teriam uma residência, uma casa alugada para o estabelecimento da escola e que os trabalhos educacionais já haviam sido iniciados por uma religiosa de outra congregação. A realidade, porém, era outra, e a carência econômica visível. Para tanto, o discurso católico justificava que, como membros da Igreja e como imitadoras da Sagrada Família, estariam mais próximas dela atuando num contexto que lembrasse Nazaré. Dessa forma se manteriam fiéis às propostas da própria congregação, que era principalmente de não partir da riqueza, já que iriam trabalhar com crianças pobres. Os objetivos institucionais novamente apareceram acima dos anseios individuais.

Alinhadas a essa visão e confiantes no providencialismo, as religiosas se acalmaram, pois aos seus olhos a suprema sabedoria de Deus conduziria todas as obras daqueles que O representavam para o progresso e devido prestígio. “Heroínas verdadeiras e depois elas não se queixavam, elas não reclamavam, elas aceitavam tudo, rezavam com contentação, elas sempre diziam: ‘Jesus, Maria José’, ali, era a oração delas”.<sup>82</sup>

A crença no providencialismo também pode ser percebida na fala dessa ex-aluna. Só que nesse caso, não se deve esquecer de que ao, analisar o passado, a narradora pode reconstruí-lo segundo as necessidades e usos do presente. “Qualquer que seja a forma assumida pela fonte oral, baseia-se ela na memória e a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social”.<sup>83</sup> Por isso a idealização das irmãs como heroínas possibilita a análise da entrevista como uma interiorização do discurso católico, já que a ex-aluna apresentou as ações das religiosas como respaldadas pela fé. Porém, nesse caso, fica praticamente impossível saber se o que foi dito aproxima-se ou não do que ocorreu,

---

<sup>82</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

<sup>83</sup> LANG, Alice B. da S. G. Op. cit., p. 35.



pois a memória sofre alterações, seleciona o que mais lhe impressionou. O entrevistado lembra o que lhe marcou emocionalmente, no entanto, sua memória não se mantém intacta, sofre a ação do tempo e da experiência vivida. “Mas o que aquelas irmãs sofreram, que eu vi, porque eu era criança, então eu acompanhava tudo, só quem viu mesmo pra dar, pra valorizar”.<sup>84</sup>

A recepção da comunidade à chegada das religiosas continuou no dia seguinte, quando:

Após uma noite bem dormida, de manhã vieram nos buscar (...) e nos conduziram até a igreja. Aí vimos o nosso padre vigário. (...) No sermão proferido durante a santa missa destacou aos presentes que as Irmãs polonesas tão requisitadas já chegaram e que lhes dispensassem a devida atenção. Falou que em Ponta Grossa há muito trabalho para conduzir a Deus as crianças e as demais pessoas. (...) O padre vigário Roberto Bonk anunciou na igreja o Tríduo em agradecimento a Deus pela vinda das Irmãs.<sup>85</sup>

A proposta do trabalho educacional das religiosas polonesas, para difundir o discurso de evangelização e normatização que a Igreja Católica pretendia para a sociedade, recebeu o referendo e a indicação pública de um outro nível de especialista da instituição que atuava também no campo religioso com o mesmo rebanho de fiéis imigrantes, porém com outras práticas – o padre Roberto Bonk.

Após a missa, as irmãs em conversa com o vigário foram inquiridas se possuíam medo dos *Hodur*<sup>86</sup>. De acordo com ele, a presença do sacerdote cismático e

---

<sup>84</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

<sup>85</sup> Po wyspanej nocy rano przyszły po nas (...) i zaprowadziły nas do kościoła. Tu zobaczyliśmy naszego ks proboszcza. (...) Wczasie Mszy św. Wygłosił kazanie w którym przemówił do ludzi, że już mają polskie Siostry o które tyle prosili i aby pamiętali o Siostrach. Mówił że pracy w Ponta Grossa jest dużo by dzieci i ludzi prowadzić do Boga. (...) Ks praboszcz Roberto Bonk ogłosił w kościele Tridium na podziękowanie Panu Bogu za przybycie Sióstr. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

<sup>86</sup> Entende-se por Hodur os seguidores da Igreja Nacional Polaca fundada por Francis Hodur em 1904 em Scranton (Pensilvânia – EUA), e que na cidade eram representados pelos partidários do padre Bartnicki. Por mais que o religioso se apresentasse como um representante da Igreja Antigo Católica, ele era reconhecido pela sociedade local e pelos membros da hierarquia católica como um designado da Igreja Nacional Polaca. Esse posicionamento não pode ser visto como contraditório já

o abandono da verdadeira religião por alguns poloneses não eram motivos suficientes para que tivessem medo, porque “com a ajuda de Deus muitas coisas boas poderemos fazer”.<sup>87</sup> Novamente a crença no providencialismo transparece no discurso, deixando claro que as atividades educacionais e os ofícios religiosos desenvolvidos, tanto pelas religiosas como por ele próprio, estavam respaldados nas Sagradas Escrituras e dessa forma possuíam uma legitimidade que não era atribuída aos *Hodur*.

Além das orações, para agradecer a vinda das irmãs, o padre Roberto clamou o povo para participar da escola. “O padre pediu que o povo colaborasse e mandasse os filhos pra aula e daí começou, começaram a chegar na escola as crianças, os pais matricularam os filhos, porque era assim”.<sup>88</sup> Percebe-se, na proposta de Dom Antônio e nas palavras do Pe. Bonk, que a criação desse estabelecimento escolar foi promovida para tentar deter a perda de fiéis para a igreja cismática, ou para qualquer outro instituto religioso, assim como procurar reconduzir ao seio da Igreja Católica aqueles que a haviam abandonado, e não apenas para lutar contra os dissidentes.

De acordo com as crônicas produzidas pelas religiosas da Escola Sagrada Família, as aulas iniciaram no próprio mês de fevereiro de 1933, com apenas 12 alunos. As dificuldades desse período inicial foram muitas, desde problemas financeiros até a própria insegurança, percebida em alguns momentos nos relatos das freiras, em iniciar um trabalho educacional tendo como clientela pretendida crianças *disputadas* tanto pela Igreja Católica como pela Igreja Antigo Católica. Para tanto, o providencialismo foi utilizado como uma prática discursiva para justificar a tentativa de conservar a Igreja Católica e seus representantes como os únicos aptos a distribuir as palavras divinas, mantendo-se como interlocutora privilegiada no mercado de bens sagrados.

---

que os pressupostos teológicos dessa igreja vieram das mudanças propostas pelas diversas Igrejas Antigo Católicas. ALGERMISSEN, Konrad. op.cit., p.1091.

<sup>87</sup> “żez pomoca Bożą duzo dobre go będziemy mogły zrobić”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

<sup>88</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

quando as irmãs chegaram, foi, mas elas chegaram assim, sem dinheiro, sem nada, essas duas casinhas de madeira pra mora, dar aula, enfrentar tudo que viesse. (...) Começo do colégio era uma dificuldade louca, porque a maioria o que ia lá pra estudar era gente pobre, elas não tinham outro financiamento de lado algum, então só o que entrava dos alunos, aquilo era uma miséria. (...) Era muito difícil, então só o que elas se baseavam, o que elas ganhavam era aquilo que elas recebiam (...) cada um pagava como podia. Tinha gente que dava um pouquinho mais de gratificar, porque via o sofrimento, o sacrifício delas, mas tinha outros que não davam nada, eram simples.<sup>89</sup>

Muitos desses alunos, identificados como *gente pobre*, não tinham condições de pagar por seus estudos e, para isso realizavam pequenos serviços na escola: “eu da minha parte, eu não pagava nada, porque eu dava, ajudava lá no colégio, trabalhava, dava uma mãozinha. Então eu não pagava”.<sup>\*</sup> No entanto, os que possuíam condições pagaram mensalidades, que provavelmente eram utilizadas para custear os que não tinham condições. “Sei que pagavam mensalidade, todo o tempo que estudei pagavam aquele, era mensalidade, era 3 mil réis, era tempo dos mil réis ainda”.<sup>90</sup>

O imigrante polonês e seus descendentes se identificavam com as religiosas não apenas pelo caráter étnico, mas também pelos problemas econômicos que ambos passavam. Se analisarmos essa questão a partir da ótica de que o discurso católico era inculcado em casa, reforçado na igreja e também na escola, isto é, já havia sido nesse momento interiorizado pelo agente social, as irmãs eram percebidas pela comunidade como próximas, pois vivenciavam os mesmos problemas. Elas eram provenientes de uma congregação pobre, fundada para atuar com desvalidos e que nesse início de atividades educacionais foram obrigadas a se adequarem a uma realidade, nenhum pouco faustuosa. Dessa forma, os membros da comunidade entendiam o trabalho das religiosas como vinculado a uma doação, que era justamente a intenção da Igreja ser apreendida pelos seus fiéis, mesmo que para isso desconsiderasse as necessidades e anseios de seus membros.

---

<sup>89</sup> Id.

<sup>\*</sup> Margarida Migdalski foi entrevistada em 22 de maio de 1999. Nasceu em 1930 e estudou na Escola Sagrada Família de 1937 a 1943, quando concluiu o 5º ano.

<sup>90</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

Com o desenvolver das atividades escolares, o número de alunos matriculados foi gradativamente aumentando até que, ao final de 1933, as salas de aula não comportavam mais alunos.

Deus estava abençoando (...) fazíamos passeios a pé como propaganda, apresentações, e cada vez mais crianças vinham para a nossa escola. A escola dos Hodur decaía de tal forma que no final todas as crianças se transferiram para a nossa escola e eles mesmos nos deram as suas carteiras escolares, para que as crianças tivessem comodidade. Assim terminou a escola dos Hodur.<sup>91</sup>

Considerando a atuação das religiosas como um instrumento de veiculação de um discurso com o intuito de normatizar a sociedade ou, mais precisamente, na tentativa de alcançar o rebanho desviado, percebe-se o uso da religiosidade para se buscar uma legitimidade capaz de determinar as armas materiais ou simbólicas que os agentes em competição pelo monopólio dos bens sagrados poderiam utilizar, pois “Deus estava abençoando”.<sup>92</sup> Na citação anterior, a religiosa mencionou a tática utilizada para chamar a atenção da população ponta-grossense e provavelmente do grupo cismático, além de demonstrar a qualidade dos seus serviços: *passeios* e *apresentações*.

Analisando o trabalho das irmãs polonesas a partir do conceito de *habitus*, pode-se pensar que elas iniciaram a atividade educacional com a intenção de apreghar disposições duráveis, capazes de gerar e estruturar as práticas dos leigos (os alunos), para que eles reconhecessem nas suas ações princípios coletivamente organizados e não regras impostas. O *habitus*, portanto, possui uma dimensão inconsciente para os atores. Por isso, entende-se que para os alunos católicos que incorporaram as disposições, como para as próprias religiosas que eram vistas como um instrumento da

---

<sup>91</sup> “Bóg błogosławit (...) robilyśmy przechadzki dla propagandy, przedstawienia i coraz więcej dzieci przychodziło do naszej szkoły. Szkoła Hodurów upadała, tak że w końcu wszystkie dzieci przeszły do naszej szkoły a oni sami dali nam swoje ławki szkolne aby dzieci miały wygodę. Tak upadła szkoła Hodurów.”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

<sup>92</sup> Id.

instituição à qual eram vinculadas, as atividades desenvolvidas no estabelecimento escolar alcançaram uma dimensão externa à da sala de aula. Dessa forma, o que era ensinado na escola poderia ser posto em prática em qualquer ambiente pelo qual os alunos circulassem, não de maneira impositiva, mas com o caráter de construído socialmente.

Nada mais natural e legítimo, para um católico, do que Deus abençoar o trabalho das irmãs, promovendo o enfraquecimento e conseqüente fechamento da escola dos cismáticos, uma vez que a atuação das religiosas representava a verdadeira religião de Jesus e não apenas uma instituição como a Igreja Católica. No entanto, tais práticas pedagógicas também podem ser vistas como atitudes tomadas para livrar-se do concorrente dentro do próprio espírito capitalista. Assim, a Escola Sagrada Família ganharia novos clientes/alunos, alcançaria um reconhecimento e uma visibilidade maior na sociedade local, ao mesmo tempo em que conseguiria ver-se livre do educandário do *falso profeta*. O respeito ao direito de escolha religiosa não estava presente nesse momento, era uma ocasião de competição.

Conforme os relatos contidos nas crônicas, o trabalho educacional desenvolvido pelas religiosas gradativamente foi alcançando o reconhecimento da comunidade, pois o número de alunos matriculados foi aumentando, a ponto de que a “nossa escola estava pequena demais, portanto pensamos na compra de um terreno com uma casa maior”.<sup>93</sup> Como a escola era muito pequena para a quantidade de estudantes registrados e o número de professores era reduzido, não ocorreu a separação dos escolares por sexo, “os meninos pegavam um lado da sala e as meninas outro, separavam apenas as carteiras, mas a mesma sala que era pra meninas era pros meninos, também. É que elas eram em duas professoras só”.<sup>94</sup> Portanto, a aquisição de

---

<sup>93</sup> “nasza szkola była za mała, więc myślałyśmy o kupnie ziemi z większym domem”. Id.

<sup>94</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999. Analisando os documentos da escola e as entrevistas colhidas, constatou-se que durante o período analisado não ocorreu a separação das salas de aula conforme o sexo. Na fase inicial do estabelecimento isso não ocorreu por motivos físicos, isto é, por falta de salas. Essa foi uma prática da Escola Sagrada Família,

um novo local para o estabelecimento da escola e a possibilidade de ampliação de seu espaço tornou-se uma necessidade urgente para o pleno desenvolvimento das atividades do educandário.

Com o auxílio do padre Bonk, no dia dois de janeiro de 1934<sup>95</sup> foi adquirido um imóvel a apenas 300 m da Igreja São João, isto é, menos de um ano após a chegada das irmãs na cidade já foi necessário buscar um local mais espaçoso, que tivesse condições de comportar o crescimento da clientela atendida e pretendida. A aquisição de uma residência-escola pelas freiras polonesas demonstrou que a atuação pedagógica desenvolvida por elas começou a ter visibilidade em Ponta Grossa. O estabelecimento escolar passou a ser reconhecido pela população que para lá levava os seus filhos para serem alfabetizados, quer dizer, a congregação fincou raízes na comunidade. “A Ronda\* inteira estudava aí, sabe?”<sup>96</sup>

“A casa é um barracão baixo, mas já é própria: nossa Nazaré. Ei-la, onde nos sentíamos bem. Ao lado da nossa casinha havia uma leiteria na qual foi feita uma limpeza, também limpo seu pátio, e lá nós dávamos aula a mais de 250 crianças”<sup>97</sup>. Com a aquisição, a *Nazaré* não é muito diferente, quer dizer, continuou sendo uma casa pequena e pobre, mas foi apresentada de forma completamente diferente, pois dela tinham a posse e o orgulho em tê-la. A compra do imóvel pode ser interpretada

---

pois na cidade os outros dois colégios católicos atendiam clientela específica, quer dizer o Colégio Sant’Ana trabalhava com meninas, enquanto que o Colégio Diocesano São Luiz ensinava os meninos. Provavelmente foi adotada essa postura porque a intenção da escola era atender a todas as crianças descendentes de poloneses, independentemente do sexo.

<sup>95</sup> Certidão Oficial de Registro de Títulos e Documentos do 3º Tabelião Joanides Gomes de Silveira, da Comarca de Ponta Grossa, de 30 de julho de 1956.

\* Ronda é o nome de um bairro residencial de Ponta Grossa próximo a escola.

<sup>96</sup> MIGDALSKI, Sofia. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

<sup>97</sup> “Dom tem to lepianka niska ale juz swoja, nasze Nazaret. Oto ona w ktorym czułyśmy się dobrze. Obok naszego donku była mleczarnia, którą oczyścili, podwórze wyczyścili itam, uczyłyśmy przeszło 250 dzieci”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

como uma vitória perante os cismáticos, não apenas um triunfo material, mas representativo do poderio que a Igreja Católica ainda mantinha na cidade. Nessa ótica, o trabalho educacional das irmãs adquire uma importância considerável, porque pode ser visto como participante de um projeto maior, de sustentação e ampliação da presença da instituição na sociedade. No atual imóvel, apenas davam aula, já que continuaram a residir na casa primeiramente alugada.



Figura 5 – Fotografia da casa de estuque, na qual as irmãs instalaram as salas de aula da Escola Sagrada Família, na rua Visconde de Taunay, e que posteriormente transformou-se em residência das religiosas. Possuía refeitório e dormitório das irmãs, uma pequena sala de visitas e a edícula de trás era a cozinha. Data indeterminada, mas posterior a 1934. Acervo: Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.

### **3.3.1. CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS DA ESCOLA**

A identidade de uma comunidade não pode ser definida unicamente a partir da ocupação de territórios determinados ou da somatória de diferenças existentes entre

grupos distintos, mas, de acordo com Fredrik Barth, deve-se levar em consideração as multiplicidades culturais, as características que os próprios atores sociais consideram como significativas, isto é, construídas por um processo de expressão e validação contínua.<sup>98</sup> Por isso existem “sinais manifestos (...) que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida”.<sup>99</sup> Muitos desses *sinais manifestos*, como Barth apresentou, foram inicialmente contemplados na ação educacional das religiosas polonesas, auxiliando na manutenção e no reconhecimento da identidade dos poloneses estabelecidos em Ponta Grossa e que estudaram na escola.

A identidade, no caso dos imigrantes, é “dada pela origem e atualizada através de certos elementos culturais considerados importantes: a língua materna, a capacidade de trabalho, (...), a participação nas atividades das associações”<sup>100</sup>, como a Igreja ou a escola da comunidade. Para Giralda Seyferth, a identidade é uma concepção calcada em valores culturais reais, que persistem como uma “marca diferenciadora dos descendentes de imigrantes, o que influencia o seu comportamento na sociedade mais ampla”.<sup>101</sup> Por mais que estejam presentes e atuantes na sociedade brasileira, os filhos de estrangeiros identificam-se com valores trazidos por seus ancestrais.

Para atingir o objetivo proposto pelo bispo Dom Antônio, as irmãs da Sagrada Família também utilizaram a religião, ou melhor, a formação de um *habitus* religioso, pois essa era a postura para todos os estabelecimentos escolares de formação religiosa. Dessa forma, as igrejas e seus representantes, não apenas católicos, desempenharam um papel muito importante, porque para muitos imigrantes “a intensidade da fé é tomada como valor étnico, e o clero, pelo menos até a década de 1930, estimulou essa

---

<sup>98</sup> POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Op.cit., p. 194.

<sup>99</sup> Id.

<sup>100</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 85.

<sup>101</sup> Ibid., p. 84.



concepção”.<sup>102</sup> Foi comum para o imigrante polonês a associação da fé católica com o nacionalismo, ao mesmo tempo em que nas escolas direcionadas para essa clientela estrangeira propiciou-se a manutenção de sua cultura de origem. Era a continuação do lar, o local em que o aluno aprendia a língua, os valores e as tradições de seus ancestrais. Assim sendo, no Brasil a Igreja teve papel preponderante na manutenção da polonidade. Um exemplo dessa realidade foi a criação da escola em análise.

O início das atividades escolares desse educandário acabou sendo vinculado ao atendimento a uma clientela determinada – filhos de imigrantes poloneses – como ficou bem determinada na carta enviada pelo presbítero à Superiora da Congregação. Para tanto, a atividade educacional para cativar, manter e conquistar novos alunos deveria proporcionar o atendimento às necessidades que esse grupo em especial possuía, por isso além do aspecto religioso a escola valorizou também a questão étnica. Muitos alunos necessitavam do estabelecimento, pois por mais que já tivessem nascido no Brasil não sabiam falar português.

Elas davam aula em polonês, mas davam em português, não era somente uma língua. No começo era os imigrantes, os antigos. Porque muitos se fosse em português eles não poderiam nem estudar porque não sabiam o português ainda, vieram de pouco tempo, lá sabe Deus de fora.\* Então pra esses, elas tinham que dar uma aula em polonês. O forte era português. Depois foi entrando a guerra de..., essa última de 39, 40, 41, começaram insistir pra imigrantes tudo, daí elas cortaram.<sup>103</sup>

Como foi apresentado no Capítulo I, o cuidado com o ensino tanto em português, como na língua de origem do imigrante, foi uma preocupação que permeou a atuação de líderes religiosos católicos. Dessa forma, evitavam-se problemas com a sociedade paranaense e com o governo estadual, além de prestar um serviço aos

---

<sup>102</sup> Ibid., p. 83.

\* Analisando os registros de entrada de imigrantes poloneses no Paraná, apresentados em diversos livros, constatou-se que na década de 1930 era mínima a chegada de novos imigrantes dessa etnia. Portanto, o comentário da ex-aluna provavelmente referia-se a crianças nascidas no Brasil, mas que apenas sabiam falar o polonês, porque essa era a língua falada em casa.

<sup>103</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

grupos emigrados estabelecidos no Paraná. Para tanto, desde 1923, a Madre Provincial da Congregação da Sagrada Família, irmã Bronislava Burlaga, buscou cursos para habilitar as religiosas polonesas de sua comunidade a lecionarem legalmente, já que os professores estrangeiros eram submetidos a exames periódicos de português.<sup>104</sup>

A Escola Sagrada Família foi fundada obedecendo a esses pressupostos religiosos e legais de funcionamento:

Elas davam aula pra primeira, segunda, terceira e quarta série, de manhã e à tarde, depois do almoço. Começavam as oito, parece-me até, não, sete horas até as onze, depois da uma até as cinco, elas forçavam. Uma metade em polonês e a outra metade em português. De manhã português, depois do almoço em polonês.<sup>105</sup>

A partir de 1938, com a política de nacionalização de Getúlio Vargas, as escolas para imigrantes tiveram que se adaptar à legislação vigente e utilizar somente o português como língua para alfabetização e prosseguimento dos estudos. “Nós ia começar em polonês, mas daí veio aquela revolução, sabe? Porque eu fiz a Primeira Comunhão, que era tudo em polonês, eu fiz com 7 anos, 1937, daí não deixaram mais. (...) Então eu comecei a aprender em polonês e daí parou”.<sup>106</sup>

Para Giralda Seyferth, a campanha de nacionalização eliminou os canais formais de atualização da identidade dos grupos imigrantes estabelecidos no Brasil, pois proibiu nas instituições, como as escolas primárias, o ensino em língua estrangeira. “O objetivo [dessa campanha] era forçar a assimilação por meio da obrigatoriedade do ensino em português, supondo que isto teria como resultado uma utilização cada vez menor das línguas de origem, (...) esperava impor valores nacionais

---

<sup>104</sup> Crônica Geral de toda a Congregação, fornecida pela Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família, texto xerocado.

<sup>105</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

<sup>106</sup> MIGDALSKI, Margarida. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

brasileiros que viessem substituir o sentimento de pertencer a outras nacionalidades”<sup>107</sup>.

Como o trabalho das religiosas polonesas não deveria ficar restrito apenas a questões pedagógicas – atividades escolares desenvolvidas em sala de aula – as práticas educacionais também contaram com a organização de outras formas de atuação como, por exemplo, um coral para apresentar-se na Igreja São João e posteriormente na Igreja Sagrado Coração de Jesus, ambas da comunidade polonesa local.

Elas ensinavam na igreja, tinha o coral e cantavam em latim, em português, em polonês, conforme a necessidade. Era muito usado o latim, a missa inclusive, era em latim. Se viesse um sacerdote diferente, um bispo na igreja, a homenagem era (...) em latim (...). Era um, adolescentes, né, moças e rapazes, jovens é que cantavam. Tinha ensaio durante a semana e às vezes no domingo a gente cantava. Em maio, junho, outubro, era novena diariamente e era cantado no coro, era novena e cantado, da Nossa Senhora, do Sagrado Coração, em polonês e às vezes em português, depende. Dependia da situação, isso dependia se o padre Roberto começasse em polonês, era em polonês, se fosse em português, português, se era em latim, era latim mesmo. Era o padre Roberto que resolvia. Tinha que ir pros ensaios pra aprender, porque na hora não ia resolver. Então fazia dois ensaios por semana, de noite, das seis as sete.<sup>108</sup>

Para a década de 1930, a utilização do latim nas músicas sacras cantadas nas celebrações religiosas era uma prática habitual, já que os ofícios eram realizados em latim. No entanto, o uso da língua polonesa em outros hinos e novenas realizadas no decorrer do ano demonstra que esse elemento identitário foi utilizado pelas religiosas e pelo padre daquela igreja, para auxiliar e reforçar o processo de evangelização romanizado. As novenas a Nossa Senhora e o culto ao Sagrado Coração de Jesus e de Maria foram práticas trazidas para o Brasil pelas congregações religiosas européias vindas desde a segunda metade do século XIX. Portanto, a Congregação da Sagrada Família valeu-se do uso da língua polonesa como

---

<sup>107</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 90.

<sup>108</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

um elemento capaz de tornar mais próximas do fiel católico essas novas formas de devoção.

O idioma, de acordo com Barth, é um *sinhal manifesto* apto a identificar os membros de um grupo. Se transferirmos essa idéia para a realidade escolar percebe-se que existem diversos outros *sinhais manifestos* capazes de determinar a identidade de uma comunidade de alunos, como é o caso do uniforme. Na Escola Sagrada Família a definição e a utilização de uniformes deparou-se inicialmente com a preocupação com as necessidades materiais do alunado, para posteriormente criar um caráter que o identificasse com a sua clientela.

Não tinha uniforme no começo, porque era maioria gente da colônia, gente simples, pobre, sem recurso. Se elas exigissem um uniforme, as crianças se retiravam da aula (...) se retiravam porque não tinham com o que comprar, iam descalço pra aula, iam de chinelo, do jeito que desse, no começo. Depois é que foram organizando aos poucos. (...) Eram gente da colônia, gente acostumada assim.<sup>109</sup>

O elo de ligação entre as irmãs da Escola Sagrada Família e o padre da *Igreja dos Polacos*\* era muito importante, pois ele as auxiliava conforme as suas necessidades espirituais e materiais. Por outro lado, as irmãs realizavam a limpeza da igreja, enfeitavam os altares, cantavam nas missas e novenas. Nos registros da escola, encontrou-se a foto de pequenas festas realizadas para homenagear o aniversário do sacerdote, como se demonstra a seguir. O interessante é observar que nesse momento, provavelmente fins de 1933 e início de 1934, os alunos ainda não possuíam uniformes, mas já exibiam uma certa apresentação diferenciada daquela do princípio das atividades, isto é, “já tavam mudando de jeito, pegando um

---

<sup>109</sup> Id.

\* Forma com que a Igreja São João e mais tarde a Igreja Sagrado Coração de Jesus eram conhecidas pela sociedade ponta-grossense, porque os dois templos foram construídos pela comunidade polonesa local.

pouco o vestuário diferente, pros meninos era calça azul marinho, menina saia azul marinho e blusa branca”.<sup>110</sup>

Com o passar do tempo as irmãs conseguiram organizar de forma simples essa questão do uniforme, confeccionando-o elas próprias, pois entre as religiosas algumas costuravam. “Primeiro era guarda-pó. O guarda-pó que a irmã fazia pra gente sabe, era tipo um avental”.<sup>111</sup>



Figura 6 – Fotografia da festa de aniversário do padre Roberto Bonk, que está sentado ao centro. Provavelmente fins de 1933 ou início de 1934. Acervo: Bronildes M. Zangiski.

Assim como a utilização da língua polonesa foi um elemento importante para as atividades iniciais da escola, a trajetória desenvolvida para a definição de um vestuário que identificasse o grupo de alunos demonstra que ocorreu uma preocupação que permeou as ações das religiosas. Todo processo identitário trabalha com

<sup>110</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

<sup>111</sup> MIGDALSKI, Sofia. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

“categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”.<sup>112</sup>

Já por volta de 1935 encontrou-se o registro de um uniforme capaz de fazer com que os alunos se identificassem com a Escola Sagrada Família e fossem por intermédio dele reconhecidos pela sociedade local como componentes daquele estabelecimento de ensino:

O uniforme era azul do céu, lindo, lindo (...). Era azul do céu, mudou porque não tinha mais desse material. Quer dizer, pras meninas era saia pregueada assim e blusa branca, mas era uniforme de gala, era lindo aquele uniforme e depois a irmã não encontrava mais daquele material, daí era um azul escuro. O azul, aquele azul da cor do céu (...) era do colégio. O azul escuro era normal.\*

Esse uniforme que não pertencia aos alunos, mas ao estabelecimento pode ser visto na foto a seguir. Observa-se uma riqueza de detalhes. Se pela descrição de uma ex-aluna muitos alunos iniciais iam para a escola descalços, pois não tinham condições financeiras, nessa fotografia, pelo menos, todas as alunas que estão na primeira fila estão calçadas. Além disso, usam chapéus, enquanto os meninos usam boinas. Dessa forma, o uniforme de gala já estava enquadrando-se a um padrão de vestimenta para a época, o que permitia uma visibilidade pela sociedade princesina da organização do trabalho das irmãs. Ao mesmo tempo, se percebe uma formalidade nas posturas das crianças. Pode-se interpretar esse modo de organização dos alunos como uma exteriorização do *habitus* inculcado em sala de aula. Como um estabelecimento católico, a Escola Sagrada Família não trabalhou apenas com valores católicos, mas também com a formação de um tipo ideal de homem e de mulher, que se enquadrava com as propostas moralizadoras da sociedade do período.

---

<sup>112</sup> POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Op. cit., p. 189.

\* Sofia Urba da Cruz foi entrevistada em 03 de junho de 1999. Nasceu em 01 de março de 1931 e estudou na Escola Sagrada Família de 1942 a 1946, quando concluiu o 5º ano. Durante esse período morou na escola como aluna interna, pois era de Jaciaba, interior do Paraná. Após o término de seus estudos continuou morando no educandário onde aprendeu datilografia, para pagar por sua estadia realizou serviços domésticos para as religiosas.

Além da questão do vestuário, utilizado somente para comemorações, apto a identificar a criança que era aluna da escola, o retrato apresenta outros elementos representativos do reconhecimento da identidade do polonês, como é o caso do estandarte levantado à frente da bandeira do Brasil. Essa fotografia não tem o ano exato, mas foi datada por uma ex-aluna, como provavelmente tirada em 1935, pois aparece ao fundo a cerca divisória do terreno adquirido para a construção do novo prédio escolar.



Figura 7 – Fotografia da irmã Joanina, que está ao centro, à esquerda a irmã Melânia e à direita a irmã Boleslava. Acervo: Zophia Vuytk.

O retrato demonstra que nesse período a atividade pedagógica desenvolvida mantinha-se direcionada para a clientela designada pelo bispo diocesano, isto é, um “Collegio polonez em Ponta Grossa”<sup>113</sup>, reforçando os elementos possíveis de

<sup>113</sup> Carta enviada pelo bispo Dom Antônio Mazzarotto para a Madre Provincial da Congregação da Sagrada Família, Madre Bronislava Burlaga, em 06 de janeiro de 1933.

determinar o que Barth chamou de “categorias de atribuição e identificação”.<sup>114</sup> Outro aspecto interessante é que provavelmente esse uniforme continuou sendo usado por um longo período, pois Sofia Urba da Cruz iniciou seus estudos na escola somente em 1940 e lembrou-se dos pormenores da vestimenta.

A religiosidade era um elemento importante na vida do imigrante polonês e de seus descendentes, portanto a presença do padre na escola, as participações dos alunos em comemorações religiosas da diocese ou em atividades promovidas pela Igreja São João e mais tarde pela Igreja Sagrado Coração de Jesus são momentos vistos como de destaque da atuação pedagógica e evangelizadora das irmãs. “Geralmente a escola participava também na procissão, de uniforme e tudo, na festa de Sant’Ana e Corpo de Deus, as duas mais importantes”.<sup>115</sup> Em outras palavras, a religião, nesse caso, pode ser entendida como um elemento identitário do *ser polonês* que associado à utilização do uniforme é mais um dos itens que qualificam, para a sociedade ponta-grossense, o grupo de alunos da Escola Sagrada Família.

Nas comunidades de imigrantes era extremamente comum a organização de comissões que se encarregavam da defesa dos interesses dos estrangeiros, assim como da manutenção e construção das escolas, hospitais, asilos, orfanatos e dos próprios templos religiosos através da cobrança de contribuições financeiras ou eventuais quermesses.<sup>116</sup> No caso de Ponta Grossa, encontrou-se o registro da participação dos estudantes, juntamente com as freiras, no processo de arrecadação de fundos para a construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus, entendendo-se como membros participantes e ativos da comunidade polonesa local. “Faziam festa em prol da Igreja, pra terminar de uma vez essa igreja aí. Faziam sempre uma festa bem grande, dessa eu

---

<sup>114</sup> POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Op. cit., p. 189.

<sup>115</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

<sup>116</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 53.



me lembro, porque eu amassei uma massa de cuque (...). Festa de barraquinha, de música e tudo, era tudo em roda dessa igreja grande”.<sup>117</sup>

Com o desenvolver das atividades educacionais e o aumento da clientela escolar, a pequena casa existente no terreno adquirido para estabelecer de forma definitiva a escola na cidade tornou-se inapropriada, pois já não tinha mais condições de acomodar o número crescente de alunos. “Tudo eles estudavam na mesma sala ‘co’nóis’, estudava tudo junto. Porque o colégio era pequeno, não tinha muita sala, então tinha que estudar tudo junto”.<sup>118</sup> Nesse fragmento a ex-aluna referia-se à questão dos meninos e meninas assistirem às aulas na mesma sala, no entanto, compreende-se o porquê de isso ocorrer, isto é, a escola não possuía condições físicas de separar meninos e meninas em salas distintas. Outra entrevistada mencionou que os meninos ocupavam um lado da sala, enquanto as meninas ficavam em outro. Dessa forma, mesmo sendo uma escola promíscua, possuiu um rigor na separação dos sexos para a manutenção de uma ordem e uma moral, desejada e apregoada como correta.<sup>119</sup>

Em 1935 iniciou-se a construção de um novo prédio devido ao progressivo aumento de alunos. Por falta de condições financeiras, inicialmente foi construída apenas a terça parte projetada do imóvel. “No ano de 1936, em julho, mudamo-nos para a nossa nova casa. Que alegria entre as Irmãs e as crianças. Embaixo arrumamos duas salas de aula e em cima os dormitórios, para as Irmãs um e outro para as internas”.<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> CRUZ, Sofia Urba da. Entrevista concedida em 03 de junho de 1999.

<sup>118</sup> MIGDALSKI, Sofia. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

<sup>119</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., pp. 50-51.

<sup>120</sup> “W roku 1936 w lipcu przeprowadziłyśmy się do swojego nowego donm. Co za radość Sióstr i dzieci. Na dole urządziłyśmy dwie klasy a u góry sypialnie dla Sióstr jedną i dla internatek drugą”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

As conquistas materiais demonstram que o reconhecimento da escola pela comunidade estava tomando corpo a cada ano. A partir dessa nova construção, em terreno próprio e próximo a Igreja São João, o educandário passou a ter uma outra visibilidade, isto é, a sociedade ponta-grossense estava agora convivendo com um estabelecimento escolar que havia fincado raízes na cidade. Não era apenas uma *casinha de madeira numa rua secundária, fora da cidade com carteiras velhas* criada para atender aos filhos de poloneses, agora era um prédio de alvenaria com dois pavimentos, capaz de criar um impacto sobre a clientela escolar, seus familiares e principalmente todo e qualquer habitante da cidade. “Nesse sentido, a ‘fisionomia’ das cidades sofre o impacto não só da concentração de pessoas [estrangeiras] (...), mas também da presença de clubes, igrejas e outras instituições (como as escolas) associadas a determinados grupos étnicos”.<sup>121</sup>

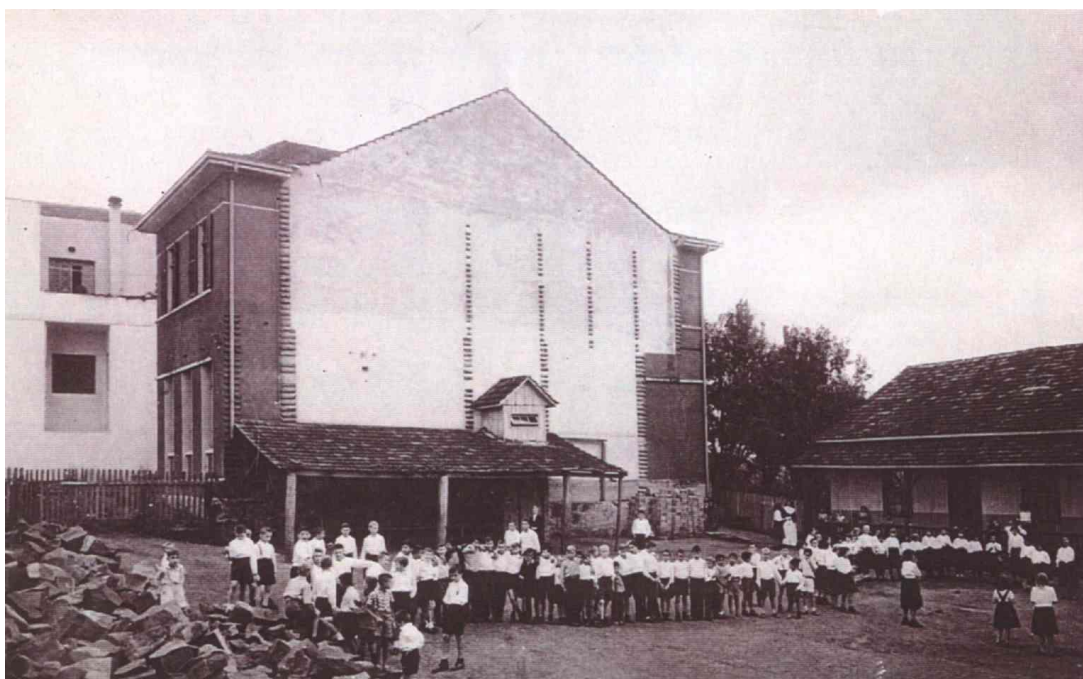


Figura 8 – Fotografia da primeira parte de alvenaria construída no novo terreno, com duas salas de aula no andar térreo e dormitórios do andar superior. Data: indeterminada.  
Acervo: Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.

---

<sup>121</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Op. cit., p. 66.

A procura pelos serviços de internato torna claro que a escola estava gradativamente perdendo o seu caráter de *collegio polonez*, como colocou D. Antônio em sua carta, pois os alunos internos provinham de outras regiões da cidade ou de distritos, nem sempre habitados por poloneses. “Eles moravam em Itaiacoca, moravam lá em Periquitos, Uvaia, esses lugares aí, ou mesmo que nem os Borsato que moravam longe, então não tinha escola naquele tempo, assim, e eles queriam, por exemplo, um colégio e tinham que deixar interno para estudar”.<sup>122</sup>

Nesse fragmento da entrevista, a ex-aluna apresenta algumas questões interessantes, como a aceitação na escola de alunos que não eram mais os filhos de poloneses ou de descendentes desses imigrantes, mas daqueles que advinham de diversos pontos da cidade, assim como de diferentes origens, como o exemplo dado: os Borsato.\* Por outro lado, isso significou que os habitantes de Ponta Grossa já não estavam mais compreendendo a Escola Sagrada Família como um estabelecimento para poloneses, mas provavelmente para ponta-grossenses e, portanto, possuidora de características identitárias com as quais os cidadãos se reconheciam.

Além dos alunos advindos da família Borsato, nas Atas de Exames existentes entre os anos de 1943 e 1945\*, encontraram-se os seguintes sobrenomes que não eram de origem polonesa: Silva, Rizental, Lima, Rodrigues, Laval, Fichel, Bassi, Ferreira, Mazur, Carvalho, Eleutério, Trentim, Breus, Tacayassu, Bonfim e Salgado.\*

---

<sup>122</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

\* Borsato é uma família italiana que habitava o bairro de Uvaranas, região tradicionalmente ocupada por descendentes de imigrantes de origem italiana.

\* As Atas de Exame eram utilizadas para registrar tanto o número total de alunos matriculados na escola conforme o sexo e a série, como a relação nominal dos aprovados para cursarem o 5º ano e aqueles que concluíram o 5º ano. Estas atas só possuem regularidade cronológica a partir de 1943, pois as anteriores foram danificadas devido à umidade do local onde foram acondicionadas. Portanto, é difícil afirmar que anteriores a essa data tenham sido matriculados outros alunos não poloneses.

\* O percentual de alunos de origem polonesa e de outras origens matriculados na Escola Sagrada Família entre os anos de 1943 e 1945 encontra-se na Tabela 1, apresentada na Introdução.

As irmãs também abriram um serviço de pensionato para atender as jovens de outras cidades que vinham a Ponta Grossa para cursarem a Escola Normal, “tinham as moças também que eram internas lá, estudavam pra fora, pra professora e ficavam ali”.<sup>123</sup> O que se leva a pensar que para ter na mesma instituição um internato misto para seus alunos, além da existência do pensionato, as religiosas deveriam possuir um controle muito rígido da *ordem* e da *moral*\*, para não atrapalhar o bom andamento das atividades. Essa postura encontra-se nos diversos estabelecimentos de ensino da época, não apenas nos religiosos, mas nos católicos isso era mais evidente. Analisando especificamente o controle sobre a estudante, Etelvina Trindade escreveu:

Para evitar a prática do mal e fazer com que as jovens não possam e, ao mesmo tempo, não queiram cometê-lo, as instituições do período, sobretudo a escola, são unânimes em admitir a necessidade de um olhar vigilante sobre (...) as educandas. É preciso conseguir que cada aluna interiorize a vigilância, a ponto de observar-se a si mesma. (...) Nas escolas, o olhar vigilante se manifesta na própria distribuição das salas e dos espaços exteriores, e das estudantes nesses espaços, prevendo a possibilidade de um seguimento constante e cuidadoso nas salas de aula, nos recreios, nos dormitórios, banheiros e refeitórios.<sup>124</sup>

Tendo em mente tal postura para o controle dos educandos, o prédio construído há pouco tempo se tornou pequeno e inadequado para a realização de todas as atividades que a escola promovia. Deste modo, foram construídas mais duas casas de madeira que serviriam tanto para residência das irmãs, quanto para dormitório dos meninos internos, na parte superior, e salas de aula e refeitório, na parte inferior. O prédio de alvenaria continuou a possuir somente duas salas de aula na parte inferior e dormitório para as meninas internas na parte superior. Pode-se observar que a separação total dos internos conforme o sexo foi materializada em duas construções

---

<sup>123</sup> MIGDALSKI, Margarida. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999. Essa informação também foi fornecida por outras ex-alunas, no entanto, nenhuma delas soube confirmar a partir de que ano esse serviço foi prestado pelas irmãs na Escola.

\* A ordem e a moral nesse contexto devem ser entendidas a partir da ótica católica e referendadas pela elite política, pois eram nos estabelecimentos de ensino católicos que os filhos da elite estudavam, como foi apresentado no Capítulo I.

<sup>124</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 49.

distintas, mesmo assim, os alunos estavam sempre sob a supervisão de alguma religiosa. “Era a irmã Ida que cuidava do nosso setor, porque pra cada salão grande, tinha uma repartição assim, daí elas dormiam ali”<sup>125</sup>, formalizando, dessa forma, a eterna fiscalização do levantar e deitar, das refeições e do recreio. Essa separação pode ser vislumbrada na foto a seguir: meninos de um lado, meninas de outro.

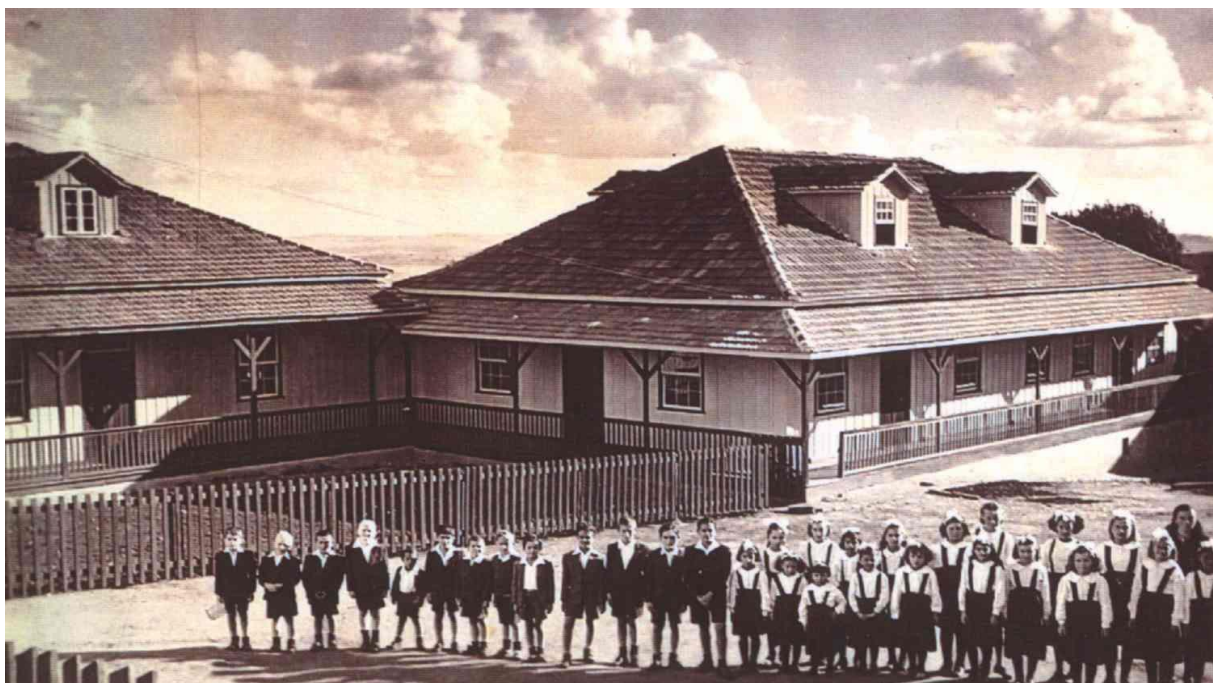


Figura 9 – Fotografia dos alunos da escola em frente às duas casas de madeira. Entre as crianças estão Zophia Vuytk e Sofia Urba da Cruz. Data provável: 1944.  
Acervo: Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.

O crescimento físico da escola pode ter ocorrido devido à qualidade de ensino oferecido pelas religiosas, isto é, o reconhecimento por parte da comunidade pontagrossense de um determinado nível educacional que elas conseguiram atingir com suas atividades. A aceitação também pode ter acontecido porque as irmãs prestaram um serviço diferenciado das outras escolas particulares (religiosas ou leigas) e públicas que existiam na cidade.<sup>126</sup> Ao analisar o uso de penalidades em escolas militares,

<sup>125</sup> CRUZ, Sofia Urba da. Entrevista concedida em 03 de junho de 1999.

<sup>126</sup> Nas décadas de 1930 e 40, existiam em Ponta Grossa as seguintes escolas que ofereciam o ensino primário, além da Escola Sagrada Família: Escola Paroquial, Colégio Sant’Ana e Colégio São Luiz, representando o ensino católico; Escola Evangélica Luterana (conhecida como Escola Alemã);

Foucault apresentou uma questão muito interessante, podendo ser feito o paralelo com o crescimento da Escola Sagrada Família. A partir da utilização de métodos punitivos os alunos ao saírem do educandário teriam seu comportamento submetido a um mesmo modelo, isto é, subordinados a uma disciplina, atentos aos seus estudos e deveres. Em outras palavras, se diferenciariam dos outros indivíduos porque possuiriam um conjunto de regras incorporadas e desejadas pela sociedade.<sup>127</sup> Teriam uma identidade comum. Tal discurso encontra-se na seguinte fala da ex-aluna:

Elas eram muito caprichosas, ensinavam. (...) Elas se preocupavam, queriam tudo em ordem, no máximo, sabe? Não queriam ficar pra trás de modo algum. Porque elas achavam que a menina também, depois vai, antigamente ia no ginásio já se formava professora. (...) Então elas achavam que ia lá, queriam se formar professoras tinham que saber, porque que professora daria um dia, se ela não estivesse a altura. Os rapazes também, tanto no serviço, como pra lecionar qualquer coisa, qualquer atividade da vida que tomasse.<sup>128</sup>

Esse excerto apresentou a forma com que as religiosas demonstraram o cuidado que possuíam com seu trabalho pedagógico, isto é, *queriam tudo em ordem*. Essa *ordem* pode ser entendida como a preocupação com a qualidade do ensino, porque o nome da escola seria representado na cidade pelos seus alunos nas atividades que iriam realizar após saírem do estabelecimento. Assim como, para não correr o risco de perder sua clientela para algum concorrente, que poderia ser as outras escolas católicas, as escolas públicas oficiais ou qualquer outro estabelecimento de ensino. Mas acima dessas questões, pode-se entender que essa preocupação com um determinado tipo de formação educacional estaria (re)conduzindo para a sociedade um

---

Escola Evangélica do Professor Carvalhosa; Liceu dos Campos, Colégio Pontagrossense, Colégio Rui Barbosa, Colégio Cosmopolita e Escola do Sindicato Ferroviário da Linha Itararé-Uruguaí representando o ensino particular leigo; Grupo Escolar Senador Correia, Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Primária, Grupo Escolar Noturno para Operários, Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, Grupo Escolar Julio Theodorico e 26 escolas isoladas representando o ensino público. OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses – 1850-1950**. Op. cit., pp. 42–98. SILVA, Adar de Oliveira e. **Álbum de Ponta Grossa: Gestão do Prefeito Albary Guimarães**. 1936.

<sup>127</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 163.

<sup>128</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

cidadão capacitado e visto como ideal. Esse aluno teria interiorizado valores e comportamentos trabalhados em sala de aula, exteriorizando-os de forma consciente ou não em todos os locais e situações que viesse a circular (*habitus*). Dessa forma, seria reconhecido como um aluno advindo da Escola Sagrada Família ao mesmo tempo em que se reconheceria enquanto tal.

Para tanto, as professoras criaram técnicas pedagógicas próprias, mas principalmente desenvolveram um padrão de trabalho rígido, o que criou na clientela não apenas uma noção de respeito à ordem instituída, mas a imagem de um trabalho sério. “Eram enérgicas, marcavam uma tarefa elas exigiam, tinha que ser, mas elas compreendiam quando um aluno não podia (...), eram exigentes, mas compreensivas”.<sup>129</sup>

Outra ex-aluna entrevistada também confirmou o rigor nos estudos, não apenas no aspecto do conteúdo, mas principalmente quanto à disciplina. “Era bem ensinado, pelo menos pela irmã (...), mas as outras também puxavam. Quem não respondesse assim, depois ela resolvia fazer aquelas perguntas ‘sarteada’, pulava pra lá e pra cá e quem não estudava muito ia lá na frente, lá na palmatória, na faixa de couro. Não tinha rico, não tinha pobre”.<sup>130</sup> De acordo com Foucault, “o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve portanto ser essencialmente *corretivo*. (...) O efeito corretivo que dele se espera (...) passa pela expiação e pelo arrependimento”.<sup>131</sup> A menção da ex-aluna de que não importava a condição econômica do aluno, mas a dedicação aos estudos, demonstra que o discurso punitivo passado para as crianças havia sido interiorizado, valorizando justamente o que Foucault ressaltou, isto é, a *expiação* das suas falhas e o *arrependimento* por não ter se dedicado o esperado.

---

<sup>129</sup> Id.

<sup>130</sup> CRUZ, Sofia Urba da. Entrevista concedida em 03 de junho de 1999.

<sup>131</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., pp. 160-161.

Quando se trabalha com História Oral deve-se ter em mente a existência dos *filtros*, isto é, barreiras conscientes e inconscientes do entrevistado, do que ele deve e do que não deve lembrar. Já que a memória sofre alterações com o passar do tempo e seleciona para trazer para o presente o que mais lhe marcou, sem desconsiderar sua vivência posterior, esses filtros tornam-se evidentes. Portanto, a entrevista atua “como forma de conhecer os pensamentos, os sentimentos daquelas pessoas envolvidas”.<sup>132</sup> O uso de castigos físicos na escola encaixa-se nessa questão. Das ex-alunas entrevistadas apenas duas mencionaram detalhadamente esse tipo de prática, outras duas não tocaram no assunto e uma justificou o uso de instrumentos disciplinares pelo fato de as próprias religiosas terem uma vida difícil. “É, mas elas também sofreram, sabe? (...) ih! Você nem sabe como elas sofreram”.<sup>133</sup>

Para aquela época, o uso de instrumentos disciplinares era uma prática condenada e combatida pelos intelectuais da área da educação, mas ainda presente em muitos estabelecimentos escolares, principalmente no interior do estado. Em alguns casos, os pais reafirmavam a autoridade dos professores aceitando os castigos aplicados em sala de aula, “a gente se queixava ainda pro pai e ele não fazia nada”.<sup>134</sup>

No período estudado a escola ofertou apenas o curso primário, com duração de cinco anos. As disciplinas eram: Português, Aritmética, Geografia, História, Ciências Físicas e Naturais, além de Civismo e Moral, e Higiene. Essas disciplinas foram identificadas pelas ex-alunas que estudaram a partir de 1937, isto é, o currículo escolar estava organizado de acordo com a legislação vigente<sup>135</sup>, enquadrando-se à política

---

<sup>132</sup> FRASER, R. Recuérdalo tu y recuérdalo a otros. Historia oral de la guerra civil española. apud: GALLIAN, D. M.C. A memória do exílio - reflexões sobre interpretação de documentos orais. in: MEIHY, José Carlos S. B. Op. cit., p.143.

<sup>133</sup> MIGDALSKI, Margarida. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

<sup>134</sup> MIGDALSKI, Sofia. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

<sup>135</sup> As disciplinas obrigatórias para o curso primário elementar eram: leitura e linguagem oral e escrita; iniciação à matemática; geografia e história do Brasil; conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; desenho e trabalhos manuais; canto orfeônico e educação



educacional de Getúlio Vargas, que previa aulas de Civismo e Moral para todos os escolares. A finalidade da matéria era despertar nos alunos o amor à República e a consciência patriótica<sup>136</sup>, mas possuía intenções nacionalizantes para os estudantes filhos de imigrantes.<sup>137</sup>

A cobrança da produtividade pela instituição escolar era feita através dos exames, pelos quais se tornava público o resultado do esforço pessoal de cada aluno. Permitiam ao mesmo tempo medir e sancionar.<sup>138</sup> “Antes era só a irmã que dava aula, depois vinha aquele senhor fazer exame”.<sup>139</sup> Dessa forma, ocorria o reconhecimento social dos serviços prestados pela escola simultaneamente à legalização do processo. As provas eram realizadas a cada bimestre e na escola chamavam-se sabinas (Anexo III). A organização de forma contínua (bimestral) propunha “a adequação das pessoas aos modelos, considerando-se o bom ajuste, como excelência da norma e o afastamento do protótipo, culpa da própria pessoa”.<sup>140</sup> Portanto, o exame permitia qualificar, classificar e punir.

Era difícil aquele tempo (...), tudo no caderno e nós ia fazer o exame, nós tínhamos que saber tudo de ‘cór’, tudo, tudo. Às vezes era quatro, cinco páginas que ela escrevia no quadro e nós

---

física. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 160.

<sup>136</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 96.

<sup>137</sup> Segundo o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, no art.14, § único ficou determinado que “aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria”. Dessa forma ficou definido qual o papel da disciplina de Civismo e Moral para todas as escolas, mas principalmente para aquelas destinadas aos filhos de estrangeiros. Nesse mesmo decreto-lei, no art. 4, alínea e, o governo passou a “exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil”, demonstrando sua preocupação com a nacionalização de toda a população. MARTINS, Romário. Op cit., p. 182 e 186.

<sup>138</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 166.

<sup>139</sup> MIGDALSKI, Margarida. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999. Provavelmente o senhor mencionado fosse o Inspetor de Ensino, a ex-aluna não soube especificar.

<sup>140</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 59.

tinha que copiar no caderno e decorar tudinho. E se não soubesse... (fez sinal que apanhava nas mãos).<sup>141</sup>

No processo de inculcação de um *habitus* pretendido no aluno, a instituição escolar trabalhou com diversos pontos, desde o catolicismo romanizado até o enquadrar-se a um modelo ideal de estudante e futuramente cidadão. Para tanto, era necessária a transmissão de um corpus de conhecimento, enquadrado à legislação do momento. No fragmento a seguir essa questão transparece tanto na metodologia criada para a alfabetização, quanto nos assuntos ministrados em sala de aula. Muitas dessas matérias só teriam finalidade prática quando o aluno estivesse no mercado de trabalho.

Geralmente no primeiro ano era só iniciação, eu me lembro até que era a irmã Terezinha (...) colocava uns fios de mais ou menos um metro, os pedaços de fios assim, e tinha uma bacia de água e ela molhava esses fios e ela escrevia uma letra bem grande no quadro e daí nós conforme essa letra, nós tinha que olhar no quadro e fazer, esculpir na carteira. Então acertava bem com o fio, assim bem direitinho, daí ela mandava passar na lousa, uma lousinha que tinha, pequena assim, porque não tinha caderno era só lousa. Depois começou a melhorar. As professoras eram só religiosas (...). Nós na quinta, no quinto ano que diziam, a gente aprendia regra de três simples, composta, juro, negócio de câmbio, que hoje eu não sei mais, tudo a gente foi aprender a fazer na escola. Com a irmã Joanina todo mundo aprendia, viu?<sup>142</sup>

De acordo com Sofia Migdalski, as aulas iniciavam geralmente a partir de 15 de janeiro e seguiam até o final do ano, sem possuírem férias no mês de julho. Até 1938, quando a escola ofereceu o ensino em dois idiomas (português e polonês), as aulas eram divididas conforme a língua, um período para cada um dos idiomas. Entretanto, com a proibição dos estabelecimentos ensinarem em língua estrangeira, o horário das aulas foi alterado, assim como foram diversificadas as atividades com os alunos.

As aulas começavam oito horas e iam às duas, tinha horário do recreio, não, às dez horas tinha um intervalo curto, depois era meio-dia, daí tinha meia hora assim, então os de perto até às vezes iam almoçar e daí começava logo a aula e ia até às duas. E sábado geralmente

---

<sup>141</sup> MIGDALSKI, Sofia. Entrevista concedida em 22 de maio de 1999.

<sup>142</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

era só trabalhos manuais, normalmente era bordado, tricô, crochê e os meninos faziam trabalho de serrinha. (...) A irmã pegava as meninas e outra pegava os meninos. Tapetes, os meninos bordavam tapetes, faziam trabalhos de serrinha (...) eles recortavam para fazer esses quadrinhos das portas, antigamente os meninos faziam esses trabalhos, assim para fotografias, para santinhos, coisas assim.<sup>143</sup>

Por ser papel da escola a formação de bons cidadãos, úteis à sociedade, a questão da preparação da mulher para o mercado de trabalho ou para o serviço doméstico era muito importante. O ensino de trabalhos manuais (bordado, tricô, crochê) daria às alunas condições para que no futuro tivessem alguma fonte de renda, mas principalmente, soubessem administrar e promover o bom andamento doméstico, pois esse, de acordo com o discurso católico, era o papel de uma dona-de-casa cristã. Bons costumes, disciplina, ordem, aproveitamento adequado do tempo eram práticas escolares que, dentro de uma proposta pedagógica conservadora, privilegiariam a formação das educandas.

Nesse momento pode-se perceber o quanto as propostas educacionais católicas estavam imbricadas às governamentais, pois em ambas encontra-se a valorização da disciplina, a perseverança no trabalho e a consciência da responsabilidade. Tal discurso encontra-se no parágrafo único do art. 3º do Decreto-lei n. 2.072, de 1940:

A educação moral procurará ainda formar nas crianças e nos jovens de um e outro sexo os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da missão de pais e de mães de família. Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos.<sup>144</sup>

Para marcar o final dos anos letivos, as irmãs organizaram pequenas comemorações, em que os alunos tinham a oportunidade de apresentar para a comunidade o que eles haviam aprendido no decorrer do ano, quando muitas vezes

---

<sup>143</sup> Id.

<sup>144</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 2.072, de 08 de mar. de 1940. **Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministra-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

encenavam peças teatrais ou então declamavam poesias. “No fim do ano elas preparavam uma festinha pra homenagear os que passavam de ano, de um ano pra outro (...) Então nessas festinhas (...) faziam um teatrinho, cantavam, recitavam. No Clube Paranaense, tinha o palco em cima, em baixo no auditório, o povo se reunia, sentavam”.<sup>145</sup>

Com o passar dos anos as comemorações permaneceram, porém o local das apresentações passou a ser o Clube Princesa dos Campos: “faziam teatrinho, os alunos representavam. (...) mas era divertido! As irmãs que organizavam, tudo elas”.<sup>146</sup>



Figura 10 – Fotografia da apresentação teatral dos alunos da Escola Sagrada Família no final do ano de 1935, no Clube Paranaense. A aluna deitada ao centro é Bronildes M. Zangiski.

Acervo: Bronildes M. Zangiski.

Estas festas de final de ano podem ser entendidas como um momento de socialização entre os alunos, suas famílias e as religiosas, mas também vistas como

<sup>145</sup> ZANGISKI, Bronildes M. Entrevista concedida em 31 de maio de 1999.

<sup>146</sup> CRUZ, Sofia Urba da. Entrevista concedida em 03 de junho de 1999.

uma forma de publicizar as atividades desenvolvidas pela escola. Com essa atitude tornaram públicas suas práticas, buscando concorrer no mercado educacional por novos alunos/clientes.

Apesar de todas as dificuldades financeiras e dos rigores da educação, as *mães espirituais*, como colocou D. Zigmunt F. Felinski, deixaram marcas principalmente nos alunos internos. O fundador da congregação defendeu a idéia de que as suas religiosas deveriam ultrapassar o papel de apenas educadoras, atuando como mães. Na tentativa de atender às premissas de seu instituidor, as irmãs também realizaram algumas outras festividades. “Faziam, escondiam a cestinha, o coelhinho no quintal, (...) ficavam poucos na Páscoa, a maioria ia pra casa, a não ser quando era muito longe, eu e mais uns. Daí escondiam dentro das coisas, agora quem achar fica com o coelhinho, quem achar primeiro. Ah meu Deus do céu que correria, uma coisa de louco”.<sup>147</sup>

A mesma ex-aluna que descreveu a atitude materna das religiosas em promover uma Páscoa para os alunos internos que não tiveram condições de voltar para casa, detalhou os rigores dos métodos educacionais da escola. Nesses casos, a entrevista nos permite transitar pelos sentimentos marcantes que o entrevistado traz para o presente.

Nas Crônicas escritas pelas religiosas relatando as atividades diárias da escola encontrou-se o registro de uma comemoração de Natal junto à comunidade escolar e seus familiares:

As Irmãs organizaram uma festa para as crianças, com boa gasosa e bolos para os quais as mães trouxeram trigo e ovos. Nesta festa estava presente igualmente o padre vigário Bonk. Quando as crianças já estavam servidas, foram conduzidas a uma sala onde as aguardava uma Árvore de Natal ornamentada com os mais variados enfeites e doces. Aqui as crianças, juntamente com todos os presentes, entoaram canções de Natal e declamaram poesias sobre o Menino Jesus. Que alegria foi para as crianças. Todos estavam muito alegres e ao final desmontaram a Árvore de Natal, comeram

---

<sup>147</sup> Id.

os doces e satisfeitos agradeceram às Irmãs pela surpresa e seguiram para suas casas.<sup>148</sup>

Por mais que fossem participantes de uma congregação já romanizada, as religiosas eram polonesas e como tais procuraram dar continuidade na escola à prática de suas tradições e à vivência de seus costumes.<sup>149</sup> Para os imigrantes poloneses e seus descendentes, as festas religiosas sempre ocuparam uma atenção especial, particularmente o Natal, a Páscoa, a Festa dos Reis, Pentecostes e as Festas dos Santos Padroeiros, por isso se encontrou nas crônicas das irmãs a participação das mães dos alunos na elaboração da festa natalina.

A simplicidade não se encontrou apenas nas comemorações, adequadas a uma realidade econômica, mas também nas brincadeiras realizadas pelos alunos, pois as crianças brincavam com o que possuíam, quer dizer, uma bola, uma corda ou uma cantiga de roda. “Geralmente como se diz, amarelinha, pula corda, é esses cantos, que tinha aquele que nós chamava bombardeiro, cantava-se aquele... tinha aquele de anel, é passa-anel, esse tipo de coisa que brincava. E os meninos geralmente com bola, ficavam lá jogando bola”.<sup>150</sup> Por mais que administrassem uma escola promíscua, as irmãs tomaram diversos cuidados, como o separar durante o recreio os meninos das meninas. Dessa maneira, enquadravam-se em um padrão de organização e manutenção da ordem.

Na foto a seguir pode-se observar essa prática. As meninas, em primeiro plano, brincavam de roda sob a supervisão de cinco religiosas, enquanto que os

---

<sup>148</sup> “Siostry zabawę dla dzigci z dobra gazoza, plackiem na które mawusie przyniosły mąkę i jajka. Na tej zabawie był obecny rōconiez ks proboszcz Bonk. Gdy się dzieci najadły wprowadzone je du sali gdzie czekała je Choinka ubrana w różne cacka i słodycze. Tu dzieci razem zé coszystkimi obecnymi śpiewały kołędy i deklamowały o małym Dzieciatku. Co za radść była dla dzieci Cieszyły się wszystkie a przy końcu rozebrali choinkę, pozjadali słodycze i zadowolone podziękowali Siostram za niespodziankę poszły do swoich domów.”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

<sup>149</sup> BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem amanhecida**; vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 80.

<sup>150</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

meninos, ao fundo, observados por uma freira a certa distância, divertiam-se com uma bola. Para mantê-los separados, uma rampa.

O que era ser criança na Escola Sagrada Família nesse momento? Bronildes M. Zangiski resumiu em uma frase: “Naquele tempo pra mim tudo era dez, sabe como é que é criança, né?”.\*



Figura 11 – Fotografia das alunas da escola brincando de roda e alunos jogando bola durante o recreio. Data provável 1943. Acervo: Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.

Se as brincadeiras dos alunos eram simples, a imaginação, por sua vez, era muito fértil:

---

\* Se em diversos momentos das entrevistas é marcante a forma com que as ex-alunas reconstruem no presente suas vivências do passado, esse fragmento, com certeza, é o que deixa mais evidente que a memória não desconsidera as experiências posteriores, pois o tipo do linguajar utilizado não condiz com o período em que Bronildes era criança. “Tudo era dez”, pode ser entendido como uma gíria contemporânea e não de época.

Deixa eu te conta! Lá naquele... que tinha um matagal aqui que já viro cidade, cheio de pinheiro, do lado de cá do quintal, (...) nós levantava, elas ficavam lá embaixo rezando e nós de pézinho ficava olhando o parque ou então, nós começava a olhar noite de lua cheia. O que que é aquilo? E daí tinha boitatá. É sério, eles brigavam, pulavam assim pra cá, pra lá, mas nós ficava entretido ali, então a irmã subiu bem de quietinho e pegou nós ali: ‘O que que tão fazendo?’ (risadas).<sup>151</sup>

No período em questão, a instituição escolar como um todo não se restringiu às práticas pedagógicas desenvolvidas apenas no interior das salas de aula ou já apresentadas. O educandário promoveu outras atividades para os seus alunos, que variaram segundo as orientações governamentais<sup>152</sup> ou obedecendo ao calendário cívico-religioso. A Escola Sagrada Família, dentro de suas possibilidades (tempo, professoras e condições financeiras) participou das comemorações cívicas ocorridas na cidade. Segundo Bronildes M. Zangiski, no período em que estudou no estabelecimento, isto é, nos anos iniciais, não houve desfiles em Ponta Grossa, porque a cidade praticamente não possuía calçamento, portanto, os desfiles não tinham um local ideal para ocorrer. Já as outras ex-alunas, que estudaram posteriormente, descreveram as comemorações que contavam com a participação dos alunos.

Sempre era lembrado datas cívicas, mais era, por exemplo, o dia Sete, que era assim, chamava-se até de passeata. Então geralmente era feita lá na praça, na Concha Acústica, geralmente primeiro tinha a missa e depois, daí tinha os alunos de cada escola faziam aquelas poesias, os discursos e depois é que saiam em passeata pela avenida e voltavam para a praça. Desfile chamavam de passeata, só no Sete de setembro e o Quinze de setembro\* não era comemorado.<sup>153</sup>

Essa aluna estudou na escola de 1937 a 1943, quando concluiu o quinto ano. Pode-se perceber que passados dez anos da vinda das religiosas para a criação do

---

<sup>151</sup> CRUZ, Sofia Urba da. Entrevista concedida em 03 de junho de 1999.

<sup>152</sup> No art. 4, alínea d, do Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, ficou estabelecido que o governo deve “estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituíam bibliotecas de obras de interesse nacional e **promovam comemorações cívicas** [grifo nosso] e viagens para regiões do país”. MARTINS, Romário. Op cit., p. 182.

\* Quinze de setembro é o aniversário da cidade de Ponta Grossa.

<sup>153</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.



educandário em Ponta Grossa, ele já não poderia mais ser visto apenas como um *collegio polonez*, mas como um estabelecimento de ensino integrado às práticas cívicas correntes naquele momento. Enquanto a instituição escolar restringiu a sua atuação junto à comunidade polonesa local, estabeleceu e trabalhou com certos sinais manifestos caracterizadores de uma identidade polonesa, que podem ser relacionados com a língua e a religião católica. Por outro lado, encontraram-se a partir da inclusão da escola nas cerimônias comemorativas para o aniversário da independência do Brasil, elementos definidores de uma determinada identidade ou que buscavam forjar uma identidade: não apenas ser brasileiro, era mais do que isso, era ser brasileiro em Ponta Grossa.

Para Barth, a identidade é um processo de construção e reconhecimento, isto é, “as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significativas”<sup>154</sup> acarretando “processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais”.<sup>155</sup> Assim sendo, é possível analisar a participação dos alunos nas festividades cívicas e a aceitação da matrícula de crianças advindas de regiões não povoadas por poloneses ou não descendentes destes, como um momento de transição para a escola, ou seja, outros sinais manifestos tornam-se capazes de reconstruir e por conseqüência buscar um novo reconhecimento de uma nova identidade.

No entanto, o que não se pode esquecer é que, durante o Governo Vargas, as escolas particulares, principalmente as que possuíam algum vínculo com os imigrantes e descendentes europeus, precisavam do reconhecimento oficial para garantir seu funcionamento. Portanto, necessitavam se adaptar rapidamente às novas diretrizes

---

<sup>154</sup> BARTH, Fredrik. Op. cit., p. 194.

<sup>155</sup> Ibid., p. 188.

apresentadas pelo governo, inclusive a participação em momentos cívicos e a “difusão do sentimento nacional”.<sup>156</sup>

Representando a Igreja Católica, a Escola Sagrada Família se adequou às imposições cívicas do governo federal, não apenas para garantir sua licença de funcionamento, mas também para demonstrar o espaço ocupado pela Igreja. “Era feita lá na praça, na Concha Acústica, geralmente **primeiro tinha a missa** e depois (...)é que saiam em passeata pela avenida”.<sup>157</sup> Agindo assim, referendou o Governo Vargas ao mesmo tempo em que legitimou o seu poder de instituição vinculada ao governo federal.<sup>158</sup>

Dentro da proposta do Governo Federal de nacionalizar o sistema de ensino e também tudo o que estivesse relacionado à sociedade através de uma legislação impositiva, até mesmo as celebrações cívicas adquiriram um caráter nacionalizante. “A comemoração das festas cívicas brasileiras se tornou obrigatória nas comunidades com predominância de população de origem estrangeira”<sup>159</sup>, o que era o caso de Ponta Grossa. Assim, impedia-se a emergência de interesses, valores e tradições outras que não fossem as brasileiras.

As comemorações patrióticas, celebradas publicamente, com “os alunos de cada escola [que] faziam aquelas poesias, os discursos e depois é que saiam em passeata”<sup>160</sup> pela cidade, representavam “uma unidade maior: a dos cidadãos em torno

---

<sup>156</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

<sup>157</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

<sup>158</sup> SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. vol. 66, mai-ago 1985, p. 265.

<sup>159</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Op. cit., p. 90.

<sup>160</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

da Pátria”.<sup>161</sup> Os esforços da administração pública voltaram-se para a formação do patriota, aquele que lutaria pela construção da Nação brasileira. De acordo com Fernando de Azevedo, as escolas detinham um poder muito grande, pois possuíam as condições necessárias para trabalhar e inculcar em seus alunos as características identitárias escolhidas como ideais para o Brasil daquele momento.<sup>162</sup> Esse papel da escola é evidente quando se analisa o parágrafo único do art. 14 do Decreto-lei n. 1.545, de 1939: “Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria”.<sup>163</sup> Isso demonstra que não foi um processo de escolha democrática, mas sim uma imposição.

Outras atividades capazes de definir as características ideais do ser brasileiro foram gradativamente inseridas nas ações pedagógicas, como os hinos pátrios. “Eu sei que o Hino Nacional, o Hino à Bandeira era cantado toda semana, em sala de aula a gente cantava. Assim depois (...) sempre era lembrado datas cívicas, mais era, por exemplo, o dia Sete”.<sup>164</sup> A legislação apresentava como obrigatória as manifestações cívicas nos estabelecimentos escolares, como o hasteamento da Bandeira e o canto do Hino Nacional.

No início das atividades da escola seria impensável ensinar e exigir que os alunos cantassem o Hino Nacional Brasileiro ou o Hino à Bandeira, visto que aquelas crianças buscavam na escola um veículo capaz de alfabetizá-las em português, mas principalmente em polonês. Passada essa fase e adequada à legislação nacional vigente, tornou-se imprescindível tais atividades pedagógicas, entendidas como

---

<sup>161</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 97.

<sup>162</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Op. cit, p. 35.

<sup>163</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

<sup>164</sup> VUYTK, Zophia. Entrevista concedida em 24 de maio de 1999.

cívicas. No entanto, esse novo tipo de prática educacional desenvolvida pelas religiosas também pode ser analisado como um processo de construção de um reconhecimento diferenciado.

Os ponta-grossenses – independente se descendentes de poloneses, alemães, italianos ou membros da sociedade campeira local – começaram a examinar a Escola Sagrada Família como um estabelecimento educacional capaz de oferecer uma formação aos seus filhos que se enquadrava aos seus anseios. A proposta era de uma escolarização embasada nos propósitos católicos, conservadora de uma ordem já estabelecida e que lhes era favorável, e principalmente, vinculada a novos *sinais manifestos*, como a questão cívica. Isso pode ser facilmente entendido no seguinte fragmento selecionado das crônicas escritas pelas irmãs:

No ano de 1943, no dia 25 de setembro, Ponta Grossa comemorava o dia de ‘Duque de Caxias’. Foi organizada uma grande parada. Todas as escolas tomaram parte dela, bem como a nossa. Nossas crianças vestidas em uniformes pareciam muito bonitas, o que agradou a todos. Tínhamos um menino, órfão, 7 anos, Gabriel Godoi. Um certo Coronel do exército, com o conhecimento da Irmã, deu ao menino uma poesia para aprender. Este poema era em homenagem a Duque de Caxias. A Irmã preparou o menino e no dia da festa o pequeno Gabriel recitou o poema, pelo microfone, diante de todo o público. Atrás dele estava parado o Coronel com a folha de papel para socorrer-lo em caso de necessidade, mas não foi preciso. Gabriel declamou tão bonito que todos o aplaudiram, como também aplaudiram a Escola Sagrada Família, que consegue preparar crianças tão pequenas para recitar poesias. À noite neste dia, o presidente Manoel Ribas e o Prefeito vieram ver Gabriel e pediram que ele repetisse o poema e ele novamente falou bonito. Parabenizaram o menino e as Irmãs e partiram<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> “W roku 1943, dnia 25 września Ponta Grossa obchodziła festę na cześć “Duque de Caxias”. Urządzono wielką paradę. Wszystkie szkoły brały w niej udział a więc i nasza. Nasze dzieci ubrane w uniformy, wyglądały bardzo ładne i wszystkim się podobały. Miałyśmy jednego chłopca, sierotę, 7 lat Gabriel Godoi. Jakis Coronel wojskowy za wiedzą siostry dał chłopcu wierszyk do nauczenia się. Wierszyk ten był na cześć Duque de Caxias. Siostra wyuczyła go i w dzień festy mały Gabriel wypoloiędział ów wierszyk przez głośnik w obec całej publiczności. Za nim stał ów Coronel z karteczką, by go w potrzebie ratować, ale wie trzeba było. Gabriel deklamował tak ładnie że wszyscy um bili oklaski a także i szkole Sagrada Família, że potrafi takich małych przygotować do powiedzenia wiersza. Wieczorem tego dnia przyjechał zobaczyć Gabriela prezydent Manoel Ribas i Prefekt i kazali mu powtórzyć wierszyk i on znów ładnie powiędział. Złożyli chłopcu i Siostróm Parabéns i odjechali.”. Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.



Figura 12 – Fotografia do aluno Gabriel Godoi na comemoração do dia de Duque de Caxias, 25 de setembro de 1943. Acervo: Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.

Diversos aspectos são interessantes para serem analisados nesse fragmento das crônicas e na fotografia, a começar pelo próprio aluno. As irmãs vieram para Ponta Grossa para criarem uma escola para crianças polonesas ou descendentes dessa etnia. Exatamente dez anos após a fundação, numa comemoração cívica em honra ao patrono do exército brasileiro, o estabelecimento de ensino era representado por uma criança de origem negra. Nos anos iniciais utilizaram-se de passeios e apresentações artísticas para mostrar à população citadina o tipo e a qualidade de seus serviços. Em 1943, adequadas à legislação que previa que em sala de aula os professores deveriam conduzir os alunos à “admiração pelos grandes vultos e heróis do passado, [tornando-

os] exemplo e motivação das novas gerações”<sup>166</sup>, a escola mostrava que estava aberta a todos os *brasileiros*.

Ao mesmo tempo em que o educandário abriu suas portas para a sociedade ponta-grossense, esta mesma comunidade passou a ver no *collegio polonez* uma nova escola que poderia atender as suas necessidades educacionais. Escolher um menino negro para declamar a poesia em honra a Duque de Caxias foi uma estratégia do estabelecimento de ensino para demonstrar não apenas para a população local, mas para o interventor do Estado, o que as freiras estavam fazendo para desenvolver o civismo em seus alunos. Foi uma forma de referendar o poder do governo e continuar ganhando espaço para a Igreja Católica. Aumentando a sua presença na sociedade garantiria uma visibilidade diferenciada tanto da Escola Sagrada Família quanto da Igreja perante as outras instituições religiosas e civis.

Nesse sentido, Balhana afirma que a importância das associações escolares leigas ou das escolas de formação religiosa criadas pelos imigrantes e seus descendentes, tanto em áreas coloniais como urbanas, é significativa porque foram freqüentes os exemplos de *nacionais* que “mesmo sem descenderem de imigrantes, procuravam essas escolas”.<sup>167</sup> Essa afirmação pode ser comprovada quando se analisam os registros das atas de final de ano da Escola Sagrada Família, onde foram encontrados sobrenomes de alunos de ascendência polonesa, assim como de outras etnias e, também, de origem luso-basileira.

Em 1943, já não se encontraram registros dos estudantes cantando hinos em polonês, mas cantando e declamando homenagens ao Brasil e seus patronos. Percebe-se uma migração de *sinais* capazes de identificar o estabelecimento de ensino e sua clientela. O melhor momento que exemplifica essa questão ocorreu quando o interventor do Paraná, Manoel Ribas, foi até a escola para ouvir novamente o menino

---

<sup>166</sup> TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. Op. cit., p. 95.

<sup>167</sup> BALHANA, Altiva P. & MACHADO, Brasil P. & WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. Op. cit., p. 375.

declamar. Representantes de instituições distintas, um referendando o poder do outro. A Igreja não pode ser vista como subserviente ao Estado, mas capaz de apoiar o governo e evidenciar que existe e exige respeito. Para isso, as escolas católicas agiram como baluarte da sua instituição mantenedora.

A análise desse momento demonstra que o educandário estava preparando crianças para uma vida integrada a valores católicos e cívicos brasileiros, pois “a Escola Sagrada Família (...) consegue preparar crianças tão pequenas”<sup>168</sup>, não apenas para recitarem poesias, mas para levarem o *habitus* inculcado nas salas de aula a todos os espaços sociais que vierem a circular.

Na interpretação da foto de Gabriel Godoi e do fragmento da crônica, o uniforme é um caráter importante de reconhecimento, agora não apenas para identificar as crianças polonesas que estudaram no Sagrada Família, mas para compará-las aos alunos das outras escolas existentes na cidade. Na fotografia a seguir isso também é evidente. Todos os valores vistos já anteriormente encontram-se nesse retrato: a ordem, a disciplina, a obediência, a separação dos sexos, a presença ostensiva das religiosas e a elitização da escola com o uso obrigatório de um determinado tipo de uniforme.

---

<sup>168</sup> “i szkole Sagrada Família (...) potrafi takich małych przygotować”. Id.

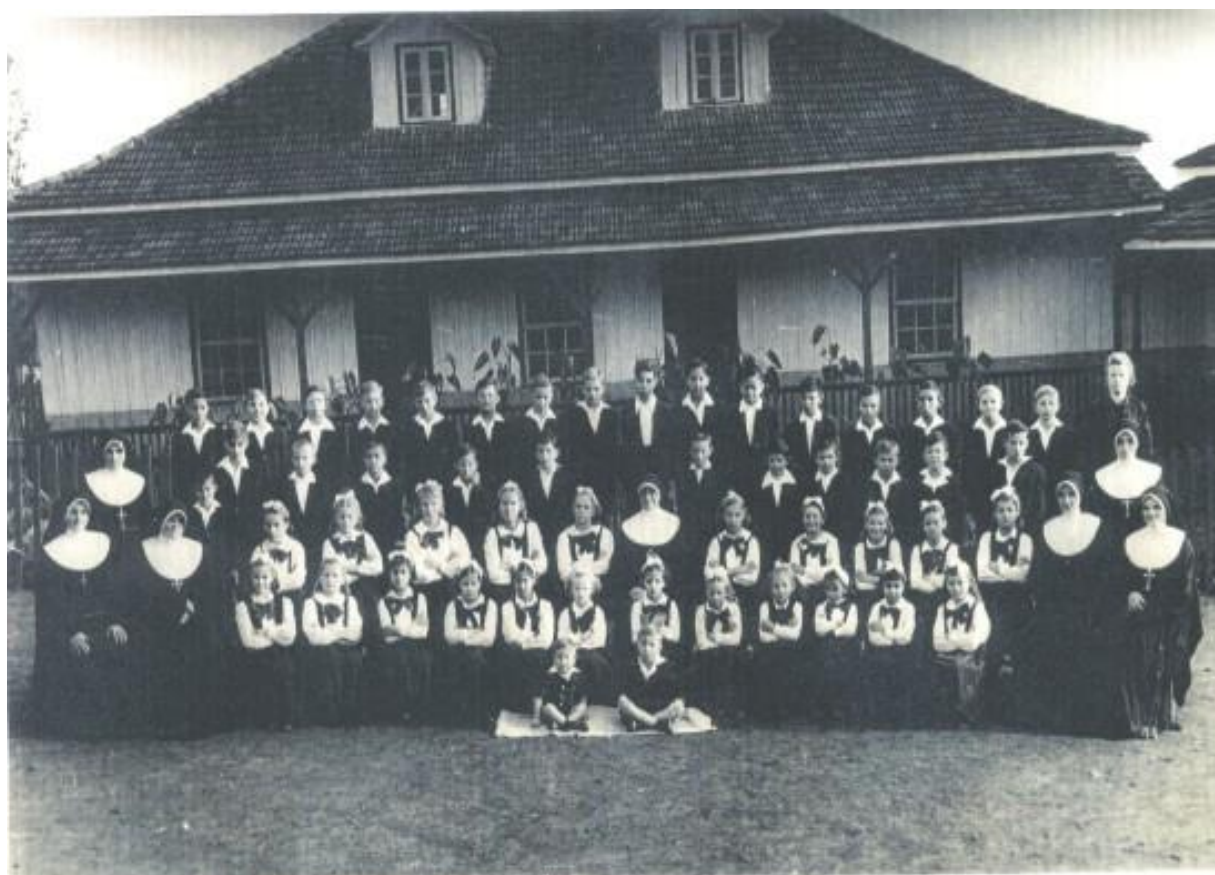


Figura 13 – Fotografia dos alunos internos da Escola com o uniforme de gala. Ao centro estava a irmã Joantina. Na segunda fila de meninas, a segunda à esquerda da irmã é Sofia Urba da Cruz. Fotografia de 1945. Acervo: Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder da Igreja Católica está alicerçado na circularidade, isto é, na instituição e reconhecimento do poder em toda a hierarquia eclesiástica, partindo do papa até chegar ao sacerdote paroquiano ou aos religiosos(as) das congregações, que recebem da instituição a autoridade de falar em seu nome, tornando-se seus especialistas. Por outro lado, essa hierarquia, desde o mais simples até o mais poderoso, reafirma a força e a presença institucional. No entanto, essa circularidade só se completa com a participação da comunidade leiga, que pode ser vista como o grande motivo dos conflitos no campo religioso, pois é por ela e por seu reconhecimento que diversas empresas de bens de salvação entram em choque.

Partindo desse contexto pode-se entender o porquê da criação da Escola Sagrada Família em 1933. Nesse momento registrou-se um cisma religioso dentro da comunidade polonesa fixada em Ponta Grossa. Na luta pela manutenção do lugar conquistado pela Igreja Católica na sociedade ponta-grossense e inculcação de um determinado *habitus*, religiosas polonesas foram convidadas pelo bispo diocesano a abrirem um estabelecimento escolar voltado para crianças de origem polonesa que moravam na cidade.

Dessa forma, as irmãs não foram apenas religiosas abnegadas que abandonaram uma estrutura já organizada em Curitiba e arredores para lançarem-se a uma nova empreitada como educadoras em uma comunidade que convivia com um cisma religioso. Elas desenvolveram um trabalho específico para a instituição, o de sustentação. A escola, pelo discurso católico da época, era capaz de reconduzir aqueles que se desviassem do caminho traçado como o aconselhável para todo cristão. Utilizando estratégias educacionais próprias, as freiras polonesas promoveram um trabalho com esse intuito: trazer para o seio da Igreja aqueles que a haviam abandonado.

No entanto, a clientela escolar desejada possuía sinais singulares que necessitavam serem trabalhados para que se alcançasse o objetivo institucional. Os alunos eram descendentes de imigrantes poloneses católicos, possuidores de uma identidade própria e que buscavam na escolarização a manutenção de suas características identitárias. “A ‘língua materna’, a ‘cultura de origem’, mesmo modificadas pelo contato, (...) e, em alguns casos, a ‘fé’, são símbolos de identificação manipulados para assinalar as diferenças entre imigrantes e seus descendentes, e a população brasileira”.<sup>1</sup> Tendo esses *sinais* como norteadores de seu trabalho pedagógico, encaixados à proposta romanizadora do ensino, as religiosas iniciaram suas atividades educacionais.

Novos elementos somaram-se a essa realidade, como foi o caso da campanha de nacionalização da população no Período Vargas. Através principalmente de uma legislação educacional impositiva, o governo federal previa a transformação da sociedade brasileira. Partindo de uma multiplicidade étnica propunha-se uma padronização social construída sob determinação federal, portanto todos seriam brasileiros. A campanha resultou numa “atualização das identidades étnicas sob novas formas. Certos critérios de identificação, importantes no passado, não são mais empregados. As línguas de origem, por exemplo, não são mais do domínio de todos os descendentes de imigrantes, especialmente daqueles que se estabeleceram nas grandes cidades”.<sup>2</sup> Isso ocorreu com as comunidades de estrangeiros porque as crianças ao serem alfabetizadas aprendiam o português, já que foi proibido o ensino em outra língua que não fosse a oficial.

De acordo com Stuart Hall, para a cultura nacional de um país não importa a classe, o gênero ou a raça de seus membros, mas a possibilidade de unificá-los por

---

<sup>1</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. op. cit., p. 86.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 91.

uma identidade cultural, capaz de representá-los como pertencendo à mesma e grande família nacional.<sup>3</sup>

Nesse momento, a Escola Sagrada Família já não poderia mais ser vista pela sociedade local como um estabelecimento escolar voltado para os descendentes de imigrantes poloneses. Enquadrando-se às propostas nacionalizantes de Vargas, passou a ser visualizada como aberta a todas as origens, ou seja, a todos os brasileiros.

As ações pedagógicas desenvolvidas pelas irmãs nas salas de aula, ou então nas atividades públicas realizadas fora da escola, tinham como sentido um determinado alcance. Não era apenas preparar almas para Deus, mas educar as crianças ponta-grossenses dentro de valores patrióticos e cívicos, além de difundir um *habitus* religioso determinado. Analisando a fala de uma das ex-alunas essa proposta foi atingida, pois segundo Margarida Migdalski, “somos ponta-grossenses, graças a Deus e somos de origem polonesa”.

Seyferth quando analisou os imigrantes teuto-brasileiros afirmou que nem mesmo a industrialização, a urbanização e a campanha de nacionalização foram capazes de descaracterizar o grupo étnico, no máximo modificaram alguns critérios de reconhecimento. No entanto, o que se deve destacar é que nunca esses descendentes de estrangeiros se identificaram como alemães, mas como teuto-brasileiros. Assim sendo, essas pessoas se reconheciam como de ascendência alemã e cidadãos brasileiros, por mais que não falassem mais a língua alemã.<sup>4</sup> Analisando Hall pode-se aprofundar mais essa questão, pois ele afirmou que os imigrantes foram obrigados a negociar com as novas culturas a que foram expostos, sem simplesmente serem assimilados por elas e sem perder completamente suas identidades.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Op. cit., p. 59.

<sup>4</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Op. cit., p. 219.

<sup>5</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Op.cit., p. 88.

A ex-aluna acima citada apresentou em seu depoimento esses dois elementos, ou seja, identificar-se como de origem polonesa e cidadã ponta-grossense. Dessa forma, carrega traços de ambas as culturas, suas tradições, valores, linguagens e histórias particulares pelas quais foram marcadas. Porém inseriu um outro aspecto: a religiosidade. Essa complementação significa que o *habitus* religioso inculcado em casa, reforçado na Igreja e posteriormente na escola permeou sua vivência até a atualidade. Ela não é apenas uma descendente de poloneses católicos, mas é uma ponta-grossense católica.

Atualmente, o Colégio Sagrada Família não atende somente a alunos católicos romanos, mas a judeus, muçulmanos, espíritas, luteranos, católicos ortodoxos, evangélicos pentecostais, entre outros. Oferta para sua clientela desde a educação infantil até o ensino médio, com habilitação no Curso Normal e no Curso Normal por módulos. Também possui cursinho de preparação para vestibular. Devido à ampliação de sua clientela e também de sua estrutura física, desde 1974 não possui mais o internato para estudantes. Atende a alunos de Ponta Grossa, de diversos bairros, mas também de outras cidades próximas, como Palmeira, Castro, Carambeí e Ipiranga, que viajam diariamente para assistir às aulas. Em 1997, abriu uma sub-sede na cidade. Nesse local oferece desde a educação infantil até a primeira série do ensino médio. De acordo com seus registros, possui 2266 alunos nas duas sedes, exceto os alunos do cursinho preparatório para vestibular. É considerado atualmente como o maior colégio particular de Ponta Grossa e continua pertencendo à Congregação Franciscana das Irmãs da Sagrada Família.

**FONTES:**

**A carta pastoral de sua eminencia o senhor cardeal dom Leme** – quando arcebispo de Olinda saudando os seus diocesanos. Petrópolis: Vozes.

Acervo fotográfico de Bronildes Marks Zangiski.

Acervo fotográfico da Casa da Memória Paraná.

Acervo fotográfico da Casa Provincial da Congregação da Sagrada Família.

Acervo fotográfico do Colégio Sagrada Família.

**ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA.** Curitiba: Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. v. I, II, 1970.

**ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA.** Curitiba: Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. v. III, IV, V., 1971.

Atas de Exames da Escola Sagrada Família de 1943 a 1950.

Autos de incêndio da Igreja Antigo Católica.

BARROS, José de Camargo. **Saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração.** Roma, 1894.

BRASIL. Decreto-lei n. 868, de 18 de nov. de 1938. **Cria no ministério da educação e saude a comissão nacional de ensino primário.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.545, de 25 de ago. de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.072, de 08 de mar. de 1940. **Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministra-la organiza uma instituição nacional denominada juventude brasileira.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 19 jun. 2003.

Carta enviada pelo bispo Dom Antônio Mazzarotto para a Madre Provincial da Congregação da Sagrada Família, Madre Bronislava Burlaga, em 06 de janeiro de 1933.

Certidão Oficial de Registro de Títulos e Documentos do 3º Tabelião Joanides Gomes de Silveira, da Comarca de Ponta Grossa, de 30 de julho de 1956.

**DIOCESE DE PONTA GROSSA – Cinquentenário (1926-1976).** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

Crônicas das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo.

Crônica Geral de toda a Congregação da Sagrada Família.

Crônicas das Irmãs do Ginásio Sagrada Família – Ponta Grossa, tradução de Leokadja Rendak.

CRUZ, Sofia Urba da. **Entrevista concedida a Elizabeth Johansen Capri.** Ponta Grossa, 03 jun. 1999.

IBGE. A distribuição territorial dos estrangeiros no Brasil, série estatística demográfica, nº 23, Rio de Janeiro, 1958, p. 46. in: IANNI, Octávio. Do polonês ao polaco. **Revista do Museu Paulista.** Vol. XII.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 05/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 09/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 14/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 15/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 16/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 19/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 21/07/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 01/08/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 13/09/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 16/09/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 12/11/1932.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 10/06/1933.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 16/06/1933.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 06/01/1934.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 07/01/1934.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 12/01/1934.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 18/01/1934.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 19/01/1934.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 01/02/1934.

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa 02/03/1934.

LEX. **Coletânea de legislação.** São Paulo: Lex Ltda.

Livro do Protocolo da Câmara Eclesiástica de Ponta Grossa, de 1934 a 1935.

MARIA, Júlio. **A igreja e a república.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MAZZAROTTO, Antonio. **O reino de Christo.** Roma: Tip. Consorzio Nazionale de Emigrazione e Lavoro, 1930.

\_\_\_\_\_. **A doutrina cristã.** Curitiba: Oficinas Graphics da "A Cruzada", 1931.

\_\_\_\_\_. **Arca de salvação.** Curitiba: Oficina Gráfica "A Cruzada", 1933.

\_\_\_\_\_. **O matrimonio cristão.** Curitiba: Oficinas Graficas da "A Cruzada", 1934.

\_\_\_\_\_. **Vida essencialmente activa.** Curitiba: Oficinas Graficas da "A Cruzada", 1938.

MIGDALSKI, Margarida. **Entrevista concedida a Elizabeth Johansen Capri.** Ponta Grossa, 22 mai. 1999.

MIGDALSKI, Sofia. **Entrevista concedida a Elizabeth Johansen Capri.** Ponta Grossa, 22 mai. 1999.

OFÍCIO do diretor geral da Instrução pública, Jayme Reis, ao Secretário Luiz Antonio Xavier, em 1909. Curitiba, DAMI, Officios 1909, vol. 14.

PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antonio Xavier, ao Presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, em 02/01/1909. Curitiba, Tipografia d'A República, 1909.

\_\_\_\_\_. Relatório do inspetor escolar de São Mateus, Maurício Távora, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, em 07/02/1910. DAMI, Officios 1910, vol. 23, doc. manuscrito.

\_\_\_\_\_. Relatório do Inspetor Geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em 15/01/1921. Curitiba, Tipografia da Penitenciária do Estado, 1921.

Pastoral colectiva dos senhores arcebispos e bispos das províncias eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre; Rio de Janeiro, Typ. Martins de Araújo, 1915, art. 23 et. 28.

PIO XI, Papa. **Acerca da educação cristã da juventude**. Roma: Tipografia Poliglota Vaticana. 1929.

SILVA, Adar de Oliveira e. **Álbum de Ponta Grossa: Gestão do Prefeito Albary Guimarães**. 1936.

VUYTK, Zophia. **Entrevista concedida a Elizabeth Johansen Capri**. Ponta Grossa, 24 mai. 1999.

ZANGISKI, Bronildes Marks. **Entrevista concedida a Elizabeth Johansen Capri**. Ponta Grossa, 31 mai. 1999.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AFFONSO, Cláudia. Entre o tempo e a eternidade – a experiência social católica nos anos 20 e 30 no Brasil. in: ROLLEMBERG, Denise (org.) **Que história é essa?** Novos temas e novos problemas em história. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALGERMISSEN, Konrad. **Iglesia catolica y confesiones cristianas – confesionologia**. Madrid: Ediciones Rialp S. A., 1964.

ALMEIDA, Julia Lopes. **Histórias da nossa terra**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

ALVES, Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: **Fontes históricas: abordagem e métodos**. Assis: UNESP, 1996.

ANDERSEN, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias; um estudo da imigração ucraniana**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

\_\_\_\_\_. & NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, nº 11, 1994.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.



AUBERT, Roger. **A igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 1975.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 34, fasc. 135, set. 1974.

\_\_\_\_\_. Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851-1861), e o movimento de reforma católica no século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 35, fasc. 140, dez. 1975.

\_\_\_\_\_. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930) I e II. **Síntese**. 10, 1977; 11, 1977.

\_\_\_\_\_ (org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.

\_\_\_\_\_. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin (org.). **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 1993.

\_\_\_\_\_ & BEOZZO, José Oscar (orgs). **Os religiosos no Brasil – enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BALHANA, Altiva P. & MACHADO, Brasil P. & WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1969.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930, o estado novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1984.

\_\_\_\_\_ (org.). **História da igreja católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, ano III, 1989.

\_\_\_\_\_. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin (org.). **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 1993.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. in: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teoria da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BORGES, M.<sup>a</sup> Celma. História oral: uma experiência. in: LAMB, Roberto E. & LEANDRO, José Augusto. **História e cultura**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1997.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- \_\_\_\_\_. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1999.
- BROLEZZI, Renato. A construção da realidade: Silvio Romero e a busca da identidade nacional. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.
- BUCHMANN, Elane Tomich. **A trajetória do sol** - um estudo sobre a identidade do imigrante polonês no sul do Brasil. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem amanhecida**; vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- \_\_\_\_\_. Mulheres polonesas em Curitiba, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. In: LAMB, Roberto E. & LEANDRO, José A.. **História e cultura**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1997.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- CAPANEMA, Gustavo. Capanema e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: Instituto nacional de Estudos Pedagógicos. vol. 66, mai-ago. 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CATANI, Denise Barbara. Metáforas da iluminação: observações acerca do estudo da história da educação republicana. in: SOUSA, Cynthia Pereira de (org.) **História da educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 1998.
- CECHINATO, Luiz. **Os vinte séculos de caminhada da igreja**: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COMBLIN, José. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. vol. 28, fasc. I, março, 1968.

\_\_\_\_\_. Os “movimentos” e a pastoral latino-americana. **Revista Eclesiástica Brasileira**. vol. 43, fasc. 170, junho 1983.

CONSORTE, Josildeth Gomes & COSTA, Márcia Regina da (orgs.). **Religião, política, identidade**. São Paulo: EDUC, 1988.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História oral** - teoria e técnica. Florianópolis: UFSC, 1978.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920)**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CRUZ, Afonso de Santa. **Onde o céu é família**. Curitiba: Edições Rosário.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. Igreja católica-educação: pressupostos e evolução no Brasil. in: PAIVA, Vanilda. (org.) **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 13. n.º 25/26. set.92/ago.93.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. in: **O Direito à memória - patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura/DPH - 1992.

DESCHAND, Desiderio. **A situação actual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1910.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **Imigração polonesa: raízes históricas de um preconceito**. Curitiba, 1990. 156 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

ELFES, Alberto. **Campos gerais** – estudo da colonização. Curitiba: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Coordenadoria Regional no Paraná, 1973.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FEDALTO, Pedro. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba, 1958.

FOLGUERA, Pilar. **Cómo se hace historia oral**. Madri: Eudema, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GARRIDO, Joan del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 13. n.º 25/26. set.92/ago.93.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.) **História das mulheres no ocidente – o século XIX**. Porto: Afrontamento, 1991.

GONÇALVES, M.<sup>a</sup> Aparecida C. & PINTO, Elisabete A. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983.

GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. **A imigração polonesa nas colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro: uma contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil Meridional**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAUCK, João Fagundes et al. **História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone P.; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HITA, Maria Gabriela. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. **Lua Nova**. n.º 43, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**. Campinas, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1867 a 1882**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

LEITE, Miriam L. Moreira. Imagens e contextos. **Centro de Memória UNICAMP**. Vol. 5, nº 10, jul/dez 1993.

LIBÂNIO, João Batista. **As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais**, sua incidência sobre a vida religiosa. Petrópolis: Vozes, CRB, 1980.

LIMA, A. A. Debates pedagógicos, Rio de Janeiro, 1931, p. XII. In CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1988.

LOBO, Ney. **Lins de Vasconcelos**. O diplomata da unificação e o paladino do estado leigo. Curitiba: Federação Espírita do Paraná.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. in: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de. (coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Escola estadual senador Correia**: pioneira na instrução pública em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Planeta, 1987.

MAGALHÃES, M. D. B. de. **Alemanha, mãe-pátria distante**; utopia pan-germanista no sul do Brasil. Campinas, Tese (Doutorado em História). UNICAMP, 1993.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil – 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)** uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCHI, Euclides. Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a república. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano X, n. 18/19, jun/dez. 1989.

\_\_\_\_\_. Religião e igreja: a consolidação do poder institucional. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 14, nº 26/27, jan/dez 1997.

\_\_\_\_\_. O mito do Brasil católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 15, nº 28, jan/jul 1998.

MARTINS, Carlos Benedito. **Estrutura e ator**: a teoria da prática em Bourdieu. Série Sociológica n.º 63, jun 1987, texto xerocado.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Edições Guaíra. 3.ed.

\_\_\_\_\_. **Quantos somos e quem somos – dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense. 1941.

MEIHY, José Carlos S.B (org.) **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Memória e história**. Texto mimeografado. s/d.

NOGUEIRA, Maria Alice & NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses – 1850-1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORTIZ, Renato. **Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

**PENSAMENTOS E PALAVRAS DO SERVO DE DEUS ARCEBISPO ZYGMUNT S. FELINSKI**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1996.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5. n.º 10. 1992.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1902.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n.19. set.89/fev.90.

SAVIANI, Demerval. A filosofia da Educação e o problema da inovação em Educação. In: **Inovação educacional no Brasil**. São Paulo, Cortez Editores. Autores Associados, 1980.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. S.J. Igreja, educação e ciência. In PAIVA, Vanilda (org.) **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado novo, um auto retrato**. Brasília: CPDOC/FGC, Ed. Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. vol. 66, mai-ago 1985.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Edson Armando (coord.); SACHELLI, Myrian Janett & CHAVES, Niltonci Batista. **O povo faz a história** – Ponta Grossa 1920/1945. Ponta Grossa: Relatório de Pesquisa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de História, 1994, v. I.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A crise da consciência histórica e a posição da disciplina história no "campo" intelectual francês. **Diálogo**. Maringá, 02, 1998.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Decorar, lembrar e repetir: o significado de práticas escolares na escola brasileira do final do século XIX. in: SOUSA, Cynthia Pereira de. **História da educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 1998.

TRINDADE, Etelvina M.<sup>a</sup> de Castro. **Clotildes ou Marias**, mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1971.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: USP/UFF, 1987.

VIEIRA, Marcia Zan. **Ecoss da colonização polonesa**: estudo histórico-social e lingüístico das colônias Moema, Taquari e Dourado. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1998.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor-estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Orleans** - um século de subsistência. Curitiba: Edições Paiol, 1976.

\_\_\_\_\_. **Tomás Coelho** - uma comunidade camponesa. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

\_\_\_\_\_. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981.

WERNET, Augustin. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. **Revista da SBPH**. Curitiba, n. 6, 1991.

\_\_\_\_\_. **A igreja paulista no século XIX**: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861) São Paulo: Ática, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete & RIBEIRO, Maria Luisa & NORONHA, Olinda Maria. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

ZULIAN, Rosângela W. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n.º 2, 1998.

\_\_\_\_\_. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1930)**. Ponta Grossa, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ZYLINSKA, Regina. **Vida heróica do arcebispo de Varsóvia**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda. 1973.



ANEXO 1 - ATAS DE EXAMES DA ESCOLA SAGRADA FAMÍLIA  
DE 1943 A 1945

1

Ata de exames.

dos 18 dias do mês de novembro do ano de 1943 na escola de Sagrada Família, distrito de Ponta-Grossa e município de Ponta-Grossa, regida pela professora irmã Ana Joannina Knaut, presente o Sr. Valdevino Lopes, inspetor municipal, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matrícula verificou-se que a escola estava neste mês com 119 alunos matriculados, sendo 53 meninos e 66 meninas. Dos matriculados 3 pertencem à 5ª série, 16 à 4ª série.

Feita a chamada verificou-se a presença de 119 alunos da 1ª série, 41 da 2ª série 32 e da 3ª série 26

Concluindo o exame apurou-se o resultado seguinte:

Foram aprovados e promovidos para 5º ano os alunos seguintes.

meninos

Oswaldo	Silva
Antonio	Borsato
Felix	Kabozne
Luiz	Sviatorski
Valdir	Kavadzki
Mario	Brigola

meninas.

Margarida	Chigdalaki
Sofia	Uvicik
Joanina	Charecki
Ana	Bassi
Teresa	Bogdanovics
Emilia	Schajnkucovski
Bernadete	Silva
Orlete	Rizental
Sofia	Chigdalaki
Filomena	Sviatorski
Lucia	Garizarek
Palmira	Borsato
Abigail	Lima

Nada mais havendo a constar eu irmã Ana Joannina professora da escola, lavrei esta ata da qual deixo cópia no livro competente, assinada pelo inspetor municipal e mais examina-

dores.

Declaro que só os alunos da 4ª e 5ª serie se submeteram aos exames perante a banca examinadora e o Sr. Inspector municipal Calderino Lopes.

5º ano. Foram aprovados, concluindo o curso os seguintes:

- 1 Margarida Alligalski.
- 2 Joana Marecki.
- 3 Sofia Tricik.

Calderino Lopes.

Aos 10 dias do mês de novembro do ano de 1944 na escola de Sagrada Família distrito de Ponta-Grossa e município de Ponta-Grossa regida pela professora irmã Ana Joannina Knaut presente o Sr. Valdevino Lopes inspetor municipal, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matrícula verificou-se que a escola estava neste mês com 119 alunos matriculados, sendo 67 meninos e 52 meninas. Dos matriculados 14 pertencem à 5ª série, 7 à 4ª série. Feita a chamada verificou-se a presença de 59 alunos da 1ª série, 34 da 2ª série e 26 da 3ª série.

Concluído o exame apurou-se o resultado seguinte:  
4º ano- Foram aprovados e promovidos para o 5º ano os alunos seguintes:

Meninos	Meninas
Augusto Borsato	Anesia Gomes de Lima
Clay Fichel	Ana Weumetz
Bodane Kovaleszem	Deusdith Laval
Mario Brigola	

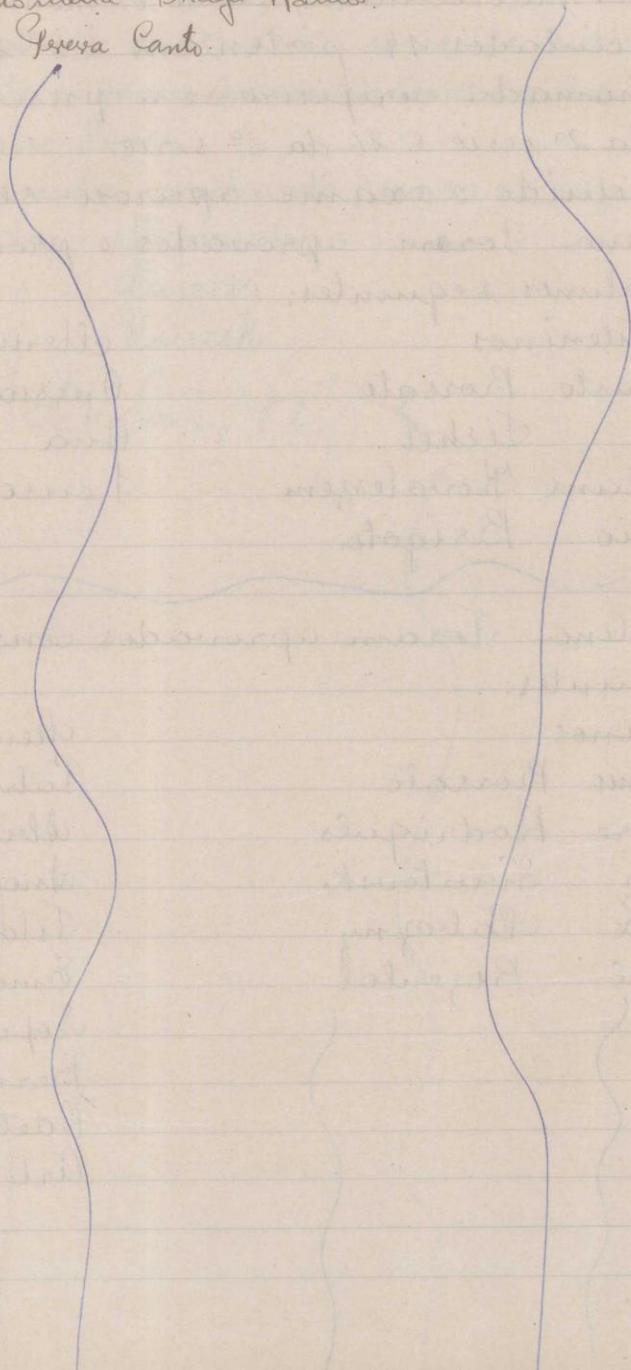
5º ano- Foram aprovados, concluindo o curso os seguintes:

Meninos	Meninas
Antonio Borsato	Salmira Borsato
Clópe Rodrigues	Aligail Gomes de Lima
Luiz Sviatovski	Ana Bassi
Felix Kabozny	Filomena Sviatovski
René Rizental	Emilia Szainmowski
	Sofia Aligdaliski
	Bernadete Silva
	Odete Gomes de Lima
	Arlete Rizental

Declaro que só os alunos da 4ª e 5ª serie se-submeteram aos exames perante a banca examinadora e o Lnr. Inspetor municipal Valdevino Lopes.

Valdevino Lopes Inspetor Municipal  
Barbaredo Brasil

Filomena Braga Ramos.  
Leny Greva Canto.



Cos 13 dias de novembro do ano de 1945 na Escola Sagrada Família distrito de Ponta Grossa regida pela professora Irmã Ana Joannina Knaut presente o Sr. Valderino Lopes inspetor municipal, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro de matrícula verificou-se que a escola estava neste mês com 168 alunos matriculados, sendo 75 meninos e 88 meninas.

Dos matriculados 4 pertencem à 5ª série, 18 à 4ª série.

Feita a chamada verificou-se a presença de 73 alunos da 1ª série, 39 da 2ª série e 26 da 3ª série.

Concluído o exame apurou-se o resultado seguinte:

Foram aprovados e promovidos para o 5º ano os alunos seguintes

Meninos		Meninas	
Alvaro	Gomes Ferreira	Trone	Carvalho
Flavio	Mazur	Keusa	Eleuterio
Alberto	Rizental	Sofia	Urba
Valmir	Lavradaki	Emilia	Kwiatkowski
Remo	Trentim	Sofia	Breus
		Akira	Tarayassu
		Geny	Bomfim
		Antonia	Tarskoski
		Ludovica	Rogerski
		Josefa	Rogenski

5º ano: Foram aprovados, concluindo o curso os seguintes:

Meninos		Meninas	
Bodane	Kovaleshem	Deusdith	Larval
Agostinho	Borsato	Ana	Claymes
Mariano	Brigolo	Antonietta	Salgado
		Anesia	Gomes Lima

Adada mais havendo a constar eu Irmã Ana Joannina professora da escola, lavrei esta ata da qual deixo cópia

no livro competente, assinada pelo inspetor municipal  
e mais examinadores.

Declaro que só os alunos da 4ª e 5ª serie se submeteram  
aos exames perante a banca examinadora e o Sr.

Inspetor municipal Valdevino Lopes.

Valdevino Lopes

Inspetor no 1º Distrito

Alameda de Castro Guimarães 1

Filomena Braga Ramos.

ANEXO 2 - CARTA ENVIADA PELO BISPO DOM ANTÔNIO  
MAZZAROTTO PARA A MADRE PROVINCIAL DA CONGREGAÇÃO DA  
SAGRADA FAMÍLIA, ESTABELECIDA EM CURITIBA, MADRE BRÓNISLAVA  
BURLAGA, EM 06 DE JANEIRO DE 1933.



BISPADO  
de  
PONTA GROSSA

1  
Ponta-Grossa 6/1/33

Mda. Madre Provincial,  
Louvado seja N. S. Jesus Christo,

Sem preambulo passo a expôr-lhe o fim desta e espero que para gloria de Deus e bem das almas tomará na devida consideração o que aqui se contém. — Sabe a Mda. Madre que as maos prophetas e más escolas por toda parte trabalham para a perdição das almas e aqui talvez mais que alhures. Os alvejados são neste momento os polonezes mais que outros, os quaes polonezes formam uma grande parte da população desta diocese. As nossas escolas são um grande dique que se pode e deve oppôr a inundação do mal. — Ha algum tempo estou pensando, para impedir a perversão do povo polonez e para seu maior bem, constituir aqui em Ponta Grossa uma escola dirigida por ~~uma~~ Irmãs de uma Congregação poloneza. Até agora trabalham pelos polonezes a



BISPADO  
de  
PONTA GROSSA

2

Irmã Geraldina S. do S. Nauto e com muita  
 dedicação, mas agora e com o perigo que  
 corre o povo e insufficiente e por outros  
 motivos que facilmente se podem addivinhar.  
 Para convidar Irmãs de outra Congregação te-  
 nho o consentimento e inteira approvação  
 da Irmã Provincial das Irmãs Servas do S. Nauto,  
 que aqui trabalham no Collegio. As convida  
 das são as Irmãs da Nossa Congregação e o faço  
 por esta carta. Para abrigal-as está á  
 disposição uma casa parochial e para  
 as aulas poder-se-á alugar por enquanto  
 uma casa. — Tratando-se do bem das  
 almas, penso que a Irmã Prov. deve fazer tudo  
 para nos servir. Se para esta obra de  
 immediata e iradiavel necessidade, fore  
 mister diminuir as Irmãs de outras casas,  
 julgo que isto deveria fazer a Irmã Prov.  
 Uge o Collegio polonez em Ponta Grossa.  
 Uge polonez, embora accidentalmente e  
 por excepção, se possa nelle aceitar alumnos  
 que não sejam filhos de polonezes. Alguma  
 difficuldade cautelosa e prudente se deve  
 fazer na acceptação de alumnos não po-  
 lonezes, para não prejudicar muito este  
 collegio existente que luctou e lucta com





BISPADO  
de  
PONTA GROSSA

3

difficuldades multiples.

Tres Tomãos por enquanto bastariam.  
E' necessario estejam aqui no fim de janeiro  
ou no começo de fevereiro.

Espero uma resposta affirmativa e no come-  
ço da proxima semana (no dia 14 parto  
para a Parochia de Ivahy). Se fosse  
negativa a resposta, o que Deus não ha  
de permitir, vejo-me obrigado a appellar  
para outras Congregações.

O Augusto Patriarca, S. José, ha de com  
a sua poderosa intercessão assistil - a  
para uma solução immediata e favo-  
ravel. Agradecendo desde já e pedin-  
do a Deus derrame as suas bençãos  
sobre a sua digna pessoa e sobre  
a Congregação que dirige, subrevo-me  
seuvo agradecido

+ Antonio,

bispo de Ponta Grossa

## ANEXO 3 – SABATINA DA ALUNA SOFIA MIGDALSKI



# Escola Sagrada Família

## PROVAS MENSAIS

DATA 25 de Setembro

ALUNO: Sofia Maria Migdalski

SÉRIE 5ª

Provas	NOTAS	
	ESCRITAS	ORAIS
Português	6	
História Patria	5	
Geografia	6	
Ciências Físicas e Mat.	7	
Urbisismo Moral	8	
Arithmetica	8	
MÉDIA GERAL - <u>7</u>		

V I S T O :

a) Arma de Joannina Knaut  
Diretor

a) Victoria Migdalski  
Pai ou responsável

Escola Sagrada Família.  
Ponta Grossa, 25 de Setembro de 1944.

Sabatina de Português feita pela  
aluna Sofia Migdalski do 5º ano.

1ª Questão: Análise

Eu sou aquele que é de si e não tivesse a coragem de dizer  
a verdade não seria o que é aquele que não começa a caminhar.